

LUCIANA DA SILVA PEIXOTO PERRY

**DESENVOLVIMENTO, TRADIÇÃO E RECONHECIMENTO NA RESERVA
EXTRATIVISTA MARINHA DE CORUMBAU, BA.**

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2015

LUCIANA DA SILVA PEIXOTO PERRY

**DESENVOLVIMENTO, TRADIÇÃO E RECONHECIMENTO NA RESERVA
EXTRATIVISTA MARINHA DE CORUMBAU, BA.**

Tese apresentada à Universidade Federal
de Viçosa, como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em Extensão
Rural, para obtenção do título de Doctor
Scientiae

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2015

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

Perry, Luciana da Silva Peixoto, 1974-
P462d Desenvolvimento, tradição e reconhecimento na Reserva
2015 Extrativista Marinha de Corumbau, BA / Luciana da Silva
 Peixoto Perry. – Viçosa, MG, 2015.
 xiii, 324f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexo.

Inclui apêndices.

Orientador: Sheila Maria Doula.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.292-305.

1. Economia ambiental. 2. Ecologia humana. 3. Interações
sociais. 4. Desenvolvimento sustentável. 5. Reserva Extrativista
Marinha de Corumbau (BA). I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-graduação
em Extensão Rural. II. Título.


CDD 22. ed. 333.72098142

LUCIANA DA SILVA PEIXOTO PERRY


**DESENVOLVIMENTO, TRADIÇÃO E RECONHECIMENTO NA
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CORUMBAU, BA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 17 de junho de 2015.



Marcelo Leles Romarco de Oliveira



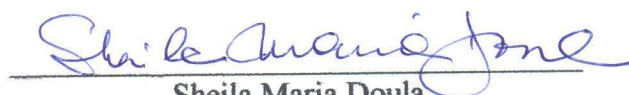
Edson Arlindo Silva



Jeferson Boechat Soares



Manoel Pereira de Andrade



Sheila Maria Doula
(Orientadora)

AGRADECIMENTOS

A minha família, pelo incentivo e apoio.

A Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de fazer o curso.

A professora Sheila Maria Doula, pela orientação, ensinamentos e confiança.

Aos professores Edson Silva, Jeferson Boechat Soares, José Ambrósio Ferreira Neto, Manoel Andrade, Marcelo Léles Romarco e Ronaldo Lobão pela disponibilidade em colaborar para esta pesquisa e pelas contribuições valiosas.

Aos professores Izabel Botelho e Rennan Mafra pela amizade, conhecimentos compartilhados e pela oportunidade em participar do Copráticas.

A todos os extrativistas da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, pela hospitalidade e confiança.

Aos funcionários do ICMBio, especialmente a Ronaldo e Janina pela receptividade e confiança depositada.

Aos funcionários do Departamento de Economia Rural da UFV, em especial à “Carminha”, Romildo, “Brilhante” e Helena.

Aos colegas Juliana Pratavieira, Jerônimo Amaral e Renata Pinheiro, por dividirem conhecimentos, experiências e momentos divertidos durante a pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que financiou a realização desta pesquisa.

A todos os colegas da Extensão Rural pela convivência nesse percurso, especialmente Romilda, Marlene, Lidiane e todos os membros do Copráticas.

O diálogo é certamente uma arte difícil. Significa esclarecer as questões em conjunto, mais do que conduzi-las por meio de seu próprio caminho; multiplicar as vozes, mais do que reduzi-las; ampliar as possibilidades, mais do que ter em vista um consenso total; perseguir o entendimento, em vez de visar a derrota do outro; e tudo isso deve estar animado pelo desejo de manter a conversa fluindo. Dominar essa arte consome um tempo terrível e não promete tornar nossa vida mais fácil. No entanto, promete torná-las mais excitante, mais útil aos outros, e transformar nossas escolhas profissionais em uma viagem de descobrimento contínua e interminável. (Zigmund Bauman)

SUMÁRIO

	LISTA DE ILUSTRAÇÕES	vi
	LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	viii
	RESUMO	x
	ABSTRACT	xii
	INTRODUÇÃO GERAL.....	1
	Objetivos.....	9
1	ANCORAGENS TEÓRICAS E CONCEITUAIS.....	10
1.1	Introdução.....	10
1.2	A constituição dos valores morais na Modernidade.....	13
1.2.1	O meio ambiente e as tradições no contexto da Modernidade.....	20
1.3	Reflexividade e Modernidade.....	23
1.4	O desenvolvimento na transição dos séculos XX ao XXI.....	29
1.4.1	Ambientalismo e Multiculturalismo – novos parâmetros para o desenvolvimento.....	34
1.4.2	Sustentabilidade e Desenvolvimento.....	47
1.5	Conflitos e ação coletiva.....	50
1.5.1	Disputas por Reconhecimento.....	62
1.6	Contribuições da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas para as discussões sobre deliberação e participação coletiva.....	71
1.6.1	Algumas considerações sobre Participação em assuntos coletivos.....	75
2	ARRANJOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS DA GESTÃO AMBIENTAL E DAS POLÍTICAS VOLTADAS PARA POPULAÇÕES TRADICIONAIS.....	79
2.1	Introdução.....	79
2.2	A trajetória da gestão ambiental em nível internacional.....	81
2.3	A noção de patrimônio como articuladora entre meio ambiente e tradições culturais.....	96
2.4	A gestão ambiental no Brasil: considerações históricas.....	103
2.5	As reservas extrativistas e a pesca artesanal no contexto da gestão ambiental brasileira.....	117
2.5.1	A gestão da pesca artesanal no Brasil.....	117
2.5.2	As reservas extrativistas no contexto da gestão ambiental brasileira....	128
2.6	Territórios em disputa– breve revisão de estudos sobre conflitos relacionados ao uso de recursos naturais.....	137
3	O UNIVERSO EMPÍRICO DA PESQUISA E CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE OS DADOS OBTIDOS EM CAMPO.	148
3.1	O Locus empírico da pesquisa.....	148
3.1.1	Caracterização da UC.....	148
3.2	As Comunidades Extrativistas da Resex Corumbau.....	162

3.2.1	Curuípe.....	164
3.2.2	Caraíva.....	165
3.2.3	Barra Velha.....	168
3.2.4	Veleiro.....	172
3.2.5	Imbassuaba.....	175
3.2.6	Bugigão.....	176
3.2.7	Corumbau.....	179
3.2.8	Cumuruxatiba.....	184
3.3	Considerações metodológicas e notas explicativas sobre a pesquisa empírica.....	189
3.4	Notas sobre a pesquisa em campo: a trajetória da pesquisadora.....	198
3.5	O Processo de criação da Reserva Extrativista.....	204
4	OBSERVAÇÕES E ANÁLISES EMPÍRICAS.....	227
4.1	Desenvolvimento, Tradição e Reconhecimento na Reserva Extrativista Marinha de Corumbau.....	227
4.2	Conflitos entre os modos de agir do Estado e da população tradicional	228
4.3	As interações com as ONGs e com os pesquisadores.....	233
4.4	Conflitos relacionados à representação da comunidade.....	237
4.5	Desenvolvimento nos discursos e práticas dos atores da Resex Corumbau.....	240
4.6	Conflitos entre o saber local e o científico – falta de reconhecimento das tradições?.....	248
4.7	O ICMBio e as comunidades extrativistas.....	253
4.8	Comunicação e fiscalização – demandas dos extrativistas.....	263
4.9	Sustentabilidade e tradição – o papel das novas gerações.....	278
4.10	Possibilidades de reconhecimento a partir da criação da Resex.....	284
5	CONSIDERAÇÕES INAIS.....	288
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	292
	APENDICES	306
	ANEXO 1	310

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Pontos-chave sobre as concepções de reconhecimento e racionalidade debatidas por Habermas, Taylor, Honneth, Fraser e Souza.....	70
Quadro 2	Classificação das Unidades de Conservação de acordo com a Lei. 9.985/2000.....	114
Quadro 3	Marcos regulatórios importantes na política ambiental brasileira.....	123
Quadro 4	Número de pescadores principais e secundários na Resex Corumbau.....	153
Quadro 5	Distribuição das embarcações na Resex Corumbau.....	156
Quadro 6	Classificação dos beneficiários da Resex Corumbau.....	215
Quadro 7	Aspectos positivos e negativos apontados pelos moradores locais nas comunidades no entorno da Resex Corumbau.....	276
Gráfico 1	Percentual das principais artes de pesca utilizadas na Resex Corumbau.....	157
Gráfico 2	Companhia usual nas atividades de pesca na Resex Corumbau.....	157
Gráfico 3	Renda familiar média das famílias extrativistas na Resex Corumbau	159
Figura 1	Em primeiro construção típica da vila de Corumbau, comunidade do entorno da Resex, onde ao fundo já se nota uma construção de padrão mais ‘moderno’ e “urbano”.....	144
Figura 2	Localização geográfica da Resex Corumbau.....	149
Figura 3	Localização da Resex Corumbau e outras UCs na região Sul do Estado da Bahia.....	150
Figura 4	Bote e baitera, na vila de Cumuruxatiba.....	155
Figura 5	Embarcações de pescadores da vila de Cumuruxatiba.....	155
Figura 6	Embarcação tipo canoa.....	155
Figura 7	Pescadores limpando a rede.....	158
Figura 8	Resultado de um dia de pesca na Resex Corumbau.....	158
Figura 9	Resex Corumbau com a localização das comunidades que vivem em área do entorno.....	163
Figura 10	Praia do espelho, na vila de Curuípe.....	165
Figura 11	Vista da vila de Caraíva com oceano Atlântico ao fundo.....	167
Figura 12	Vila de Caraíva.....	167
Figura 13	Telecentro comunitário em Caraíva.....	167
Figura 14	Vista aérea da Aldeia de Barra velha.....	168
Figura 15	Membros do Conselho Deliberativo da Resex em Barra Velha.....	171
Figura 16	Casas na aldeia de Barra Velha.....	171
Figura 17	Imagem aérea da comunidade de Veleiro.....	172
Figura 18	Sede da Associação de pescadores da comunidade de Veleiro.....	173
Figura 19	Vista da Praia de Veleiro.....	174
Figura 20	Casas na comunidade de Veleiro.	174
Figura 21	Rio Cahy, em Imbassuaba.....	175
Figura 22	Praia do Cahy, em Imbassuaba.....	175

Figura 23	Área desmatada para formação de pastagem na região de Imbassuaba.....	176
Figura 24	Imagem aérea da Ponta do Corumbau, com localização das comunidades de Corumbau e Bugigão.....	177
Figura 25	Igreja de Nossa Senhora Aparecida, na comunidade de Bugigão.....	177
Figura 26	Escola da comunidade de Bugigão, única construção de alvenaria do local.....	179
Figura 27	Ponta de Corumbau.....	180
Figura 28	À esquerda o Armazém de Seu Ulisses, um dos mais antigos moradores da vila de Corumbau. A casa azul é onde mora “Seu Honorato”, um dos líderes do movimento que originou a Reserva Extrativista.....	182
Figura 29	Casas na comunidade de Corumbau.....	182
Figura 30	Imagem da beira-mar em Corumbau. Atrás dos tapumes novas construções de alto padrão vão sendo erguidas.....	182
Figura 31	Barracas de praia na Ponta de Corumbau.....	184
Figura 32	Vista aérea do Distrito de Cumuruxatiba, Prado, Bahia.....	185
Figura 33	Resquícios do Píer de Cumuruxatiba, de onde a areia monazítica era embarcada nas décadas de 1960 e 1970.....	186
Figura 34:	Pescadores voltando do mar	187
Figura 35	Praia de Cumuruxatiba.....	188
Figura 36	Estrada rural de acesso a Cumuruxatiba.....	188
Figura 37	Manoel, Honorato e Milton, os três irmãos que iniciaram a mobilização pela criação da Resex Corumbau.....	206
Figura 38	Representantes da Resex Corumbau e do ICMBio assinam CCDRU.....	262
Figura 39	Trecho de redação elaborada pelo Aluno 40 para essa pesquisa.....	265
Figura 40	Trecho de redação elaborada pelo Aluno 39 para essa pesquisa.....	265
Figura 41	Trecho de redação elaborada pelo Aluno 43 para essa pesquisa.....	266
Figura 42	Trecho de redação elaborada pelo Aluno 58 para essa pesquisa.....	267
Figura 43	Trecho de redação elaborada pelo Aluno 52 para essa pesquisa.....	268
Figura 44	Jovem da comunidade de Bugigão se prepara para lançar a rede, Cumuruxatiba.....	279
Figura 45	Jovem da comunidade de Barra Velha lançando a rede durante competição.....	279
Figura 46	“Puxada de rede” apresentação fita por jovens de Cumuruxatiba em Setembro 2014, durante Festa da Resex.....	280
Figura 47	Competição de ‘catada de camarão’ realizada durante Festa de aniversário da Resex Corumbau.....	280
Figura 48	Grupo “Curumim Batuque”, formado por jovens da comunidade de Cumuruxatiba durante apresentação.....	281
Figura 49	Competição de ‘remendo de rede’ realizada durante Festa de aniversário da Resex Corumbau.....	281
Figura 50	Roda de capoeira em Caraíva.....	282

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ACARPERGS	Associação de Crédito e Assistência Técnica do Rio Grande do Sul
APMIB	Associação de Pescadores e Moradores Indígenas de Bugigão
ANAC	Associação dos Nativos de Caraíva
APA	Área de Proteção Ambiental
APAACD	Associação dos Pescadores Artesanais e Amigos da Costa do Descobrimento
APEC	Associação dos Pescadores de Cumuruxatiba
APEV	Associação dos Pescadores de Veleiro
AREMACO	Associação da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau
ASBENC	Associação Beneficiante de Nova Caraíva
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCDRU	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CI	Conservação Internacional
CIDES	Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável
CIRM	Comissão Interministerial para Recursos do Mar
CMDS/ WSSD	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável World Summit for the Sustainable Development
CMMAD/WCED	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento World Commission on Environment and Development
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNMA	Conferências Nacionais do Meio Ambiente
CNPT	Órgão criado pela portaria do IBAMA 22, de fevereiro de 1992 como Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais. Passou por renomeações e em 2015 chamava-se Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sócio-biodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais, de acordo com a Portaria do ICMBio n78 de 3 setembro de 2009.
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CNUMAD/ UNCED	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento United Nations Conference on Environment and Development
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDEPE	Conselho de Desenvolvimento da Pesca
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COP	Conferência das Partes
CPP	Comissão Pastoral dos Pecadores
CPUE	Captura por Unidade de Esforço
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

DNOS	Departamento Nacional de Obras de Saneamento
FLONA	Floresta Nacional
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GI-GERCO	Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LPM	Linha do Preamar Médio
MaB	Man and Biosphere Programme
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
NGO	Non-Governmental Organization
ONG	Organização não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAE	Projetos de Assentamento Extrativista
PARNA	Parque Nacional
PESCART	Plano de Assistência à Pesca Artesanal
PNAP	Plano Estratégico de Áreas Protegidas
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNRM	Política Nacional para Recursos do Mar
PNUD/UNDP	Programa das Nações para o Desenvolvimento United Nations Development Programme
PNUMA/ UNEP	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente United Nations Environment Programme
PRONABIO	Programa Nacional de Diversidade Biológica
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
SINIMA	Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDEPE	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
SUDHEVEA	Superintendência de Desenvolvimento da Borracha
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UC	Unidades de Conservação
UICC/IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza International Union for Conservancy of Nature
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

PERRY, Luciana da Silva Peixoto, DSc., Universidade Federal de Viçosa, junho 2015. **Desenvolvimento, Tradição e Reconhecimento na Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, BA.** Orientadora: Sheila Maria Doula.

O objetivo desta pesquisa foi analisar as diferentes hierarquias valorativas acerca do desenvolvimento, da tradição e do meio ambiente, expressas pelos diferentes atores sociais que convivem no entorno de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável. O lócus empírico escolhido foi a Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, no Estado da Bahia. As diferenças de visões de mundo entre a população extrativista, o Estado e outros atores serviram de base para analisar conflitos e alianças entre esses atores sociais e também as possibilidades e limites da implementação de uma política de reconhecimento das diferenças. Buscou-se por meio de revisão bibliográfica analisar de que forma as bases morais de valor construídas ao longo da Modernidade orientam ações e discursos relacionados à gestão ambiental e cultural na contemporaneidade, em um contexto de UC de uso sustentável. Quatro conceitos principais nortearam o estudo: desenvolvimento, conflito social, tradição e reconhecimento. Foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo, com técnicas de observação participante e entrevistas. Pressupõem-se que diversas lógicas de pensamento que se confrontam em torno de recursos naturais e territórios expressam também diferentes modos de vida. Desde o final do século XX, as ações e discursos voltados para a promoção do desenvolvimento foram construídas sob um contexto mais internacionalizado de gestão ambiental e cultural, incorporando a ideia de sustentabilidade, e suas dimensões econômica, social e ambiental, ao ideal de desenvolvimento. Acordos e tratados internacionais foram construídos visando garantir o uso sustentável dos recursos naturais e os diferentes meios de vida de populações minoritárias e tradicionais. Assim, cresce o número de áreas marítimas e territoriais classificadas como importantes para garantir diferentes meios de vida e a conservação da biodiversidade, em diferentes partes do planeta. O Brasil faz parte do grupo de países que acordou em ter parte do território protegido como meta de sustentabilidade, e a ampliação do percentual de áreas protegidas, por meio da

criação de Unidades de Conservação é uma das estratégias para garantir esse objetivo. Algumas UCs permitem a exploração dos recursos pela denominada população tradicional que habita o território em questão. As Reservas Extrativistas são uma dessas categorias na qual a população tradicional pode inclusive, participar do processo decisório sobre a UC, por meio de um Conselho Deliberativo. Concluiu-se que o reconhecimento concedido às populações tradicionais extrativistas que vivem em Unidades de Conservação de Uso Sustentável no âmbito institucional e jurídico do Estado brasileiro é certamente um avanço, especialmente no que diz respeito aos processos deliberativos instituídos. No entanto, embora arranjos institucionais tenham sido criados nas últimas décadas visando incorporar a preocupação com o uso dos recursos naturais aos projetos de desenvolvimento e dar reconhecimento e direitos específicos às das populações minoritárias e tradicionais algumas concepções valorativas Modernas ainda são amplamente compartilhadas socialmente (ex. maior valorização do saber científico e das profissões correlatas, individualismo, ideal de eficiência/tempo, tendência à padronização) e ao serem ‘naturalizadas’ e não tematizadas, constituem-se em uma tensão entre os discursos orientadores e as práticas cotidianas, dificultando a ampliação das liberdades.

ABSTRACT

PERRY, Luciana da Silva Peixoto, DSc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2015. **Development, Tradition and Recognition in the Marine Extractive Reserve of Corumbau, BA.** Adviser: Sheila Maria Doula.

The main objective of this research was to analyze the evaluative basis for the ideas of development, tradition and the environment, expressed by different social actors who live in the vicinity of a Sustainable Use Conservation Unit. The empirical research was conducted at the Corumbau Marine Extractive Reserve in the state of Bahia, Brazil, where around 450 traditional fisheries live spread in around 60km of coastal line, sharing the territory with touristic entrepreneurship, indigenous and environmental NGOs. The differences in worldviews between these social actors served as a basis for analyzing conflicts and alliances between them as well as the possibilities and limits of a policy of recognition. The literature review was driven by four main concepts: development, social conflict, tradition and recognition. In terms of methodology, bibliographic and field research had been used, being the techniques of interviews and participant observation conducted during the empirical phase. It is understood that several logical thinking faced around natural resources and territories are also expressions of the meeting of different ways of life. Since the late twentieth century, actions and speeches aimed at promoting development are constructed on a broader internationalized context of environmental and cultural management, incorporating the idea of sustainability, and its economic, social and environmental aspects, to the ideal of development. International agreements and treaties were devised to ensure the sustainable use of natural resources and different ways of life of traditional minority populations. Thus, a growing number of maritime and territorial areas classified as important for biodiversity conservation at the same time they are instituted use of control mechanisms of natural resources in different parts of the world. Brazil is part of the group of countries that agreed to be part of the protected territory as the goal of sustainability, and to increase the percentage of protected areas through the creation of protected areas is one of the strategies to ensure this goal. Some protected areas allow the exploitation of resources by called traditional population that inhabits the territory. The Extractive Reserves are one of

those, and the traditional population can participate in the decision-making process on the Unit through a Deliberative Board. The contemporary speeches and policies related to territorial and environmental management come across the daily activities of the traditional population, their rights, obligations and livelihoods. It was concluded that the recognition granted to traditional extractive populations living in Sustainable Use Conservation Units in the institutional and legal framework of the Brazilian State is certainly a breakthrough, especially with regard to the established decision-making processes. However, while institutional arrangements have been created in recent decades in order to incorporate the concern with the use of natural resources to development projects and give recognition and specific rights to minority and traditional peoples some Modern evaluative conceptions are still widely shared (eg. greater appreciation of scientific knowledge and the related professions, individualism, ideal efficiency/time, tendency toward standardization) and being 'naturalized' and not themed, leads to a tension between the guiding discourses and daily practices, hindering the freedoms potentials.

INTRODUÇÃO GERAL

A pesca marítima artesanal tradicional praticada no Brasil desde antes da chegada dos europeus é ainda hoje meio de vida para milhares de brasileiros e brasileiras que dela tiram seu sustento e que têm na atividade também um elemento formador de sua identidade cultural. Em termos de importância socioeconômica da atividade, dados do Ministério da Pesca (BRASIL/MPA, 2014) mostram que 1 em cada 200 brasileiros são pescadores artesanais e aproximadamente 45% de toda a produção anual de pescado desembarcada no país são oriundas da pesca artesanal.

Nas últimas décadas, parte dessa população de pescadores artesanais continentais e marítimos brasileiros vem sendo inserida também em políticas relacionadas à preservação ambiental e mais recentemente direcionadas ao público específico de “população tradicional”, por meio da criação de Unidades de Conservação próximas às bacias hidrográficas e às áreas costeiras onde residem. Diferentes ações coletivas de grupos da sociedade civil em níveis nacional e internacional vêm desde a década de 1970 pressionando os Estados a adotarem medidas visando a inclusão de parâmetros ambientais e sociais nas políticas públicas de gestão territorial. Essas pressões se materializaram em leis, tratados e políticas nacionais e internacionais visando o chamado desenvolvimento sustentável, inicialmente sob uma concepção mais ambientalista da sustentabilidade e num momento posterior também sobre grupos minoritários e seus meios e modos de vida.

A gestão de territórios considerados de interesse especial para a conservação da biodiversidade por meio da criação de Unidades de Conservação vem sendo consolidada no Brasil, desde a década de 2000 por meio da Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e vem sendo complementada desde então por decretos específicos. Paralelamente, grupos étnicos minoritários, como indígenas e quilombolas, além de populações extrativistas, caiçaras e similares vêm desde a década de 1990 demandando direitos específicos sobre o território onde vivem e adquirindo um status de culturalmente relevante entre

parte da sociedade civil e também das políticas públicas. O movimento dos seringueiros no Acre, que originou o modelo de chamado de Reserva Extrativista é um exemplo. Desde a criação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT)¹, em 1992, essa parcela da população, denominada a partir de então de população tradicional, passou a ter políticas específicas, culminando com a publicação do Decreto N° 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. A associação entre ‘população tradicional’ e sustentabilidade é, portanto uma espécie de prerrogativa legal à qual estão imbricadas essas populações, em especial as que residem em áreas consideradas de especial interesse para a conservação ambiental.

Oficialmente, a Reserva Extrativista é uma das categorias de UC de uso sustentável (que permitem a presença humana e a exploração dos recursos naturais no território da UC) delineada pelo SNUC. Segundo dados consolidados do Cadastro Nacional de UCs, até fevereiro de 2015, havia 21 Reservas Extrativistas Marinhas no Brasil (CNUC/MMA, 2015). Esses dados, no entanto, não consideram algumas unidades criadas no segundo semestre de 2014, quando outras 3 Resex Marinhas foram criadas na região Amazônica. Nessa categoria de UC, seja marinha ou continental, o território é de domínio público, mas o uso é concedido às populações extrativistas tradicionais. A gestão é realizada por um Conselho Deliberativo presidido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e composto por maioria de representantes da comunidade beneficiária. O papel deliberativo dos Conselhos, instituído pelo SNUC nas Resex e nas Reservas do Desenvolvimento Sustentável (RDS) pode ser considerado um avanço institucional no que diz respeito à participação do grupo de interesse. Uma particularidade das Reservas Extrativistas Marinhas na região litorânea, é que são oficialmente delineadas sobre a água, sendo o território continental considerado zona de

¹ O órgão criado pela portaria do IBAMA 22, de fevereiro de 1992 passou por diversas renomeações, e em 2015 chamava-se Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sócio-biodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT), de acordo com a Portaria do ICMBio n78 de 3 setembro de 2009.

amortecimento² da Unidade. A especulação imobiliária, a falta de fiscalização sobre a ocupação do território, e em alguns casos os conflitos internos da população extrativista, dificultam o acesso de pescadores ao mar.

A constituição e implementação efetiva dos direitos e deveres oriundos da definição de uma área como Reserva Extrativista pressupõem um diálogo constante entre diferentes gerações e populações que vivem em seu território, uma vez que sua sustentabilidade, em termos ambientais, econômicos e socioculturais requer que tanto o Estado seja capaz de efetivar as políticas necessárias, como que a comunidade (1) se reconheça nessa especificidade de população extrativista tradicional, (2) que seja capaz de transitar entre as possibilidades de uso do território reguladas pelas leis do Estado e (3) de identificar quais as bases comuns de valor e de sentido que orientam suas ações de forma a efetivar práticas sustentáveis desse uso, sem deixar de lado os saberes e práticas locais que garantem a reprodução social do grupo. Afirma-se isso pelo fato de que tanto do ponto de vista legal, quanto institucional, a gestão compartilhada de uma Resex requer um comprometimento das populações que vivem em seu entorno com os objetivos e práticas estabelecidos para a Unidade, inclusive em termos intergeracionais. Esse comprometimento, no entanto, não é homogêneo entre os diferentes atores que convivem nos limites da Unidade, tanto se considerando o universo valorativo, quanto a disponibilidade para a participação no âmbito de ações coletivas e das características identitárias de ‘população tradicional’, cujos parâmetros são recorrentemente objetos de discussão.

Nesse encontro do ‘tradicional’ com a gestão ambiental globalizada contemporânea, os extrativistas, de maneira geral, e não apenas os marinhos, são cada vez mais cobrados por melhores práticas ambientais e, ao mesmo tempo, se vêm pressionados a tentar incrementar a produção como forma de melhorar suas condições financeiras, especialmente aqueles beneficiários de Unidades de Conservação..

A literatura acadêmica (Bernardi, 2005; Callou, 2009; Diegues, 2004a; Dumith, 2011; Gerhardt e Almeida 2002, 2003) tem mostrado que áreas em torno de Unidades de Conservação, sejam elas de proteção integral ou de uso sustentável, são potencialmente propensas a conflitos, por (a) serem territórios onde as regras

² Área onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade.

instituídas pela legislação ambiental referentes a essas Unidades muitas vezes não interagem com o saber local; (b) essa legislação ignora outros interesses e práticas já instituídos na região, (c) a política ambiental entra em choque com outras políticas públicas, como por exemplo, o incentivo ao turismo e (d) as hierarquias internas ao grupo são muitas vezes reordenadas com a criação de uma UC.

Mesmo considerando-se o avanço que esses arranjos institucionais criados nas últimas décadas possibilitaram na inclusão de temas como participação, multiculturalismo e para a abordagem do desenvolvimento para além da esfera puramente econômica, até então secundários na agenda política contemporânea, a população de pescadores artesanais extrativistas tradicionais ainda se vê como demonstram os estudos realizados por Callou (2009; 2010), Diegues (1999, 2004^a, 2004b), Lobão (2006) e outros, como não reconhecidos em suas demandas. No caso específico daqueles que residem no entorno de Unidades de Conservação, como as Reservas Extrativistas Marinhas e as Reservas do Desenvolvimento Sustentável (RDS), por exemplo, esse arcabouço institucional e jurídico vem possibilitando, pelo menos no discurso, um lócus formalmente constituído para expressão de suas demandas e opiniões, que é o Conselho Deliberativo, mas ao mesmo tempo, é também uma barreira para o acesso pleno aos direitos a que conquistaram quando esbarram na burocracia e na linguagem legal e do Estado.

Outras formas de representação, como as Associações de Pescadores, não são necessariamente representadas nos Conselhos e o SNUC não deixa clara qual seria o papel dessas entidades da gestão compartilhada formalmente instituída. Ao mesmo tempo, o Estado exige em muitos casos a formalização de uma Associação representativa para interlocução com a comunidade, por exemplo, para a criação de uma UC e para a assinatura do Contrato de Cessão de Direito de Uso (CCDRU). Os conflitos e disputas de poder e representatividade entre os representantes da população tradicional no Conselho Deliberativo e essas Associações podem inclusive minar a capacidade comunitária de agir coletivamente, diluindo os interesses internos do grupo.

Nos espaços formalmente constituídos para discussão, que são os Conselhos Deliberativos das UCs de uso sustentável, estão também representados outros grupos

sociais que não apenas os extrativistas, como o poder público (federal, municipal e estadual), organizações ambientalistas, representantes do setor industrial e de serviços, como turismo, por exemplo. A diversidade de interesses e opiniões de diferentes atores sobre temas relacionados à gestão desses territórios específicos manifestam-se por vezes em conflitos entre os membros da própria comunidade extrativista e entre eles e os outros atores.

Assim, questiona-se de que maneira os conflitos existentes em torno de Unidades de Conservação (UCs) de uso sustentável, especialmente aqueles que se manifestam entre a população local, o Estado e outros atores que convivem nesses territórios relacionam-se a diferentes concepções valorativas sobre o meio ambiente, o desenvolvimento e a tradição. Pergunta-se ainda até que ponto o reconhecimento legal e institucional de uma população específica traduz-se na prática, para essa população, como uma efetiva ampliação de suas liberdades, ou ao contrário se transforma em uma obrigação em se enquadrar em uma denominação específica criada pelo Estado, como a categoria população tradicional.

Diante desse panorama, essa tese busca investigar os conflitos de interesse existentes em torno de uma Unidade de Conservação de Usos Sustentável a partir das premissas valorativas expressas pelos diferentes atores que se envolvem nessa disputa. Pretende-se com isso chamar a atenção para o fato de que nas disputas políticas, que se dão em espaço público, há um pano de fundo valorativo, utilizando-se do termo de Taylor (1989), que muitas vezes fica encoberto e não tematizado explicitamente nesses conflitos. Além disso, esse tipo de situação, onde diferentes lógicas de pensamento se confrontam em torno de recursos naturais e territórios são expressões também do encontro dos diferentes meios de vida ampliados pela globalização e pela mídia que atenuam as fronteiras entre sociedades 'tradicionais' e modernas, entre aspirações e possibilidades dos jovens nessas comunidades menos urbanizadas, e sobretudo a possibilidade de se identificar com discursos diferentes que ecoam na contemporaneidade, conforme discute Giddens (1991).

Com o objetivo de contextualizar esse debate teórico na vida cotidiana, elegeu-se a Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, localizada no extremo sul da Bahia, como o locus empírico da investigação. A criação da Reserva Extrativista

Marinha de Corumbau, em 2000, veio atender à demanda de pescadores artesanais locais pela proteção dos recursos marinhos necessários à sua reprodução social. Foram a concorrência de barcos vindos de outras localidades e Estados para pescar nas proximidades da Ponta de Corumbau e o interesse na conservação biológica dos bancos de corais no entorno do Parque Nacional de Abrolhos que levaram à criação da Reserva. Oficialmente traçada sobre o mar, a Resex abriga na área adjacente, em terra, outras Unidades de Conservação (Parque Nacional do Monte Pascoal e Parque Nacional do Descobrimento), o Território Indígena de Barra Velha (a maior aldeia Pataxó do sul da Bahia), grandes propriedades de terra algumas exploradas turisticamente, e centenas de famílias de pescadores artesanais, que dependem do acesso aos recursos marinhos para a sobrevivência.

A região onde se localiza a Resex Corumbau abriga a foz de dezenas de pequenos riachos e rios e a pesca é praticada nas regiões mais próximas à costa, tanto pelo caráter pouco instrumentalizado das embarcações, como pela própria formação geológica da região, que favorece a formação de vastos recifes de corais paralelos à costa e que protegem o estoque pesqueiro. Além de sua relevância biológica e de sustentar importantes atividade de pesca comerciais e de subsistência, a região apresenta grande beleza cênica, atraindo turistas e empreendimentos deste setor para a região. O aumento do fluxo de turistas, especialmente entre os meses de dezembro e fevereiro, é uma oportunidade de obter renda extra para grande parte dos habitantes locais que vivem da pesca. Essas diferentes possibilidades e interesses se dão sob um contexto jurídico e institucional traçado sobre em escala global, por meio de acordos internacionais, orquestrados por entidades como a Organização das Nações Unidas, por exemplo e que impactam diretamente no cotidiano de comunidades como a de Corumbau e adjacências.

Em comunidades tradicionais o modo de apropriação social do mar tem tendências a se basear, não em estratégias de subsistência, mas em crenças culturais e valores que se relacionam no intuito de manter a identidade social e um sentido do lugar. Nesse sentido, conservacionistas e pescadores muitas vezes comungam as mesmas preocupações para com a natureza, mas têm percepções e entendimentos diferentes sobre o meio-ambiente e idéias distintas do que significa o uso sustentável dos recursos. É necessário apontar então as características culturais desses povos,

suas crenças, usos, valores, tradições, saberes, religiosidades, para que assim, na agregação dos conhecimentos e atores, as responsabilidades possam ser distribuídas, possibilitando a todos os envolvidos serem protagonistas no planejamento e gestão estratégicos do meio ambiente.

Para fornecer o arcabouço teórico e conceitual dessa pesquisa, optou-se por dialogar com autores contemporâneos, oriundos de diferentes disciplinas nas Ciências Sociais. Quatro conceitos principais foram escolhidos para nortear o estudo. São eles: desenvolvimento, conflito social, tradição e reconhecimento. Em termos metodológicos, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo. Em campo, foram utilizadas a observação participante e a técnica de entrevistas .

Da Antropologia, optou-se por Geertz (2001, 2008, 2009) de quem são utilizadas a concepção de “descrição densa” do campo e do entendimento da Cultura como um conjunto de textos, complementada pelas análises de Angrosino (2009) sobre a metodologia de observação participante e sobre as particularidades do trabalho de campo de inspiração antropológica, no qual o pesquisador está sempre na situação de intérprete. Da Sociologia optou-se por Sen (2012), Sen & Kliksberg (2010) e Sachs (2009) para apresentar a discussão sobre o conceito de desenvolvimento, pois esses autores apresentam concepções que permitem agregar diferentes esferas da vida social. Além desses, as contribuições de Melucci (1996; 2001) e Giddens (1991, 2002) permitem discutir as particularidades das sociedades contemporâneas sob a perspectiva das ações coletivas e do papel das identidades coletivas nesse período. Estabelecendo uma ponte com a Filosofia, Honneth (2011) e Taylor (1989; 2011) permitem locar a discussão sobre reconhecimento sob uma perspectiva das disputas por interesses materiais e simbólicos, complementadas pelas ideias de conflito social apresentadas por Simmel (1983; 2013) e pela discussão sobre a experiência da Modernidade em sociedades periféricas, conforme elaborada por Souza (2004; 2012). Tais opções partem do pressuposto de que a complexidade social requer um esforço analítico interpretativo no sentido de construir um conhecimento transdisciplinar.

Espera-se com essa pesquisa contribuir para o debate acadêmico sobre o papel da Cultura nos conflitos contemporâneos, em especial relacionados aos recursos naturais e às populações não urbanas. Além disso, espera-se que esse trabalho seja uma oportunidade também de reflexão e troca de experiências para os beneficiários da Resex Corumbau sobre os desafios e oportunidades que vivenciam em seu cotidiano.

No âmbito da Extensão Rural, compreendida como uma atividade de mediação entre diferentes saberes e atores sociais, espera-se com essa tese contribuir para o reconhecimento da população de pescadores extrativistas artesanais tradicionais como grupo socialmente importante para as atividades de extensão pesqueira, ainda tímidas no trajeto da Extensão no país. No universo específico da pesca, a Extensão Rural oficialmente instituída por meio de agências governamentais tem atuado timidamente, sendo encontrados poucos trabalhos realizados com populações de pescadores artesanais, comparando-se ao universo da agricultura e pecuária, tradicionalmente mais atendidas pelo serviço. Por fim, ainda como justificativa para este trabalho, considera-se que tematizar as opções valorativas que são feitas pelos indivíduos e grupos sociais em suas interações cotidianas pode vir a contribuir como um elemento de reflexão nas ações individuais e coletivas, extrapolando inclusive o universo das Unidades de Conservação e das populações tradicionais.

A pesquisa será apresentada da seguinte maneira: a parte I traz o embasamento teórico conceitual, buscando-se demonstrar que embora o momento contemporâneo seja palco de diversos discursos relacionados à sustentabilidade e à valorização das diferenças, alguns dos valores socialmente compartilhados que conferem reconhecimento social aos grupos e indivíduos, ainda estão ancorados em bases Modernas, conflitos de interesses e de valor se manifestam entre os atores. A segunda Parte apresenta o contexto jurídico institucional relacionado à gestão ambiental e à promoção de diferentes meios de vida no Brasil e internacionalmente, a partir da segunda metade do século XX e à gestão da pesca no Brasil. A terceira parte da Tese traz os dados empíricos e análises da pesquisa.

Objetivos:

O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar como diferentes hierarquias valorativas acerca do desenvolvimento, da tradição e do meio ambiente, expressas pelos diferentes atores sociais que convivem no entorno da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, em especial a população extrativista, o Estado e residentes, resultam em conflitos entre esses atores sociais.

Os objetivos específicos foram:

- i. Identificar os conflitos endógenos e exógenos vivenciados pela comunidade extrativista da Resex Corumbau com o Estado ou outros atores sociais que residem no entorno da UC;
- ii. Analisar na realidade empírica estudada conflitos relacionados a demandas por reconhecimento;
- iii. Identificar os argumentos utilizados pelos diferentes atores sociais no entorno para justificarem seu ponto de vista sobre as consequências trazidas pela criação da Reserva Extrativista de Corumbau;
- iv. Identificar a percepção que os jovens que vivem no entorno da Resex Corumbau têm sobre a Unidade e seu envolvimento com a mesma no momento atual e para o futuro.

1 ANCORAGENS TEÓRICAS E CONCEITUAIS

1.1 Introdução

Esta parte da tese demarca os elementos teóricos conceituais para subsidiar as análises dos dados coletados em pesquisa documental e de campo. Serão apresentadas nessa parte algumas considerações teóricas sobre os conceitos de conflito, reconhecimento, tradição e desenvolvimento relacionando-os ao contexto da gestão ambiental, em especial às políticas voltadas às Unidades de Conservação e às Populações tradicionais.

Balizando-se por esses quatro conceitos norteadores, tece-se aqui a tese de que o arcabouço jurídico-institucional criado nas últimas décadas, em âmbitos nacional e internacional, visando garantir interesses das populações tradicionais e da conservação ambiental em territórios específicos, expressam discursivamente uma valorização de práticas relacionadas às culturas locais, mas se instrumentaliza por meio de orientações organizacionais e administrativas ainda muito ligadas à lógica cientificista e do agir instrumental, o que acaba por gerar desconfiças e conflitos entre os atores que convivem nesses territórios.

Parte-se do pressuposto de que as ações sociais são motivadas tanto por condições materiais e de oportunidades disponíveis, quanto por elementos valorativos, que poderíamos denominar de morais, que se encontram em constante disputa no espaço público e nas interações sociais e que nem sempre são trazidos à tona nas interações. Sendo assim, considera-se pertinente iniciar este trabalho com as discussões apresentadas por Taylor (1989) e Souza (2012) sobre as configurações morais que foram sendo estabelecidas ao longo do período Moderno e que influenciam, na contemporaneidade, concepções sobre práticas e meios que merecem maior ou menor reconhecimento social. Para esses autores as disputas entre abordagens culturalistas ou estruturalistas nas ciências sociais deixam de considerar

que também a estrutura é influenciada por determinadas ideias que a justificam. Embora Taylor (1989) não traga em suas análises uma perspectiva que busque associar essa hierarquia valorativa a uma disputa de grupos sociais por recursos escassos, sua análise é complementada nesse sentido por Souza (2012) no contexto específico de países periféricos, como o Brasil.

O interesse em apresentar um resgate histórico sobre a Modernidade surge da compreensão de que nesse período valores sociais foram construídos e constituíram-se como uma moralidade expressa em um modelo de vida idealizado, a partir de concepções como secularização, dicotomia Natureza x Cultura, racionalização, cientificismo e industrialização. Esses valores estão como comenta Souza (2012), implícitos nas ações e vivências cotidianas e não são tematizados. Durante o percurso da Modernidade, alguns questionamentos sobre esse ideal começam a circular na esfera pública e influenciam alguns arranjos políticos, sinalizando as transformações inerentes à vida social, mas ainda orientam justificativas para as hierarquias sociais e naturalizam assimetrias socioeconômicas e culturais vivenciadas na contemporaneidade.

Na literatura acadêmica, as transformações que afetam esses ‘pilares’ do pensamento Moderno, que se intensificam a partir da segunda metade do século XX, deram origem a termos como Modernidade tardia, alta modernidade, pós-modernidade, tendo em comum entre eles a ideia de que o mundo contemporâneo apresenta um desfalecimento de muitas das certezas do período Moderno, ao mesmo tempo em que os atores passam a interagir e estabelecer laços (ainda que temporários) em torno de ideias e projetos comuns, alterando os arranjos sociais e políticos tradicionais. Extensa literatura existe sobre essas transformações e são escolhidos aqui os trabalhos de Giddens (1991) e Beck (1995; 1999) para serem apresentados em maior detalhe, por serem autores que privilegiam em suas análises os aspectos culturais das disputas políticas no mundo contemporâneo e a crise de valores da Modernidade.

Se muitas são as incertezas e possibilidades da contemporaneidade, vários são também os valores em disputa: diferentes perspectivas para o desenvolvimento, diferentes hierarquizações de saberes, distintas perspectivas para o papel da ciência e

para a utilização de recursos naturais. Algumas dessas disputas resultam em ações coletivas, como demonstram Melucci (1996; 2001); Gohn (1997; 2003) e Ascerald (2004; 2010). Outras se apresentam no encontro episódico dos diversos atores na vida social, mas sejam institucionalizados ou não, os discursos circulantes trazem as diferentes perspectivas valorativas (morais) que geram conflitos. O conceito é aqui utilizado na perspectiva adotada por Simmel (1983; 2013) para quem conflitos são constitutivos da sociedade e uma forma de interação entre os indivíduos que possibilita mudanças e por isso não são patologias coletivas, mas sim um processo natural da vida social.

No caso específico da gestão ambiental de territórios considerados importantes para a reprodução social das populações tradicionais e manutenção de ecossistemas específicos, os conflitos se manifestam nas interações entre as populações residentes (nativas ou não), o Estado, os especialistas e outros grupos de pressão. E nesse contexto de fluidez de certezas e do desfalecimento de grandes narrativas, conforme ressalta Bauman (2005) em seus estudos sobre a sociedade contemporânea “líquida”, esses atores se vêem ora como aliados, ora como inimigos, estabelecendo laços episódicos, ou ‘comunidades de interesses’, como chama o autor, diante de situações pontuais.

O cenário de incertezas e desconfiança, ao qual a sociedade Ocidental chega ao final do século XX, e que tenta se reconstituir nessa parte do trabalho coloca em xeque também a ideia de desenvolvimento tal como vinha sendo concebido nos últimos séculos. Se nem o acúmulo de conhecimento, nem o aumento na produção ou a industrialização, nem a forma de organização política do Estado Moderno foram capazes de levar o bem estar para todos os Homens, a própria concepção do que seja desenvolvimento passa a ser questionada e diferentes atores sociais entram em cena para legitimarem suas demandas e interpretações.

Assim, surgem novas adjetivações para o desenvolvimento – sustentado, sustentável, eco desenvolvimento - na perspectiva de que é preciso preservar os recursos naturais a fim de garantir sua existência para as próximas gerações e garantir também o respeito e as possibilidades de manutenção de culturas minoritárias. Sobre as novas perspectivas para o desenvolvimento, a literatura

acadêmica é extensa. Nesta pesquisa, apresentam-se algumas contribuições de Sachs (2009) e Chambers (2010), com destaque para o conceito de desenvolvimento no sentido dado por Sen (2007; 2012) como ampliação de liberdades. Essa concepção é complementada pelas análises de Santos (2002); Sen e Kliksberg (2010).

Quando essa nova orientação valorativa a respeito do desenvolvimento ecoa nas políticas nacionais e internacionais, a sustentabilidade passa a fazer parte do discurso de diferentes atores. O reposicionamento do Meio Ambiente na escala de valores das sociedades contemporâneas a partir da concepção de sustentabilidade que orienta as políticas de desenvolvimento traz também uma revalorização das práticas e culturas tradicionais, remetendo a uma associação cuja base moral pode ser atribuída ao Romantismo, conforme comenta Ribeiro (1992). Nessa perspectiva, a tradição é (re)valorizada como representação de práticas mais sustentáveis de convívio com a Natureza e também de uma sabedoria que se opõe ao cientificismo e instrumentalização da vida Moderna.

Para contribuir com esse debate, são apresentadas as contribuições de autores já mencionados aqui, como Giddens (1991), Melucci (1996; 2001) e Sen (2012), acrescidas das perspectivas analíticas de Ribeiro (1992), Castells (2002) e Little (2002), dentre outros.

Para fechar essa parte, é abordada a influência dos novos arranjos valorativos sobre a vida cultural, política e institucional, tema da próxima parte, que traz em maiores detalhes os arranjos legais advindos desse cenário, tanto em nível nacional quanto internacional.

1.2 A constituição dos valores morais na Modernidade

O termo Modernidade pode remeter tanto a um período histórico, quanto a um projeto filosófico. Como período histórico, pode-se considerar já o final do século XV como seu início, perdurando até os dias atuais (Giddens, 1991; Bauman, 2005) ou até a metade do século XX, quando se inicia então a pós-modernidade

(Giddens, 1991). Como projeto filosófico, pode-se demarcar o Renascimento como o movimento que melhor a representa, indicando uma passagem do mundo medieval, regido pela moral religiosa e por uma hierarquia social rígida e escorada pela tradição, para um modelo de secularismo, racionalismo e individualismo como orientadores da vida social.

Nesse trabalho, a Modernidade é referida como o período na história Ocidental, a partir do século XVI, impulsionado pela ascensão da burguesia como classe economicamente importante, especialmente na Europa, e cujas características marcantes são: a perda da importância das tradições e da religião na organização e explicação da vida social, a valorização da racionalidade instrumental² como forma de ação humana no mundo e da Ciência como fonte explicativa, o status conferido ao indivíduo como detentor de direitos e apto a fazer escolhas pessoais, e a organização política delineada como Estado-Nação (TAYLOR, 1989; 2011; GIDDENS, 1991). A Modernidade também é tomada nesse trabalho como caracterizada por um processo de mudança de consciência, no sentido de uma reconstrução moral da cultura Ocidental, conforme pondera Taylor (1989).

Em seu estudo sobre a configuração da identidade Moderna, Taylor (1989) analisa as contribuições de diversos filósofos cujas ideias influenciaram de alguma forma um novo imaginário social no Ocidente a partir do fim da Idade Média. Esse imaginário constitui-se em percepções manifestas em imagens, lendas, ditos populares e concepções valorativas. Para ele, as ideias articulam-se nas práticas sociais como padrões de certo ou errado, obrigações e proibições. “The ideas frequently arise from attempts to formulate and bring to some conscious expression the underlying rationale of patterns” (ibidem, 1989, p.204). Ideias são articulações linguísticas das práticas; elas surgem frequentemente de tentativas de formular e de dar expressão consciente ao fundamento lógico dos padrões que já funcionam no meio social.

Souza (2012), comentando sobre a abordagem Tayloriana, comenta que:

² Emprega-se ao longo desse trabalho o termo “racionalidade instrumental” para designar o que Taylor (2011, p.15) afirmou ser “um tipo de racionalidade em que nos baseamos ao calcular a aplicação mais econômica dos meios para determinado fim. Eficiência máxima, a melhor relação custo-benefício é sua medida de sucesso”.

[...] escolhas culturais e valorativas contingentes adquirem eficácia singular precisamente ao se travestirem, nos seus efeitos, de princípios neutros, universais, meritocráticos. [...] Instituições passam a ser grandezas perpassadas por valores e escolhas avaliativas e não podem ser pensadas sem elas. A oposição entre o material e o simbólico, assim como entre o materialismo e o idealismo se desvanece e perde o sentido quando percebemos, como Taylor o faz, que o que está em jogo são apenas diferenças nas formas como sentido e significado adquirem materialidade e eficácia (SOUZA, 2012, p. 78).

A preocupação central de Taylor (1989) é compreender as ideias morais e concepções valorativas que influenciam na configuração de um imaginário construído ao longo da Modernidade e que orientam na contemporaneidade práticas cotidianas de modo geral e inarticulado. A perspectiva do autor, também compartilhada nesse trabalho, é a de que ao longo desses últimos séculos novas bases valorativas foram construídas e se constituem como princípios de reconhecimento social e de autoestima na contemporaneidade.

Segundo Taylor (1989), a constituição da moral Ocidental foi influenciada, em termos filosóficos, em grande parte por pensadores como Agostinho³ e Descartes⁴ que retomaram a concepção platônica de separação entre mente e corpo. Platão⁵ foi o sistematizador de uma ideia fundamental para a concepção moral do Ocidente que é a ideia de um eu constantemente ameaçado pelo desejo, devendo ser subordinado e regido pela razão, numa oposição simbolizada pelo par corpo/mente. Para o filósofo grego, a racionalidade está ligada à percepção de uma ordem preexistente, portanto, realizar nossa capacidade racional é ser capaz de perceber essa ordem e ver a ordem como ela é. Na perspectiva platônica, a razão não se engana nunca; não há como alguém ser governado pela razão e estar iludido a respeito da ordem da realidade e do moralmente bom. A ideia do bem para o filósofo é a realidade suprema, da qual dependem todas as demais ideias e valores éticos, lógicos, estéticos manifestos no mundo sensível. A razão está associada não apenas à ordem correta da alma, mas também à ordem das coisas no cosmo de maneira ampla. Para Platão, a racionalidade é a visão correta da ordem existente e não um processo interno ao sujeito.

³ Agostinho de Hipona, ou Santo Agostinho (354-430)

⁴ René Descartes (1596-1650) filósofo francês.

⁵ Platão (428 A.C.-348 A.C.) filósofo e matemático grego.

Taylor (1989) considera que uma das mudanças culturais mais significativas na Modernidade foi o que ele considera de internalização das fontes morais. Agostinho é apresentado pelo autor como o responsável pela retomada do ideal platônico, mas sob a perspectiva de que a ordem está expressa também no interior de cada ser humano, sendo a partir desse momento que a ideia de indivíduo como agente começou a se estabelecer mais amplamente. Foi a partir de Agostinho que a busca pelo caminho do moralmente bom passou a se dar de forma reflexiva, interiorizada. A ordem racional para Agostinho é expressão do pensamento divino e para ele, a perfeição moral não é apenas resultado de um olhar treinado em relação à ordem imanente, mas de uma adesão pessoal ao bem. Assim como Platão, Agostinho considerava a ordem do Universo como expressão da racionalidade, no entanto, o conhecimento, para ele, não era algo exterior, uma revelação, como era para Platão, mas sim interior a cada ser humano, caminho para a verdade divina. Essa passagem para uma atividade reflexiva interiorizada em busca do caminho do bem é concebida na perspectiva de Agostinho como uma passagem para uma esfera superior. Somente sendo capaz de enxergar a ordem divina interiormente, por meio da reflexão encontra-se a verdade.

Thomas (2010) complementa esse argumento afirmando que a partir daí constrói-se toda uma hierarquia valorativa, passando a existir um abismo entre os seres capazes de raciocínio e os que carecem dessa faculdade, o que vai originar intensos debates sobre a natureza humana e suas diferenças com outros seres vivos. Nota-se nessa concepção também a dicotomia mente/corpo, espírito/matéria, inferior/superior e que vai ao longo da Modernidade se configurando em oposições, como por exemplo, trabalho manual x trabalho intelectual, que carregam também um caráter distintivo.

O legado de Descartes, segundo Taylor (1989), é uma nova definição do domínio da razão que traz consigo uma internalização das fontes morais. Descartes via como objetivo principal da ciência a descoberta da verdade das coisas, para que o homem pudesse ‘libertar o bom senso’ e tornar-se ‘senhor de seus prejuízos’. Para ele, era a organização lógica do pensamento que permitiria a descoberta da verdade e era a Matemática o instrumento para a dedução racional, objetivo do método (DESCARTES, 2008). Quando a hegemonia da razão passa a ser compreendida

como controle racional, como a capacidade de objetificar o mundo, o corpo e as paixões, as fontes da força moral não podem mais ser compreendidas como exteriores a nós. A racionalidade passa, assim, a ser definida procedimentalmente.

A racionalidade instrumental, tal como apresentada por Descartes, altera a maneira como a virtude passa a ser compreendida. A ética da honra que prevaleceu no período pré-moderno, associada a uma determinada hierarquia social orquestrada por uma noção do indivíduo como pertencente a um todo maior, é reinterpretada a partir de um ideal de controle racional da vida.

When the hegemony of reason comes to be understood as rational control, the power to objectify body, world and passions, that is, to assume a thoroughly instrumental stance towards them, then the sources of moral strength can no longer be seen as outside us in the traditional mode (TAYLOR, 1989, p. 151).

Se o controle racional implica em a mente dominar um mundo desencantado de matéria, então o senso de superioridade do bem viver e a inspiração de chegar a ele devem vir da percepção que o agente tem de sua própria dignidade como ser racional. Segundo Taylor (ibidem), isso viria posteriormente influenciar o senso de dignidade na Modernidade, que passa a ocupar o lugar da honra nas sociedades pré-modernas. A internalização da faculdade de cognição corresponde a uma internalização da moralidade, calcada ainda na ideia de um ser humano moldável por meio da ação metódica e disciplinada.

Freitag (1992) chama a atenção para o fato de que no universalismo da Ilustração está implícita a ideia de uma natureza humana comum a todos os homens, essencialmente racional. Agir de forma racional e utilizar a razão para ancorar os julgamentos passam a ser interpretadas então como uma necessidade, motivada pela matriz filosófica que procura demarcar o ser humano como moralmente superior aos demais seres por essa faculdade específica. Segundo Kalberg (1980), Weber discorda da visão que o homem tornou-se apto a se guiar por uma conduta racional a partir do Iluminismo, pois o homem para ele já era capaz de tomar decisões racionais mesmo antes desse período. A diferença repousa no tipo de racionalidade que orienta a ação social.

Na visão de Weber, há quatro tipos de racionalidade: prática, teórica, substantiva e formal. A primeira revela-se como o cálculo preciso dos meios mais adequados para o alcance de fins práticos. A racionalidade teórica refere-se à atividade de criação de um domínio da realidade, por meio da construção de conceitos abstratos. A racionalidade formal legitima seu cálculo meio-fim por meio de regras, leis e regulamentos universalmente aplicados. E por fim, a racionalidade substantiva que, diferentemente dos outros tipos de racionalidade, não se baseia, exclusivamente, no cálculo entre meios-fins. Os valores sejam eles passados, presentes ou potenciais orientam esse tipo de ação racional. Neste sentido, as atividades são realizadas independentemente dos resultados obtidos. Entretanto, a racionalidade substantiva pode estar circunscrita ou organizando apenas uma pequena área da vida de um indivíduo. Baseia-se em padrões éticos que permitem ao indivíduo julgar e mensurar determinados acontecimentos empíricos, representando a capacidade do homem de agir racionalmente baseado em valores (KALBERG, 1980). Esses tipos ideais de Weber permitem perceber que existem diferentes possibilidades de combinação entre padrões éticos, interesses práticos e contextos institucionais, utilizadas pelos indivíduos de acordo com as circunstâncias muitas vezes de forma imbricada.

Nas práticas sociais, o racionalismo da Ilustração se materializava, por exemplo, na concepção da ciência, como instrumento capaz de dissolver os mitos através do exercício de uma razão esclarecida e crítica instrumentalizada pelo método Cartesiano e da experimentação Baconiana⁶. Para dissolver e destronar os mitos, era necessário dominar a natureza e verificar os fatos de forma objetiva, classificável e mensurável. A ciência, com suas explicações baseadas na lógica cartesiana e nas observações empíricas, dava aos homens as ferramentas para explicar o mundo de maneira mais precisa e atuar nele também de forma mais eficaz. Em termos de organização social, o Estado Moderno passou a regulamentar o comércio, o trabalho, as condições de saúde, dentre outras, instaurando uma concepção de igualdade cidadã. Acrescente-se a isso a internalização da ética que, juntamente com essas novas formas de ordenamento e normatização indicam,

⁶ Francis Bacon (1561-1626) filósofo inglês, precursor do método científico.

segundo Taylor (1989), a crença na capacidade do agente humano de se organizar por meio da postura metódica e disciplinada, com uma postura instrumental diante da vida.

Esse exercício de olhar a realidade de forma objetiva e desprendida, que se pode denominar aqui de reflexividade é, segundo Taylor (1989), pré-condição para o aparecimento do que ele denomina self, uma necessidade, um anseio de buscar aquilo que essencialmente se é, de encontrar sua própria identidade, em processos que só podem ser resolvidos individualmente. Segundo o autor, Locke⁷, teve também influência nesse processo, contribuindo com a ideia apresentada de que a mente humana e o conhecimento são construídos a partir da experiência e que cabe a cada um, por meio de procedimentos racionais e reflexivos reavaliar constantemente as experiências e ideias de forma a alcançar um conhecimento confiável.

Taylor (1989) denomina de self pontual aquele capaz de objetificar a tudo, inclusive si mesmo, mas que para ele não é neutro, como apresenta Locke, mas articulado às próprias concepções morais. Taylor afirma que a Modernidade instaura um ideal de indivíduo como projeção idealizada de um ser capaz de obter por meio do conhecimento, do trabalho e do emprego da razão sua autorrealização. O self pontual para Taylor é uma concepção de ser humano presidido pela noção de calculabilidade, raciocínio prospectivo, autocontrole e trabalho produtivo que fundamentam sua autoestima e seu reconhecimento perante os demais.

A partir do momento em que os indivíduos passam a se orientar por uma concepção de que é possível olhar para todas as coisas e inclusive para si mesmo de forma “objetiva” ou desengajada, as fontes morais passam a estar ancoradas nos ideais de responsabilidade relacionados à liberdade e ao uso da razão, e não mais na metafísica ou na tradição, como ocorria no período anterior à Modernidade. Daí também a supervalorização da vida cotidiana, no sentido de os indivíduos passarem a se perceber no mundo mais com o objetivo de descobrir e atender às demandas individuais do que como parte de um todo.

O individualismo Moderno, na perspectiva de Taylor, não é sinônimo de egoísmo do sujeito, mas a materialização de um ideal que valoriza a busca interior,

⁷ John Locke (1632-1704) filósofo inglês.

individualizada, pelo sentido da vida. Taylor considera que a Modernidade possui uma cultura individualista nos três sentidos já mencionados anteriormente: valorizando a autonomia, o autoconhecimento, especialmente relacionado aos sentimentos internos, e uma visão de que uma vida boa é fruto de determinação individual.

1.2.1 O meio ambiente e as tradições no contexto da Modernidade

Seja considerando-se que a racionalidade era então um atributo nato a todos os seres humanos, ou que devia ser cultivado por meio do conhecimento, fundadores originais da ciência e da filosofia modernas acreditavam ser esta a característica fundamental que prepararia o caminho para o conhecimento seguramente fundamentado dos mundos social e natural: as afirmações da razão deveriam superar os dogmas da tradição, oferecendo certezas em lugar do caráter arbitrário dos conhecimentos advindos dos hábitos e costumes (GIDDENS, 2002). Ser racional significava, a partir de então, ser capaz de tomar uma posição objetiva frente aos objetos e ao mundo natural, descolá-los de seu entorno para melhor compreendê-los e dominá-los. A ciência foi credenciada assim como a forma preferida de objetificação da realidade, por meio de métodos e procedimentos sancionados como racionais e imparciais.

No início do período Moderno, a ênfase na racionalidade e no saber científico colocou os saberes tradicionais em uma condição de subordinação em relação aos primeiros. Os saberes oriundos de práticas tradicionais carecem do aval de confiabilidade dos resultados da prática científica e, nesta perspectiva, a tradição se contrapõe à racionalidade e ao confiável.

Segundo Thomas (2010), até a Idade Média, os agricultores e as pessoas comuns eram as que mais conheciam as plantas e sabiam atrair os animais e os fenômenos não entendidos eram explicados pelos mitos ou pela religiosidade, ocupando espaços que a ciência ainda não ocupava. O conhecimento do homem sobre a natureza era apreendido com base na prática do dia a dia e transmitido em larga escala oralmente, visto que muito poucos tinham acesso à leitura. (GIDDENS,

1991). Isso não quer dizer que não houvesse um saber acumulado e transmitido a cada geração, apenas as explicações sobre os fenômenos eram de outra ordem. Thomas (2010) comenta sobre algumas dessas narrativas tradicionais e exemplifica como certos animais eram perseguidos por acreditarem que faziam mal ao rebanho, por exemplo, e plantas eram associadas a estados de espírito.

Tais práticas se fundavam na antiga convicção de que o homem e a natureza estavam encerrados em um só mundo. Havia analogias e correspondências entre espécies, e a sorte humana podia ser expressa, influenciada ou mesmo prevista por plantas, pássaros e animais (THOMAS, 2010, p.90).

Ainda que muitos desses conhecimentos tradicionais tenham sido utilizados pelos naturalistas da ciência Moderna, buscando-se ratificá-los por meio do conhecimento cientificamente embasado, as simbologias do saber popular nunca foram seriamente reconhecidas como válidas pelos cientistas, afastando-os do universo do saber local. Segundo Thomas (idbem), o abismo entre o saber popular e o saber científico foi se alargando ainda mais com a introdução da nomenclatura latina. Essa fora introduzida numa tentativa de normatizar e universalizar os nomes das espécies, que muitas vezes eram conhecidas por nomes diferentes conforme a região e também para, de certa forma, romper com as simbologias e os significados culturais locais instaurados anteriormente pelo saber popular. A linguagem especializada configura-se, já naquele momento, como um fator distintivo para o reconhecimento social tido como válido.

O controle do Homem sobre a natureza era o ideal conscientemente proclamado dos primeiros cientistas modernos. Os escrúpulos quanto ao tratamento dos outros seres vivos eram afastados pela convicção da superioridade humana frente aos demais. Thomas (2010) comenta que a justificativa para essa crença foi sendo reiterada ao longo dos séculos por ideias como a ‘alma racional’ dos Homens, como dizia Aristóteles; a do ‘homem como imagem de Deus’, apregoado pela doutrina judaico-cristã; sua capacidade singular de fabricar utensílios e ferramentas (Franklin), ou ainda como animal que cozinha (Lévi-Strauss). Em todas essas definições o antagonismo Homem x outros seres vivos está presente, assim como a superioridade do primeiro em relação aos demais.

O desenvolvimento técnico possibilitou que o meio ambiente fosse estudado sob a perspectiva da observação e classificação dos seres vivos. A invenção do microscópio proporcionou uma melhor observação dos animais e desacreditou muitas crenças populares, dentre elas a ideia de geração espontânea das espécies. Os estudos científicos conduzidos nas áreas de botânica e zoologia nos séculos XVII e XVIII visavam ainda identificar espécies que pudessem ser úteis ao homem ou formas de adaptar os animais e plantas aos interesses humanos (THOMAS, 2010).

Marcondes (1999) menciona o fato de que até meados da Idade Moderna a ideia de natureza estava ligada ao sagrado e era considerada em oposição à cidade, que representava o projeto civilizatório. Thomas (2010) também afirma que durante a Renascença, a cidade era tida como sinônimo de civilidade, em oposição à rusticidade do campo.

Nos tempos da Renascença, a cidade fora sinônimo de civilidade, o campo de rudeza e rusticidade. Tirar os homens das florestas e encerrá-los numa cidade era o mesmo que civilizá-los [...]. A cidade era o berço do aprendizado, das boas maneiras, do gosto e da sofisticação (THOMAS, 2010, p.345).

Esse ideal de ‘civilidade’ ainda se apresenta na contemporaneidade nos ideias de desenvolvimento expressos em diferentes discursos circulantes, e que ainda representam o mundo rural como contraposição à cidade, que vislumbram a urbanização e a industrialização como meios de materialização do desenvolvimento.

Gonçalves (1989) explica como a partir do Iluminismo essa oposição começa a se tornar o centro das relações entre o homem e a natureza. “O homem, instrumentalizado pelo método científico, pode penetrar os mistérios da natureza e, assim, tornar-se senhor e possuidor da natureza” (Ibidem, 1989, p.33). A Revolução Industrial e a ascensão do capitalismo, segundo este autor, acentuaram ainda mais a ideia de uma natureza exterior ao homem.

Percebe-se com os autores mencionados acima que a relação com o meio ambiente se transformou durante os primeiros séculos do período Moderno, passando de uma relação cósmica ou mítica de ligação entre os Homens e o mundo natural para uma relação de dominação por meio do conhecimento. O meio ambiente nesse contexto passa a ser objeto, cujas características deviam ser explicadas por meio da

ciência para atender as necessidades humanas. Uma nova transformação nessas relações começa a se delinear, segundo Thomas (2010), no século XVIII, com o romantismo, por influência tanto dos desconfortos trazidos pela industrialização às cidades europeias, quanto pela influência de filósofos como Rousseau (1987) que defendem a ideia de um retorno à natureza, não no sentido de uma volta a uma condição de vida ‘selvagem’, mas pela busca de uma relação com o mundo menos pautada pelas relações sociais, pela preocupação com julgamentos alheios e pela ambição.

Segundo Thomas (2010), críticas ao uso indiscriminado dos recursos naturais começam a surgir na Inglaterra ainda no século XVIII. A revolução industrial foi um dos motivos que levaram a um reordenamento sobre o assunto. Para Thomas (ibdem), por volta de 1800, a ideia de que a Natureza fora feita para servir ao Homem começa a ser questionada, como consequência tanto das contribuições de estudos no âmbito da história natural que desacreditaram algumas das concepções antropocêntricas apregoadas nos séculos anteriores, quanto às próprias consequências da Revolução Industrial naquele país, relacionadas principalmente à poluição.

O crescimento das cidades conduziu a um novo anseio pelo campo. O progresso da lavoura fomentou um gosto por ervas daninhas, montanhas e natureza não dominada. A recém-descoberta segurança diante dos animais selvagens produziu um empenho cada vez maior em proteger aves e conservar as criaturas selvagens em seu estado natural (THOMAS, 2010, p.425).

O estudo de Thomas cita o caso da Inglaterra, que foi o berço da Revolução Industrial e que assim foi um dos primeiros países a observar os efeitos da transformação da paisagem natural e da industrialização, mas essas críticas também passaram a ser elaboradas posteriormente em outros países do mundo.

1.3 Reflexividade e Modernidade

Ao longo dos séculos da Modernidade, diferentes fatores como o crescimento das cidades, a destruição de áreas naturais para a agricultura e a extinção de algumas espécies foram contribuindo, segundo Thomas (2010), para que alguns setores

sociais começassem a questionar, já no final do século XVIII, o relacionamento estabelecido entre meio natural e sociedades humanas. No entanto, foi principalmente a partir da segunda metade do século XX que essa relação começou mais amplamente a ser colocada em xeque.

Aspectos negativos que persistiram ou foram criados na Modernidade colocaram sob suspeição a concepção de que o avanço técnico levaria ao desenvolvimento e evidencia que o modelo racionalista instrumental não necessariamente conduziria a um entendimento generalizado sobre como agir no mundo. Nem os avanços no conhecimento, nem as novas formas de organização política e do trabalho foram suficientes para superar desigualdades e privações de bens materiais e simbólicos que ainda persistem em muitos países. Soma-se a isso todo o processo de secularização e ‘desencantamento’ do mundo, que desconstruiu ao longo da Modernidade as fontes tradicionais de conhecimento e explicação.

Para designar esse momento de questionamentos e de desconstrução das certezas que se evidencia a partir da segunda metade do século XX, termos diversos já foram cunhados: ‘sociedade da informação’ ‘sociedade do consumo’, ‘pós-modernidade’, ‘alta modernidade’, ‘modernidade tardia’ e ‘sociedade pós-industrial’ (GIDDENS, 1991). Em comum, referem-se a um momento da história Ocidental onde as certezas são escassas e os discursos diversos, cabendo aos indivíduos decidir a quais ideias e valores eles querem se afiliar. Tal conjuntura propiciou farta produção acadêmica sobre o assunto. Análises da contemporaneidade com ênfase nos riscos e incertezas produzidos pela Modernidade e seus impactos sobre as práticas sociais foram feitas por Beck (1995, 1999), Giddens (1991), Beck, et al., (2003), Bauman (2005), dentre outros.

Para Giddens (1991), essas adjetivações do termo Modernidade procuram dar nome ao processo amplo de mudanças que deslocam estruturas e processos centrais da sociedade moderna abalando os quadros de referência que davam ancoragens estáveis para os indivíduos. Ele não concorda, no entanto, que seja um momento posterior à Modernidade, mas sim a acentuação de suas consequências e por isso, ele prefere denominá-lo alta modernidade. As mudanças relacionadas às experiências que podem ser descoladas pelos sujeitos do tempo e do lugar aos quais se vinculam e

a atitude reflexiva advindas com Modernidade e que seriam duas marcantes características do período, continuam para ele mais vívidas do que nunca e por isso as adjectivações “pós” seriam equivocadas.

Segundo Giddens (1991), a consciência de que toda certeza ou conhecimento é provisório é uma das características mais perturbadoras da Modernidade. Pois se caberia à ciência conduzir a Humanidade a uma vida com maior controle sobre o mundo Natural e possibilitar uma vida mais segura, percebe-se ao final do século XX que nenhum conhecimento obtido está isento da possibilidade de ser revisado no futuro, tornando-se não-confiável.

Em todas as culturas, as práticas sociais são rotineiramente alteradas à luz de descobertas sucessivas que passam a informá-las. Mas somente na era da modernidade a revisão da convenção é radicalizada para se aplicar (em princípio) a todos os aspectos da vida humana (...). Estamos em grande parte num mundo que é inteiramente constituído através do conhecimento reflexivamente aplicado, mas onde, ao mesmo tempo, não podemos nunca estar seguros de que qualquer elemento dado desse conhecimento não será revisado (GIDDENS, 1991, p. 49-50).

Para o autor, essa capacidade reflexiva não é apenas exercício abstrato de reflexão, que o indivíduo realiza sozinho, mas sim alimenta e é alimentado por novos conhecimentos que vão sendo construídos para analisar a realidade e reordená-la. Além disso, acrescente-se o fato de que o século XX foi marcado pela crescente midiatização da vida cotidiana, com trocas de informação em níveis internacionais em uma velocidade e abrangência que antes não era possível. Nunca, anteriormente, as pessoas, em diferentes partes do mundo tiveram tanta informação (muitas vezes com imagens) sobre o que acontecia em outras localidades em tempo tão próximo ao fato real.

Essa ampliação no alcance da comunicação, possibilitada principalmente após a criação da TV, acabou facilitando também que aquele sentimento de incerteza, ao qual se referiu Giddens, fosse intensificado e compartilhado entre pessoas que talvez nem soubessem de sua ocorrência se não fossem os meios de comunicação. Dessa forma, as externalidades negativas, que antes seriam percebidas localmente, a partir de episódios que afetam diretamente a vida das pessoas, passam a ser compartilhadas globalmente, amplificando a sensação de crise.

Cabe ainda notar que essa ampliação da capacidade na circulação de informações possibilitou, é certo, que fenômenos negativos, como episódios de poluição e contaminação de recursos naturais, guerras, epidemias, catástrofes naturais, desigualdades sociais e outras informações dessa natureza fossem compartilhados por pessoas em todo mundo. Mas possibilitou também comparações entre padrões de consumo, direitos e crenças e também a maior troca cultural entre meios de vida, ainda que mediados.

Segundo Giddens (1991), a destradicionalização gerada pela modernidade está relacionada a alguns elementos associados ao que ele denomina mecanismos de desencaixe das relações sociais dos contextos locais, como as fichas simbólicas e os sistemas peritos. As fichas simbólicas são sistemas de troca com valor padronizado, sendo intercambiáveis em diversos contextos. Os sistemas peritos são conhecimentos técnicos cuja validade independe dos participantes. Ambos os sistemas dependem da confiança depositada pelos sujeitos, que sem os laços fortes da tradição, decidem entre confiar ou não. Para esse autor, esses dois mecanismos retiram as situações sociais de seu contexto. A globalização, para ele, seria um efeito da Modernidade, percebida como uma padronização dos estilos de vida, dos bens de consumo, inclusive simbólicos, e evidenciam esse desencaixe do tempo e do espaço. Tal consideração de Giddens (1991) dialoga com a tese de Beck (1995) de que os efeitos negativos da sociedade Moderna atinge a todos, independentemente do local geográfico e do status social, caracterizando uma sociedade de risco global, onde os padrões de calculabilidade e aceitabilidade são constantemente revistos, frente aos novos conhecimentos.

Giddens (*ibidem*) afirma ainda que o período Moderno produziu modos de vida que desvencilharam os indivíduos de todos os tipos tradicionais de ordem social, tanto em suas extensionalidades quanto em suas intencionalidades. Em extensão, elas interconectaram o globo; em intenção, elas modificaram as bases da vida cotidiana. A descontinuidade que separa as instituições sociais modernas das tradicionais é identificável pelo ritmo no qual as mudanças ocorrem, pelo seu alcance em termos globais e por algumas formações sociais inexistentes anteriormente, como os Estados-nação, por exemplo. Castells (2002) sintetiza as preposições de Giddens (1991):

Uma das características distintivas da modernidade é uma interconexão crescente entre os dois extremos da ‘extencionalidade’ e da ‘intencionalidade’: de um lado influências globalizantes, e de outro, disposições pessoais... Quanto mais a tradição perde terreno, e quanto mais reconstitui-se a vida cotidiana em termos de interação dialética entre o local e o global, mais os indivíduos veem-se forçados a negociar opções por estilos de vida em meio a uma série de possibilidades... O planejamento da vida organizada reflexivamente torna-se característica fundamental da estruturação da auto identidade (CASTELLS, 2002, p. 27)

A perspectiva reflexiva, apresentada por Giddens (1991) e Castells (2002) se distancia um pouco da consideração de Taylor (1989) sobre a existência de um pano de fundo não tematizado que orienta as ações dos indivíduos e grupos e construídas a partir de concepções morais amplamente compartilhadas e disseminadas, constituindo-se em um imaginário social. Se para Giddens os atores se orientam reflexivamente entre as diferentes possibilidades de filiação e escolhas que remetem também a opções valorativas, para Taylor essas escolhas não são refletidas para além do plano individual.

Castells (2002) dialoga com Giddens (1991) e concorda com ele sobre a dialética entre o local e o global na sociedade contemporânea e suas consequências para a formação das identidades coletivas, mas se diferencia desse autor por entender que a reflexividade, um dos pontos-chave na teoria de Giddens sobre a Modernidade, só é vivenciada, de fato, pelos indivíduos que se encontram no centro da sociedade em rede, os globopolitanos.

A posição de Castells (ibdem) pode parecer em um primeiro momento preconceituosa ou eurocêntrica, mas na verdade, o autor parece estar se referindo ao fato de que a plenitude da experiência Moderna, no sentido da possibilidade de vivenciá-la em todas as suas nuances – sociais, econômicas, políticas - está muito mais disponível para os atores que se encontram no centro do sistema. A tese de Castells (2002) pode ser demonstrada empiricamente, por exemplo, quando consideramos populações tradicionais que vivem em contextos onde estão, ou estiveram até recentemente, relativamente isolados dos centros urbanos.

Souza (2012), estudando os processos de exclusão no contexto brasileiro, corrobora essa perspectiva e advoga que na periferia do sistema capitalista (caso dos países em desenvolvimento, como o Brasil), a Modernidade se instaura de maneira

incompleta e nem todas suas possibilidades são vivenciadas em um contexto de desigualdade e pobreza. No entanto, Souza (2012) avalia que alguns valores sociais estão tão naturalizados que não são considerados reflexivamente nas ações cotidianas. Para Souza (ibidem) nas sociedades da periferia do sistema, as práticas Modernas se instauraram anteriormente às ideias que deram origem a essas práticas, ao contrário do que ocorreu, por exemplo, na Europa, a partir do século XV. Essa ponderação será mais bem discutida nesse trabalho quando, em seção posterior, serão apresentados os dados obtidos junto aos moradores do entorno da Reserva Marinha de Corumbau.

Beck (1995, 1999) é outro autor que também discute a característica reflexiva da sociedade contemporânea, mas para ele o elemento chave para essa atitude é o risco global. Embora o conceito de risco não esteja no cerne dessa pesquisa, as considerações de Beck também complementam a discussão apresentada nesta tese sobre escolhas valorativas que orientam as ações sociais. O autor trabalha na perspectiva da contemporaneidade como um período de incertezas e riscos, que embora sempre tenham existido, passam com a perspectiva cientificista moderna a ser concebidos como previsíveis e mensuráveis por meio do conhecimento, o que de fato é verdade em algumas situações. Porém, coexiste a sensação, como já mencionou Giddens (1991), de que todo conhecimento é transitório e pode ser contestado num futuro próximo. Beck (1995), em sua teoria cultural do risco, demonstra que em alguns cenários, os avanços da ciência e da técnica passam a ser vistos também como possíveis causadores de riscos, e o mais importante: o estabelecimento dos parâmetros sobre o aceitável ou não, o desejável ou não na perspectiva da gestão dos riscos é sempre permeado por um aspecto cultural e valorativo na disputa pelo estabelecimento desses marcos.

O que as reflexões de Beck (1999) permitem perceber é que muitos dos arranjos construídos aparentemente a partir de parâmetros técnicos e científicos têm sempre também um aspecto hierárquico entre as premissas cujo arranjo final é determinado em um processo que não é apenas técnico, mas também político e orientado por valores. Nesse sentido, Habermas (1989, 1994) chama a atenção para a dominância da razão instrumental sobre outras esferas da vida Moderna. Segundo esse autor, paralelamente à racionalização do mundo vivido, o Estado e a economia

também foram tomados por uma razão meio autônoma, regida pela razão instrumental. Assim, para o autor, uma mesma e única lógica submete a totalidade da vida à relação instrumental e cognitiva das coisas, sem que muitas vezes haja uma reflexão sobre a adequação dessa lógica às diferentes esferas sociais. Essa racionalidade acaba, nessa perspectiva, minando a liberdade dos indivíduos, se não é decidida a partir de um consenso:

A ação racional dirigida a fins é, segundo a sua própria estrutura, exercício de controles. Por conseguinte, à ‘racionalização’ das relações vitais, segundo critérios dessa racionalidade, equivale à institucionalização de uma dominação que, enquanto política, se torna irreconhecível: a razão técnica de um sistema social, de ação racional dirigida a fins não abandona o seu conteúdo político (HABERMAS, 1994, p. 46).

Para Habermas (ibidem) a racionalidade instrumental é apenas uma das facetas da razão, que não pode ser desvinculada das práticas cotidianas. A racionalidade para ele é também procedimental, como para Descartes, porém é construída nas interações, por meio da disputa entre argumentos concorrentes. Retomaremos as preposições de Habermas ao final desta parte da tese, quando serão discutidas algumas considerações a respeito dos mecanismos coletivos de decisão relacionados à gestão ambiental e que se relacionam ao objeto empírico dessa pesquisa.

1.4 O desenvolvimento na transição dos séculos XX ao XXI

A partir da segunda metade do século XX as críticas e questionamentos aos processos de industrialização e no poder do conhecimento científico em possibilitar melhores condições de vida para todos passam a ser expressas por diferentes atores sociais que entram em cena para se posicionarem. Assim, surgem reflexões sobre o que seja desenvolvimento e novas adjetivações para o termo são cunhadas - sustentado, sustentável, eco desenvolvimento - na perspectiva de que é preciso preservar os recursos naturais a fim de garantir sua existência para as próximas gerações e garantir também o respeito e as possibilidades de manutenção de culturas

minoritárias. Essa compreensão de desenvolvimento alinha-se às concepções expressas principalmente por movimentos sociais ambientalistas e relacionados aos direitos das minorias (VIOLA, 1991; ACSELRAD, 2010), colocando a preocupação com o estado do planeta e das populações excluídas dos confortos produzidos pela sociedade industrial em um mesmo patamar de reivindicações das melhorias materiais.

Nas Ciências Sociais o cenário de descrença nos ideais da Modernidade contribuiu para diversos trabalhos problematizando o desenvolvimento, como os de Sen (2012), Favareto (2006), Sachs (2009), Sen e Kliksberg (2010), Santos et al (2012), dentre outros.

Favareto (2006) chama a atenção para o fato de que quando se fala em desenvolvimento, o que vem em mente está normalmente relacionado a melhorias nas condições de vida materiais e sociais, e mais recentemente pode-se também falar em ambientais. As hierarquizações entre esses três elementos é que costumam ser diferentes, conforme o momento histórico ou o grupo social. Buscando-se na origem, percebe-se que há no termo desenvolvimento um sentido de movimento, de se sair de um ponto e chegar a outro. “Desenvolvimento” vem do latim *volvere*, que também é a base etimológica da palavra *evolução* (FAVARETO, 2006). Desenvolvimento, evolução e progresso possuem todas a evocação de um estado no qual o ponto de partida e de chegada não estão no mesmo plano qualitativo. Favareto (*ibidem*) afirma que a ideia de desenvolvimento passou por grandes etapas, cujas diferenças estariam nos alicerces empírico-cognitivos e na sistematização da ideia.

[...] quando o racionalismo e o empirismo se tornam as formas de pensamento sistemáticas predominantes, ocorre um deslizamento semântico com correspondências nos sistemas de interpretação do real, no qual as ideias de evolução e desenvolvimento vão ser assimiladas à ideia de progresso (FAVARETO, 2006, p. 39).

A forma como a concepção de desenvolvimento foi concebida ao longo da Modernidade refletiu nos arranjos constitutivos do Estado, com suas múltiplas hierarquizações e divisões e procedimentos, e também com o imaginário coletivo, ao se conceber o desenvolvimento como o meio para se chegar onde ainda não se está e que será construído pela transformação possibilitada pela ampliação dos conhecimentos.

Santos et al (2012) ressaltam que uma sociedade desenvolvida, de acordo com as premissas habituais do período Moderno, é aquela capaz de garantir o crescimento da produção, do consumo e da renda. Nessa perspectiva, a meta do desenvolvimento é uma sociedade industrial urbana, com o patamar moderno sendo medido de acordo com o nível de industrialização e urbanização da sociedade. Essa visão não é compartilhada pelos autores, que propõem a construção do conceito com base nas dimensões econômica, política, social e ambiental da vida, que na prática se relacionam simultaneamente.

A construção deste conceito requer uma compreensão mais ampla da vida econômica, política, social e cultural da sociedade, o que exige outro olhar, outro sentido, outros valores. Requer uma visão para além da dicotomia entre Ocidente/Oriente, moderno/atrasado, centro/periferia, global/local, humano/não-humano (SANTOS et.al, 2012, p.59).

Sen & Kliksberg (2010) concebem o desenvolvimento como um processo que deve ser conduzido visando o bem estar das pessoas e criticam os modelos de desenvolvimento que se baseiam apenas em crescimento econômico, afirmando ser necessário pensar o tema a partir das necessidades e possibilidades de atuação das pessoas. Para Sen (2012, p.10) o desenvolvimento “consiste na eliminação de restrições que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercerem sua condição de agente”. É com essa concepção de desenvolvimento que está se trabalhando nessa pesquisa, pois se considera que ela é abrangente o suficiente para abarcar tanto as questões materiais quanto imateriais necessárias às pessoas se colocarem como agentes no espaço social.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade, que seriam a pobreza, a tirania, a falta de oportunidades econômicas, negligência dos serviços públicos e a sistemática destituição social. A negação de liberdades pode se dar tanto no plano político para participar da vida social; quanto no plano institucional na falta de serviços públicos como saúde, segurança e educação; quanto no plano material mais imediato, da falta de alimentos ou moradia. Para Sen há uma interrelação entre liberdade individual e realização do desenvolvimento:

O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e

aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício da liberdade das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades (SEN, 2012, p.18).

A ampliação de liberdades pressupõe tanto um esforço do Estado em prover os meios e locais necessários para que os indivíduos possam ter acesso ao conjunto de bens que a Modernidade instaura, mas também um esforço constante em possibilitar que os indivíduos não apenas tenham as chances materiais de escolher (leis, instrumentos, infraestrutura), mas também chances iguais de intervir no espaço público como uma voz legitimamente reconhecida. Para Sen, a capacitação dos atores é uma prerrogativa de uma efetiva ampliação de liberdades.

Freitas e Seixas (2011) comentam que os efeitos sentidos pelos sujeitos do processo de desenvolvimento em relação às mudanças no meio biofísico construído pelo homem e nas relações sociais modernas só podem ser capturados por meio de políticas públicas que considerem a subjetividade. O valor que cada indivíduo atribui aos diferentes elementos presentes em sua vida cotidiana condiciona suas preferências e ações, sendo fruto de um processo histórico relacionado à construção das identidades individuais e coletivas. Tanto Sen (2012) quanto Freitas e Seixas (2011) salientam a importância do envolvimento dos diferentes atores sociais nos processos coletivos de decisão, tendo suas opiniões legitimamente reconhecidas como válidas.

Políticas econômicas ou industriais generalizadas como instrumentos ao desenvolvimento são criticadas por autores como Stavenhagen (1974), que comentando as condições de desenvolvimento nos países periféricos, refuta a concepção de que ele deva ser alcançado por meio do progresso técnico e da difusão de produtos industriais. Seus argumentos são que o aumento na oferta de produtos não necessariamente significa um aumento nas possibilidades de obtenção desses produtos pelas populações das regiões mais atrasadas; além disso, muitas indústrias locais desaparecem com a chegada de indústrias mais avançadas tecnologicamente, transformando proprietários em trabalhadores, ocorrendo assim uma proletarização. Ademais, o processo de difusão de tecnologias instituído de forma unilateral favorece o aparecimento de uma classe social dominante que, segundo o autor,

geralmente não usa o capital de forma produtiva e acaba por ser obstáculo ao progresso efetivo das comunidades locais. Nesse aspecto, a difusão pode também significar apenas o deslocamento de monopólios e oligopólios para a periferia. Por último o autor lembra que esse modelo difusionista de desenvolvimento não foi capaz de sanar as desigualdades e desafios dos países em desenvolvimento.

Uma evidência empírica da tese de Stavenhagen (1974) pode ser vista no trabalho conduzido por Carvalho (2014), com a comunidade extrativista da localidade de Bugigão, no entorno da Reserva Extrativista de Corumbau. O autor relata que a partir da introdução de novas técnicas e apetrechos de pesca por pescadores de outras localidades que pescavam nas águas da Resex houve, em um curto período de tempo, o aparecimento de distinções econômicas entre o grupo local até então inexistentes, e colocou os pescadores locais em situação de maior dependência de atravessadores e produtos de fora da região. Na mesma localidade, observa-se que a instalação de estabelecimentos turísticos, defendidos por alguns setores como o governo do Estado da Bahia, por exemplo, como forma de desenvolver a região causa em algumas localidades a proletarianização da população local, que tendem a ser os empregados e não os empregadores nesses empreendimentos.

Hardin (1968) também teve importante contribuição nos debates sobre o desenvolvimento ao alertar para a ‘tragédia dos comuns’, que consistiria na configuração de um mundo social que compele o indivíduo a acumular infinitamente em um planeta cujos recursos são finitos. Para ele, os interesses individuais, que orientam as ações sociais podem levar os indivíduos ao estabelecimento de acordos de cooperação, em busca de um objetivo que é comum. Caberia ao Estado, por meio de incentivos, coerções e criação de mecanismos reguladores garantir o gerenciamento dos recursos escassos e minimizar os elementos não intencionais das ações individuais que poderiam prejudicar a busca pelo objetivo comum. Para esse autor, a cooperação entre os diferentes atores sociais ocorreria então sob a perspectiva do medo da punição, do que pela mudança nas concepções valorativas que acarretam a sobreexploração dos recursos. Hardin não considera a existência de um interesse coletivo, apenas a soma de interesses individuais que podem ser coincidentes. Críticas a essa concepção, como as expostas por Barbosa e Schmitz

(2010) são feitas afirmando-se que o controle estatal não garante a exploração sustentável dos recursos.

A preocupação explicitada por Hardin expôs a crítica sobre a maneira como a sociedade moderna vem lidando com o meio ambiente e com os objetivos e meios do desenvolvimento. Desde a segunda metade do século XX, o ideário circulante vem se transformando paulatinamente e, se no passado a natureza era considerada fonte inesgotável de recursos, o maior conhecimento sobre os ciclos naturais e consequências da modernização industrial fazem com que na virada do século XX para o XXI o discurso seja o de preservação e sustentabilidade.

1.4.1 Ambientalismo e Multiculturalismo – novos parâmetros para o desenvolvimento

Foi a busca por novos padrões de consumo e comportamento que impulsionou, a partir da década de 1960, segundo Viola (1991), a ampliação das demandas relacionadas à qualidade de vida ao invés de expansão indiscriminada do consumo de bens materiais. O discurso ampliou-se por intermédio, principalmente da mídia, que passou a noticiar os problemas ambientais globais, como diminuição da camada de ozônio, aquecimento global, perda de biodiversidade e devastação das florestas tropicais (VIOLA, *ibidem*). A ascensão do tema ambiental em escala global se deu, segundo o autor, devido a dois fatores principais: a emergência desses movimentos sociais que apregoam valores pós-materialistas e à maior conscientização da população sobre riscos ambientais, causados principalmente por desastres ocorridos ao longo do século XX e amplamente noticiados.

As consequências ambientais negativas do percurso desenvolvimentista levaram a uma retomada de um ideal romântico de convívio com a natureza, do qual um de seus mais proeminentes autores é Rousseau⁸ (TAYLOR, 1989). Nessa concepção, o bem comum está em toda a parte e cabe ao indivíduo atentar para não se deixar enveredar pelos caminhos do vício ou da decadência moral. De acordo

⁸ Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), filósofo Iluminista.

com Taylor, Rousseau é erroneamente interpretado por aqueles que afirmam que o que ele propõe é uma concepção de homem bom e justo que só ocorreria em um estágio ‘selvagem’. Na verdade, segundo Taylor, a influência de Rousseau se dá por defender a ideia de que na vida social existem muitas ‘armadilhas’ nas quais o indivíduo pode se deixar prender e com isso se afastar do bem. A natureza é apresentada assim, como um lugar ou um momento no qual os elementos distintivos da Cultura não têm lugar e é, segundo Taylor (1989), o apelo a esse ideal romantizado de natureza que ecoa nos movimentos contemporâneos de contestação do estilo de vida atual.

Para Viola (1991), que conduziu estudos relacionados aos movimentos contemporâneos ambientalistas, as demandas relacionadas ao meio ambiente podem ser analisadas sob diferentes enfoques: o primeiro interpreta o ambientalismo como um movimento de interesses políticos, propiciado pela crescente escassez de recursos naturais e pelas informações trazidas a público sobre os malefícios causados pela poluição, agrotóxicos, etc. Uma segunda abordagem entende que as transformações na estrutura social (como a expansão do setor de serviços e a incapacidade de muitos trabalhadores se adaptarem ao novo mercado de trabalho) têm favorecido a emergência de novos movimentos sociais que questionam o sistema capitalista. O terceiro enfoque parte da ideia de que a civilização contemporânea é insustentável a médio e longo prazo, devido a quatro fatores principais: crescimento populacional, desgaste dos recursos naturais, sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficiência energética, e sistema de valores que propicia a expansão ilimitada do consumo material.

Para cada um desses enfoques, diferentes responsabilidades são concebidas relacionadas às ações que devem ser tomadas no âmbito ambiental: estadista, comunitária e de mercado. Os primeiros acreditam que ao Estado cabe a tarefa de implementar o desenvolvimento sustentável, através de seus mecanismos reguladores e normativos. Nessa perspectiva, a equidade tem mais peso sobre as decisões do Estado do que a eficiência. A segunda corrente percebe que é a comunidade, através dos movimentos sociais e das organizações não-governamentais, que promove um novo sistema de valores fundado na solidariedade. É em um nível local que os recursos devem ser alocados de maneira sustentável social e ambientalmente,

valorizando a equidade. Para os que vêm o mercado como o local ideal para a implementação do desenvolvimento sustentável, o fazem por entenderem que através de taxas/tarifas de poluição e depleção de recursos pode-se chegar à sustentabilidade. Essa posição prioriza o critério da eficiência por sobre o da equidade (VIOLA, 1991). Como veremos na parte seguinte dessa tese, os arranjos legais e institucionais criados a partir da década de 1970 tendem a mesclar os três enfoques, distribuindo as responsabilidades sobre a implementação de uma nova concepção de desenvolvimento.

A partir de meados da década de 1970, como explicam Gerhardt & Almeida (2002), a problemática ambiental alinhou a articulação de pessoas e instituições de diferentes âmbitos da vida social. Grupos sociais que lutavam por direitos de minorias e que criticavam o modelo econômico e cultural vigente estabeleceram ligações em atos políticos diversos que vieram a marcar a década como um momento de contestação. Segundo Almeida et al (2012) e Acsehrad (2010), entre as décadas de 1970 e 1990 houve uma ambientalização dos conflitos sociais. O fenômeno se deve tanto à aproximação de grupos ambientalistas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, quanto à percepção de que muitas das lutas enfrentadas tanto por ambientalistas quanto por grupos marginalizados tinham como “inimigo” comum o modelo de desenvolvimento que vinha sendo implantado até então (ALMEIDA et al, 2012). O autor chama a atenção para o fato de que muitos dos conflitos categorizados ao final do século XX como ambientais seriam classificados no passado como conflitos agrários, como o de povos indígenas que denunciam apropriação ilegal de suas terras, dos atingidos por barragens, dos pescadores que lutam contra a destruição do mangue por grandes empreendimentos. Acsehrad (2004) propõe o conceito de conflitos ambientais, compreendendo-os como aqueles:

envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis [...] decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004, p.26).

Ainda sobre conflitos ambientais, Acsehrad (2004) afirma que não raramente são os interesses comerciais e políticos do país, em nível internacional que prevalecem nas propostas apresentadas pelo Estado na resolução dessas disputas. Na

pesca artesanal, por exemplo, o interesse na exploração do petróleo em mar tem levado à classificação de qualquer ação questionadora sobre a exploração desse recurso próximo a onde residam populações extrativistas artesanais como empecilhos ao desenvolvimento, fato evidenciado empiricamente durante esta pesquisa.

De acordo com Vivacqua e Vieira (2005, p. 140), conflito ambiental designa as "relações sociais de disputa/tensão entre diferentes grupos ou atores sociais pela apropriação e gestão do patrimônio natural e cultural". Essas disputas ocorrem tanto no plano material quanto simbólico.

Esse entrelaçamento de demandas ambientais e sociais, que se materializou mais expressivamente a partir das décadas de 1960 e 1970, levou ao que viria a ser chamado de movimentos por justiça ambiental, termo cunhado nos EUA, na década de 1960, ligado aos movimentos pelos direitos civis, territoriais, ambientais e sociais. A preocupação era com a contaminação de locais de trabalho e de bairros mais pobres com lixo tóxico e material químico. Evidências empíricas mostravam que grupos socialmente discriminados (pobres, negros e imigrantes) sofriam mais os danos ambientais causados pela relação da sociedade com o ambiente. Durante a década de 1970, diversos estudos foram realizados nos Estados Unidos, procurando comprovar as evidências. No Brasil, exemplos desses movimentos, segundo Acselrad (2004), seriam por exemplo o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento dos Seringueiros, o Movimento das Quebradeiras de Babaçu, que dentre outras ações, tentam impedir o avanço das fronteiras agrícolas ou de projetos exógenos sobre seus territórios.

o desprezo pelo espaço comum e pelo meio ambiente, se confunde com o desprezo pelas pessoas e comunidades. Os vazamentos e acidentes na indústria petrolífera e química, a morte de rios, lagos e baías, as doenças e mortes causadas pelo uso de agrotóxicos e outros poluentes, a expulsão das comunidades tradicionais pela destruição de seus locais de vida e trabalho, tudo isso e muito mais configura uma situação constante de injustiça sócio ambiental no Brasil (ACSELRAD, 2004, p.11).

Zhouri e Oliveira (2007) em estudo sobre os impactos de projetos hidrelétricos em comunidades locais comentam:

em oposição ao discurso hegemônico do desenvolvimento, a noção de justiça ambiental pretende superar a racionalidade meramente econômica, propondo uma noção de justiça que não compreende apenas distribuição

equânime das partes. A ideia de equidade não se refere à valorização monetária, à comensurabilidade dos recursos ou à equivalência das necessidades, mas coloca em pauta o reconhecimento de significados culturais distintos atribuídos ao território, associando-se, assim, aos princípios da diversidade e da democracia (ZHOURI e OLIVEIRA, 2007, p.132).

No âmbito das populações tradicionais que têm seu território em zonas delimitadas como Unidades de Conservação, as demandas de grupos de pressão ambientalistas por vezes se contrapõem às demandas comunitárias mais imediatas por recursos (exploração de atividades consideradas de risco ambiental, incremento do comércio e/ou turismo x preservação do ecossistema). No entanto, historicamente a ‘comunidade de interesses’ formada por alianças entre esses dois grupos (população tradicional e ambientalistas) tem historicamente se mostrado capaz de obter respostas tanto do poder público, quanto da sociedade civil, a exemplo da criação do modelo de Reserva Extrativista no Brasil e de acordos internacionais para gestão de riscos ambientais, como será discutido posteriormente nesta tese.

Melucci (1996) comenta sobre a interdependência global das sociedades contemporâneas e o aparecimento de ações coletivas que tratam de problemas sistêmicos, atraindo atores de diferentes segmentos da sociedade e trazendo à tona a dimensão cultural dos padrões de produção, troca e consumo, a exemplo do movimento ambientalista. Segundo Gerhardt & Almeida (2002), o campo ambiental tem se apresentado como um espaço catalisador de um importante viés argumentativo acerca dos valores éticos, políticos e existenciais que têm regulado a vida individual e coletiva. As diferentes formas de transitar no espaço e entre os códigos culturais causa ruídos na comunicação entre os atores, que muitas vezes atribuem um valor diferenciado aos bens locais.

A consideração de Gerhardt e Almeida é ratificada pelos estudos de Carvalho (2014) no entorno da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau e também por dados obtidos para essa pesquisa junto a essa mesma comunidade. Entre as expectativas dos pescadores artesanais extrativistas que sobrevivem da exploração dos recursos marinhos e das entidades ambientalistas que desenvolvem trabalhos na região, os ruídos na comunicação aparecem, por exemplo, nas contestações sobre a delimitação da zona de exclusão da pesca existente na Resex. Enquanto os

ambientalistas argumentam que tal zona de exclusão em um determinado local é necessária e apropriada, muitos extrativistas com base na experiência prática do mar afirmam que sua localização não é apropriada em todos os períodos do ano, pois dependendo da estação, os peixes se deslocam. Quanto à necessidade de preservação da área, os ruídos acontecem no que diz respeito às explicações para tal necessidade. Para os extrativistas é necessário preservar os recursos para que eles possam continuar sobrevivendo da pesca e também as futuras gerações, se assim desejarem. Para os ambientalistas, o foco principal é manter o ecossistema equilibrado e conservado, visando mais a diversidade biológica do que a sobrevivência social.

Escobar e Alvarez (1992) afirmam que a dimensão cultural não pode ser descartada na análise dos movimentos sociais, uma vez que suas lutas são também por significados. Os autores chamam a atenção para o impacto simbólico que certos movimentos, ainda que pequenos, podem ter no conjunto da sociedade. Citam o exemplo do movimento ambientalista, que através da circulação de ideias sobre o modelo de desenvolvimento vigente e as injustiças ambientais trazidas por ele, fizeram com que o tema passasse a fazer parte de discursos de outros atores não envolvidos inicialmente com o movimento, criando inclusive condições para novas políticas públicas orientadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável. Complementando essa análise, Sen (2012) comenta sobre o papel dos valores como meios de resignificação social.

O desafio ambiental faz parte de um problema mais geral associado à alocação de recursos envolvendo **bens públicos**, nos quais o bem é desfrutado em comum em vez de separadamente por um só consumidor. Para o fornecimento eficiente de bens públicos, precisamos não só levar em consideração a possibilidade da ação do Estado e da provisão social, mas também examinar o papel que pode desempenhar o desenvolvimento de valores sociais e de um senso de responsabilidade que viessem a reduzir a necessidade de ação impositiva do Estado. Por exemplo, o desenvolvimento da ética ambiental pode fazer parte do trabalho que a regulamentação impositiva se propõe a fazer (SEN, 2012, p. 343, grifo do autor).

Essas discussões sobre o desenvolvimento possibilitaram também a circulação de outras representações sociais sobre os saberes e práticas tradicionais e sobre a relação entre meio ambiente e cultura. Se no início do período Moderno o meio ambiente foi associado à falta de ordem, ao perigo e ao não-desenvolvido, a incorporação do tema aos debates sobre desenvolvimento reorienta essas

representações e algumas práticas tradicionais, que vinham sendo consideradas ultrapassadas ganham um novo significado.

A revalorização das tradições e do meio ambiente podem ser compreendidas, segundo Giddens (1991), à luz do sentimento de vazio e das incertezas trazidos pela Modernidade e que colocam em xeque o valor do cientificismo, da separação Homem-Natureza e também do secularismo trazidos pelo período. A revalorização da tradição se dá em meio ao cenário de incertezas e tem o valor de um porto seguro, associando-a também a um passado mais harmonioso com a Natureza. A tradição e o meio ambiente são tomados, nessa perspectiva, como contrapontos ao industrial, ao artificialmente fabricado. Os saberes, práticas e paisagens tradicionais passam a ser revalorizados sob a perspectiva da diversidade e da pluralidade, em contraposição ao projeto modernizador que apregoava um caminho único para o desenvolvimento.

Para Giddens (2002), o que determina a tradicionalidade de uma prática não é a duração temporal de sua existência, mas o caráter da repetição compartilhada não apenas como hábito, mas como algo que tem um significado a mais. Nessa perspectiva novas tradições podem ser incorporadas a partir de novas significações ou até mesmo de novas informações que reorientam as práticas sancionadas. O autor ainda afirma que a tradição, ainda que remeta a algo fundado no passado, não é simplesmente repassada a cada geração sem alterações. Ela é transformada, passa por ressignificações e reinterpretações, a partir das relações que diferentes segmentos geracionais podem estabelecer, na linha do tempo, com ideologias e práticas externas ao grupo de origem ou pertencimento. Nesse processo, algumas práticas e significados são mantidos, outros alterados, alguns descartados.

Diegues (2001) apresenta um levantamento sobre diferentes concepções do termo tradicional. Para o Banco Mundial, por exemplo, o termo a ser utilizado é povos nativos (indigenous) que se aplica aos povos que vivem em áreas geográficas particulares que demonstram, em vários graus, as seguintes características comumente aceitas:

- a) ligação intensa com os territórios ancestrais;
- b) auto-identificação e identificação pelos outros como grupos culturais distintos;
- c) linguagem própria, muitas vezes não a nacional;
- d) presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais;

e) sistemas de produção principalmente voltados para a subsistência (DIEGUES, 2001, p.81).

Para os teóricos marxistas, as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há uma grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total.

Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural, como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela ideia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos. ‘Culturas tradicionais’, dentro desta perspectiva, são aquelas que se desenvolvem dentro do modo de produção da pequena produção mercantil. Essas culturas se distinguem daquelas associadas ao modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho, como a própria natureza se transformam em objeto de compra e venda (mercadoria). Nesse sentido, a concepção e representação do mundo natural e seus recursos são essencialmente diferentes (DIEGUES, 2001, p.82).

Diegues (2001) apresenta ainda concepções teóricas que definem tradicionalidade com base no tipo de relação que o grupo social estabelece com o território, definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar:

Essa porção da natureza fornece, em primeiro lugar, a natureza do homem como espécie, mas também: a) os meios de subsistência; b) os meios de trabalho e produção; c) os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, os que compõem a estrutura determinada de uma sociedade (relações de parentesco etc.) (DIEGUES, 2001, p. 83).

Para Sanches (2004), a tradicionalidade está relacionada com “parentescos e origens dos povoados e ocupação na região” (SANCHES, 2004, p. 39); para Lobão (2006), a tradicionalidade está relacionada com noções que contrapõem à modernidade em diferenciação e caracterização de espaço/tempo. Peres (2010) comenta que a tradição não é um conjunto estático de práticas, mas orientações valorativas socialmente compartilhadas, que passam por transformações a cada nova geração:

[...] a tradição deixa de ser entendida como um agregado mais ou menos estruturado de instituições, crenças e valores ou como sistema simbólico fechado e coerente para ser considerada sob o prisma de práticas e

processos que refletem também certas transformações pelas quais passam as sociedades às quais pertence, pois se algumas práticas são repassadas 'intactas', outras são esquecidas ou transformadas pelas novas gerações, indicando uma escolha do que é preservado e de que forma essa preservação se dá (PERES, 2010, p. 62).

No âmbito dessa pesquisa, podemos imaginar, por exemplo, os meios de vida de populações que tradicionalmente vivem há gerações em territórios onde foram sendo criadas Unidades de Conservação de Uso Sustentável e que, embora tradicionais do ponto de vista de algumas de suas práticas e valores, incorporam e se apropriam também de elementos da Modernidade a partir das relações que estabelecem com outros atores sociais. Na atividade extrativista pesqueira, esse processo se materializa tanto nos apetrechos utilizados, quanto também na inserção de atividades voltadas para o turismo a partir de interações com visitantes. Mesmo que através das diversas gerações algumas práticas venham sendo deixadas de lado e outras sendo incorporadas, as categorias pescador tradicional extrativista ou nativo continuam definindo um referencial identitário⁹.

A partir das transformações que ocorrem ao longo da Modernidade, as referências culturais do reconhecimento, da valorização ou desvalorização de certos saberes e práticas são transformadas. As explicações tradicionais e místicas sobre o mundo perdem terreno para a ciência, os saberes e práticas manuais perdem status para os trabalhos intelectualizados, mas isso não significa que as tradições deixam de existir na Modernidade, elas apenas se transformam. Servem de base para o contraste também valorativo, entre o antigo e o novo.

Morin (2005) comenta que o racionalismo da Ilustração era humanista, ou seja, associava-se a uma ideia de respeito ao homem, como sujeito livre e racional, habitante de um universo integralmente racional. "O princípio de universalidade do racionalismo, associado à exaltação da idéia de homem, foi o fermento da emancipação dos escravos e dos oprimidos, da igualdade, dos direitos do homem-

⁹ Alguns dados levantados em campo, por meio da observação participante para essa pesquisa permitem identificar, por exemplo, que para alguns 'nativos' do entorno da Resex Corumbau, ser pescador é algo permanente, que tem a ver com um pertencimento a uma determinada comunidade. Mesmo para aqueles que se envolvem em outras atividades, como o turismo ou o comércio, essas não são definidoras de suas identidades, são tidas como transitórias, passageiras, se comparadas à auto definição como pescadores.

cidadão, do direito dos povos disporem de si mesmos” (Morin, 2005, p.161). No entanto, ainda segundo o autor, a partir especialmente do século XVIII, com o desenvolvimento da física e suas explicações para os fatos do mundo natural, que a racionalidade torna-se o grande mito unificador do saber, da ética e da política e, juntamente com o desenvolvimento industrial possibilitou que o aspecto instrumental da razão se sobrepusesse sua porção de ideologia:

Mais amplamente, o desenvolvimento econômico-tecnológico-burocrático das sociedades ocidentais tende a instituir uma racionalização "instrumental", em que eficácia e rendimento parecem trazer a realização da racionalidade social. A partir daí, a "sociedade industrial" aparece como sinônimo de racionalidade em relação às outras sociedades, consideradas irracionais (MORIN, 2005, p. 160).

Para Morin, quando a racionalidade instrumental passa a guiar as ações do Estado, da burocracia, da indústria, a liberdade dos homens fica comprometida pelo dever da obediência a aparente racionalidade instituída. Para ele, é nesse momento, que a racionalidade passa a ser criticada como unidimensional e autoritária. O romantismo, segundo o autor, é uma tentativa de reaproximar o racionalismo do humanismo.

Pode-se dizer que a industrialização, a urbanização, a burocratização, a tecnologização se efetuaram segundo as regras e os princípios da racionalização, ou seja, a manipulação social, a manipulação dos indivíduos tratados como coisas em proveito dos princípios de ordem, de economia, de eficácia. Essa racionalização pôde por vezes ser moderada pelo humanismo, pelo jogo pluralista das forças sociais e políticas e pela ação sindical dos racionalizados. [...] Para a deflagração do imperialismo ocidental, não houve freio, dado que se lidava com seres julgados ainda não "maduros" racionalmente. E os colonizados, para se libertarem, adotaram o modelo racionalizador do dominante (MORIN, 2005, p.163-164)

Ainda segundo este autor, é o caráter universalizante da razão que passa a ser colocada em xeque. “A universalidade é criticada como sendo uma camuflagem ideológica de uma visão limitada e parcial do mundo e de uma prática conquistadora, subjulgadora das culturas não-ocidentais” (Morin, 2005, p. 165).

Sob a égide de críticas ao racionalismo não humanista, surgem demandas relacionadas ao direito a meios de vida alternativos ao até então instituído ao mesmo tempo em que apontam para a necessidade de um diálogo entre diferentes formas de saber e de racionalidade. Embora essas críticas já existissem desde o século XIX como apontam Morin (2005) e Thomas (2010), foi especialmente a partir da metade

do século XX que ganham maior visibilidade na esfera pública mundial. Segundo Ribeiro (1992), entrelaçamentos entre uma revalorização da tradição e um ideal de meio ambiente idealizado como harmonioso se dá, no momento contemporâneo, quando se assiste à perda da eficácia relativa de algumas das principais utopias e ideologias ancoradas nos valores da Modernidade. Para ele, há na contemporaneidade um discurso saudosista, expresso por setores do movimento ambientalista e também religioso, de um passado harmonioso com a Natureza, regido por uma racionalidade não instrumental, que remete a um meio de vida tradicional.

Diegues (2001) compartilha da concepção de Ribeiro (1992) ao afirmar que o conservacionismo que começa a ganhar visibilidade na segunda metade do século XX é uma espécie de mito sobre uma natureza anterior, que remete a um paraíso perdido, de beleza primitiva e anterior à intervenção humana. Nessa mesma linha de pensamento, o turismo ecológico está também imbuído nesse neomito da natureza intocada, como denomina Diegues, típico, segundo ele, das sociedades urbano-industriais. Do ponto de vista desse autor, as Unidades de Conservação de proteção integral se amparam nesse mito e as populações tradicionais afetadas por esse tipo de ação do Estado sentem-se usurpadas de seus direitos. A natureza, nesse sentido, tem sempre dimensões imaginárias e a percepção social do ambiente não é processada somente por representações relativamente exatas das limitações materiais, mas igualmente por juízos e crenças:

no coração das relações materiais do homem com a natureza aparece uma parte ideal, não-material, onde se exercem e se entrelaçam as três funções do conhecimento: **representar, organizar e legitimar** as relações dos homens entre si e deles com a natureza. Torna-se, assim, necessário analisar o sistema de representações que indivíduos e grupos fazem de seu ambiente, pois é com base nelas que eles agem sobre o meio ambiente (DIEGUES, 2001, p. 63, grifo do autor).

Os neomitos, segundo Diegues (*ibidem*), têm também seus guardiões, as entidades ambientalistas, as instituições públicas ambientais e os cientistas naturais, configurando-se nesse último caso, normalmente em um confronto entre o saber tradicional e o científico. Segundo Marcondes (1999), a relação entre homem e natureza ressurgiu novamente como um tema global a partir dos anos de 1970, e desta vez a natureza ganha a denominação meio ambiente, e passa a se referir desde à preservação de espécies em extinção até problemas urbanos, como tratamento do lixo

e mananciais. Diegues (2001) comenta que nesse período surgem também evidências empíricas, em contraposição à tese de Hardin (1968), da qual os bens de uso comum tenderiam a ser individualmente sobreexplorados, mostrando que muitas sociedades tradicionais têm assegurado o uso sustentável dos recursos e gerado meios de vida menos diferenciadores.

O que tem ocorrido, geralmente, é a tragédia dos comunitários, que são expulsos de seus territórios pela expansão das grandes corporações, pela implantação de grandes projetos (hidroelétricas, de mineração) e até pelo estabelecimento de espaços públicos (áreas de proteção restritivas) sobre os espaços comunitários (DIEGUES, 2001, p.67).

Quando essa retomada da tradição ecoa nas políticas públicas e arranjos institucionais, o termo passa também a configurar uma categoria identitária, concebida pelo Estado a partir de certas classificações¹⁰ e o autorreconhecimento como população tradicional passa a ser também um requisito para acessar determinadas políticas públicas. Para Scott (1985; 1990), o Estado moderno, com sua lógica padronizadora, não é capaz de captar as nuances locais de sociabilidade, mesmo por meio de políticas de diferença, e por isso muitas das políticas públicas não chegam a se concretizar por não fazerem sentido para a população imediatamente afetada por ela.

Sen (2007) chama a atenção para o fato de que a liberdade cultural pressupõe, em primeiro lugar, a liberdade de poder escolher qual prática cultural um determinado grupo deseja ou não preservar como parte da tradição. A imposição externa de uma necessidade de conservação de práticas que não têm mais significado para o grupo, seria, nesse caso, uma negação da liberdade de escolha. “Será que então, em prol da diversidade cultural, devemos apoiar o conservadorismo cultural e pedir às pessoas que mantenham o seu próprio passado cultural e não adotar outros estilos de vida, mesmo que tenham razão para o fazer?” (SEN, 2007, p. 158).

O autor defende a ideia de que há outras identidades, além das culturais, que

¹⁰ No Brasil, o termo população tradicional é definido pelo Decreto 6040/2007: povos e comunidades tradicionais são entendidos como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL/CASA CIVIL, 2007, Art 3, parágrafo I).

também entram em jogo na determinação das ações das pessoas. A cultura não é estática e pode transformar tradições; é também um direito das populações mais jovens, remetendo assim também à ideia de liberdade cultural no sentido de poder se alterar a hierarquia valorativa daquilo que se quer ou não manter como traço cultural e identitário específico.

Como visto, o desenvolvimento considerado sob a ótica da ampliação da liberdade implica no aumento das capacidades individuais e que sejam levados em conta os mais diferentes argumentos e perspectivas nos processos decisórios sobre ele. Retomando Taylor (1989) e Souza (2012), é preciso desvendar quais concepções valorativas estão implícitas em cada projeto de desenvolvimento, quais representações do mundo natural e das populações tradicionais estão em disputa. Nessa argumentação, é a ampliação da capacidade dos atores em serem protagonistas nas escolhas daquilo que desejam manter ou modificarem seus meios de vida, que definiria de fato o desenvolvimento para Sen (*ibidem*).

Nossa concepção de necessidades relaciona-se às ideias que temos sobre a natureza evitável de algumas privações e à compreensão do que pode ser feito sobre isso. Na formação dessas compreensões e crenças as discussões públicas têm um papel crucial. Os direitos políticos, incluindo a liberdade de expressão e discussão, são não apenas centrais na indução de respostas sociais às necessidades econômicas, mas também centrais para a conceituação das próprias necessidades econômicas (SEN, 2012, p.203).

Assim, questiona-se a validade da categoria identitária “tradicional” enquanto um reconhecimento ou como uma imposição, pois não existe cultura estática. A tradição, em alguns contextos, ganha um novo status ao final do século XX, e se transforma, inclusive, em mercadoria, na forma de produtos e experiências ‘vendidas’ como turismo, artesanato e alimentos. Também passa a se configurar como categoria identitária diante do Estado, que confere reconhecimento às populações tradicionais como detentoras de direitos específicos e, por fim, acaba se configurando como marcador de uma diferença em relação a um todo.

Diante desse contexto, reiteram-se aqui então as considerações formuladas por Freitas e Seixas:

No Brasil, o tratamento jurídico dado aos pescadores artesanais, enquanto populações tradicionais colocam este grupo social em um dilema:

permanecerem como autênticos e, portanto, sem condições de autodeterminação, ou incorporarem na sua cultura elementos da modernidade, o que leva os seus direitos a serem contestados? Quanto mais a tradição perde terreno na constituição do sujeito, mais estes são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções. Desta forma, a modernidade altera a tradição da pesca artesanal, porém, esta alteração compromete o uso dos recursos pesqueiros ou somente modifica as suas características? (FREITAS; SEIXAS, 2011, p.6).

Assim, ancorando-se na perspectiva do caráter mutável da tradição, a definição do elemento que caracteriza a tradicionalidade de um indivíduo ou grupo social precisa necessariamente levar em consideração que a tradição não é estática, ela se transforma nas interações entre o local e o global, entre os antigos e os novos e além disso se manifesta nos diferentes elementos que compõem os meios de vida de uma comunidade, nos âmbitos do trabalho, do lazer e da família. No caso específico da pesca artesanal tradicional, as mudanças nas práticas de pescaria, como barco a motor e redes de nylon, por exemplo, não são os únicos elementos a serem observados como definidores da característica tradicional. As relações sociais estabelecidas pelos pescadores entre si e com outros atores e também com o local que habitam também são elementos identificáveis e demonstram suas visões de mundo e caracterizam seus meios de vida. Os grupos caracterizados como tradicionais possuem certamente representações próprias sobre o desenvolvimento que almejam e que podem ou não ser adequados do ponto de vista da preservação dos recursos naturais.

1.4.2 Sustentabilidade e Desenvolvimento

O desenvolvimento, na perspectiva da sustentabilidade, é proposto em linhas gerais como o que “atende as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras em atenderem suas necessidades”. Cabe ressaltar aqui que quando se toma como parâmetro a sustentabilidade é importante esclarecer o que vai ser sustentado, por quanto tempo, para benefício de quem, por quem e a que custo. Tal questionamento nos remete então ao que discute Beck (1999): da

mesma forma que a sociedade estabelece padrões de aceitabilidade, no caso do desenvolvimento sustentável, há também um processo de negociação que é sobretudo político, como será visto na próxima parte dessa tese. Na efetivação de políticas e propostas, os entendimentos que cada parte envolvida tem sobre as prioridades e os valores norteadores das ações trazem à tona os conflitos diversos advindos de interesses e opções valorativas diferentes e de concorrentes concepções da realidade.

Para Garcia (1999) o grande problema embutido no ideal de sustentabilidade são as determinações necessárias: um processo sustentável atualmente é necessariamente sustentável para o futuro? Durante quanto tempo essa sustentabilidade é garantida e em quais condições? A própria pergunta sobre o limite populacional suportado pelo planeta é, segundo esse autor, falaciosa, uma vez que a pergunta que se deve fazer é: que população e durante quanto tempo? Segundo ele, quando se compreende o meio ambiente como depósito de recursos para os seres humanos a pergunta a ser feita é: em que condições é sustentável a exploração de um recurso?

Garcia (ibidem) defende a ideia de que qualquer estimativa sobre uma ‘escala máxima’ implicaria na determinação dos limites do sistema – sistema biosfera e subsistema humanidade, a partir de um número reduzido de princípios. Segundo ele, seria necessária uma medida comum de valor para produtos da economia e serviços da natureza. Seria também necessária uma noção ótima de bem-estar socialmente construída a partir de uma estrutura de necessidades. Como falar em sustentabilidade sem tocar no tema de que as necessidades humanas normalmente vão muito além de suas necessidades estritamente biológicas? Ainda afirma que um consumo ‘supérfluo’ hoje significa, a longo prazo, a diminuição do tempo de vida da espécie no planeta.

Garcia (1999) tipifica em três categorias as vertentes interpretativas do desenvolvimento sustentável: a primeira delas é a compreensão de que esse é sinônimo de um crescimento sustentável, mantendo-se as taxas de expansão de produção e consumo e que as desigualdades sociais serão sanadas por meio de uma interdependência global. Cabe, nessa vertente, aos avanços tecnológicos sanarem possíveis problemas causados ao meio ambiental (bens aos moldes do ideal Moderno

cientificista). Uma segunda proposta seria a do crescimento zero, ou melhora qualitativa sem incremento da escala física, segundo a qual todos os esforços deveriam ser feitos para otimizar o uso dos recursos, e alterar os padrões de uso de energia no planeta, sem aumentar a escala econômica. Uma terceira proposta seria a chamada por ele de bioeconômica, que considerando que qualquer atividade econômica implica em degradação, deve haver uma radical mudança nos padrões e meios de vida de forma a reintegrar a vida humana aos ciclos biológicos naturais do planeta. Diante de tantas possibilidades, Garcia afirma que se há algum consenso, é que o desenvolvimento deve ser mantido dentro da capacidade da provisão da biosfera. Mas aí a questão é: como se determina essa capacidade? É possível, com o estoque de conhecimentos existentes, se controlarem todos os efeitos das ações humanas?

Chambers e Conway (1991) defendem a tese de que é preciso pensar o desenvolvimento a partir das premissas de equidade, capacidades e sustentabilidade, procurando sempre maximizar a cooperação entre os indivíduos e minimizar os conflitos. Por sustentabilidade, os autores entendem a capacidade de manter e melhorar os meios de vida, ao mesmo tempo em que se mantêm ou melhoram as capacidades e bens dos quais dependem esses meios de vida. A equidade refere-se tanto à distribuição mais igualitária dos recursos (tangíveis e intangíveis), quanto à equiparação de oportunidades e direitos entre diferentes sexos, etnias, etc. A capacitação à qual se referem os autores se aproxima do sentido dado por Sen (2012), de possuir meios e habilidades de desempenhar atividades e usufruir de acesso a bens e serviços diversos. A essa concepção acrescentam também a habilidade de ser capaz de se reorganizar após crises, choques ou estresses, que podem requerer uma reorganização dos meios de vida; e, nesse sentido, uma capacidade de adaptação frente a novas oportunidades, remetendo, nesse caso, à ideia de sustentabilidade através de gerações.

Para Jara, citado por Bernardi (2005), o desenvolvimento sustentável faz parte de uma mudança fundamental nos pensamentos, atitudes e valores. Trata-se de uma reorientação ética, que reavalia os relacionamentos da sociedade com a natureza e do Estado com a sociedade civil, à luz de postulados interdependentes de equidade social, equilíbrio ambiental, bem-estar econômico e auto-determinação política.

Considerando-se então que a sustentabilidade em suas dimensões econômica, social e ambiental tenha sido incorporada ao discurso de diferentes atores sociais, nem sempre há convergência sobre os parâmetros a serem adotados, às prioridades e aos meios adequados para se atingir os objetivos. Os conflitos de visões de mundo de diferentes atores são trazidos ao espaço social em alguns casos por meio de ações organizadas coletivamente, em outros se manifestam em ‘esferas públicas episódicas’, tomando emprestado o termo cunhado por Habermas (apud Maia, 2007) para denominar os momentos de interação informal entre as pessoas nos quais são debatidos temas variados e que servem para construir opiniões. Repercutem-se assim, no início do século XXI, diversos discursos, através dos quais podemos observar uma ressonância temática, que gira em torno do uso dos recursos naturais, de ideais e estratégias para o desenvolvimento e do respeito à diversidade cultural do planeta.

1.5 Conflitos e ações coletivas

Com o aumento da desconfiança e das incertezas, conforme demonstrado anteriormente, novos e velhos valores e práticas são confrontados, reavaliados pelos diferentes grupos sociais. O conflito nesse caso é parte de um processo de constante reavaliação pelo qual passa toda a cultura, mas que, como já demonstraram Taylor (1989) e Giddens (1991), se acentua com a Modernidade. São essas disputas de significado que podem conduzir a um compartilhamento mais ou menos amplo de determinadas certezas que estão na base de toda mudança social, que não é patológica, mas natural.

Os conflitos sociais não são entendidos nesse trabalho como patologias. Podem sim ser indicadores de tensões relacionadas às privações de liberdade de ordem material ou não, mas o conflito em si, é inerente a qualquer sociedade, pois é utópico pensar em uma comunidade onde todos tenham as mesmas opiniões sobre todos os assuntos. Simmel (1983; 2013) afirma que o conflito é uma forma de

sociação, e que toda sociedade necessita de forças divergentes e opostas, pois a realidade é sempre múltipla e não contém apenas um ponto de vista.

Para Simmel (1983) o conflito é uma das interações mais vivas das sociedades e tem também um caráter positivo, pois sem eles, não haveria nunca mudanças na sociedade. Ele considera que o conflito possui a capacidade de constituir-se num espaço social, em que o próprio confronto é um ato de reconhecimento e, ao mesmo tempo, produtor de um metamorfismo entre as interações e as relações sociais daí resultantes. Eles são, assim como as avaliações valorativas expostas por Taylor (1989), constitutivos da vida social, pois o consenso é sempre uma situação ideal.

Se toda interação entre os homens é uma associação, o conflito – afinal, uma das mais vívidas interações e que, além disso, não pode ser exercida por um indivíduo apenas – deve certamente ser considerado uma associação. E, de fato, os fatores de dissociação – ódio, inveja, necessidade, desejo – são as causas do conflito, o conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes (SIMMEL, 1983, p.123, grifo do autor).

É o conflito, em último caso, que possibilita o surgimento de novas formas e novos significados e nessa perspectiva é uma arena onde novas e velhas formas de pensamento se encontram, produzindo configurações diferentes e alterações na cultura. Simmel (ibdem) também considera que o conflito explicita uma hierarquia de relações. Os conflitos expressam diferentes ideais e a predominância de determinados valores em uma dada situação social. Legitimam-se sob a forma de naturalização de certas práticas, julgamentos e racionalidades que passam a estar implícitos nas escolhas individuais e coletivas e nas tradições que dão identidade a um determinado grupo, conforme demonstrou também Taylor (1989). É também uma situação onde diferentes atores reafirmam suas identidades a partir de suas diferenças, como comenta Alcântara Junior (2005).

A união ou desunião resultante do conflito é um instante em que as partes se enfrentam e não se identificam enquanto semelhantes. Mas o interessante é que o conflito é uma dimensão que estipula limites e circunscreve espaços, ao crivar o singular e o desigual das partes constitutivas das associações (ALCANTARA JUNIOR, 2005, p. 10).

Na visão de Simmel (1983) há uma certa matriz formal dos conflitos, que pode se manifestar sob as formas de oposição, aversão, sentimento de mútua estranheza, ódio, lutas sociais, guerras. Pesquisas desenvolvidas recentemente (Bernardi, 2005; Callou, 2009; Diegues, 2004a, 2004b; Dumith, 2011; Gerhardt & Almeida 2002; 2003) mostram que os processos de criação e implementação de Unidades de Conservação, sejam elas de proteção integral ou de uso sustentável são potencialmente propensos a conflitos, pois disputas de interesses e significado a respeito do território e dos recursos naturais se manifestam entre os atores envolvidos – populações locais, Estado, organizações não governamentais, empresários.

No caso das Unidades de Conservação de uso sustentável, as interações que ocorrem entre representantes do Estado, de organizações da sociedade civil e populações locais possibilitam o encontro de diferentes lógicas de apropriação e de sentido para o território e seus recursos, deflagrando o conflito sobre qual lógica deve ser priorizada. No caso das Reservas Extrativistas, objeto de análise nessa pesquisa, o próprio histórico de criação dessas unidades (que será mais detalhadamente tratado no decorrer dessa tese) demonstra como o conflito de interesses relacionados aos bens naturais envolve sempre atores diversos que disputam seus significados e o reconhecimento de suas proposições. Se são as populações extrativistas o objeto principal dessa categoria de UC, é em muitos casos por meio de ONGs que essas populações têm acesso a recursos do Estado ou de outras fontes. São essas organizações em muitos locais que possuem pessoal capacitado para a redação de projetos nos moldes exigidos pelo Estado e agentes financiadores.

Os conflitos nesses entornos colocam também em evidência as competições internas ao próprio grupo que podem, segundo Simmel (1983), levar a situações de uma ‘solidariedade orgânica’, onde em nome da coesão do grupo os indivíduos sacrificam suas necessidades individuais; ou a uma dissolução do próprio grupo, quando se priorizam os interesses particulares. Simmel considera que o tamanho do grupo também há de ser levado em consideração quando se faz essa análise, pois grupos menores tendem a sofrer mais os efeitos negativos de uma competição interna do que os maiores. Nesse ponto, sua análise encontra ressonância na de Olson (1999), para quem o tamanho do grupo (tratados por ele como grupos de interesse)

facilita sua manutenção. Olson explica que os pequenos grupos possuem a vantagem de ser mais facilmente controlados e organizados, pois normalmente tanto os benefícios quanto os custos de uma ação coletiva costumam estar mais visíveis para seus membros.

Para autores como Olson (1999), o que explica a ação social são os interesses. Na perspectiva desse autor, os atores sociais levam em consideração os objetivos que desejam e poderão alcançar com a ação social e qual o custo que será cobrado por isso. Quando se trata de interesses coletivos, no entanto, não é possível considerar que o grupo aja de acordo com a maximização desse interesse, pois segundo a tese de Olson (ibidem) os indivíduos agindo racionalmente procurarão maximizar as possibilidades de obtenção de seu interesse particular, a não ser que haja algum tipo de coerção ou incentivo (e nesse caso a participação viria novamente do interesse individual em evitar a punição ou obter os ganhos do incentivo). A palavra coerção tem um significado pejorativo, como se relacionado a uma imposição não explícita, ou a algo forçado, mas uma consideração interessante foi tratada por Hardin (1968), que também defende a necessidade de regras e punições que coíbam os interesses individuais frente a um objetivo comum, e comenta sobre a tensão entre interesses e escassez. Ele afirma que a coerção é ratificada pelos indivíduos como uma forma de frear os interesses individuais que colocam em risco os coletivos e são esses mecanismos que garantem efetivamente a existência da liberdade comum a todos.

When men mutually agree to pass laws against robbing, mankind become more free and not less so. Individuals locked in the logic of commons are free only to bring on universal ruin; once they see the necessity of mutual coercion, they become free to pursue other goals (HARDIN, 1968, p. 1247).

No entanto, é preciso considerar também que os atores, ainda que reconheçam reciprocamente um interesse em comum, podem conferir uma importância diferente ao benefício público almejado coletivamente. Nessa perspectiva, os conflitos sociais seriam fruto de bens disputados por diferentes sujeitos, com interesses às vezes distintos, às vezes coincidentes e nesses casos os mecanismos de coerção tomam o significado de uma injustiça, ou de um ressentimento (OLSON, 1999).

Claus Offe (1989) chama atenção para o fato de que um número idêntico de indivíduos interessados, com graus idênticos de determinação de defenderem e

promoverem seus interesses pode produzir manifestações e práticas organizacionais muito diferentes conforme a localização estratégica dos membros na estrutura social e conforme o status político-institucional que sua organização desfruta ou não.

O comentário de Offe (*ibidem*), trazido ao universo empírico dessa pesquisa, remete a uma situação vivenciada em campo, em visita a uma das comunidades do entorno da Resex Corumbau. Na comunidade, a grande maioria acredita ser necessário buscar melhorias para os pescadores, como projetos de extensão e de melhorias na infraestrutura. Porém, enquanto um grupo entende que o melhor caminho é utilizar-se de uma estratégia de aproximação com políticos locais em busca de favorecimentos, outros preferem os caminhos institucionalizados de gestão da Resex, como por exemplo, o Conselho Deliberativo, por meio do qual as demandas são discutidas e encaminhadas ao órgão competente.

Bernardi (2005) avalia que no âmbito do conflito socioambiental, um aspecto determinante é a escassez. Não existiriam conflitos se os recursos fossem infinitos e abundantes. Os conflitos de ordem socioambientais são conflitos, implícitos ou explícitos, com foco em elementos da natureza e com relações de tensões sociais entre interesses coletivos e privados, gerados pela apropriação de espaços ou recursos coletivos por atores econômicos particulares.

No caso de uma Unidade de Conservação de uso sustentável, como no caso das Reservas Extrativistas, diferentes atores, como o Estado, a população local e outros, como entidades não governamentais, possuem interesses em determinados recursos que precisam ser compartilhados e que são escassos. Esses atores podem todos concordar com a necessidade de criação da Unidade, mas podem, no entanto, discordar sobre a razão de tal criação ou ainda sobre a gestão dos recursos da localidade. Assim, ao bem almejado coletivamente – a necessidade de se resguardar um determinado território e seus recursos – é auferido um valor diferente por cada um dos atores envolvidos. O Estado, provavelmente possui motivações de ordem administrativa e tributária, a população local entende que a Unidade é a garantia da reprodução social do grupo, e uma ong ambientalista pode visar principalmente a manutenção de certas espécies animais ou vegetais. Em casos concretos, alguns dos interesses podem ser complementares, em outros conflituosos.

Além do interesse que pode ser tratado no âmbito coletivo ou individual, um outro ponto a ser considerado é o da natureza do bem em disputa, se é coletivo ou particular. Lobão (2006) chama a atenção que essa tipificação pode variar, de acordo com a organização que a concede. De acordo com a teoria de Olson (ibdem), um bem público seria aquele que é não excludente e indivisível, e Lobão evidencia que nessa concepção está sempre implícita a ideia de um grupo, sendo que um mesmo bem pode ser público para um e privado para o outro. A problemática da ação coletiva está associada ao desafio de evoluir de uma situação dominada por indivíduos agindo exclusivamente em função de interesses pessoais, para outra, na qual prevalece a busca de maiores benefícios e menores custos para todos os envolvidos (FREITAS; SEIXAS, 2011).

O interesse é motivação para ação, mas há diversos tipos de interesse, nem todos regidos pela racionalidade instrumental. Olson (1999), ao se preocupar em explicar as motivações que levam os indivíduos a se inserirem em uma ação coletiva não considera a cultura uma variável necessária para explicar as ações na esfera da política. Para ele, há desejos, interesses e um cálculo do custo/benefício da ação. Como elemento também importante para se explicar a ação coletiva Melucci (2001) consideram que os valores utilizados pelos indivíduos em suas ponderações são construídos socialmente e influenciam tanto os interesses quanto as possibilidades que dispõem. Melucci (2001) afirma que a identidade coletiva é uma das variantes utilizadas pelo indivíduos para calcular os custos e benefícios da ação. Para que as recompensas que provêm da troca sejam consumidas, é necessário um mercado socialmente específico no qual essas sejam reconhecidas. A identidade coletiva garante esse mercado e torna calculáveis os investimentos na mobilização (MELUCCI, 2001, p.65).

Essa perspectiva aplicada ao estudo das ações sociais pressupõe que identificações socioculturais específicas fundamentam a construção de identidades coletivas, contrapondo-se à perspectiva estruturalista, que supõe as ações coletivas como condicionadas por elementos econômicos-estruturais (SCHERER-WARREN, 1998). Para Melucci (2001), é preciso problematizar os processos pelos quais os indivíduos avaliam aquilo que os identifica, decidindo agir coletivamente. Para ele, mesmo os teóricos que buscaram avaliar os processos de mobilização considerando

que os indivíduos levam em conta a estrutura de oportunidades que dispõem e as expectativas de recompensa para avaliar sua participação em uma ação, não perceberam que há também um componente simbólico valorativo nessas avaliações feitas pelos atores. Também para Melucci, a identidade coletiva é elemento chave para se entender as ações coletivas na contemporaneidade:

Dou à identidade coletiva uma definição interativa e compartilhada, que vários indivíduos produzem acerca das orientações da ação e campo de oportunidades e de vínculos no qual ela se coloca: interativa e compartilhada significa construída e negociada através de um processo repetido de ativação das relações que ligam os atores. O processo de construção, manutenção, adaptação de uma identidade coletiva tem sempre dois ângulos: de um lado, a complexidade interna de um ator, a pluralidade de orientações que o caracteriza; de outro a sua relação com o ambiente (outros atores, oportunidades/vínculos). Tal processo é a base para a construção das expectativas e para o cálculo dos custos e benefícios da ação (MELUCCI, 2001, p. 69).

Os indivíduos e grupos na contemporaneidade caracterizam-se, segundo Melucci (2001), pela organização por meio de redes de solidariedade formadas em torno da identificação com uma causa em questão, mas cuja identidade não se esgota nesta participação. A transitoriedade dos atores, a volatilidade das ações e a aparente descoordenação dos agentes são todas características apontadas pelo autor para caracterizar as ações coletivas no final do século XX e início do século XXI.

Conceitualmente, Melucci (1996) propõe que conflito, solidariedade e quebra dos limites do sistema sejam as dimensões analíticas e a partir da observação de como essas três dimensões se articulam em uma ação coletiva, poderemos conceitualmente classificá-las. Por conflito, o autor entende uma relação entre atores em oposição que valorizam e desejam um mesmo recurso. Solidariedade é entendida como a capacidade dos atores de compartilhar uma identidade coletiva, sendo capazes de se reconhecerem e serem reconhecidos como parte de uma mesma unidade social. A ruptura com os limites do sistema, como entendida por Melucci, significa a expansão da gama de variações toleradas dentro da estrutura existente. Uma quebra desses limites empurra o sistema para além da gama aceita de variações.

As distinções conceituais para diferentes formas de ação coletiva propostas por Melucci (1996) - movimento social, competição, desvio, cooperação, reação, resistência individual, mobilidade individual e ritual – são todas elas articulações

possíveis entre as três dimensões analíticas citadas acima. Essa classificação, segundo Melucci, melhora as possibilidades de interlocução com os atores e a sociedade como um todo, pois fica mais claro perceber quais seriam os condicionantes e os sistemas de referência de cada tipo de ação coletiva em termos de limites do sistema, conflito/consenso e solidariedade/agregação. A perspectiva de Melucci (1996) permite perceber que é o compartilhamento ou não de certo conjunto de valores que possibilita alianças e conflitos entre diferentes atores no convívio social e evidencia também que há diferentes tipos de ação coletiva, normalmente denominadas indiscriminadamente como movimentos sociais, mas que para ele devem ser diferenciadas, de acordo com as dimensões analíticas mencionadas no parágrafo anterior. Embora não seja objetivo dessa tese analisar as diferentes formas de ação coletiva que se manifestam nos conflitos no entorno de uma Unidade de Conservação, nos referiremos aqui a esses ‘movimentos’ como ações coletivas, de forma a manter a nomenclatura adotada por esse autor. Melucci (2001) complementa afirmando que em situações de incerteza, a identidade é fator fundamental na agregação de indivíduos. As incertezas intensificam os laços entre indivíduos que compartilham de mesmos valores, possibilitando a emergência de novos atores – fragmentados e múltiplos.

Segundo Melucci (2001), nas sociedades complexas, como ele denomina a sociedade contemporânea, os conflitos mudam do plano material para o simbólico. Tendo os indivíduos cada vez mais a possibilidade de refletirem sobre suas ações e modificarem os rumos de suas vidas diversas vezes ao longo do caminho, os atores através dos conflitos colocam na ordem do dia a questão dos fins e do significado. No cenário de crise e incertezas, os conflitos se revelam, em muitos casos, em conceituações diferentes de uma mesma realidade ou em valores distintos dados aos diversos elementos que a compõem.

Muitas das ações coletivas da contemporaneidade estão relacionadas a questionamentos sobre o ideal de desenvolvimento almejado, às maneiras instituídas para alcançá-lo e aos meios possíveis de acesso, tanto aos processos de delineamento das políticas públicas, quanto aos de sua efetivação. Quando se toma aqui o termo desenvolvimento não está se referindo apenas às melhorias em condições econômicas e no acesso à saúde, mas a uma pluralidade de elementos materiais e

imateriais, na qual podemos, por exemplo, incluir as liberdades individuais e o respeito à diversidade cultural.

Bauman (2005) desenvolve a concepção de ‘comunidade de interesses’, denominando a reunião de atores em torno de ideias ou uma variedade de princípios, que forma uma ‘comunidade’, ainda que temporária.

É porque existem tantas dessas ideias e princípios em torno dos quais se desenvolvem essas **comunidades de indivíduos que acreditam** que é preciso comparar, fazer escolhas, fazê-las repetidamente, reconsiderar escolhas já feitas em outras ocasiões, tentar conciliar demandas contraditórias e frequentemente incompatíveis (BAUMAN, 2005, p. 17, grifo do autor).

Mesmo em condições nas quais os indivíduos formem comunidades com interesses puramente instrumentais, o valor da otimização dos recursos para obtenção dos melhores resultados é também um ideal, ou um valor moral compartilhado pela comunidade em questão. Tal pressuposto remete ao que fora exposto inicialmente nesta parte da tese sobre os ideais constituídos como ‘avaliações fortes’, na terminologia de Taylor (1989), representações que possibilitam aos indivíduos discernirem o certo e o errado, o superior e inferior, e orientarem suas identificações e escolhas em um pano de fundo valorativo, provido pela Cultura.

A escolha por uma determinada narrativa pode ocorrer então a partir de uma identificação com um determinado discurso e nessa perspectiva autores como Hall (2011) e Giddens (1991) afirmam que a identidade é proeminente em diversas ações sociais na contemporaneidade. No entanto, ainda que certamente, há, na contemporaneidade uma possibilidade muito maior de afiliações identitárias do que em períodos históricos anteriores, nem todos têm a mesma opção de escolha de identidades, como comentou Bauman (2005):

Permita-me comentar que a identificação é também um fator poderoso na estratificação, uma de suas dimensões mais divisivas e fortemente diferenciadas. Num dos polos da hierarquia estão aqueles que constituem e articulam as suas identidades mais ou menos à sua própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo, de abrangência planetária. No outro pólo se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, que não tem direito de manifestar suas preferências e que no final se vêem oprimidos por identidades aplicadas ou impostas por outros – identidades que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar (BAUMAN, 2005, p. 44).

Tomando, por exemplo, o termo população tradicional como categoria identitária, corre-se o risco, já verificado por Lobão (2006) e Diegues (2001), de que algumas propostas para manter as populações tradicionais em Unidades de Conservação partam do pressuposto de que elas devam manter seus padrões culturais imutáveis, sobretudo no que diz respeito ao manejo dos recursos naturais. Quando as restrições materiais limitam as possibilidades de escolha, como já comentou Sen (2010) se reconhecer como tradicional pode vir a ser uma necessidade e não um exercício de liberdade.

Castells (2002) considera que do ponto de vista sociológico, toda identidade é construída e baseada em fatores diversos, como a história, a geografia, a biologia, instituições produtivas, memória coletiva e ações individuais; e sua permanente reorganização por diferentes dessas variáveis se dá por influência de tendências sociais e projetos culturais e em sua concepção de tempo/espaço.

Sobre as identidades coletivas, Castells (ibdem) propõe uma divisão metodológica que as distinguiria de acordo com a forma e origem de sua construção: as identidades legitimadoras são aquelas que têm o objetivo de justificar uma determinada dominação em relação aos atores, especialmente presente nas relações entre as instituições dominantes e os outros atores sociais, por exemplo, entre o discurso científico e o tradicional na gestão ambiental. O segundo tipo proposto, chamado de identidade de resistência, formula-se a partir de atores que se encontram em posições desvalorizadas ou marginalizadas em relação à lógica dominante, como por exemplo os povos sem terra ou atingidos por barragens; e o terceiro, denominado identidade de projeto, refere-se às identidades construídas a partir de atores sociais que, utilizando-se de elementos culturais diversos, constroem identidades cujo objetivo seria redefinir posições sociais e em consequência transformar também toda a estrutura social, a exemplo do feminismo ou do movimento homoafetivo.

A classificação proposta pelo autor, quando trazida para a realidade empírica, permite perceber que na prática, muitas vezes, essas identidades se entrelaçam, ainda que um dos três elementos elencados por ele possa se destacar. Tomando como exemplo as populações extrativistas tradicionais que vivem em Unidades de Conservação, sua identidade coletiva é construída tanto como um instrumento que

permite um lugar demarcado de diálogo com o Estado, que oferece políticas e instituições específicas para esse grupo, quanto uma forma de resistência à ocupação e uso de seus locais de reprodução social por pessoas que não são do grupo.

Dumith (2011) afirma que ao ser fundada na territorialidade, a construção da identidade coletiva como seringueiros, castanheiros e pescadores, por exemplo, remete a uma determinada relação com a natureza. Portanto, as RESEXs podem ser interpretadas como símbolo de conquista (integral ou parcial) das populações tradicionais na luta pela afirmação, reconhecimento público (e proteção) da sua identidade territorial junto ao Estado. Segundo Melucci (2001), nas sociedades contemporâneas, envolvidas em processos de mudança e múltiplas possibilidades, torna-se mais evidente que os processos sociais são resultado de escolhas, decisões e representações, inclusive utópicas da realidade.

No universo da gestão ambiental de áreas específicas tomadas para fins de conservação, ainda que se admita a presença humana e exploração de recursos, existe sempre uma negociação entre os atores concernidos sobre os parâmetros a serem estabelecidos, as inclusões e exclusões permitidas. Em Unidades de Conservação do tipo Reservas Extrativistas, o Plano de Manejo, construído conjuntamente entre comunidade, poder público e outros representantes da sociedade coloca em evidência a ponderação dos riscos no embate, por exemplo, entre as ongs ambientalistas e a população extrativista. Enquanto as primeiras tendem a dar mais peso ao critério da perda da biodiversidade, as segundas temem normalmente pelas perdas econômicas que algumas normas do Plano possam acarretar. Nesse cenário, visualizamos não apenas considerações valorativas diferenciadas sobre o que é mais ou menos arriscado (perder a biodiversidade ou ter empecilhos para se obter recursos financeiros), mas também uma tensão entre um interesse individual e outro coletivo, se retomarmos aqui a perspectiva de Olson (1999).

Diegues (2001), comentando sobre os processos de gestão de Unidades de Conservação, afirma que mesmo em casos onde teoricamente a população local possui mecanismos para interferir no gerenciamento e no manejo, são os critérios científicos, apresentados por entidades ambientalistas, sejam da sociedade civil, ou ligadas ao Estado, que são considerados legítimos no amparo das decisões. Gerhardt

e Almeida (2003) também destacam as disparidades de representações sobre o meio ambiente como fator gerador de conflitos entre grupos sociais diferentes:

[...] o processo de institucionalização da problemática ambiental impõe sérias e agudas modificações às populações que habitam os espaços rurais. No entanto, estas alterações não ocorrem em um sentido único e pré-determinado como, muitas vezes, imaginam os “especialistas” detentores do “discurso ambiental competente”. Sendo assim, uma das consequências desta variabilidade será o fato destas populações desenvolverem percepções e ações totalmente distintas sobre o que representa a ideia de meio ambiente (e de natureza) e, conseqüentemente, sobre as significações e os sentidos conferidos à problemática ambiental (GERHARDT e ALMEIDA,2003, p.6).

As práticas sociais, aceitas ou não, são negociadas, sejam elas relativas às normas morais de conduta ou às regras estabelecidas para a convivência. Retomando o que afirma Beck (1995, 1999), a sociedade escolhe, por meio de disputas explícitas ou não, quais os parâmetros aceitáveis para cada atividade, qual tema deve ser tratado com maior ou menor prioridade, ou que tipo de esforço deve ser despendido nas tentativas de se evitar ou promover algo. Enfim, há um elemento de disputa de significados e de hierarquização de preferências e também de confiança quando se elege uma situação mais ‘arriscada’ do que outra, ou ainda quando se privilegia um determinado projeto de desenvolvimento em detrimento de outro; ou se reconhece um saber como mais válido do que outro.

No caso específico de Unidades de Conservação de uso sustentável, tema desse trabalho, isso é explicitado pelo valor diferenciado que se dá ao que deve ou não ser protegido. Para a população que vive dentro de seus limites institucionais, o que está em jogo são as possibilidades de manutenção social do grupo tanto no aspecto econômico, como cultural. Para os ambientalistas, garantir a manutenção do ecossistema (e para alguns o Homem não estaria incluído) é o principal objetivo e para isso, a população residente deve adequar suas práticas de acordo com as orientações da conservação ambiental. Além da disputa pelo significado do que deve ser priorizado, há também a disputa sobre como se dará essa decisão, podendo se configurar nesses casos específicos competições entre saber tradicional x moderno, ou leigo x perito.

1.5.1 Disputas por reconhecimento

O tema do reconhecimento se tornou central na teoria social contemporânea e uma das perguntas centrais nesta abordagem é: quais as possibilidades de sociedades democráticas liberais reconhecerem diferenças constitutivas de identidades específicas em seu interior? Buscando delinear o percurso recente do debate acadêmico em torno do tema, busca-se aqui apresentar as vinculações entre reconhecimento, identidade e autenticidade a partir das contribuições de Saavedra e Sobottka (2009), Honneth (2011), Taylor (2011), Habermas (1997a, 1997b, 1999) e Fraser (1997, 2000).

As disputas entre diferentes atores em assuntos de âmbito coletivo são apresentadas, segundo Honneth (2011), como lutas por reconhecimento:

[...] são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades (HONNETH, 2011, p. 156).

Nas sociedades modernas, as relações de estima social estão sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida (HONNETH, 2011, p. 207).

Para o autor, quando um indivíduo se sente desrespeitado e toma esse desrespeito como indicador de uma atitude que poderia ser estendida a todo um grupo identitário, essa experiência individual pode vir a se tornar um conflito coletivo. Honneth (ibdem) concebe o reconhecimento em três dimensões: uma relacionada às relações afetivas do indivíduo e que estariam ligadas à autoestima; uma segunda dimensão que seria a do direito, pautada pelos princípios morais da universalidade, não permitindo privilégios ou distinções e que se relacionam ao autorrespeito. A terceira dimensão se dá no domínio das relações que ele denomina de solidariedade, no sentido de um compartilhamento de valores entre indivíduos de um grupo social, que acarreta em estima social. Honneth considera ainda que o reconhecimento expressa as bases normativas das reivindicações políticas atuais e

ocupa um lugar que há algumas décadas era ocupado pelas reivindicações por redistribuição de recursos econômicos.

Fraser (1997, 2000) também considera, assim como Honneth (2011), que as lutas por reconhecimento expressam demandas relacionadas ao respeito e justiça, mas avalia que haja dois tipos de reivindicações por justiça: uma relacionada à redistribuição e outra ao reconhecimento, ainda que estejam imbricadas. Para a autora, o que se assiste na contemporaneidade é uma prevalência do aspecto do reconhecimento sobre o da redistribuição por parte dos Estados, na forma de ‘políticas de diferença’. Saavedra e Sobbotka (2009) comentam a tese de Fraser:

No paradigma da redistribuição, a injustiça é vista como parte da estrutura econômica da sociedade, e o remédio para superá-la seria uma redistribuição da renda, do patrimônio, das decisões econômicas ou mudanças na divisão do trabalho. Quem sofre a injustiça, nessa perspectiva, são classes ou grupos similares definidos economicamente e, mais recentemente, coletividades étnicas ou de imigrantes. As diferenças que os distinguem são vistas como socialmente construídas e não como intrínsecas, e a luta política se destina a abolir e não a reconhecer essas diferenças. No paradigma do reconhecimento, por sua parte, a injustiça é vista como parte dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, e requer mudança cultural ou simbólica que reavalie as identidades e os produtos culturais, valorizando grupos por ora discriminados e questionando os padrões dominantes. A injustiça afeta grupos de status, a quem se concede menor respeito, estima e prestígio. Os diferenciais que delimitam o grupo podem tanto ser qualidades inerentes a ele, e nesse caso a luta política será por reavaliar e celebrar essas características, ou podem ser construções sociais discriminantes, formadoras de hierarquias, e devem ser desconstruídas e superadas (SAAVEDRA E SOBBOTKA, 2009, p. 395).

De maneira distinta de Honneth (2011), que defende que a redistribuição faz parte do reconhecimento, Fraser (1997) aponta que essas lutas têm lógicas muito distintas, ainda que surjam quase sempre relacionadas no mundo real. A redistribuição buscaria o fim do fator de diferenciação grupal, enquanto o reconhecimento estaria calcado naquilo que é particular a um grupo.

I have assumed that redistributive remedies for political-economic injustice always differentiate social groups. Likewise, I have assumed that recognition remedies for cultural-valuational injustice always enhance social group differentiation (FRASER, 1997, [s.p]).

Segundo a autora, a pergunta a ser feita é em que contextos as políticas de reconhecimento podem fortalecer ou minar as lutas por redistribuição? Não se corre o risco de ao se focar no aspecto cultural do reconhecimento, considerá-lo por si só

suficiente para atender demandas socioeconômicas de redistribuição? Para Fraser (2000), as disputas por reconhecimento são na verdade uma luta pelo reconhecimento do status do grupo e não pela afirmação de sua identidade. O necessário seria superação da subordinação entre grupos ou entre diferentes modos de viver.

Unlike the identity model, then, the status model views misrecognition in the context of a broader understanding of contemporary society. From this perspective, status subordination cannot be understood in isolation from economic arrangements, nor recognition abstracted from distribution. On the contrary, only by considering both dimensions together can one determine what is impeding participatory parity in any particular instance; only by teasing out the complex imbrications of status with economic class can one determine how best to redress the injustice (FRASER, 2000, p 8-9).

Habermas (1989) avalia que a luta por direitos na democracia ocorre na esfera pública, por meio do discurso e, sendo esse um processo dinâmico, as identidades e as culturas estariam sempre em transformação nesse processo. Considerando-se as preposições de Habermas (1997a, 1997b, 1989) acerca da ação comunicativa, pode-se avaliar que nesta perspectiva, a luta pelo reconhecimento não precisa, e a rigor, nem deveria passar pela reivindicação de proteção de formas específicas de vida, mas pela constituição de uma esfera pública na qual as diferentes formas de vida podem ser defendidas argumentativamente e os indivíduos poderiam compor livremente o leque de suas adesões “identitárias”.

Melucci (1996), comentando sobre conflitos étnicos, afirma que esses episódios manifestam diferenças que vão além da etnicidade propriamente, pois dizem mais respeito a manifestações de grupos minoritários, normalmente ocupando a periferia dos sistemas capitalistas industriais e que sob a bandeira da luta étnica pleiteiam maior justiça social. A identificação com uma diferença sustenta demandas e propostas de uma sociedade pós-industrial. É como se a identidade étnica fornecesse um universo simbólico dentro do qual afloram os impulsos conflituais que vão bem além da condição específica do grupo étnico. Para Habermas (1997a, 1997b), as políticas de diferença seriam resultados dos grupos de pressão sobre o Estado e, se o processo deliberativo abrigar diferentes discursos com iguais condições de argumentação, visando alcançar uma solução por meio da validação ou

refutação pública das premissas argumentativas, haveria legitimidade suficiente para afirmar que diferentes interesses foram incluídos no processo deliberativo.

Taylor (2011) compreende que os processos de reavaliação, reafirmação e renovação das culturas e identidades acontecem em um diálogo íntimo frente a um universo de possibilidades. Através de lutas simbólicas, os sujeitos negociam identidades e buscam reconhecimento nos domínios íntimo e social. Para esse autor, as políticas de diferença, na verdade, camuflam o fato de que mesmo os princípios ‘universais’ não seriam neutros, mas apenas parte de uma cultura dominante e essas políticas tenderiam a acabar em homogeneização das culturas, padronizando as diferenças. Para Taylor (ibidem), essas políticas tendem a adotar uma perspectiva de justiça e nesse caso acabam tendo como horizonte a superação das diferenças e não a sobrevivência autêntica das identidades culturais específicas.

Os princípios universais aos quais se refere Taylor (2011) seriam aqueles amplamente compartilhados socialmente na Modernidade, como já mencionados aqui, que quando combinados, formariam aquilo que Souza (2012) denomina de ‘ideologia do desempenho’, que atribui ao indivíduo a responsabilidade final pelo seu reconhecimento e posição na hierarquia social, fruto de seu esforço (ou não), legitimando diferenças e perpetuando a condição de subcidadania.

A ideologia do desempenho baseia-se na tríade meritocrática que envolve qualificação, posição e salário. Destes, a qualificação refletindo a extraordinária importância do conhecimento com o desenvolvimento do capitalismo, é o primeiro e mais importante ponto que condiciona os outros dois. A ideologia do desempenho é uma ideologia na medida em que não apenas estimula e premia a capacidade de desempenho objetiva, mas legitima o acesso diferencial permanente a chances de vida e apropriação de bens escassos [...] A tríade também torna compreensível porque apenas através da categoria trabalho é possível se assegurar de identidade, autoestima e reconhecimento social (SOUZA, 2012, p. 170).

Em seu trabalho, Taylor (1989, 2011) demonstra que, na passagem da Idade Média para o período Moderno, a honra foi substituída pelo reconhecimento da igual dignidade de todos. Segundo o autor, com a criação dos Estados Modernos, instaura-se um princípio da dignidade, valores sociais que dão origem à democracia liberal constitucional, regida pelas ideias de igualdade e direitos subjetivos. Em vez da “honra” pré-moderna, que pressupõe distinção e privilégio, a dignidade pressupõe o

reconhecimento universal entre iguais. Segundo Taylor (1989), a honra significa sempre que alguns a possuem e outros não, enquanto a noção moderna de dignidade, calcada no reconhecimento universalizante da ideia da igualdade entre os Homens, é compartilhada por todo cidadão moderno. No entanto, o autor salienta que também ocorre, ao longo da Modernidade, uma tensão entre a noção de dignidade, que é concebida no âmbito do Estado e das leis na presunção de igualdade de todos, e um ideal amplamente disseminado pela procura do que ele chama de autenticidade: o desejo do indivíduo de ser capaz de se posicionar no mundo de acordo com suas preferências e características próprias, sendo reconhecido socialmente pelo seu valor pessoal.

Honneth (2011) comenta que sociedades mais tradicionais, o valor do indivíduo é ‘conferido’ publicamente, de acordo com o local social que ocupa para a contribuição do bem estar da coletividade e assim há uma tendência de que todas as funções que sejam necessárias ao bom funcionamento do grupo sejam valorizadas, independentemente de seu caráter. Já o status é auferido quando ocorre na sociedade uma ampliação nas possibilidades de convívio de diferentes condutas e padrões morais, sendo que as características individuais e não mais a contribuição individual para o grupo, é que passam a orientar a estima social.

O lugar que o conceito de honra havia ocupado antes no espaço público da sociedade passa então a ser preenchido pouco a pouco pelas categorias de **reputação** e ou de **prestígio**, com as quais se deve apreender a medida de estima que o indivíduo goza socialmente quanto a suas realizações e a suas capacidades individuais (HONNETH, 2011, p 205-206, grifo do autor).

A noção de autenticidade salientada por Taylor (1989) está intimamente ligada a uma mudança na origem da própria noção ética, descrita como uma voz que vem do interior e que mostraria ao indivíduo como viver. A capacidade de cada um de criar e perseguir seu próprio ideal de vida torna cada indivíduo original. Nesse processo, a ideia de que todos merecem respeito, mas cada um tem uma identidade singular, ganha sua forma moral como autenticidade. A ideia de identidade para ele está ligada necessariamente à concepção individual de uma diferença, moldada em boa medida pelo reconhecimento social.

Para Taylor, há uma esfera íntima, na qual a identidade é formada e reconhecida em diálogo e em luta com outros significativos; e uma esfera pública, na qual se desenvolvem políticas de reconhecimento. É nessa última instância que Taylor (2011) aponta uma tensão permanente: de um lado, uma política universalista, que coloca a ênfase na igualdade, na dignidade inerente a cada pessoa humana, e assegura direitos iguais de cidadania a todos. De outro, uma política com maior vinculação com a noção de identidade, que coloca sua ênfase na diferença. Assim, o reconhecimento dos direitos universalizados pressupõe também o reconhecimento de cada indivíduo ou grupo expressar suas particularidades. No mundo contemporâneo, essa tensão estaria presente, por exemplo, nas políticas de reconhecimento de especificidades, muitas vezes identitárias, e nas políticas de igualdade.

Souza (2012), comentando as análises de Taylor, salienta que:

A partir do final do século XVIII, as pessoas começam a perceber que as diferenças entre os seres humanos podem ser significativas o bastante para legitimar um modo próprio e original de ser, instituindo uma fonte de reconhecimento social independente da demanda por igualdade e direitos universalizáveis (SOUZA, 2012, p. 73).

Para Souza (2012), em sociedades periféricas as demandas por autenticidade enquanto elemento identitário estão em segundo plano frente às demandas pelo reconhecimento da dignidade. Ele afirma que a Modernidade chega à periferia de forma incompleta e precária. Para os atores que se encontram no centro, ou os globopolitanos (podemos tomar o termo como relação entre países ou grupos sociais), os valores Modernos de igualdade, garantia de direitos, acesso ao conhecimento científico podem ser mais facilmente acessados na vida cotidiana. Para os que se encontram na periferia, os valores modernos chegam na forma institucionalizada, mas muitas vezes não se efetivam na prática. Para ele, ao contrário do que ocorre no centro do sistema, como em países considerados por Taylor (1989, 2011) em seus estudos, o reconhecimento da dignidade é uma demanda muito mais presente do que a do reconhecimento pela autenticidade. Para Souza (2012) é necessária uma condição de igualdade para que a cidadania seja exercida pelo sujeito. Essas predisposições nem sempre são similares no centro e na periferia da sociedade Moderna.

É essa dimensão da **dignidade** no sentido não jurídico de **levar o outro em consideração** [...] que tem que estar disseminada de forma efetiva em uma sociedade para que possamos dizer que, nesta sociedade concreta, temos a dimensão jurídica da cidadania e da igualdade garantida pela lei. Para que haja eficácia legal da regra de igualdade é necessário que a percepção de igualdade na dimensão da vida cotidiana esteja efetivamente internalizada. É essa dimensão que exige, portanto, um efetivo consenso valorativo transclassista como condição de existência (SOUZA, 2012, p. 167-168, grifo do autor).

O status social dado pela reputação ou prestígio, como argumenta Honneth (2011), é conferido, avalia Souza (2012), por meio de uma hierarquia valorativa ancorada nas lógicas constituídas a partir do mercado e do Estado, e reproduzida quase que inconscientemente pelas pessoas em seus comportamentos cotidianos. Souza (2012) analisa que há uma lacuna explicativa no trabalho de Taylor (1989) por não considerar que os valores morais construídos ao longo da Modernidade propiciam também distinções sociais e econômicas, geradoras de conflitos na contemporaneidade. Para Souza, ao enfatizar o tema da autenticidade, Taylor deixa de lado o questionamento a respeito da igualdade de oportunidades, considerando o ideal de dignidade como algo já estabelecido, o que nem sempre se mostra realidade em sociedades periféricas.

As preposições de Fraser (1997, 2000), Honneth (2011), e Souza (2012) abrem possibilidade de argumentar que o status social seria o resultado de uma espécie de avaliação moral feita por vários membros de uma sociedade, ainda que pertencentes a grupos distintos, mas cuja avaliação final forma um determinado consenso moral sobre uma escala de valores culturalmente construída. Sendo então o status proporcionalmente crescente em relação ao reconhecimento social obtido, recai totalmente sobre o indivíduo a responsabilidade pela obtenção ou não desse reconhecimento, com base em seu desempenho. Habermas (1989) considera que a igualdade efetiva entre os atores em uma sociedade só pode ser alcançada por meio de instrumentos que possibilitem o exercício da condição de igualdade. Para Sen (2010), esses instrumentos remetem à capacitação dos atores e à existência de condições básicas de infraestrutura providas pelo Estado. A capacitação para Sen relaciona-se ao aumento da escolaridade formal, mas não apenas isso. O autor define uma capacidade como a habilidade de uma pessoa realizar atos valiosos ou alcançar estágios de vida considerados valiosos por ela própria. Uma capacidade representa

uma serie de combinações alternativas do que uma pessoa é capaz de fazer, de se tornar ou de ser.

Para Souza (2012), é preciso reconhecer as especificidades de cada sociedade, sem cair no que ele chama de mito da singularidade absoluta, que transmite a ideia de uma unidade substancial para fins de produção de uma solidariedade social, mas que deixa de fora a problematização das contradições inerentes a essa sociedade.

O reconhecimento, na perspectiva dessa tese, é conferido não apenas pelo Estado aos diferentes atores sociais, mas também pela ciência, pelas entidades não-governamentais e também pela própria população tradicional nas interações que estabelecem entre si. Tomemos por exemplo, o caso das populações extrativistas pesqueiras no Brasil. No contexto das populações tradicionais, foram criadas políticas públicas atrelando-as às políticas de conservação ambiental. Os usos do território e dos recursos são legalmente garantidos e estão em consonância com a intenção de preservação ambiental para atender as necessidades de reprodução social do grupo e seus meios de vida. Porém, as formas de acesso e os canais de comunicação com o Estado ainda são regidos pela linguagem e pelos meios que nem sempre fazem sentido para essas populações. Isso dificulta a efetivação dos direitos e cria uma sensação de frustração e ressentimento para essas populações, como ressaltou Lobão (2006), configurando-se em restrições que bloqueiam a condição de agente dos pescadores artesanais.

Para Taylor (1989), na Modernidade ao mesmo tempo em que a objetificação da vida instaura um olhar sobre todos os humanos como iguais, inclusive por meio da criação de direitos universalmente reconhecidos, culminando com a ideia de dignidade, são as características individuais, a autenticidade, que vão conferir reconhecimento social. Para ele, o reconhecimento estaria ligado a uma necessidade de auto-realização, enquanto que para Honneth à busca pela estima social. Fraser (1997), no entanto, defende a ideia de que o reconhecimento está ligado a uma moralidade que se pauta pela noção de correto e de justiça e em última análise na forma de distribuição dos bens e recursos disponíveis. Para ela, o reconhecimento se articula também à paridade na participação, de forma similar à apresentada por Habermas, defendendo ser importante que as próprias pessoas afetadas participem,

em processos dialógicos, da construção de soluções para superar quadros de subordinação e diferenças (SAAVEDRA, 2009).

Honneth (2011) comenta as considerações de Fraser e afirma que sua concepção de reconhecimento não se atém à ideia de valorização de grupos culturais, e que a justiça não remete necessariamente aos aspectos econômicos ou culturais das relações sociais. Ele também não nega a importância das demandas por redistribuição, mas acredita que seu modelo explicativo também abarca essa dimensão. “Conflitos por distribuição [...] são sempre lutas simbólicas sobre a legitimidade do dispositivo sociocultural que determina o valor de atividades, atributos e contribuições” (HONNETH, 2001, p. 54). O Quadro 1 resume as ideias sobre reconhecimento e racionalidade defendidas pelos autores apresentados aqui:

Habermas	Defende a tese de que a linguagem na interação social permite a busca por um consenso que seja construído por meio do uso de argumentos amplamente debatidos e refutados perante outros argumentos, com a participação ampla dos interessados levando a acordos racionalmente construídos. Políticas com ênfase em diferenças, desde que acordadas por meio da deliberação ampla, devem ser aceitas como válidas. Para ele, a luta pelo reconhecimento não precisa, e, a rigor, nem deveria passar pela reivindicação de proteção de formas específicas de vida, mas pela constituição de uma esfera pública na qual as diferentes formas de vida podem ser defendidas argumentativamente. O reconhecimento para ele, está relacionado ao uso argumentativo da linguagem, perante o levantamento de pretensões de validade que devem ser discutidas amplamente.
Taylor	Para ele o reconhecimento está ligado à luta por grupos minoritários para garantir suas possibilidades de reprodução social. Aponta também o que considera uma tensão construída ao longo da Modernidade que elabora um ideal de igualdade, por meio de uma política universalista, com ênfase na dignidade da pessoa humana, ao mesmo tempo em que cria espaços para políticas cuja ênfase está na diferença, vinculando-se à identidade, etnia, gênero etc. Os princípios universais não seriam neutros, mas parte de uma cultura dominante e políticas de diferença carregam ainda uma demanda por justiça e reconhecimento. Para Taylor, as ideias vão ganhando adesão por condições contextuais e materializando-se nas transformações culturais que naturalmente ocorrem. A racionalidade é nesse sentido um consenso baseado em valores morais compartilhados amplamente, sendo uma das facetas de um determinado imaginário.
Honneth	Demandas por reconhecimento são a expressão de um sentimento de falta de respeito, onde algum ator se sente não reconhecido em seus direitos ou valor. Quando o sentimento de desrespeito é compartilhado por diferentes indivíduos, pode vir a assumir a forma de ações coletivas e de conflitos sociais. O reconhecimento se dá tanto em uma esfera individual, ligada à autoestima, quanto a uma social, relacionada ao reconhecimento e à estima despertados socialmente e uma terceira esfera política, na perspectiva do reconhecimento do valor da igualdade e dignidade.

Fraser	Distingue lutas por reconhecimento, ligadas a uma característica particular do grupo; de lutas por redistribuição, que buscariam o fim do fator diferencial do grupo, se aproximando mais a uma luta por dignidade. Para ela, não é possível haver justiça sem que haja simultaneamente uma redistribuição e também uma reordenação das hierarquias valorativas compartilhadas socialmente. Discorda de Honneth por achar que a dimensão pessoal, da autoestima, tratada por ele como uma das três dimensões do reconhecimento não é um fator importante no aspecto da análise sociológica.
Souza	Sociedades que não vivenciaram historicamente o processo de criação das instituições Modernas como Estado, mercado e direitos iguais, importam essas instituições, mas não alteram suas configurações sociais, criando uma modernidade precária, com a existência de inúmeros subcidadãos. Nesse contexto, as demandas por reconhecimento relacionam-se mais à dignidade do que à autenticidade, diferenças ou particularismos.

Quadro 1: Pontos-chave sobre as concepções de reconhecimento e racionalidade debatidas por Habermas (1989, 1997a, 1997b), Taylor (2011), Honneth (2011), Fraser (1997, 2000) e Souza (2012).
Fonte: Elaborado pela autora.

Tal como Habermas (1989), Honneth (2011) e Fraser (1997, 2000) percebem que a política não se restringe a uma luta de interesses (à ação estratégica, guiada pela racionalidade instrumental). Há horizontes normativos, coletiva e simbolicamente atualizados, sobre os quais os sujeitos se apoiam. As populações que vivem em Unidades de Conservação ou em seu entorno transitam em um contexto de regras de uso e ocupação dos territórios a partir de uma regulação do meio ambiente imposta por atores externos e nesse contexto adotam estratégias de adaptação ou de resistência, a fim de garantir sua sobrevivência, tanto econômica, quanto cultural e o seu reconhecimento social. A manutenção ou transformação de certas tradições são também nesse entendimento estratégias utilizadas na reprodução social do grupo, a partir do momento em que determinadas identidades passam a ter um reconhecimento específico e diferenciado por parte do Estado.

1.6 Contribuições da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas para as discussões sobre deliberação e participação coletiva

Nas democracias modernas, a esfera pública, tal como proposta por Habermas (1989) é o local onde diferentes opções valorativas sobre diversos temas da vida cotidiana se materializam nos discursos. Para ele, o indivíduo, em qualquer tempo

histórico, constitui-se nos processos interativos, voltados para o entendimento, para a autocompreensão e para a compreensão dos outros. Cabe lembrar aqui que a esfera pública para o autor não se dá apenas nos espaços institucionalizados e formais, como os parlamentos ou os conselhos, por exemplo, mas também de forma episódica, nas conversas informais, nos espaços como o trabalho, clubes e associações (HABERMAS, 1989). Na concepção de Habermas, argumentos devem conduzir a compromissos legais.

A teoria de Habermas (1989) possibilita trazer para o mundo empírico os apontamentos de Taylor (1989) sobre as bases valorativas que orientam discursos e ações na Modernidade. Da teoria de Habermas, se pode extrair elementos que permitem analisar os processos deliberativos sob o ponto de vista da moralidade, expressa no que ele denomina pretensões de validade, presentes em todo embate argumentativo e também sob a ótica das condições do discurso, ou seja, das condições de participação no processo deliberativo que possibilitem iguais oportunidades de expressão a todos. Souza (2012) complementa essa argumentação com a teoria de que em sociedades periféricas, o não compartilhamento amplo de uma base valorativa comum que dá sentido efetivo à noção de dignidade e igualdade entre os cidadãos do Estado Moderno ocasiona a naturalização das diferenças entre os cidadãos e os subcidadãos.

Em sua teoria da Ação Comunicativa, Habermas trata das condições nas quais os sujeitos, através de situação ideal de fala, buscam resolver seus impasses através do discurso argumentativo, onde livre de coerções, podem decidir por meio da exposição de argumentos justificáveis, qual resolução final será obtida. Para ele, o fundamento de uma ética da discussão exige a construção de um espaço crítico, aberto e pluralista.

Para Habermas (1989) a principal função da comunicação é a busca pelo entendimento e a racionalidade está diretamente relacionada à forma pela qual se dá essa comunicação. A busca do entendimento só pode ser considerada racional para ele, se feita sem coerção, onde todos os participantes tenham as mesmas condições para se expressar e a mesma abertura para com as ideias do outro. Cabe à linguagem também funcionar como meio que permite ao sujeito estabelecer relações entre o que

ele denomina dos três mundos: mundo objetivo das coisas, o mundo social, das relações sociais legitimamente reguladas e o mundo subjetivo das experiências subjetivas do ego. Ou seja, é por meio das interações sociais, mediadas pela linguagem, que os atores expressam suas visões de mundo, considerando tanto o caráter objetivo e factual do mundo, quanto as normas sociais compartilhadas e os valores e experiências pessoais (HABERMAS, 1989).

Falar, dizer algo sobre alguma coisa a alguém implica levantar pretensões de validade, e qualquer ouvinte é interpelado a tomar posição a respeito dessas pretensões. Para estudar as pretensões de validade das normas morais, Habermas (ibdem) analisa as interações entre sujeitos através da linguagem. Nessas situações, os indivíduos orientam e coordenam suas ações a partir de um horizonte de sentido intersubjetivamente compartilhado. Só assim, poderá haver algum entendimento entre as partes. Esse entendimento, segundo Habermas, pode se dar a respeito de algo no mundo objetivo dos fatos, no mundo social da regulação das relações intersubjetivas (o direito, as regras institucionalizadas) e o mundo subjetivo das vivências.

Para Habermas (1989), a argumentação se faz necessária para coordenar uma linha de ação coletiva, mas é só quando a decisão resulta de argumentações que a norma decidida pode valer como justificada. A argumentação, desta maneira, possibilita o equilíbrio do poder entre os participantes de um debate, e cuidam da igualdade de chances de impor os próprios interesses de cada um.

No contexto desta pesquisa, considerando-se os arranjos institucionalizados de deliberação sobre a gestão de Unidades de Conservação, a teoria democrática deliberativa de Habermas (1997a; 1997b) afirma que o processo de decisão do governo tem de ser sustentado por meio da deliberação dos indivíduos racionais em fóruns amplos de debate e negociação. Essa deliberação não resulta de um processo agregativo das preferências fixas e individuais, mas de um processo de comunicação, em espaços públicos, que antecede e auxilia a própria formação da vontade dos cidadãos. Sob a ótica da teoria Habermasiana, as decisões tomadas no nível do sistema político devem ser fundamentadas e justificadas no âmbito da sociedade, através de uma esfera pública vitalizada.

Habermas (1984) propõe o conceito de razão comunicativa em contraposição ao de razão instrumental. A racionalidade comunicativa acontece a partir da relação intersubjetiva entre os sujeitos, num discurso sem violência, permitindo dessa forma o entendimento e um consenso coletivamente obtido. Cabe salientar aqui que esse consenso não significa que todos os participantes passaram a compartilhar da mesma opinião, mas que por meio da deliberação decidiram aceitar coletivamente um determinado argumento como válido naquela situação. Para Habermas (1997a; 1997b), não existe um consenso moral prévio que orienta as escolhas individuais e coletivas, esse consenso é também socialmente construído por meio da interação.

Essa interação, que promove a formação das vontades e das opiniões ocorrem espontaneamente no dia-a-dia, e é chamada por Habermas (1999) de esfera pública episódica. A sociedade civil, base social da esfera pública autônoma, constituída por associações, organizações e movimentos que representam as demandas de diferentes setores da sociedade, absorve e transmite as questões setorialmente tematizadas de forma amplificada para a esfera pública. Estas associações da sociedade civil acabam influenciando a definição de questões que serão consideradas para discussão na esfera pública. Depois de publicizadas, essas questões seriam tratadas pelo sistema político-administrativo. Como instância intermediária, a esfera pública capta os impulsos gerados na vida cotidiana e os transmite para as instituições que articulam institucionalmente essas demandas, construindo, assim, decisões legítimas.

A democracia participativa foi uma das formas encontradas pelas sociedades modernas de tentar estabelecer parâmetros estruturais para a convivência coletiva e para a representatividade de diferentes valores e interesses, oriundos de diferentes grupos sociais. O Estado dispõe de mecanismos de regulação para responder às demandas apresentadas pelos diferentes grupos de interesse, de acordo com os recursos disponíveis; mas qual demanda será atendida e o quanto será atendida é sempre produto do jogo político. Logo, a forma e o conteúdo concretos da representação de interesse organizada é sempre um resultado do interesse mais a oportunidade e o status institucional.

As premissas do desenvolvimento sustentável colocam como protagonistas grupos sociais que historicamente se vêem subordinados ou ‘invisíveis’ em relação

aos grupos dominantes, tanto reafirmando direitos, quando instaurando novos espaços institucionais de participação desses grupos na elaboração de políticas relacionadas a seus interesses. Considerando-se então o que já foi debatido nessa tese sobre a orientação da necessidade como algo culturalmente construído a partir de motivações e possibilidades negociadas, e as considerações expostas por Habermas nos parágrafos acima, na interação entre múltiplas possibilidades, as condições de representantes de diferentes grupos se expressarem perante os demais em condições de igualdade, é fator central. Nesse entendimento, as instâncias deliberativas institucionalizadas pelo Estado deveriam possibilitar que os diversos grupos sociais tivessem condições de participar efetivamente dos processos decisórios do Estado e terem um papel de corresponsabilidade por sua implementação.

1.6.1 Algumas considerações sobre Participação em assuntos coletivos

A participação dos atores, seja em esferas públicas episódicas, ou em espaços institucionalizados é uma condição para processos deliberativos e para expressão das demandas por reconhecimento, conforme discutido acima. Freitas e Seixas (2011) não abordam especificamente o conceito de reconhecimento, mas ponderam que sem uma predisposição do Estado e de outros agentes em trocar experiências com as populações tradicionais, alterando inclusive as formas como essas interações ocorrem, dificilmente se chegará a uma situação de efetiva participação dessa população. Para esses autores, que abordaram o tema da cogestão em comunidades de pescadores artesanais, são em relatos presentes na tradição da pesca artesanal que podem ser encontrados eventos significativos que ocorreram em determinados contextos históricos, bem como os mecanismos que os desencadearam, e a transmissão dessas histórias tem também a função de ensinamento para evitar erros parecidos no futuro, ou em repetir práticas exitosas do passado. Dada a complexidade, incerteza e as dinâmicas de natureza não-linear envolvida na pesca, este tipo de informação pode ser crucial para gestão.

Porém, segundo os autores, a efetividade deste sistema tradicional depende da capacidade de aprendizagem coletiva para interpretar as narrativas e correlacionar com a situação presente. Para tratar do aprendizado como-participação em contextos de extrema desigualdade social, é preciso que sejam estabelecidas pré-condições para o diálogo das comunidades com o Estado. A pesca artesanal, principalmente na zona costeira, compartilha o mesmo espaço com indivíduos e organizações altamente capitalizadas e cujos interesses também encontram-se representados junto ao poder público.

Ao entender que a participação popular nas decisões políticas é algo necessário ao desenvolvimento, aproximamo-nos do conceito de uma democracia deliberativa. Uma participação de qualidade deve ser entendida como a real possibilidade de participação de diferentes atores, cada qual em condições de igualdade tanto de informações quanto de expor suas ideias aos outros. São essas condições, aos moldes do que Habermas (1989) chamaria de ética do discurso, que muitas vezes não são respeitadas nos processos ditos participativos. No entanto, a participação propiciada pelas leis não pode ser entendida como solução simples para legitimar políticas públicas e afirmar que essas são de fato plurais e democráticas, apenas por proverem tais canais de diálogo público.

Alguns autores que defendem a ideia de uma democracia deliberativa argumentam ainda que é necessário monitorar a qualidade dos canais de participação, uma vez que apenas sua instituição não é suficiente para promover um verdadeiro debate deliberativo. John Dryzek (2004), por exemplo, defende que no respeito à participação, interessa menos a quantidade numérica de participantes e mais a ampla concorrência de discursos. Assim, o autor comenta: “a democracia deliberativa requer que, para que uma decisão coletiva seja legítima, ela deve estar sujeita à aceitação refletida daqueles a ela submetidos, os quais devem ser capazes de participar em deliberações a respeito da decisão” (DRYSEK, 2004, p. 54). Mais adiante, no mesmo texto, complementa sua ideia ao afirmar:

a legitimidade discursiva é atingida na extensão da ressonância de um tal acordo junto à constelação de discursos prevalescente, na medida em que essa constelação é sujeita a um controle difuso e competente – para os quais as redes, na esfera pública podem contribuir (DRYSEK, 2004, p 57).

No entanto, esse autor alerta que mesmo processos aparentemente deliberativos podem levar a decisões guiadas por falsas necessidades em um contexto populista e pela manipulação da constelação de discursos presentes no processo e a não existência de um processo refletido. Cunha e Loureiro (2009) demonstram que a democracia pode consistir em um simulacro, em um mero formalismo, uma vez que não ultrapasse os mecanismos de participação pelo voto e eleições de representantes, para passar a incorporar as demandas reais do conjunto de cidadãos.

Ao longo dos últimos séculos, como visto, novas disposições valorativas acerca do desejável ou não foram sendo construídas e compartilhadas. Com o avanço do conhecimento e da técnica novas possibilidades foram sendo criadas e novas configurações sociais estabelecidas. Dentre os aspectos destacados aqui, as ideias de desenvolvimento, meio ambiente e tradição foram sendo transformadas conforme o passar dos anos e essas novas disposições valorativas que ganham vigor especialmente a partir da segunda metade do século XX, na articulação de diferentes atores sociais e demandas na esfera pública, ecoaram também nas práticas legais e institucionais. Ao final do século XX, o estabelecimento de um sistema representativo global de áreas protegidas foi proposto como parte da estratégia de se estabelecer um novo modelo de desenvolvimento que levasse em consideração também os impactos sobre o meio ambiente e garantisse os recursos necessários à sobrevivência das espécies.

O envolvimento de diferentes grupos sociais nas discussões relacionadas à gestão ambiental e cultural vem sendo estimulada por meio de leis e ações políticas específicas, tanto no exterior, quanto no Brasil, como será discutido a seguir. No entanto, a participação e a representatividade dos diferentes grupos de interesse na esfera pública dependem, sobretudo, da motivação individual e da disponibilidade de recursos (materiais ou não) para estar presente nos momentos e espaços de deliberação. O fomento à participação pode ser interpretado como uma forma de reconhecimento das contribuições que diferentes grupos sociais podem dar aos temas coletivos, no entanto, é preciso também verificar se os mecanismos instituídos para essa participação também foram construídos coletivamente, incorporando lógicas distintas de socialização.

A próxima parte dessa tese trará os principais desdobramentos dessa ressemantização do desenvolvimento, do meio ambiente e das práticas tradicionais na estrutura institucional e legal do Estado Brasileiro, com ênfase nos órgãos criados e nos tratados e leis surgidos a partir do final do século passado diretamente ligados à proteção ambiental e à garantia dos meios de vida das populações tradicionais. Conhecido isso, será possível problematizar quais os efeitos desse reconhecimento legal e institucional no dia-a-dia das populações que vivem no entorno de Unidades de Conservação de uso sustentável, como é o caso das Reservas Extrativistas.

2 INSTRUMENTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS DA GESTÃO AMBIENTAL E DAS POLÍTICAS VOLTADAS PARA POPULAÇÕES TRADICIONAIS

2.1 Introdução

Essa parte da tese visa descrever o arcabouço legal e institucional criado no Brasil e exterior a partir de meados do século XX relacionados à proteção do meio ambiente e ao reconhecimento de direitos das populações tradicionais de forma a contextualizar a atividade da pesca marinha artesanal tradicional na contemporaneidade. Apresenta-se aqui também um breve histórico contextualizado sobre o processo de criação das Reservas Extrativistas no Brasil apresentando, ao final, dados secundários sobre conflitos relacionados à gestão de recursos naturais em Unidades de Conservação e outros territórios.

Como visto na parte anterior desta tese, diversas características das relações entre os grupos sociais e da configuração global do planeta ao final do século XX e início do XXI fizeram com que essa fase fosse caracterizada como um novo momento da Modernidade. Nesse contexto surgem questionamentos a respeito das políticas de desenvolvimento adotadas até então, à primazia do saber científico sobre os tradicionais, relacionados à relação sociedade e meio ambiente e ao direito a vivenciar diferentes estilos de vida. Essa nova configuração social ecoa em diferentes países do mundo sobre arranjos institucionais, legais e políticos. Diversos temas têm sido, desde a década de 1960, alvo de discussões e acordos, tais como a regulamentação de materiais tóxicos, a proteção à fauna, à flora e à biodiversidade, os espaços marítimos internacionais, a atmosfera, o clima e a proteção da camada de ozônio, a proteção do patrimônio cultural, a responsabilidade internacional e a reparação de danos ambientais (PASSOS, 2009).

Como será visto ao longo dessa parte, essa estrutura institucional se tangencia também à consolidação de mecanismos institucionais visando uma maior

participação de diferentes setores da população no âmbito das políticas públicas e que em algumas circunstâncias relacionam-se às chamadas populações tradicionais.

A busca pelo ideal de sustentabilidade passou a fazer parte de discursos variados a partir da segunda metade do século XX. Inicialmente concebido no âmbito da ecologia, o termo vem fazendo parte nas últimas décadas de um repertório mais amplo, que passa pelas escolhas relacionadas às fontes de energia e meios e modos de produção e aos hábitos de consumo, aos direitos das minorias e evidencia as interrelações existentes entre a natureza e a cultura, entre aos significados atribuídos às necessidades e aos recursos.

Foram vários os encontros, tratados e acordos elaborados entre países nos últimos quarenta anos visando principalmente estabelecer parâmetros comuns para limites de exploração dos recursos naturais e garantia de liberdades das minorias sociais. A aproximação dessas demandas – ambiental e social – ocorreu, como já fora mencionado anteriormente, a partir da década de 1970, por meio de ações e movimentos coletivos que lutavam por direitos de minorias e por mudanças nos padrões de produção e consumo. Os desenhos institucionais e legais concebidos desde então, embora visem garantir a maior participação da sociedade civil no delineamento e efetivação das políticas públicas, nem sempre são suficientes para permitir que isso ocorra. Os momentos de deliberação nos quais esse conjunto de normas e acordos são construídos são também arenas de disputas de diferentes grupos de interesses, alguns com ênfase na conservação ambiental, outros na distribuição mais igualitária dos recursos, outros nas condições de reprodução sociocultural das minorias sociais e/ou sociedades tradicionais. Nessa perspectiva, as demandas por reconhecimento de igualdades e diferenças, podem ser contempladas sob a ótica da pluralidade de discursos e das condições de participação que visam garantir a legitimidade das decisões coletivas.

Para a organização das informações a serem tratadas nesse âmbito, optou-se por iniciar com uma retrospectiva histórica dos principais encontros internacionais ocorridos nas últimas décadas centrados na perspectiva do desenvolvimento sustentável, começando pela Conferência de Estocolmo (1972) e chegando até a RIO+20 (2012). O primeiro foi escolhido por ser considerado um marco na

disposição global em endereçar problemas ambientais e sociais para além das fronteiras nacionais, o segundo por ser um dos últimos eventos dessa natureza ocorrido durante o período de redação desta tese. Em seguida, é apresentado o arcabouço legal e institucional criado no Brasil nesse mesmo período, com ênfase na criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e nas políticas relacionadas à população tradicional, caracterizando mais especificamente as UC de uso sustentável e as Reservas Extrativistas, no contexto de luta de populações tradicionais por reconhecimento.

2.2 A trajetória da gestão ambiental em nível internacional

Pesquisas históricas mostram que leis ambientais não são exclusividade de período contemporâneo. Segundo Lima (2003), diferentes registros históricos sugerem que a ideia de proteção de áreas naturais, no mundo ocidental, teve origem na Europa, na Idade Média, com o objetivo de proteger os recursos da fauna silvestre e seus habitats para a prática de caça, comum entre os nobres, ou ainda para a proteção de recursos madeireiros. Na Inglaterra, por exemplo, ainda no século XIV foram aprovadas leis relacionadas à qualidade da água e à proteção de corujas (UNEP, 2012).

A proteção de áreas naturais como espaços públicos parece ter surgido durante a Revolução industrial, como uma demanda dos trabalhadores por espaços de recreação ao ar livre, segundo relata Lima (2003). O Yellowstone National Park, nos Estados Unidos, foi criado em 1872 e é considerada oficialmente a primeira unidade de conservação do mundo. A proteção da beleza cênica era um de seus principais objetivos. Seguindo esse modelo, vários países iniciaram um processo de criação de áreas protegidas, como Canadá (1885), Nova Zelândia (1894), Austrália, África do Sul e México (1898), Argentina (1903), Chile (1926), Equador e Venezuela (1934) e Brasil (1937), com o Parque Nacional do Itatiaia (LIMA, *ibidem*).

Segundo Lima (2003), até a primeira metade do século XX, o ambientalismo deixa de ser um movimento puramente estético, passando a incorporar também uma

vertente mais utilitarista, influenciado pelo contexto pós duas guerras mundiais e acelerado desenvolvimento tecnológico. Pode-se considerar que os anos de 1960 foram representativos em termos de ampliação das demandas relacionadas ao meio ambiente para além de nichos setorializados. Nessa perspectiva, Passos (2009) indica a publicação do livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), em 1962, da ecologista norte-americana Rachel Louise Carson, como o primeiro passo para o despertar da consciência ecológica internacional. O livro mostrava como o pesticida DDT penetrava na cadeia alimentar e se acumulava nos tecidos gordurosos dos animais e até mesmo do homem, o que poderia causar câncer e dano genético. O livro era provocativo, pois, além de expor os riscos do DDT, questionava a confiança desmedida da sociedade no progresso tecnológico. Correa do Lago (2006) acrescenta além dessa publicação, também o livro *This Endangered Planet* (1971), de Richard Falk, ou os ensaios de Garrett Hardin, como *The Tragedy of Commons* (1968) e *Exploring New Ethics for Survival* (1972), como tendo forte impacto na opinião pública da época. Nesse contexto, o tema da sustentabilidade ganhou visibilidade na mídia e popularizou a ideia de riscos e adversidades ligadas ao desenvolvimento científico e industrial, vindo a impactar posteriormente em políticas de cunho ambientalista e que almejavam a gestão dos riscos.

Em 1969, segundo a organização não governamental norte-americana Earthday, 20 mil pessoas foram às ruas nos Estados Unidos em 22 de abril daquele ano, protestando sobre temas diversos, como poluição industrial, pesticidas, detritos tóxicos, perda da biodiversidade. Essa iniciativa teria servido de inspiração para a criação do Dia Internacional do Meio Ambiente, oficialmente decretado pelas Nações Unidas, durante a Reunião de Estocolmo, em 1972 e fixado como sendo 5 de junho.

Lima (2003) chama a atenção para o fato de que os Estados Unidos e a Europa eram palco nesse período de diversos movimentos estudantis contra a guerra, contra a poluição, pela emancipação feminina, dentre outros, e que ao adotarem medidas para atender a algumas dessas demandas, os governos desses países faziam senão acatar algumas das forças do jogo político da época. Corrêa do Lago (2006) complementa essa análise afirmando que:

embora existisse desde o início da década de sessenta sensibilidade de setores da opinião pública, principalmente nos Estados Unidos, para problemas ecológicos [...], a ascensão dos ‘verdes’ como movimento político esteve, em grande medida, ligada aos movimentos de contestação de 1968 (CORRÊA DO LAGO, *ibidem*, p. 27).

Corrêa do Lago (2006) sintetiza quatro diferentes vertentes que se desenvolvem a partir das décadas de 1960 e 1970: Ecologia Profunda (desenvolvimento negativo, proteção total), Proteção ambiental (estabelecimento de áreas de proteção a serem resguardadas intactas), Administração de Recursos (mitigação de impactos negativos da atividade humana), e Ecodesenvolvimento (desenvolvimento econômico e social sem sobreuso dos recursos). Para os conservacionistas, a conservação ambiental representa manter uma área protegida, porém, utilizá-la sem colocar em risco sua dinâmica natural e atributos físicos. Já os preservacionistas são radicais. Eles entendem que áreas naturais protegidas devem permanecer sem a presença humana para que apenas processos naturais ocorram em sua dinâmica própria.

Ainda naquela década, em 1968, iniciou-se na Europa um movimento interdisciplinar formado por cientistas, políticos e formadores de opinião, que se preocupavam com os problemas ambientais nos seus países e no mundo, denominado Clube de Roma. Em 1972, o Clube de Roma publicou o seu relatório *The Limits of Growth* (Os limites do Crescimento), que alertava para o fato de que a humanidade teria, obrigatoriamente, um limite de crescimento com o modelo econômico então praticado, baseado no consumo exacerbado e altamente concentrado em poucas nações. Em 1973 a alta nos preços do petróleo deflagram uma crise energética nos Estados Unidos e na Europa dando ainda maior visibilidade ao problema da escassez de recursos naturais. O relatório do Clube de Roma foi elaborado nesse cenário e alertou de forma tempestuosa sobre a possibilidade do esgotamento dos recursos naturais e de uma catástrofe ambiental planetária caso se mantivessem constantes as expectativas de crescimento econômico. A publicação do relatório acarretou intensos debates sobre a questão da escassez e do modelo de crescimento vigente, apesar das inúmeras críticas recebidas (PASSOS, 2009).

Em 1972 aconteceu em Estocolmo, na Suécia, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de

Estocolmo. O encontro é considerado um marco na gestão ambiental internacional por ter reunido representantes de 113 países e aproximadamente 250 ONGs para discutirem problemas comuns a todo o planeta. Segundo Passos (2009), a Conferência foi a primeira tentativa de aproximação de demandas relacionadas aos direitos humanos e ao meio ambiente. Ao final do encontro foi publicado um documento intitulado "Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente", também chamada de Declaração de Estocolmo, no qual os países e a sociedade civil ali representados reconheceram a conexão entre problemas ambientais e desigualdade social e a necessidade de abordar esses temas de forma transnacional:

In the developing countries most of the environmental problems are caused by under-development. Millions continue to live far below the minimum levels required for a decent human existence, deprived of adequate food and clothing, shelter and education, health and sanitation. Therefore, the developing countries must direct their efforts to development, bearing in mind their priorities and the need to safeguard and improve the environment. For the same purpose, the industrialized countries should make efforts to reduce the gap themselves and the developing countries. In the industrialized countries, environmental problems are generally related to industrialization and technological development (UNITED NATIONS, 1972, Parágrafo 4).

O Preâmbulo da Declaração de Estocolmo apresentou uma visão nova até então, relacionada à relação entre sociedade e ambiente, expressando preocupação com a preservação ambiental e auferindo responsabilidade a todos, embora naquele momento o meio ambiente ainda fosse adjetivado de humano, como o próprio nome da Conferência: *"having considered the need for a common outlook and for common principles to inspire and guide the peoples of the world in the preservation and enhancement of the human environment"* (UNITED NATIONS, 1972, Preâmbulo). Afirmava também que, tanto o meio ambiente natural, como o artificial eram essenciais para o exercício dos direitos humanos e para que se tivesse uma qualidade de vida saudável. A Declaração reconheceu ainda a importância da Educação Ambiental como o elemento crítico para o combate à crise ambiental no mundo, enfatizando a premência de o homem reordenar suas prioridades.

Voz dissonante nesse evento, o Brasil, representado por um general na presidência do país, deixou claro sua opção pela poluição como sinal de riqueza e desenvolvimento. O argumento do presidente Médici foi de que "a pior poluição é a miséria". O Brasil naquele momento liderava a exposição de mais de 77 países, então

chamados de subdesenvolvidos, e como forma de protesto a aquilo que se considerou um boicote ao direito de crescimento econômico foi estendida uma faixa com os dizeres: “Bem-vindos à poluição, estamos abertos a ela. O Brasil é um país que não tem restrições, temos várias cidades que receberiam de braços abertos a sua poluição, porque nós queremos empregos e dólares para o nosso desenvolvimento” (GODOY, 2002, p. 22).

Da Conferência surgiu um novo órgão no âmbito da ONU: o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, ou UNEP em inglês), criado em 1972, responsável pela promoção do meio ambiente e do uso responsável dos recursos no contexto do desenvolvimento sustentável. Outro marco da Conferência das Nações Unidas em Estocolmo foi a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, ou WCED – sigla do inglês World Commission on Environment and Development).

De acordo com Passos (2009), foi somente a partir de meados da década de 1980 que os princípios conservacionistas estabelecidos na Declaração de Estocolmo firmaram-se de maneira crescente nas políticas nacionais e internacionais de desenvolvimento. Passos (ibidem) comenta ainda que isso ocorreu devido a três fatores principais: novos incidentes de poluição e contaminação ambientais repercutidos na mídia, crescimento das organizações não governamentais que passaram a atuar em nível internacional e fim da guerra fria, que favoreceram o compartilhamento entre diferentes nações de um senso de responsabilidade conjunta acerca dos problemas ambientais, colocando em segundo plano assuntos como armamentos e segurança. Assim, o tema meio ambiente surge na esfera pública também cada vez mais relacionado a questões políticas e não apenas técnico-científicas. Correa do Lago (2006) faz avaliação semelhante, associando o fim da Guerra Fria, que durante décadas polarizou os países do mundo, a uma nova disposição mundial em construir algo conjuntamente.

Em 1983, a Comissão Especial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD, ou WCED em inglês), liderada pela ex-primeira ministra e cientista norueguesa Gro Harlem Brundtland, trabalhava para criar uma comunidade internacional unida por metas de sustentabilidade compartilhadas, visando também

identificar problemas de sustentabilidade em todo o mundo, aumentando a consciência sobre eles e sugerindo a implementação de soluções. No ano de 1987, a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento apresentou um documento chamado *Our Common Future*, também conhecido por Relatório Brundtland (CCMAD, 1991).

O Relatório Brundtland foi concebido como uma resposta para o conflito entre a promoção do crescimento econômico globalizado e a degradação ecológica acelerada que ocorria em uma escala global (DREXHAGE, MURPHY, 2010). O desafio proposto, na década de 1980, era harmonizar a prosperidade com a ecologia. A Comissão redigiu então um documento buscando orientar um caminho para continuar o crescimento econômico sem prejudicar indevidamente ao meio ambiente. Para atender às necessidades urgentes dos países em desenvolvimento (Terceiro Mundo), foi proposta uma redefinição dos conceitos de desenvolvimento econômico, incorporando, por exemplo, a ideia de desenvolvimento sustentável, como foi batizado no Relatório; "desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades" (CMMAD, 1991, p.45).

Em essência, o Desenvolvimento Sustentável seria um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (CMMAD, 1991).

Os três principais pilares do desenvolvimento sustentável incluem crescimento econômico, proteção ambiental e igualdade social. Enquanto muitos atores concordam que cada uma dessas três dimensões contribuem para a ideia geral de sustentabilidade, é difícil encontrar evidências de níveis iguais de iniciativas para os três pilares nas políticas dos países em todo o mundo. Corrêa do Lago (2006) comenta que na maioria dos encontros internacionais o âmbito econômico e da soberania política dos Estados acabam sobressaindo sobre os demais, induzindo à críticas de que pouco se avança na prática em direção a um novo modelo de desenvolvimento. O Relatório Brundtland sugeria também um novo encontro global

onde metas mais concretas fossem debatidas e implementadas, a fim de fazer avançar o compromisso com a sustentabilidade. Esse encontro ocorreu em 1992, no Rio de Janeiro.

A Cúpula da Terra (World Summit), também chamada de Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD ou UNCED, em inglês) ou ainda RIO-92, reuniu cerca de 200 representantes de países e um grande número de organizações não-governamentais. A Conferência teve como objetivos principais: (i) identificar estratégias regionais e globais para ações referentes às principais questões ambientais; (ii) examinar a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas depois da Conferência de Estocolmo; (iii) examinar estratégias de promoção de desenvolvimento sustentado e de eliminação da pobreza nos países em desenvolvimento. Ao final do encontro, foram aprovados vários documentos: a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) (UNITED NATIONS, 1992a), a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas; a Convenção de Combate à Desertificação; a Declaração de Princípios sobre a Gestão, Conservação e Desenvolvimento Sustentável das Florestas, a Agenda 21 (UNEP, 1992), além da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNITED NATIONS 1992b). Nesse último documento foram reiterados os objetivos e declarações feitos em Estocolmo e conclamada uma ação cooperativa entre as nações visando manter a integridade ambiental e o desenvolvimento.

A Convenção da Diversidade Biológica (UNITED NATIONS, 1992a), propôs regras para assegurar a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e a justa repartição dos benefícios provenientes do uso econômico dos recursos genéticos, respeitada a soberania de cada nação sobre o patrimônio existente em seu território.

A Declaração do Rio (United Nations, 1992b) apresentou várias recomendações para se alcançar o desenvolvimento sustentável, enfatizando a necessidade de cooperação entre os países nos aspectos econômicos, tecnológicos e sociais, incentivando a participação de diferentes setores sociais nos processos decisórios e a circulação ampla de informações entre os Estados e suas populações sobre metas a serem alcançadas e ações relacionadas.

A Agenda 21 (UNEP, 1992) foi um plano de ações para o século XXI, cujo processo de elaboração começou ainda em 1989, como fora recomendado pelo Relatório Brundtland. O programa passou por um processo de revisão, consulta e negociação, como todos os acordos dos estados-membros da ONU, e culminou com o encontro em 1992, no Rio, onde representantes de 179 governos aceitaram adotar o programa. Cada um dos países signatários se comprometeu a estabelecer programas nacionais a fim de alcançar os objetivos indicados na Agenda.

Desde então, a Agenda 21 teve um estreito acompanhamento a partir do qual foram feitos ajustes e revisões. Primeiro, com a conferência Rio+5, em 1997, na sede da ONU, em Nova Iorque. Posteriormente com a adoção de uma agenda complementar denominada Metas de Desenvolvimento do Milênio (Millennium Development goals), um esforço para sintetizar acordos internacionais alcançados em várias cúpulas mundiais ao longo dos anos 90, sobre meio ambiente, desenvolvimento, direitos das minorias. Vinte e uma metas foram estabelecidas, tendo o ano de 1990 como base para aferição dos sessenta indicadores concebidos para avaliação em 2015. As oito metas principais têm ênfase particular nas políticas de globalização e na erradicação da pobreza e da fome. Foram elas: (i) acabar com a fome e a miséria; (ii) oferecimento de educação básica de qualidade para todos; (iii) igualdade entre sexos e valorização da mulher; (iv) redução da mortalidade infantil; (v) melhoria da saúde das gestantes; (vi) combate a AIDS, malária e outras doenças; (vii) qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e (viii) envolver todos no trabalho pelo desenvolvimento.

Segundo Relatório parcial (UNITED NATIONS, 2014) do cumprimento das Metas do Milênio houve consideráveis avanços com relação à redução da pobreza extrema, acesso à água potável, paridade de gênero nas matrículas do ensino fundamental, diminuição da desnutrição. Em relação à emissão de gases, no entanto, as metas ainda estão longe de serem alcançadas. Com relação ao percentual de áreas protegidas, conforme estabelecido na Convenção sobre Diversidade Biológica, (pelo menos 17 por cento de cobertura mundial das áreas terrestres e 10 por cento de cobertura do litoral e áreas marinhas até 2020), o Relatório (ibidem) mostra que até 2012 as áreas protegidas cobriam 14,6% das áreas de terra do planeta e 9,7% de áreas

marinhas costeiras (até 12 milhas náuticas), sendo necessário a renovação dessas metas na agenda pós 2015.

Em 1997 foi a vez de Quioto, no Japão, sediar a terceira Conferência das Partes (COP 3), que resultou na adoção do Protocolo de Quioto (UNITED NATIONS, 1997). O documento definiu compromissos mais rígidos para os países visando a redução da emissão de gases de efeito estufa, principal causador do aquecimento global. O Protocolo de Quioto propôs um calendário para países industrializados reduzirem as emissões combinadas de gases de efeito estufa. Para que pudesse começar a valer, seria necessária a ratificação de pelo menos 55 países, que juntos deveriam corresponder por pelo menos 55% das emissões globais de gases do efeito estufa. O protocolo entrou em vigor em fevereiro de 2005, mesmo sem adesão dos Estados Unidos, um dos principais países emissores de gás estufa (36% em 1990), segundo a UNEP (2012).

Os EUA assinaram o protocolo em 1998, durante o governo do presidente Bill Clinton. Para se tornar obrigatório em todos os EUA, no entanto, o tratado tinha que ser ratificado pelo Senado, o que não aconteceu. Quando George W. Bush foi eleito presidente dos Estados Unidos em 2000, o acordo foi rejeitado pelo governo, que o avaliou como prejudicial para a economia dos EUA. O argumento era o de que o país não se sentiria obrigado a reduzir sua emissão de gases se os países em desenvolvimento também não o fizessem. Em 2005 o Protocolo de Kyoto entrou em vigor, mesmo sem a adesão de países como EUA e China.

A participação dos Estados Unidos nas conferências das Nações Unidas é assunto de críticas, como as apresentadas por Correa do Lago (2006), que afirma que o país só ratifica os acordos internacionais que de certa forma já sejam tema de política no seu cenário doméstico. Cita, por exemplo, como os EUA incentivaram a discussão mundial sobre a camada de ozônio, uma vez que o país já havia abolido o uso do CFC e suas empresas já haviam desenvolvido tecnologias alternativas e estavam aptas a competirem no mercado internacional. Já em Quioto, a implementação do Protocolo implicaria em alteração na matriz energética do país a fim de atender aos objetivos de redução dos gases de efeito estufa. A ausência de países importantes do ponto de vista da economia internacional, como os EUA ou a

China nesses acordos dificulta a implementação das agendas e gera certo descrédito quanto à efetividade dessas medidas.

Cabe aqui um breve esclarecimento sobre os diferentes tipos de documentos que podem ser assinados nesses encontros internacionais. De acordo com os procedimentos normativos da ONU (United Nations, 2008), as Convenções Internacionais estão sujeitas a ratificação, aceitação ou adesão pelos Estados. Eles definem as regras a que os Estados se comprometem a cumprir. Depois que a representação de um país aprova a adesão à Convenção, é necessário ratificar, ou seja, passar pelos representantes eleitos pela sociedade, no Congresso ou no Parlamento desse país. Feito isso, o país informa essa ratificação junto às Nações Unidas. Para que a Convenção entre em vigor, é normalmente estipulado um prazo que possibilite aos países ratificá-las nacionalmente e só então passa a vigorar internacionalmente. Normalmente são necessárias 55% de ratificações efetivadas para que isso ocorra.

Já as Recomendações são instrumentos através dos quais a Conferência Geral formula princípios e normas para a regulamentação internacional de qualquer questão em particular, e convida os Estados-Membros a tomarem todas as medidas legislativas ou outras podem ser necessárias em conformidade com a prática constitucional de cada Estado e com a natureza da questão sob consideração para aplicar os princípios e normas acima referidas nos seus respectivos territórios. Estas são, portanto, normas que não estão sujeitas a ratificação, mas que os Estados-Membros são convidados a cumprir.

A Declaração é um instrumento solene utilizado apenas em casos muito raros relacionados com assuntos de importância grande e duradoura em que se espera o cumprimento máximo. Tendo em vista a maior solenidade e importância de uma "declaração", ela pode ser considerada para impactar, apresentando uma forte expectativa de que os membros da comunidade internacional irão cumpri-la (UNITED NATIONS, 2008).

Em termos de obrigação de cumprimento de tais acordos internacionais, a Carta de Convenção da ONU (BRASIL/CASA CIVIL, 1946) prevê em seu artigo 41:

O Conselho de Segurança decidirá sobre as medidas que, sem envolver o emprego de forças armadas, deverão ser tomadas para tornar efetivas suas decisões e poderá **convidar** os Membros das Nações Unidas a aplicarem tais medidas. (BRASIL/CASA CIVIL, 194, Art 41, grifo meu).

De acordo com Klausen (2004), em termos de direito internacional, o não cumprimento ou a não adesão a um determinado acordo ainda é tema controverso, e na prática, o país que descumprir com algum desses instrumentos pode sofrer sanções dos outros membros no âmbito da própria ONU. No âmbito jurídico, as resoluções e convenções de uma associação internacional, como a ONU, não podem estar acima das leis de cada país.

Não há um Direito supranacional, mas sim uma comunidade internacional composta de várias ordens jurídicas individuais dos Estados Soberanos, que, por força de imperativos de ordem econômica, comercial e financeira, acabam tendo que se relacionar com outros Estados Soberanos, e estas relações acabam sendo regulamentadas, por consenso entre si (KLAUSEN, 2004).

Em 2002, a reunião da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (CMDS, ou WSSD em inglês), ocorreu em Johannesburgo com o objetivo de elaborar estratégias para o cumprimento da Agenda 21. A reunião, segundo Corrêa do Lago (2006), não alcançou a atenção da mídia como a Cúpula da Terra no Rio, em 1992. No entanto, esse mesmo autor afirma que em termos de envolvimento do setor empresarial, houve um significativo avanço em relação à reunião ocorrida de 1992, o mesmo ocorrendo em relação às ongs. Em 2002, o desenvolvimento sustentável passava já, segundo Corre do Lago (2006), a ser associado a uma descentralização do poder e ao desenvolvimento e adoção de novas tecnologias; a atuação prática do empresariado e de entidades da sociedade civil aumentou consideravelmente. Segundo esse autor, nessa época, a ideia de sustentabilidade ganhou a adesão de parte do empresariado a partir de oportunidades de mercado abertas com esse novo modelo.

Em 2009, A 15ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas (COP-15), realizada em Copenhague, consolida o tema climático nas agendas pública, corporativa e da sociedade civil, mas decepciona pelo insucesso em fechar um acordo para diminuir as emissões após 2012. Assim, chegou-se à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Rio+20, realizada em junho de 2012, no Rio de Janeiro, com o

objetivo de preencher as lacunas necessárias à efetiva implementação das agendas e acordos obtidos. Em termos de expectativas dos países em desenvolvimento e de movimentos sociais esperava-se um delineamento de metas específicas e concretas para atender a Agenda 21, o que acabou não ocorrendo (CORREA DO LAGO, 2006).

Os temas principais da Conferência, de acordo com a Assembleia Geral das Nações Unidas, seriam a ‘economia verde’ e a construção de um quadro institucional para desenvolvimento sustentável. Em 2011, o PNUMA publicou o relatório Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Síntese para Tomadores de Decisão, em 2011 (PNUMA, 2011), no qual o conceito de economia verde é apresentado, assim como exemplos de iniciativas bem sucedidas em diferentes partes do mundo que se alinham com essa proposta.. O relatório apresentou argumentos econômicos e sociais convincentes para o investimento de 2% do PIB mundial para tornar verde os 10 setores considerados estratégicos para a economia, como transporte, energia, agricultura, entre outros, de forma a redirecionar o desenvolvimento e desencadear um fluxo público e privado rumo à baixa emissão de carbono e a um caminho de uso eficiente de recursos.

A Economia Verde na definição do PNUMA (2011) é aquela que propicia o aumento do bem-estar humano e da igualdade social, enquanto reduz significativamente os riscos ambientais e escassez ambiental. Em poucas palavras, ainda segundo o PNUMA, a economia verde pode ser concebida a partir da baixa emissão de carbono na atmosfera, eficiência energética e inclusão social.

Em uma economia verde, o crescimento de renda e de emprego deve ser impulsionado por investimentos públicos e privados que reduzem as emissões de carbono e poluição e aumentam a eficiência energética e o uso de recursos, e previnem perdas de biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Esses investimentos precisam ser gerados e apoiados por gastos públicos específicos, reformas políticas e mudanças na regulamentação. O caminho do desenvolvimento deve manter, aprimorar e, quando possível, reconstruir capital natural como um bem econômico crítico e como uma fonte de benefícios públicos, principalmente para a população carente cujo sustento e segurança dependem da natureza (PNUMA, 2011 p. 9).

O termo economia verde recebeu críticas de movimentos ambientalistas, conforme demonstra Johnson em narrativa sobre os quarenta anos de Estocolmo (UNEP,

2012), sendo considerado uma tentativa de submeter à lógica mercadológica os princípios e orientações do desenvolvimento sustentável debatido nas últimas décadas. Segundo ele, isso seria fruto da incapacidade prática dos países em adotarem medidas necessárias de alteração dos padrões de consumo e de taxaço de ações prejudiciais ao meio ambiente, conforme acordado nos diversos encontros internacionais ocorridos nas últimas décadas. Para Johnson (UNEP, 2012), o encontro ocorrido no Rio em 2012 deveria ter servido para uma discussão mais detalhada de uma agenda para a economia verde e para a possibilidade de criação de uma segunda agencia internacional onde, com representação de diversos países, o objetivo seria estabelecer metas e critérios para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Guimarães e Fontoura (2012) fizeram análise parecida e comentam:

os governos presentes na Rio+20 deixaram o Rio de Janeiro sem compromissos claros para concretizar o desenvolvimento sustentável, sem decisões internacionais vinculantes, sem metas e, em definitiva, sem mecanismos para medir o avanço no sentido do “futuro que queremos” (GUIMARÃES e FONTOURA, 2012, p. 27).

O documento final do encontro, intitulado O Futuro que Queremos (UNCED, 2012) também foi criticado por ambientalistas e movimentos da sociedade civil, segundo noticiou a imprensa na época: “por carecer do detalhamento adequado das medidas necessárias para evitar o agravamento dos problemas ambientais e sociais do planeta” (The Guardian, 23 Jun, 2012); “uma das expectativas era de que a reunião conseguisse determinar metas de desenvolvimento sustentável em diferentes áreas, mas isso não foi atingido. O documento apenas cita que eles devem ser criados para adoção a partir de 2015” (G1, 22 Jun, 2012); “a number of veteran politicians have joined environment groups in saying the summit declaration was “a failure of leadership” (BBC News, 22 Jun, 2012); “[...]a once-a-decade meeting aimed at reconciling economic and environmental aspirations, has produced a nonbinding declaration, committing the world’s politicians to modest goals” (Washington Post, 22 Jun, 2012).

Um dos principais entraves à efetivação das metas é, conforme demonstram Guimarães e Fontoura (2012), o financiamento das ações necessárias para a redução das desigualdades. Se em 1972, em Estocolmo, os países desenvolvidos se comprometeram a destinar 0,7% de seus PIBs para ajuda internacional, na época da Rio-92, os níveis de cooperação haviam sido reduzidos pela metade. Durante a

Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas convocada em 1997, cinco anos após a conferência, a ajuda para o desenvolvimento havia diminuído ainda mais, para níveis próximos aos 0,2 % do PIB dos países desenvolvidos, compromisso financeiro este que permanece praticamente inalterado na primeira década do século XXI. Por conta desse cenário, a própria ONU reconhece, em documento intitulado *Sustainable Development, from Brundtland to Rio 2012* (DREXHAGE, MURPHY, 2010) que nos últimos 20 anos, desde a RIO 92, poucas mudanças reais nos padrões de produção e consumo em diferentes países se efetivaram. Ainda assim, afirma que esse período é muito curto para a mudança de consciência necessária para a concretização das metas do desenvolvimento sustentável. Paralelo a isso, a efetiva participação de todos os países membros ainda não é realidade.

Após a RIO + 20, grupos de trabalho vêm construindo uma agenda futura para o desenvolvimento global, que está sendo chamada de Agenda de Desenvolvimento Pós 2015, que virá a substituir as Metas de Desenvolvimento do Milênio, segundo o PNUMA. A construção da agenda pós 2015 envolveu consultas à sociedade civil, acadêmicos e ativistas. A Comissão responsável pela condução do processo, denominada High Level Panel on the Post-2015 Development Agenda produziu um relatório que será avaliado pelo países membros na próxima reunião da Assembleia Geral, no qual cinco metas foram estabelecidas como prioritárias para o desenvolvimento global nos próximos anos: o fim da pobreza extrema e da fome, visar a integração dos três pilares da sustentabilidade – econômico, social e ambiental nas ações locais e globais, transformar a economia a fim de favorecer a inclusão de empregos e crescimento inclusivo, construir a paz e estimular a prestação pública de contas, construir uma nova parceria global (UNITED NATIONS, 2014).

Se é possível afirmar que há um reconhecimento internacionalmente compartilhado da necessidade de se estabelecer novos parâmetros para o desenvolvimento que levem em conta as dimensões econômica, social e ambiental das ações, afirma-se também que vem surgindo paulatinamente um reconhecimento de que a Cultura é uma outra dimensão que deve ser considerada quando se trata o desenvolvimento. É preciso também perceber que esse reconhecimento ocorre a princípio pelas perspectivas de ganho econômico que possam advir do setor da Cultura ou da justa divisão dos ganhos advindos do uso de conhecimentos

tradicionais. Mas além disso, mudanças nos padrões de produção e consumo passam necessariamente por escolhas culturais, pois como já discutido nesta pesquisa, as ações individuais e coletivas acontecem não apenas motivadas por um agir instrumental, mas também vinculadas a padrões morais reconhecidos como aceitáveis ou desejáveis.

Assim como ocorreu em relação ao meio ambiente, que fora sofrendo reorientações valorativas ao longo dos últimos anos, também as interpretações do que seja considerado patrimônio cultural foram sendo alteradas nesse mesmo período, passando de uma concepção arquitetônica e histórica para a incorporação de elementos culturais imateriais. Nesse processo, os meios de vida tradicionais e as populações que os representam foram também sendo incorporados aos discursos legais e institucionais. Historicamente, as populações tradicionais e seus meios e modos de vida foram alvo de diversos projetos, sob o ideal desenvolvimentista, para modificá-los e inseri-los na lógica moderna, ocidentalizada. Já há algumas décadas, percebe-se uma mudança de abordagem nas políticas públicas dando então a essas populações e suas tradições um status de patrimônio a ser preservado por ser culturalmente relevante.

Essa revalorização do tradicional reaparece, no final do século XX (pois já havia aparecido em meados do século XIX, especialmente em países industrializados acometidos pela poluição, como já mencionado nos estudos de Thomas, 2010), atrelada também a outras ideias como justiça social e sustentabilidade. Isso acarreta uma ideia de que o tradicional deva ser preservado, incorporado ou ainda transformado também em mercadoria simbólica, que agrega valor a determinados produtos e vivências, por exemplo o turismo, o artesanato, ou produtos com certificação.

O cumprimento das metas estabelecidas na Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e em outras convenções vem sendo tratado sob o aspecto metodológico, com o estabelecimento de metas, prazos e indicadores, porém poucas ações práticas debruçam-se sobre o aspecto valorativo que orienta as ações dos sujeitos, que cria mentalidades e estilos de vida. A possibilidade de utilização de

métodos ‘tradicionais’, por exemplo, nas tomadas de decisão ou no requerimento de serviços do Estado, ainda não vem sendo muito discutida.

A seguir, será apresentada uma retrospectiva dos principais acordos e instituições criados nas últimas décadas com vistas a estabelecer bases normativas comuns sobre a Cultura e como esse arcabouço jurídico institucional se entrelaça em alguns momentos com as regulamentações relacionadas ao Meio Ambiente e ao Desenvolvimento, vistas até aqui.

2.3 A noção de patrimônio como articuladora entre meio ambiente e tradições culturais

O processo de deliberação entre representantes do Estado e de diferentes setores da sociedade civil ocorrido nesses últimos quarenta anos em torno de temas como meio ambiente e desenvolvimento produziu novos significados e consensos sobre o ideal de desenvolvimento e abarcou também a dimensão sócio-cultural das ações humanas, abrindo mais espaço para o diálogo sobre a pluralidade em diversas esferas da vida social.

Essa transformação acompanhou também as mudanças ocorridas com o conceito de "patrimônio cultural" no mundo ocidental. De um patrimônio referido aos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos destacados de uma civilização, passou-se a uma concepção do patrimônio entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas. Assim, a preservação e conservação dos meios de vida de populações tradicionais, incluindo-se aí tanto os recursos naturais que garantem sua subsistência, quanto as características culturais dessas populações – vem sendo referidos em documentos normativos, em políticas públicas e em discursos de diferentes instituições e atores sociais como algo fundamental para a sustentabilidade.

Segundo Zanirato e Ribeiro (2007), a preocupação com a definição de políticas para a salvaguarda dos bens que conformam o patrimônio cultural de um povo remonta ao final do século XVIII, mais particularmente à Revolução Francesa,

quando se desenvolveu uma sensibilidade em relação aos monumentos destinados a invocar a memória e a impedir o esquecimento dos feitos do passado. Também a arte era concebida a partir de critérios que priorizavam a beleza plástica, as formas artísticas. Seguindo esses critérios, um bem poderia ser considerado um patrimônio desde que dotado de valor histórico e artístico que explicitasse a importância para o desenvolvimento da arte ou da história. No curso do século XX o valor cultural, a dimensão simbólica que envolve a produção e a reprodução das culturas, expressas nos modos de uso dos bens, foi incorporado à definição do patrimônio.

Já na década de 1940, ao final da 2ª Guerra Mundial, nota-se uma movimentação internacional que demonstra uma disposição das nações em alcançar certo consenso normativo em relação a temas interpretados como de interesse coletivo. Assim, destaca-se a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, que mostra um compartilhamento entre vários países do mundo sobre a intenção de estabelecer os direitos e os deveres dos habitantes do planeta. Um ano depois foi criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em novembro de 1946, e em 1948, foi então promulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos que estabeleceu o direito à educação e à cultura como comuns a todos os Homens.

Essas duas entidades acima referidas, como já visto anteriormente, em relação ao meio ambiente e ao desenvolvimento, passaram a ter um papel de importante articulador internacional desde sua criação. A associação do patrimônio cultural com a natureza na escala internacional iniciou-se em 1956, quando a UNESCO dedicou-se ao tema e ajudou a colocá-lo na pauta da discussão pública. Em 1965, nos Estados Unidos, foi criada a Fundação do Patrimônio Mundial para estimular a cooperação internacional a proteger "as zonas naturais e paisagísticas maravilhosas do mundo e os sítios históricos para o presente e o futuro de toda a humanidade" (UNESCO, 2014).

Em 1968, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICC, ou IUCN em inglês), organização não governamental internacional criada em 1948, apresentou proposta similar de incorporação de paisagens à concepção de patrimônio e ambas foram apresentadas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio

Ambiente Humano, organizada em Estocolmo em 1972. Na mesma época em que ocorria a Convenção em Estocolmo, acontecia também em Paris a Conferência Geral da UNESCO para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural que terminou com a apresentação da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (UNESCO, 1972).

Zanirato e Ribeiro (2007) comentam que já em 1972 a UNESCO colocou em um mesmo patamar de importância o meio ambiente e a cultura como formas de expressão de um patrimônio e instrumentos do desenvolvimento, afirmando na Declaração assinada naquele ano “que a degradação ou o desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural constitui um empobrecimento efetivo do patrimônio de todos os povos do mundo” (UNESCO, 1972, p.1). No entanto, naquela época, a noção de patrimônio cultural expressa na Declaração remete a monumentos arquitetônicos ou locais de interesse do ponto de vista arqueológico, científico, histórico ou ainda antropológico. O artigo 2º da Convenção define o patrimônio natural como composto por bens igualmente dotados de um valor excepcional do ponto de vista estético e/ou científico. A proteção desses patrimônios deveria ser uma responsabilidade de cada um dos membros, que teriam a obrigação de proteger, conservar, valorizar e transmitir às gerações futuras o patrimônio cultural e natural mencionado nos artigos 1º e 2º (UNESCO, 1972).

Ainda de acordo com Zanirato e Ribeiro (2007), foi a partir do final da década de 1980 que emergiu outra compreensão do patrimônio, com o reconhecimento da importância dos conhecimentos tradicionais para a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica. A relação estabelecida entre a preservação dos recursos e a dos conhecimentos tradicionais indicava o valor atribuído à diversidade, que advinha do conceito antropológico de cultura e da importância que esta confere à diversidade cultural da humanidade. Revigora-se então a ideia de patrimônio imaterial, reconhecendo-se a importância dos aspectos culturais e seu interlaçamento com a sustentabilidade.

Em 1989, foi publicada a Convenção para Povos Indígenas e Tribais (Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho), que reconheceu as aspirações desses povos para assumir o controle de suas próprias instituições e

formas de vida, de seu desenvolvimento econômico e fortalecimento de suas identidades, línguas e religiões dentro do limite dos Estados em que vivem. No mesmo ano, em 1989, a Conferência nas Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, realizada em Paris, produziu a Recomendação para Salvaguarda das Tradições Culturais e Folclóricas, que reconheceu essas tradições como forma de herança universal da humanidade que agrupa diferentes pessoas e classes sociais em torno de uma identidade cultural, econômica e politicamente importante e presente na cultura contemporânea.

A Convenção da Biodiversidade (UNITED NATIONS 1992a), aprovada na reunião da CMMAD, em 1992, no Rio, orienta em seu artigo 8 (j), que os países devem adotar políticas visando o respeito e a preservação dos conhecimentos e práticas das comunidades tradicionais e locais, considerando que se constituem em elementos relevantes para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e à repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento. Afirma também que os países membros devem:

em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas (UNITED NATIONS, 1992a alínea j do artigo 8º).

No que diz respeito às populações tradicionais, o princípio 22 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento afirma:

Os povos indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm um papel vital no gerenciamento ambiental e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e de suas práticas tradicionais. Os Estados devem reconhecer e apoiar adequadamente sua identidade, cultura e interesses, e oferecer condições para sua efetiva participação no atingimento do desenvolvimento sustentável (UNITED NATIONS, 1992b).

Esse é um avanço importante ao reconhecer o direito das populações tradicionais em terem seus saberes e práticas reconhecidos e ratificados em uma

Declaração de intenções construída coletivamente e dotando os países do dever de instaurar mecanismos que assegurem essa participação e reconhecimento.

Cerca de uma década depois, em 2001, a UNESCO publicou a Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2001), na qual se afirmou que a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abarca, além das artes e das letras, os meios de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (UNESCO, 2001).

A relação entre a diversidade cultural e os conhecimentos tradicionais foi explicitada no anexo II das Orientações Principais de um Plano de Ação para a Aplicação da Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural. O artigo 14º desse texto afirmou a importância de respeitar e proteger os sistemas de conhecimento tradicionais, "especialmente os dos povos indígenas" e de se reconhecer a contribuição dos conhecimentos tradicionais, "em particular no que diz respeito à proteção do meio ambiente e à gestão dos recursos naturais", e assim favorecer as sinergias entre a ciência moderna e os conhecimentos locais (UNESCO, 2001). Importante salientar aqui que mais uma vez o termo 'gestão' aparece, ou seja, as populações tradicionais têm o reconhecimento de serem aptas para a gestão ambiental de seus territórios. No entanto, populações e gestão territorial acabam sendo tuteladas pelo Estado, fazendo com que em alguns casos, na prática, a gestão participativa ou compartilhada tornem-se falácias discursivas.

Neste documento a UNESCO aproximava sua compreensão sobre a proteção aos conhecimentos tradicionais expostos na CDB. Tal compreensão foi reafirmada em 2002, na Declaração de Istambul pela Terceira Mesa Redonda de Ministros de Cultura. Segundo o documento, o patrimônio cultural intangível constitui um conjunto de práticas vivas e constantemente recriadas, conhecimentos e representações, que capacita os indivíduos e comunidades de todos os níveis a expressar sua concepção de mundo através de sistemas de valores e padrões de ética (UNESCO, 2003).

O Patrimônio Imaterial foi definido pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) como sendo:

práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana. (UNESCO, 2003, Art 2, parágrafo 1).

É interessante notar, no trecho citado, que a concepção de patrimônio abarcou não apenas as práticas culturais, arquitetônicas e folclóricas inicialmente, na década de 1970, associadas ao patrimônio, mas também ‘conhecimentos e competências’. O texto remete a uma concepção da tradição nos moldes do que já fora tematizado no capítulo anterior com base em autores como Giddens (1991), que discute os aspectos transformativos pelos quais passam toda cultura. Remete também a um acordo intergeracional implícito, que garanta a sustentabilidade do elemento identitário do grupo no decorrer das gerações, com base nas práticas, representações, conhecimentos e competências transmitidas. Elemento identitário esse, vale lembrar, que é o fator de reconhecimento social do grupo.

A tradicionalidade se incorpora a essa noção de patrimônio, que se manifesta a) nas tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; b) nas artes de espetáculo; c) nos usos sociais, rituais e atos festivos; d) nos conhecimentos e usos relacionados com a natureza e no universo; e e) nas técnicas artesanais tradicionais (UNESCO, 2003).

Na Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (UNESCO, 2005), os países afirmaram que a diversidade cultural é uma característica essencial da humanidade, constituindo, em si, um patrimônio que deve ser valorado e preservado. Também foi apresentada a incorporação da cultura como elemento estratégico das políticas de desenvolvimento nacional e internacional e a importância dos conhecimentos tradicionais como fonte de riqueza material e imaterial, que são úteis à sustentabilidade (UNESCO, 2005).

Em 2007, foi aprovada a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Negociada desde 1985, esta Declaração foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 13 de setembro de 2007, com 143 votos a favor, dentre os quais o

Brasil. No documento foram reiterados direitos como: à participação política; à terra, aos territórios e aos recursos naturais; ao consentimento prévio, livre e informado; às normas não escritas que regem internamente a vida das comunidades indígenas; e o direito de propriedade intelectual (DUPIN, 2014).

A agenda pós-2015, que está sendo elaborada, conforme já mencionado anteriormente, deve incluir também demandas relacionadas à cultura, como expressas na Declaração de Florença, assinada em Outubro de 2014 por 300 participantes do Terceiro Fórum Mundial Social da UNESCO. No documento, foram consideradas prioridades para inclusão na agenda pós-2015: (i) integrar a cultura nas políticas e estratégias de desenvolvimento; (ii) incluir demandas da população nos modelos de governança da cultura e criatividade; conceber Áreas urbanas e rurais como laboratórios do desenvolvimento sustentável; promover a distribuição igualitária da produção e circulação de produtos e bens culturais oriundos de diferentes partes do planeta; democratizar o acesso aos meios de produção da cultura; considerar os aspectos culturais nos projetos relacionados à gestão ambiental e criar e utilizar indicadores de impacto que possam mensurar o papel da cultura nos projetos relacionados à sustentabilidade.

Em outubro de 2014 o PNUD publicou um relatório (UNDP, 2014) indicando os principais assuntos a serem elaboradas pela Agenda pós-2015. As informações foram coletadas durante um ano pelo PNUD em todo o mundo, por meio de consultas a diversos segmentos da sociedade. No tocante à cultura, especificamente, nota-se que o documento traz uma concepção da mesma como mercadoria ou um bem a ser negociado no mercado e que por isso contribuiria para a redução da pobreza e da desigualdade social – “The cultural and creative industries, sustainable cultural tourism and the safeguarding of cultural heritage are powerful drivers for poverty reduction, sustainable economic growth and employment” (UNDP, 2014, p.28), ou como uma coleção de saberes que devem ser protegidos com a finalidade de sustentabilidade ambiental: “Development programmes which take into account the link between cultural diversity and biodiversity, including traditional knowledge, secure greater environmental sustainability” (ibdem).

Conforme demonstrado ao longo dessa segunda parte da tese, vários acordos e recomendações internacionais foram construídos nos últimos 60 anos visando o estabelecimento de um repertório mundial compartilhado a respeito do tratamento a ser dado aos bens culturais e às diversas manifestações existentes. De uma concepção mais materialista, presente em meados do século XX, passou-se para um entendimento mais ampliado da Cultura nesse início de século XXI, incluindo aí práticas e saberes locais.

No tópico a seguir será feita uma retrospectiva do arcabouço jurídico-institucional construído no Brasil nessas últimas quatro décadas relacionadas ao meio ambiente, ao desenvolvimento e às populações tradicionais a fim de complementar o panorama contemporâneo da gestão ambiental transnacional. O objetivo em fazer essa exposição é balizar o universo legal e institucional ao qual estão submetidas as comunidades extrativistas que vivem em Unidades de Conservação no Brasil e com isso possibilitar ao leitor perceber as transformações relacionadas às concepções circulantes, em cada época, sobre determinados temas, como tradição, desenvolvimento ou meio ambiente.

2.4 A gestão ambiental no Brasil: considerações históricas

A política referente ao meio ambiente no Brasil como país já independente teve início em 1921 com a criação do Serviço Florestal do Brasil, que tinha como objetivo a conservação, beneficiamento, reconstituição, formação das florestas, além de atender as necessidades legais de proteção aos remanescentes florestais. Durante o período entre 1930 e 1946 o arcabouço jurídico e normativo que trata dos recursos naturais brasileiros prosseguiu sem alterações conceituais até o período da ditadura militar (1964/1984) (CESAR, 2010).

Entre 1930 e 1950, o país foi dotado de instrumentos legais e de órgãos públicos que refletiam as áreas de interesse e a política desenvolvimentista da época e que, de alguma forma, estavam relacionados à área do meio ambiente, tais como: o Código de Águas (Decreto 24.643, de 10 de julho de 1934); o Código Florestal

(Decreto 23.793 de 23 de janeiro de 1934); o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS); o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS); a Patrulha Costeira e o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) (CESAR, 2010).

As medidas de conservação e preservação do patrimônio natural, histórico e artístico mais significativas, no período acima referido, de acordo com Cesar (ibdem) foram: a criação de parques nacionais e de florestas protegidas nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste; o estabelecimento de normas de proteção dos animais; a promulgação dos códigos de floresta, de águas e de minas; a organização do patrimônio histórico e artístico; a disposição sobre a proteção de depósitos fossilíferos, e a criação, em 1948, da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) .

Na década de 60, o Governo brasileiro se comprometeu com a conservação e a preservação do meio ambiente, efetivadas por meio de sua participação em convenções e reuniões internacionais, como por exemplo, a Conferência Internacional promovida pela UNESCO, em 1968, em Paris, sobre a Utilização Racional e a Conservação dos Recursos da Biosfera. Nessa ocasião foram definidas as bases para a criação de um programa internacional dedicado ao Homem e à Biosfera (MAB, Man and Biosphere em inglês) (UNESCO, 2014b). O MaB foi lançado em 1971 e é um programa de cooperação científica internacional sobre as interações entre o homem e seu meio. Busca o entendimento dos mecanismos dessa convivência em todas as situações bioclimáticas e geográficas da biosfera, procurando compreender as repercussões das ações humanas sobre os ecossistemas mais representativos do planeta.

As Reservas da Biosfera são o principal instrumento do Programa MaB e compõem uma rede mundial de áreas voltadas à Pesquisa Cooperativa, à Conservação do Patrimônio Natural e Cultural e à Promoção do Desenvolvimento Sustentável. O Programa continua em funcionamento até os dias atuais e já conta com 631 reservas da biosfera, distribuídas por 119 países. No Brasil, são 7 Reservas da Biosfera: Mata Atlântica, Cinturão Verde de São Paulo, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Amazônia Central e Serra do Espinhaço (UNESCO, 2014b).

No período de 1962 a 1967 foram criadas três entidades relacionadas à gestão dos recursos naturais: a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), a

Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). As duas primeiras tinham como objetivo principal subsidiar os produtores e cooperativas do segmento da borracha e da produção pesqueira. O último tinha o objetivo de desenvolver a política florestal nacional e de preservação de recursos naturais renováveis (CESAR, 2010). O IBDF e a SUDEPE eram vinculados ao Ministério da Agricultura e a SUDHEVEA ao Ministério da Indústria e Comércio. A atuação de preservação ambiental destes órgãos era reduzida a ilhas dentro de suas estruturas, pois foram criados para dar incentivos fiscais e fomentar o desenvolvimento econômico (IBAMA, 2014).

Em 1974, o Decreto 74.557 cria a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) com o objetivo de coordenar estudos visando diretrizes e propostas para elaboração da Política Nacional para os Recursos do Mar (que só viria a ser instituída, de fato, em 1995) (BRASIL/MMA, [s.d.]).

De acordo com Cesar (2010), foi somente após a participação da delegação brasileira na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, Suécia, que medidas efetivas foram tomadas com relação ao meio ambiente no Brasil. Após Estocolmo, houve muita pressão da sociedade internacional para que o Brasil passasse a executar a gestão ambiental de forma integrada. Como resposta ao compromisso brasileiro assumido junto à Conferência, foi instituída a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), pelo Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973. Vinculada à Presidência da República, essa Secretaria tinha atribuições especialmente voltadas para o controle da poluição, o uso racional dos recursos naturais e a preservação do estoque genético. No entanto, a SEMA não contava com nenhum poder fiscalizador para atuar na defesa do meio ambiente.

Ainda de acordo com Cesar (2010), a SEMA propôs o que seria de fato a primeira lei no País, destinada à proteção da natureza: a Lei nº 6.902, de 1981, que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. Nesse período destaca-se a criação das seguintes Unidades de Conservação pelo governo federal: parques nacionais, reservas biológicas, reservas ecológicas, estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e áreas de relevante interesse ecológico.

O Governo Federal, por intermédio da SEMA, instituiu em 1981 a Política Nacional do Meio Ambiente, (Lei 6.938/81) pela qual foi criado o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). O SISNAMA era constituído pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e órgãos da administração pública federal, setorial, estadual e municipal de meio ambiente. Os dois primeiros órgãos do sistema eram responsáveis pela formulação de políticas e articulação interinstitucional e os demais pela execução da Política Nacional do Meio Ambiente. O sistema foi orientado para uma execução descentralizada, com repartição de responsabilidades entre as três esferas de governo e participação da sociedade civil na conservação do meio ambiente (BRASIL/MMA, 2007).

Também na década de 1980 o governo federal instituiu o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental. Por esse Cadastro foram definidos os instrumentos para a implementação da Política Nacional, dentre os quais o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (SINIMA).

Entre 1974 e 1989, na combinação das atuações da SEMA e do IBDF, foram criados 22 parques nacionais, 20 reservas biológicas e 25 estações ecológicas, num total de 144.180km². Nos estados e municípios a preocupação centrou-se na proteção de mananciais e cinturões verdes em torno de zonas industriais (CESAR, 2010).

Em 1985 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, em 15 de março de 1985, no governo de José Sarney, através do Decreto 91.145/85. Anteriormente as atribuições desta pasta ficavam a cargo da SEMA, subordinada ao Ministério do Interior. Nesse momento, o recém criado Ministério ainda não possuía uma característica puramente ambiental, pois sua área de competência ainda estava muito ligada ao desenvolvimento urbano. Contextualmente, nesse período, o país passava por um período de transição política, saía de uma ditadura militar para um governo democrático, ainda que as eleições fossem indiretas, através de um Colégio Eleitoral.

Correa do Lago (2006) avalia que em 1988 o Brasil estava no foco da discussão internacional sobre meio ambiente e os fatores que mais contribuíram para isso foram o aumento das queimadas na região Amazônica e a relevância dos temas ‘perda da biodiversidade’ e ‘mudanças climáticas’ na pauta internacional. A reunião desses fatores colocavam o Brasil como um vilão no tema ambiental, por não estar zelando apropriadamente pelo bom uso de seus recursos. Nesse momento, o país vivia internamente certa ‘euforia’, com a redemocratização e a construção da nova Constituição, ao mesmo tempo em que chamava a atenção internacional, especialmente no tocante ao descaso com o meio ambiente e os conflitos sociais.

Ao final da década de 1980 as demandas sociais e ambientais se entrelaçavam, em especial na região Amazônica. Décadas de ações governamentais desenvolvimentistas na região promoveram diversos conflitos entre extrativistas, indígenas, criadores de gado, agricultores e ambientalistas. Cresciam nesse momento os movimentos sociais relacionados ao mundo do trabalho, representados por meio de sindicatos e que tinham também o apoio da ala mais progressista da Igreja Católica (LOBÃO, 2006). O cenário de altas taxas de desmatamento da Amazônia atraía a atenção internacional, dando visibilidade também a esses conflitos que vinham ocorrendo na região. No início de 1989, Chico Mendes, líder do movimento dos seringueiros, foi assassinado no Acre, 15 dias depois de o Brasil ter se oferecido a sediar a próxima conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente, que viria a ocorrer em 1992. A morte do sindicalista teve grande impacto negativo na mídia internacional e colocou o governo brasileiro em uma posição de maior desconforto no cenário internacional (CORREA DO LAGO, 2006).

Assim, foi lançado em 1988, o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal (Programa Nossa Natureza), que dentre outros objetivos, tinha o de proteger as comunidades indígenas e as populações envolvidas no processo extrativista, ao mesmo tempo em que serviria para demonstrar a boa vontade do governo em tratar do assunto. No mesmo ano, era promulgada a nova Constituição (BRASIL, 1988), na qual o Meio Ambiente é apresentado como direito de todos, dividindo entre o governo e a sociedade a responsabilidade pela sua preservação e conservação. A Constituição indica a necessidade de haver um desenvolvimento econômico compatível com o meio ambiente, mantendo-o

ecologicamente equilibrado, gerando, dessa forma, o desenvolvimento e o uso sustentável dos recursos naturais.

Em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, o direito à participação popular nos processos deliberativos do Estado, o discurso do multiculturalismo e da diversidade cultural passam a estar presentes nos textos norteadores de várias políticas públicas. Novos dispositivos legais preveem conselhos de participação, em alguns casos consultivo, noutros deliberativo, em diferentes etapas da concepção e implementação dessas políticas. Tal disposição é reforçada pela CDB que reitera a importância do envolvimento das populações concernidas no processo de implementação da agenda do desenvolvimento sustentável.

Vale ressaltar também a abordagem do tema patrimônio imaterial no texto constitucional, o que já expressa a interconexão entre meio ambiente e cultura:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (i) as formas de expressão; (ii) os modos de criar, fazer e viver; (iii) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; (iv) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; (v) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, Art. 216).

Poucos meses depois, ainda a fim de demonstrar uma disposição do Estado Brasileiro em considerar a gestão ambiental como tema importante, foi aprovada a Lei 7.735/89, que criava o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, órgão cuja existência já estava prevista na Lei que instituiu o SISNAMA, em 1981. O IBAMA foi criado vinculado ao Ministério do Interior e com o objetivo de formular, coordenar, executar e fazer executar a política nacional do meio ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização e controle dos recursos naturais renováveis.

O órgão foi formado pela fusão de quatro entidades brasileiras que trabalhavam na área ambiental: Secretaria do Meio Ambiente (SEMA); Superintendência da Borracha (SUDHEVEA); Superintendência da Pesca (SUDEPE), e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Autores

como Correa do Lago (2006) destacam o papel dos grupos de pressão transnacionais nesse contexto, ao colocarem o Brasil sob o foco da cobrança internacional pela proteção ambiental.

Logo em seguida, também em 1989, foi criado o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), o primeiro dessa natureza na América Latina, cuja missão era contribuir, como agente financiador e por meio da participação social, na implementação da Política Nacional do Meio Ambiente e no cumprimento de acordos e convenções internacionais sobre meio ambiente, dos quais o Brasil é signatário (Lei 7.797 de 10 de julho de 1989). Até 2015, o FNMA apoiou 1400 projetos investindo aproximadamente R\$230 milhões nos 25 anos de atuação (BRASIL/MMA, 2015).

Em 1990 foi apresentada a primeira versão do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), instituído pela Lei 7.661/88. O Plano fazia parte integrante da Política Nacional de Meio Ambiente e da Política Nacional para Recursos do Mar, instituída ainda na década de 1980, por meio do Decreto de 12/05/1980. Sua publicação se deu na forma da Resolução CIRM No 001/90. O PNGC contemplava, entre outros, os seguintes aspectos: urbanização, ocupação e uso do solo, do subsolo e das águas; parcelamento do solo; sistema viário e de transporte; sistema de produção, transmissão e distribuição de energia; habitação e saneamento básico; turismo, recreação e lazer; pesca e aquicultura; patrimônio natural, histórico, étnico, cultural e paisagístico. De acordo com as prerrogativas do PNGC, caberia aos Estados e Municípios que se situam na faixa costeira elaborarem Planos Estaduais e Municipais para o gerenciamento Costeiro em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional.

Ainda em 1990, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente foi transformado em Secretaria da Presidência da República, por meio da Medida Provisória 150. No mesmo ano, com a Lei 8028/90, o IBAMA passou a estar subordinado a essa secretaria, no governo do presidente Fernando Collor de Mello.

O ano de 1992 foi marcado pela realização da Cúpula das Nações Unidas para o Meio ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, onde foram produzidos, dentre outros documentos, a Convenção da Biodiversidade (CDB) e a

Agenda 21, conforme já mencionado anteriormente. Um dos desdobramentos do encontro, em nível nacional, foi a(re)criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 16 outubro de 1992 (Lei 8.490/92), com o objetivo de estruturar a política do meio ambiente no Brasil (CORREA DO LAGO, 2006). De acordo com Corrêa do Lago, a criação do órgão foi uma maneira de o governo atender às demandas construídas pela sociedade que vinha se organizando nas últimas décadas e pressionava as autoridades brasileiras pela proteção ao meio ambiente, bem como a necessidade de se instituir um órgão responsável pela implementação dos acordos internacionais sancionados pelo Brasil na área ambiental e na recém ocorrida Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente no Rio, naquele ano.

Para a efetiva implementação das metas estabelecidas nesses acordos, cada país deve providenciar em nível nacional a ratificação do acordo por meio de legislação interna, além das instituições, recursos e políticas necessárias para implementação, conforme explicitado nas normas gerais das Nações Unidas, já referidas nessa parte da tese. Assim, o Brasil criou a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 21 Nacional que selecionou seis áreas temáticas que refletem a problemática sócio-ambiental do país: Infraestrutura e Integração Regional; Cidades Sustentáveis; Agricultura Sustentável; Gestão de Recursos Naturais; Redução das Desigualdades Sociais; Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável.

Em 1993, um ano após a reunião da Cúpula das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, o MMA é renomeado Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (Lei 7.746/93) e, em 1995, em Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, adotando, posteriormente, o nome de Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. Em 1999, o órgão passou a se chamar Ministério do Meio Ambiente (Lima 2003).

Visando implantar a CDB, e os princípios da Agenda 21, o Governo Federal estabeleceu ainda em 1994, a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável (CIDES, Decreto nº 1.160 de 21/06/94), criando então a Coordenadoria de Diversidade Biológica, no Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal,

responsável pela coordenação e implantação da CDB em nível nacional. Para apoiar a implementação de projetos em atendimento às ações recomendadas pela CDB e subsidiar a CIDES, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Diversidade Biológica (PRONABIO), por meio da Lei 1.354 de 29/12/94, cujo objetivo era promover a parceria entre o governo e a sociedade na conservação da diversidade biológica, no uso sustentável de seus recursos e na repartição dos benefícios advindos da utilização desses recursos (BRASIL/MMA, 2015). Vale ressaltar que novamente aparece no arcabouço institucional do governo brasileiro a concepção de uma interligação entre desenvolvimento, meio ambiente e justiça social, temas que, como já fora visto, se interrelacionam em demandas diversas que circulam no espaço público.

A criação de espaços terrestres e marinhos com o intuito de proteger a biodiversidade é outra recomendação da CDB. Em 2000, a Lei 9.985/2000 (BRASIL, CASA CIVIL, 2000) institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), formado pelo conjunto de Unidades de Conservação (UC) federais, estaduais e municipais. Antes da aprovação dessa lei, a responsabilidade pela criação e gestão de Unidades de Conservação no Brasil baseava-se no Plano de Unidades de Conservação apresentado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e no Regulamento Nacional de Parques (LIMA, 2003).

De acordo com o SNUC, essas Unidades foram divididas em 12 categorias de UC, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos. As UC dividem-se em dois grupos: (1) **Unidades de Proteção Integral:** a proteção da natureza é o principal objetivo dessas unidades, por isso as regras e normas são mais restritivas. Nesse grupo é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, sendo proibidos o consumo, a coleta ou dano aos recursos naturais. As categorias de proteção integral são: estação ecológica, reserva biológica, parque, monumento natural e refúgio de vida silvestre; (2) **Unidades de Uso Sustentável:** são áreas que visam conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Nessas unidades são permitidas coleta e uso dos recursos naturais, desde que praticadas “de uma forma que a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos esteja assegurada”. As categorias de uso sustentável são: área de relevante interesse ecológico, floresta nacional (Flona),

reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável (RDS), reserva extrativista (Resex), área de proteção ambiental (APA) e reserva particular do patrimônio natural (RPPN).

As Unidades de Conservação (UC) são espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. (BRASIL/MMA, 2011, p.1).

A proposta de criação de Unidades de Conservação sem a presença humana, como verificada na criação dos primeiros parques nacionais, foi sendo gradativamente questionada pelo fato de que em muitas dessas regiões onde ainda existe uma amostra significativa de recursos naturais a serem preservados devido à importância biológica, são também local de moradia de diversos grupos de pessoas, muitas delas dependendo desses recursos para sobreviver. Assim, a tensão entre a necessidade de preservação do meio ambiente e as possibilidades de reprodução social de certos grupos se mostra complexa, se manifestando tanto em práticas cotidianas, no espaço doméstico dos indivíduos, quanto em mercados, políticas públicas e instituições.

De acordo com a Lei 9.985/2000, toda UC deve ter um conselho gestor, e no caso, por exemplo, das Reservas Extrativistas e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, que abrigam populações tradicionais, além de papel consultivo, o Conselho tem também função deliberativa. Esse pode ser considerado um importante avanço institucional para o reconhecimento de demandas específicas de populações minoritárias tradicionais em territórios protegidos por meio dessas duas categorias de UCs. Teoricamente, a existência desse espaço formalmente instituído remete à esfera pública de Habermas (1999) na qual discursos concorrentes seriam avaliados perante a competição de argumentos. A criação do Conselho Deliberativo se dá por meio de Portaria publicada no Diário Oficial da União, com a relação dos setores usuários e reguladores dos usos do território de influência da Unidade de Conservação. O Artigo 18 do SNUC versa sobre a composição do Conselho nas Resex:

A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade (BRASIL/CASA CIVIL, Lei 9985/2000, art 18, Parágrafo 2).

De acordo com o artigo 20 da referida Lei, são competências do Conselho Deliberativo:

- I - elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação;
- II - acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;
- III - buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;
- IV - esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;
- V - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;
- VI - opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP¹², na hipótese de gestão compartilhada da unidade;
- VII - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;
- VIII - manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; e
- IX - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso (BRASIL, Lei 9985/2000, Art 20).

Lima (2003), que desenvolveu estudo sobre o processo de criação e implementação do SNUC afirma que a Lei 9.985/2000 teve como mérito trazer diretrizes claras quanto aos objetivos e justificativas para criação de Unidades de Conservação e também sobre os processos de manejo das mesmas, coisa que segundo o autor não havia antes da referida lei. No processo brasileiro, a participação popular e a consulta pública fazem parte do processo de criação dessas Unidades, outro avanço, segundo Lima, expresso nos artigos 18 e 27, que tratam do direito à participação na gestão.

¹² OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público qualificada pela lei 9.790 de 23/03/99 (Lei do Terceiro Setor).

Cabe ressaltar aqui que não foi previsto pela Lei 9.985/2000 qual seria o papel das entidades representativas, como por exemplo, as associações de pescadores ou extrativistas no processo de gestão de UCs implementadas em locais onde residem populações tradicionais. Na prática, a concorrência na representação da população tradicional junto aos diferentes órgãos do Estado, que por vezes ocorre entre o Conselho Deliberativo de uma UC e outras associações representativas da comunidade tradicional local, acarreta conflitos internos e prejudicam a ação coletiva.

Em 2001, logo após a criação do SNUC, o IBAMA passa a estar vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de executar as políticas nacionais de meio ambiente relativas à preservação, à conservação e ao uso sustentável dos recursos ambientais e sua fiscalização e controle. O Quadro 2 mostra quais são as categorias atuais de Unidades de Conservação de acordo com o SNUC.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL	
Estação Ecológica	Área destinada à preservação da natureza e à realização de pesquisas científicas, podendo ser visitadas apenas com o objetivo educacional.
Reserva Biológica	Área destinada à preservação da diversidade biológica, na qual são realizadas medidas de recuperação dos ecossistemas alterados para recuperar o equilíbrio natural e preservar a diversidade biológica, podendo ser visitadas apenas com o objetivo educacional.
Parque Nacional	Área destinada à preservação dos ecossistemas naturais e sítios de beleza cênica. O parque é a categoria que possibilita uma maior interação entre o visitante e a natureza, permitindo atividades recreativas, educativas e de interpretação ambiental, além de pesquisas científicas.
Monumento Natural	Área destinada à preservação de lugares singulares, raros e de grande beleza cênica, permitindo diversas atividades de visitação. Pode ser constituída de áreas particulares, desde que as atividades realizadas nessas áreas sejam compatíveis com os objetivos da UC.
Refúgio da Vida Silvestre	Área destinada à proteção de ambientes naturais, com o objetivo de assegurar condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna. Permite visitação e a existência de áreas particulares.
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL	
Área de Proteção Ambiental	Área dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Geralmente, é uma área extensa, com o objetivo de proteger a diversidade biológica, ordenar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Constituída por terras públicas e privadas.
Área de Relevante	O objetivo é preservar os ecossistemas naturais de importância

Interesse Ecológico	regional ou local. Geralmente, é uma área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana e com características naturais singulares. É constituída por terras públicas e privadas.
Floresta Nacional	Área com cobertura florestal onde predominam espécies nativas, visando o uso sustentável e diversificado dos recursos florestais e a pesquisa científica. É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam desde sua criação.
Reserva Extrativista	Área natural utilizada por populações extrativistas tradicionais, onde exercem suas atividades baseadas no extrativismo, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais existentes. Permite visitação pública e pesquisa científica.
Reserva de Fauna	Área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas; adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Área natural onde vivem populações tradicionais que se baseiam em sistemas sustentáveis de exploração de recursos naturais. Permite visitação pública e pesquisa científica.
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Área privada com o objetivo de conservar a diversidade biológica, permitida a pesquisa científica e a visitação turística, recreativa e educacional. É criada por iniciativa do proprietário, que pode ser apoiado por órgãos integrantes do SNUC na gestão da UC

Quadro 2: Classificação das Unidades de Conservação. Fonte: Lei 9.985/2000.

Complementando o arcabouço jurídico e institucional já implementado, em 2006, o Governo Federal instituiu o Plano Estratégico de Áreas Protegidas (PNAP), por meio do Decreto 5.758/2006 em decorrência também dos compromissos assumidos ao assinar a Convenção Sobre Diversidade Biológica, em 1992.

O Plano, além de constituir um instrumento para implementação do Programa de Trabalho para Áreas Protegidas da CDB, atende às deliberações da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (World Summit for the Sustainable Development, WSSD); do Plano Estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica (proteção de pelo menos 10% de cada ecorregião até 2010); e das Conferências Nacionais do Meio Ambiente/CNMA (2003 e 2005) (BRASIL/MMA, 2014). O PNAP considera como áreas protegidas as Unidades de Conservação, as terras indígenas e os territórios quilombolas e sugere a indicação de áreas prioritárias para a Conservação da Biodiversidade Brasileira, usando como premissa as necessidades de conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade.

Em 2007 foi elaborada uma segunda versão do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), cuja versão inicial fora apresentada em 1990. O novo Plano institui o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO), coordenado pelo MMA. O pressuposto de que os países devem em nível nacional prevenir, controlar e reduzir a poluição do ambiente marinho consta na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), que entrou em vigor em 1994, na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e na Agenda 21.

No mesmo ano, foi aprovada a Lei 11516/2007, que criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e integrada ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). O instituto é responsável pela administração das Unidades de Conservação federais, além de fomentar e executar programas de pesquisa, proteção e conservação relacionados à biodiversidade no Brasil. Surgiu de uma reestruturação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que anteriormente era o responsável por tais atribuições.

A principal atribuição institucional do ICMBio é administrar as Unidades de Conservação federais, que são áreas de importante valor ecológico. Nesse sentido, cabe ao Instituto executar as ações da política nacional, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. O Instituto tem também a função de executar as políticas de uso sustentável dos recursos naturais renováveis e de apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas Unidades de Conservação federais de uso sustentável. Suas outras funções institucionais são fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das UCs federais (ICMBIO, [s.d.]).

Em 2010, durante o 10º encontro dos países signatários da CDB, chamada de COP10, as metas estabelecidas em 2002 foram avaliadas e novos objetivos definidos. De acordo com o Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 e as 20 Metas de Biodiversidade de Aichi, elaborados no encontro, cada país deve, ao final desse período, ter conservadas por meio de um sistema de áreas protegidas pelo menos 17% das áreas terrestres e de águas continentais, e pelo menos 10% das áreas

costeiras e marinhas, especialmente áreas de particular importância para a biodiversidade e para os serviços ecossistêmicos (BRASIL/MMA, 2011). Em fevereiro de 2015, segundo dados do Cadastro Nacional de UCs (CNUC/MMA, 2015), 17,6% da área continental e 1,5% da zona costeira e marinha brasileiras pertenciam a alguma categoria de UC.

Diante desse arcabouço jurídico institucional mais amplo construído nas últimas décadas, relacionado ao Meio Ambiente e às Populações Tradicionais, vem-se a seguir apresentar alguns aspectos específicos relacionados à pesca artesanal e às Reservas Extrativistas Marinhas, uma dos tipos de Unidade de Conservação previstos no SNUC.

2.5 As reservas extrativistas e a pesca artesanal no contexto da gestão ambiental brasileira

2.5.1 A gestão da pesca artesanal no Brasil

De acordo com Marinho (2010), no Brasil, a primeira menção a uma legislação pesqueira que se tem notícia data do período colonial (1500-1822), quando os pescadores eram obrigados a contribuir com o dízimo, no valor de 10% sobre o total produzido. Essa cobrança só foi extinta em 1919. Em 1817, D. João, visando proteger a costa brasileira de possíveis ataques, incentivou a criação das primeiras colônias de pescadores em Santa Catarina, administradas pela Marinha Portuguesa. Já no período pós-Independência, em 1846, foi criada a Capitania dos Portos (Decreto 447 de 19 de maio de 1846) e a ela ficaram subordinados todos os pescadores e barcos nacionais. Em 1897, o Decreto 478 colocou a atividade de pesca subordinada à Marinha do Brasil.

As Colônias de Pesca tiveram, dentre outros objetivos, nacionalizar a pesca, vigiar e defender a costa. Nessas colônias, que também serviam como áreas de demarcação do território, divididas em zonas numeradas (Z-1, Z-2...), os pescadores

eram cadastrados e mantinham com o Estado, por meio da Marinha, uma relação de tutelados (DIEGUES, 1983). Nas duas primeiras décadas do século XX, de acordo com Marinho (2010), foram criados vários órgãos estatais para o setor: Inspetoria de Pesca (1912-1915), Serviços da Pesca e Saneamento do Litoral (1920-1923), Diretoria da Pesca e Saneamento do Litoral (1923-1933), Inspetoria de Caça e Pesca e Serviço de Caça e Pesca (1933).

Desde o final do século XIX vinham sendo concedidos incentivos fiscais e doadas áreas da Marinha para as companhias de pesca, o que segundo Marinho (2010), constituem os primeiros incentivos à industrialização do setor no país. Diegues (1983) aponta que foram as empresas exploradoras de sardinha, no Estado do Rio de Janeiro, as primeiras a se industrializarem. A partir de meados do século XX, a introdução do motor de popa, redes de nylon e gelo alterou as relações do pescador artesanal com o mercado, uma vez que era necessário adquirir esses insumos de fora. Nesse mesmo período, segundo Diegues (1983), a pesca começou a ganhar valor também de mercadoria para abastecer os centros urbanos e a figura do atravessador ganhou maior importância, exercendo a função de atravessador e financiador. No litoral do Rio de Janeiro, as traineiras (grandes embarcações dedicadas à pesca da sardinha) administradas por ‘armadores’, ou seja, proprietários de várias embarcações que contratavam a mão de obra dos pescadores, deram origem às primeiras indústrias no setor. A presença de grandes estoques pesqueiros no sul do país, como a sardinha, a pescada etc., que podiam ser capturadas em grande escala, a existência de centros consumidores de importância e a acumulação de capital permitiram, logo em seguida, o surgimento nessa região de uma pesca empresarial-capitalista (DIEGUES, 1983).

A história da pesca artesanal brasileira sofreu grande influência do militarismo, fruto da atuação da Marinha entre as décadas de 1920 e 1930. Nesse período, a Marinha atuou por meio de missões por toda a costa, o que deu origem a mais de 800 colônias de pesca, às quais os pescadores eram obrigados a se filiar e consistiam no único mecanismo possível de representação da classe (MARINHO, 2010).

Em 1938 foi instituído o Código da Pesca (Decreto Lei 794/1938). Um ano depois, foi criado o Conselho Nacional de Pesca, vinculado à Presidência, mas que, segundo Marinho (2010), deixou o setor quase que abandonado, na época. Em 1942, o setor que estava subordinado ao Ministério da Agricultura volta a pertencer à Marinha (à qual esteve subordinado entre 1846 e 1912), por meio do Decreto 4.890/1942. Em 1943, foram extintos o Conselho Nacional da Pesca, as Federações Estaduais de Pescadores e Confederação Geral dos Pescadores, com a ideia de transformá-las em cooperativas.

Em 1950, o Ministério da Agricultura aprovou os estatutos para uma nova Confederação Geral dos Pescadores, Federações Estaduais e Colônias. Em 1961, criou-se o Conselho de Desenvolvimento da Pesca - CONDEPE. Em 1962, a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) foi um marco para pesca no Brasil, sendo uma autarquia vinculada ao ministério da Agricultura, criada para pesquisar e desenvolver a atividade. Segundo Diegues (apud Silva, 2003):

O que caracterizou a SUDEPE foi a prioridade dada à pesca empresarial/industrial, materializada através da política de incentivos fiscais, estabelecidos pelo Decreto-Lei 221, de 1967. Ignorando a existência do setor artesanal e dos pequenos armadores, a SUDEPE optou pela formação de empresas de pesca, com empresários que frequentemente não pertenciam, até então, ao setor pesqueiro (Diegues, 1988 apud SILVA, 2003, p. 45).

Callou compartilha da avaliação expressa por Diegues e comenta:

No tocante à Sudepe, é conveniente observar que a visão orientadora das suas políticas parte da perspectiva de que a pesca brasileira é “primitiva e miserável” (34). Nesse sentido, os investimentos da Sudepe vão se dar, majoritariamente, no setor industrial da pesca, principalmente a partir de 1967, por meio de incentivos fiscais, e na política do Plano de Assistência à Pesca Artesanal (Pescart), de 1973. Os resultados dessas políticas não geraram o desenvolvimento pretendido nem da pesca industrial, nem da pesca artesanal (CALLOU, 2010, p. 47).

Em 1967, o Decreto-Lei 221/67 (DOU 28.2.1967), revogou o Código da Pesca e reorganiza as atividades das Colônias. No mesmo ano, o Estado brasileiro publicou o Decreto-Lei 221, o que proporcionou o crescimento desenfreado da atividade, com incentivos fiscais e a abertura de muitas empresas exploradoras da pesca marinha. Entre 1967 e 1973 a pesca brasileira deu um salto de produção de 70%, passando de 435 para 750 mil toneladas. Nos doze anos seguintes, cresceu

apenas 30%, passando de 750 para 970 mil toneladas. A partir deste máximo, o Brasil amargou uma queda de 30% até 1995, com 650 mil toneladas, e obteve uma relativa recuperação 15 anos após, com 825 mil toneladas em 2009 (BRASIL/MPA, 2010).

Apesar da importância econômica e do número de pessoas que desenvolvem o extrativismo pesqueiro no país, quase nenhum dado é encontrado sobre as experiências de extensão pesqueira no Brasil. Segundo Callou apud Silva (2003) a extensão rural dirigida para os pescadores, ou seja, a extensão pesqueira, nasceu em Santa Catarina no ano de 1968 — logo se expandindo para o Rio Grande do Sul, em 1969, através da Associação de Crédito e Assistência Técnica do Rio Grande do Sul (ACARPERGS). Inspirada nos moldes da prática da Extensão Rural implantada no país, a partir da década de 1950, tinha caráter difusionista, tendo a função de ‘educar’ o pescador sobre práticas que levassem ao aumento da produtividade. Callou, citado por Silva (ibidem), comenta sobre os objetivos das políticas de extensão pesqueira implementadas no país naquele momento:

[...] quando a extensão pesqueira se personifica como um programa educativo baseado na assistência técnica, econômica e social, para a intensificação racional da produção... Infere-se que sua preocupação assemelha-se à extensão rural no sentido de tentar expandir as relações capitalistas de produção às localidades onde ainda elas não são predominantes (CALLOU, 1985 apud SILVA, 2003, p.40).

Ainda sobre a Extensão Pesqueira, Silva (2003) comenta que no início dessa atividade no Brasil, os extensionistas que atuavam nas comunidades pesqueiras eram provenientes de diferentes formações, mas a partir da criação de cursos de Engenharia de Pesca, na década de 1970, a atividade passou a ser exercida principalmente por esses profissionais. Segundo o autor:

Ao analisarmos os currículos desses cursos, constatamos que se caracterizavam pelo tecnicismo modernizador e pela ausência de uma reflexão sobre as questões sócio-político-culturais na atuação com/e nas comunidades pesqueiras. Faltava também uma disciplina sobre extensão pesqueira que se propusesse a refletir sobre o papel do extensionista na comunidade — e, ainda, sobre a forma mais adequada de se construir uma atuação que levasse em consideração os saberes das comunidades (SILVA, 2003, p.40).

Foi com a SUDEPE que nasceu o Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PESCART), em 1973, que tinha como estratégia de ação prioritária a “assistência

técnica”/“extensão pesqueira”. Segundo Silva (2003), por se embasar em metodologias tradicionalmente utilizadas para a agricultura, o Plano falhou em seus objetivos, “não conseguindo colocar o pescador, enquanto sujeito, no desenvolvimento da pesca” (ibidem, p. 49). Em 1980, foi criado o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro, que absorve o PESCART.

A Constituição de 1988 equiparou as Colônias aos Sindicatos Rurais em termos de direitos sociais, possibilitando a elas elaborar seu próprio estatuto, um avanço em termos de autonomia para esse grupo social. Em 1989, com a criação do IBAMA, o ordenamento e o fomento passaram a ser papel desta nova entidade. Nesse momento também a Extensão Pesqueira passou a ser competência do IBAMA. Na década de 1990, as políticas públicas para o setor pesqueiro voltavam-se para a reestruturação das cadeias produtivas direcionadas para a exportação e a aquicultura (SILVA, 2003).

Callou (2009) elaborou um mapeamento das consequências para a pesca artesanal brasileira das intervenções da extinta Sudepe e da Marinha ao longo do século XX. Em relação à primeira, aponta que as políticas públicas implementadas pela Superintendência causaram a depredação de diversas espécies de peixes, estimularam ou não impossibilitaram a crescente especulação imobiliária no litoral, o que acarretou a saída de varias famílias de pescadores das proximidades do mar, e não foram capazes de proteger os ecossistemas litorâneos de diversas ocorrências de contaminação ambiental. A Marinha, por sua vez, impossibilitou o desenvolvimento de um movimento associativo forte por parte dos pescadores e excluiu as mulheres do direito à participação nas Associações de pesca.

Em 1999, a pesca voltou ao Ministério da Agricultura na forma do Departamento de Pesca e Aquicultura, mas com poucas vitórias, principalmente para o setor artesanal. Em 2000, o Departamento estabeleceu dentre outras metas para o setor, a de aumentar as exportações de lagosta em 60% entre os anos de 2000 e 2003 e ampliar em 400% a produção de camarão marinho em cativeiro. As políticas para a pesca artesanal nesse momento se limitavam a créditos dirigidos a agricultores, sem se constituir em uma política articulada com outras dimensões da gestão pública. Ao IBAMA cabia apenas a fiscalização ambiental (SILVA, 2003).

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, instituído pela Lei 7.661/88 e publicado inicialmente em Resolução da Comissão Interministerial para Recursos do Mar (CIRM 001/90) teve sua segunda versão apresentada em 2007, na qual, baseada em dados de um macrodiagnóstico da zona costeira elaborado pelo MMA, traz três eixos de ação principais: ordenamento ambiental da zona costeira, conservação e proteção do patrimônio natural e cultural e controle e monitoramento. Para cada linha de ação foram definidos seis projetos com foco específico, com objetivos, áreas de atuação, atividades, metas e arranjos institucionais para execução dos mesmos (CIRM/GI-GERCO, 2005). Ainda de acordo com o Plano, cabe aos Estados e Municípios elaborarem seus planos em níveis estadual e municipal, respectivamente.

Em 2003, extinguiu-se o Departamento de Pesca e Aquicultura e criou-se a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, que possuía status de ministério. Nesse ano, entrou em vigor a nova Lei que diz respeito ao chamado seguro-defeso (Lei 10.779/2003) uma espécie de seguro-desemprego destinado aos pescadores profissionais artesanais durante o período em que fica proibida a captura da espécie de peixe à qual a captura se dedique. Esse período é definido pelo IBAMA e a referida Lei substituiu a anterior, de número 8.287/91, que tratava do mesmo assunto, mas trazia requisitos diferentes para obtenção do seguro. Para estar apto a receber o seguro, de acordo com a nova Lei, o pescador deve estar registrado na Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, contribuir para o INSS como pescador, além do atestado da Colônia de Pescadores ao qual está filiado.

Em 2005, o Decreto 5.377/2005 aprova a Política Nacional para Recursos do Mar (PNRM). Em 2009, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca é transformada em Ministério da Pesca e Aquicultura (Lei 11.598/2009). No mesmo ano, foi instituída a Lei 11.959/09, que regula a atividade pesqueira e institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. No preâmbulo da Lei, os objetivos descritos são:

- I. o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo-se o uso sustentável dos recursos pesqueiros, bem como a otimização dos benefícios econômicos decorrentes, em harmonia com a preservação e a conservação do meio ambiente e da biodiversidade;
- II. o ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade pesqueira;
- III. a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos;

IV. o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades (BRASIL/CASA CIVIL, 2009, Art 1).

Os três principais programas do MPA são: Desenvolvimento Sustentável da Pesca; Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Gestão da Política Pesqueira. Considerando a estrutura organizacional do MPA, estabelecida pelo Decreto n.º 6.972, de 29 de setembro de 2009, os referidos programas foram executados no âmbito das Secretarias de Planejamento e Ordenamento da Pesca, da Aquicultura; Monitoramento e Controle; e Infraestrutura e Fomento.

Ainda naquele ano, a Portaria Interministerial 2, de 13 de novembro de 2009 regulamenta, de forma inédita no país, o Sistema de Gestão Compartilhada, relacionado ao uso sustentável dos recursos pesqueiros. O sistema baseia-se no conceito de divisão de responsabilidades gerenciais e decisórias, funcionando por meio de comissões e firma-se no compromisso de utilizar o saber científico e tradicional no processo de gestão (MARINHO, 2010).

O Quadro 3 apresenta os principais marcos reguladores da gestão ambiental e pesqueira no Brasil, sintetizando de forma compilada o que foi apresentado sobre o assunto nas páginas anteriores.

Decreto 23.793/1934	Aprova o Código Florestal
Decreto 24.643/34	Decreta o Código de Águas
Lei Delegada 10/62	Criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), vinculada ao Ministério da Agricultura.
Lei 4.771/65	Institui o Novo Código Florestal.
Lei 5.197/67	Dispõe sobre a proteção à fauna.
Lei 5.5227/67	Cria a Política Nacional da Borracha e a SUDHEVEA, subordinada ao Ministério da Indústria e Comércio.
Lei 221/67	Dispõe sobre proteção e estímulos à pesca.
Decreto Lei 289/67	Cria o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, órgão da administração descentralizada do Ministério da Agricultura.
Decreto 73.030/1973	Cria a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior.
Lei 6.902/81	Dispõe sobre a criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental.
Lei 6.938/81	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
Decreto 89.336/84	Dispõe sobre Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico.
Lei 7.347/85	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e

	direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
Decreto 91.145/85	Cria o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
Portaria N° 627, do INCRA, de 30 de julho de 1987	Institui os Projetos de Assentamento Extrativista – PAE.
Lei 7.661/88	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.
Lei 7.679/88	Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução (DEFESO).
Constituição Federal/88	Capítulo do Meio Ambiente (art. 225): garante o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Declara como patrimônio nacional a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.
Lei 7.735/89	Cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
Lei 7.754/89	Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios.
Lei 7.797/89	Cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente.
Decreto 98.897/90	Dispõe sobre as Reservas Extrativistas
Medida Provisória 150/90	Cria a Secretaria especial de Meio ambiente vinculada à Presidência da República (SEMAN/PR)
Lei 8490/92	Dispõe sobre organização dos Ministérios e transforma a SEMAN-PR em Ministério do Meio Ambiente.
Lei 8.746/93	Transforma o MMA em Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal
Decreto Legislativo 02/94	Aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica.
Lei 8.974/95	Estabelece normas para o uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados, autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da Presidência da República, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.
Medida Provisória 813/85	Transforma o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal em Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.
Lei 9.433/97	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
Lei 9.605/98	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências (Lei de Crimes Ambientais).
Medida Provisória 1.795/99	Art. 17. inciso III - transforma o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal em Ministério do Meio Ambiente.
Lei 9.985/2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)
Decreto nº 5.300, de 07 de dezembro/2004	Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona

	costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências
Decreto 5.746/2006 de 05/04/2006	Regulamenta o art. 21 da lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza.
Decreto 5.758/2006	Institui o plano Estratégico de Áreas Protegidas (PNAP)
Lei 11.460/2007	Cria do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Decreto 6.040/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável e de Povos e Populações Tradicionais

Quadro 3: Marcos regulatórios importantes na política ambiental brasileira. Elaborado pela autora a partir de dados do FUNBIO/Ministério do Meio Ambiente (2013) e BRASIL/MMA (2014).

Em termos de importância da atividade pesqueira nos aspectos econômicos, sociais e ambientais, o último relatório de avaliação de Metas do Ministério da Pesca e Aquicultura (BRASIL/MPA, 2012) afirma que a atividade pesqueira representava em 2012, o principal meio de sobrevivência de aproximadamente 4 milhões de brasileiros, incluindo-se aqui os pescadores artesanais profissionais, suas famílias e os pescadores de subsistência. As tendências das capturas nas águas brasileiras seguem um padrão mundial, cujos estudos mostram que 50% dos estoques pesqueiros encontram-se em seus limites máximos sustentáveis, 18% dos recursos estão sobreexplorados e 10% estão em colapso ou em processo de recuperação. Assim,

Em uma situação hipotética de colapso da atividade pesqueira nacional, mesmo que gradativo, o cenário advindo seria muito próximo de uma convulsão social, pois dificilmente existiriam ações governamentais, e menos ainda privadas, que pudessem recompor o tecido social afetado pela falta de subsistência alimentar e de emprego (BRASIL/MPA, 2012, p. 22).

A produção de pescado do Brasil, para o ano de 2010, foi de 1.264.765 t, registrando-se um incremento de 2% em relação a 2009, quando foram produzidas 1.240.813 t de pescado. A pesca extrativa marinha continuou sendo a principal fonte de produção de pescado nacional, sendo responsável por 536.455 t (42,4% do total de pescado), seguida, sucessivamente, pela aquicultura continental (394.340 t; 31,2%), pesca extrativa continental (248.911 t; 19,7%) e aquicultura marinha (85.057 t; 6,7%). Em 2010 foi registrada uma redução de 8,4% na produção de pescado oriunda da pesca extrativa marinha em relação a 2009, resultado de um decréscimo de 49.217 t (BRASIL/MPA, 2012).

De acordo com o Boletim Estatístico do MPA (Brasil/MPA,2012), em 2010, a Região Nordeste foi novamente a que assinalou a maior produção de pescado do país, com 410.532 t, respondendo por 32,5% da produção nacional. O Estado da Bahia apresentou decréscimo na pesca extrativista marinha comparando-se 2009 a 2010, sendo capturadas cerca de 74 mil toneladas no último ano e 83,5 mil toneladas no ano anterior. Em relação à produção de crustáceos, o camarão-sete-barbas e o camarão rosa foram as espécies mais capturadas no país em 2010, com 15.276 t e 10.237 t, respectivamente.

Segundo dados do Censo, 23% da população brasileira reside na costa. O Registro Geral de Atividade Pesqueira (BRASIL/MPA, 2012) contabilizava, até 31/10/2010, 853.231 pescadores profissionais ativos e registrados. Desses, 109.396 residentes na Bahia (12,8%). Este contingente significativo é agregado historicamente em comunidades que possuem organização social própria, distribuídas de forma heterogênea ao longo do litoral ou nas bacias hidrográficas brasileiras.

Em termos de fomento e infraestrutura para o setor, em 2012, o Governo Federal lançou o Plano Safra 2012-2014 com o objetivo de tornar mais efetivas as políticas sociais e econômicas voltadas para a pesca e a aquicultura. Dentre as 25 metas estabelecidas pelo Plano, estão a implantação de parques aquícolas, linhas de crédito para modernização da frota e outros insumos voltados especificamente para pescadores, marisqueiras, cooperativas e agricultores familiares, totalizando cerca de 4 bilhões de reais em financiamentos. Para a Extensão Rural, foram previstos R\$135 milhões com o objetivo de beneficiar 120 mil famílias de pescadores. Outras metas incluem capacitação para os trabalhadores do setor, desoneração tributária e simplificação das exigências legais para exercício da atividade (BRASIL/MPA, 2012).

Segundo Diegues (1983), existem no Brasil diversas formas de organização da pesca artesanal ao longo do litoral e sugere três grandes modelos explicativos para categorizar as diferentes manifestações: a pesca de subsistência, a pesca organizada dentro dos moldes de pequena produção mercantil e a pesca empresarial-capitalista. Para o autor, a primeira das categorias praticamente inexistente nos dias atuais, pois

segundo o modelo proposto, nesse caso, o pescado possui apenas valor de alimento ou de troca, sem monetarização. No segundo modelo, a pesca organizada dentro dos moldes de pequena produção mercantil possui como principal característica a produção do valor de troca em maior ou menor intensidade; isto é, o produto final, o pescado, é capturado tendo-se em vista a sua venda. Isto pressupõe uma certa divisão social do trabalho já com produtores mais ou menos especializados que não necessariamente participam da captura, podendo ser o construtor de barcos ou de redes. O trabalho tem em geral características familiares (nuclear ou extensa), a tecnologia empregada se caracteriza pelo relativamente baixo poder de predação e o nicho ecológico são restritos. O processo produtivo gira em torno de instrumentos de produção (redes, espinhéis, canoas, etc.) apropriados familiar ou individualmente. A unidade de produção é em geral o grupo familiar ou a vizinhança, sendo a apropriação do produto regida pelo sistema de partilha ou quinhão (partes do produto são distribuídas aos produtores diretos).

Como será visto adiante, a pesca na Resex Corumbau, objeto de análise dessa pesquisa, caracteriza-se, segundo esse modelo, com a pesca organizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil, uma vez que grande parte dos pescadores pesca para consumo próprio, para trocar ou para vender a comerciantes locais.

A pesca, enquanto atividade exercida pelo homem que se apropria de recursos naturais coloca também problemas relevantes para a análise da relação homem-natureza. De acordo com Diegues, em ambientes onde a atividade capitalista de exploração ainda não é muito desenvolvida, o domínio sobre os ciclos naturais e o conhecimento sobre o ambiente têm um valor tão importante quanto têm os insumos e tecnologias para o sistema capitalista de produção. A retrospectiva dos marcos legais e institucionais criados para a gestão da pesca no Brasil feita até aqui indica que o Estado brasileiro, de forma geral, sempre priorizou a pesca industrial e dialogou pouco com os pescadores artesanais do país. Na interface da atividade pesqueira com a regulação do meio ambiente, em especial o marinho, sobretudo a partir do final do século XX, populações tradicionais que praticam a pesca artesanal são qualificadas como agentes protagonistas para a gestão sustentável dos recursos naturais. As Reservas Extrativistas, criadas no Brasil desde os anos de 1990 e incorporadas pelo SNUC refletem essa configuração contemporânea do

entrelaçamento de demandas sociais e ambientais. A seguir, será apresentado um histórico resumido do processo de criação das Reservas Extrativistas no país, assim como o resultado de alguns estudos já realizados nessas unidades, como forma de aproximar o universo empírico da pesquisa.

2.5.2 As reservas extrativistas no contexto da gestão ambiental brasileira

Como já mencionado anteriormente, a política desenvolvimentista adotada pelo Governo Brasileiro durante as décadas de 1950 e 1960 levou à ocupação da região amazônica por pessoas vindas de outras partes do país, com a finalidade de desenvolver atividades relacionadas à pecuária e à extração mineral. Na década de 1970, o Plano de Integração Nacional propunha 15 polos de desenvolvimento na Amazônia e a construção de 15 mil quilômetros de estradas. Além disso, o declínio do preço da borracha no mercado internacional naquele momento deixou muitos seringalistas que viviam na região endividados com os bancos oficiais, pagando suas dívidas com terras (LOBÃO, 2006).

O cenário naquele momento era o de muitos seringais sendo transformados em pasto, ao mesmo tempo em que terras pertencentes aos seringueiros eram desapropriadas para fins de reforma agrária. Projetos de colonização implementados na região amazônica, chamados de Assentamentos Dirigidos, eram conduzidos de tal forma que a terra era dividida sem levar em consideração como se dava o manejo e exploração dos recursos pela população local, gerando conflitos entre os extrativistas, o INCRA e a Superintendência da Borracha (SUDEVEA) (BRASIL/MMA, 2007).

Foram os seringueiros das localidades de Rio Branco, Xapuri e Brasiléia os primeiros a saírem em defesa do extrativismo, organizando-se desde 1976, para impedir novos desmatamentos de áreas extrativas. Estes movimentos foram

chamados de "empates" e se estenderam a outras regiões do Acre e mesmo a outros estados (Amazonas e Pará) (LOBÃO, 2006).

As Reservas Extrativistas foram criadas como resultado de ações coletivas de extrativistas da região Amazônica brasileira, preocupados com a expansão agrícola e com os projetos de desenvolvimento capitaneados pelo governo federal nas décadas de 1970 e 1980 que prejudicavam a atividade extrativista. A emergência do sindicalismo rural no Estado do Acre assumiu um papel primordial na luta dos seringueiros, de acordo com Lobão (2006).

Os primeiros sindicatos foram criados na década de 70 com apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e da ala progressista da igreja católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das Pastorais da Terra. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) atuou na organização dos seringueiros, dando o suporte necessário para que a luta por uma causa se ligasse a outras lutas, e atuando como meio na busca por reconhecimento e visibilidade. Em 1976, a Pastoral dos Pecadores (CPP) foi oficialmente reconhecida pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A Pastoral é composta por leigos, religiosos e padres “comprometidos com o Serviço junto aos pescadores e pescadoras artesanais na construção de uma sociedade justa e solidária” (CPP, 2014).

As reivindicações dos seringueiros, pela permanência na floresta, identificavam-se no início dos anos de 1980 com as exigências dos trabalhadores rurais das outras regiões do país, na luta pela terra e também com as causas ambientalistas em voga internacionalmente (LOBÃO, 2006). Além disso, foi nesse mesmo momento que o Brasil ganhava visibilidade internacional devido às queimadas na região Amazônica, conforme já mencionado aqui. Nessa conjuntura, o movimento dos seringueiros acabou atraindo também novos parceiros, e estabelecendo redes com ongs internacionais ambientalistas, o que influenciou a perspectiva de cunho mais preservacionista para as Reservas Extrativistas.

Cunha e Loureiro (2009) citam Porto-Gonçalves (2003), Allegretti (2002) e discursos do sindicalista Chico Mendes para destacar o que consideram ser os aspectos fundamentais na ideia original das Reservas Extrativistas: necessidade de

organização, gestão das áreas pela população extrativista e desapropriação das terras, sempre ancoradas em uma dimensão de participação e autonomia. Assim como parte da população indígena, que também lutava pela demarcação de suas terras na região nessa mesma época, as demandas dos extrativistas inicialmente eram relacionadas à garantia de um território para sua reprodução social, aproximando-se das demandas por reforma agrária. O movimento dos índios que lutavam pela demarcação de terras inspirou também o modelo proposto pelos seringueiros, segundo Cunha e Loureiro (ibdem).

Em 1985 os seringueiros realizaram seu primeiro encontro nacional e foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Nesse encontro foi redigido um documento onde apresentaram suas demandas, dentre elas que as áreas de extração tradicionalmente utilizadas por eles lhes fossem dadas em concessão. O CNS diante do imobilismo dos Projetos de Assentamento Extrativista e diante da pressão social, em níveis nacional e internacional pela preservação das florestas, além de continuar insistindo na criação de Reservas Extrativistas como forma de fazer Reforma Agrária para os extrativistas, passou a defender as reservas como "espaços territoriais destinados à utilização sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis". Segundo Allegretti apud Lobão (2006), foi nesse encontro que nasceu o conceito de reserva extrativista, ainda que não tivesse esse nome. De acordo com o relato de Lobão (ibdem, p.35) a reunião de seringueiros realizada em Ariquemes (Rondônia), no ano de 1985, teve seis temas principais: (a) conflitos com os índios; (b) propostas para os Soldados da Borracha; (c) a crise do extrativismo; (d) desmatamento e conflitos com fazendeiros e colonos; (e) áreas reservadas para índios e seringueiros; e (f) o papel do extrativismo na proteção da Amazônia. Foi o tema de conflito indígena que inspirou os seringueiros no modelo de gestão territorial que queriam.

Outra contribuição importante do encontro foi a possibilidade de organização do grupo que conseguiu, por exemplo, que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) exigisse do governo brasileiro um Programa de Proteção ao Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas como condicionante para empréstimo destinado à construção da BR 364, conforme já vinham demandando ambientalistas internacionais desde 1983 (CUNHA e LOUREIRO, 2009).

Obviamente, ao estarem preocupados com a manutenção da floresta e de alguns territórios para poderem explorar o látex e a castanha, pode-se dizer que os seringalistas também tinham preocupação com o meio ambiente. Parte do documento final da Conferência, na qual os seringalistas expressam suas demandas relacionadas ao desenvolvimento da Amazônia é bastante ilustrativa da dimensão social, econômica e ambiental do desenvolvimento proposto pelo grupo:

I Desenvolvimento da Amazônia:

- 1) Exigimos uma política de desenvolvimento para a Amazônia que atenda aos interesses dos seringueiros e que respeite os nossos direitos. Não aceitamos uma política para o desenvolvimento da Amazônia que favoreça as grandes empresas que exploram e massacram trabalhadores e destroem a natureza.
- 2) Não somos contra a tecnologia, desde que ela esteja a serviço nosso e não ignore nosso saber, nossas experiências, nossos interesses e nossos direitos. Queremos que seja respeitada nossa cultura e que seja respeitado o modo de viver dos habitantes da floresta amazônica.
- 3) Exigimos a participação em todos os projetos e planos de desenvolvimento para a região (Planacre, Polonoeste, Asfaltamento da BR 364, entre outros), através de nossos órgãos de classe, durante sua formulação e execução.
- 4) Reivindicamos que todos os projetos e planos incluam a preservação das matas ocupadas e exploradas por nós, seringueiros.
- 5) Não aceitaremos mais projetos de colonização do Incra em áreas de seringueiras e castanheiras.
- 6) Queremos uma política de desenvolvimento que venha apoiar a luta dos trabalhadores amazônicos que se dedicam ao extrativismo, bem como às culturas permanentes e às outras culturas do seu interesse, e que preserve as florestas e os recursos da natureza. Queremos uma política que traga benefícios a nós trabalhadores e não aos latifundiários e empresas multinacionais. Nós, seringueiros, exigimos sermos reconhecidos como produtores de borracha e como verdadeiros defensores da floresta (Documento final do I Encontro Nacional dos Seringueiros, IN LOBÃO, 2006, p. 36).

A análise de como essa concepção da Reserva Extrativista foi incorporada na estrutura legislativa brasileira nos ajuda a estabelecer vínculos com as modificações na configuração de forças nos diferentes momentos de sua concepção e implementação. A análise do processo, como brevemente mencionado acima, nos remete aos arranjos momentâneos e ideológicos que na contemporaneidade possibilitam a aproximação de atores em busca de um objetivo comum, conforme uma comunidade de interesses (Bauman, 2005). As Reservas Extrativistas historicamente foram uma proposta no espírito da Reforma Agrária, isto é, para que a terra cumprisse a sua função social, mas naquele momento a preservação dos

recursos da floresta e do direito de acesso a eles por parte da população extrativista local foi a pauta comum que possibilitou a aproximação das demandas conservacionistas e extrativistas.

Em 1987, o INCRA apresentou a proposta de Projetos de Assentamento Extrativistas, com a Portaria 627/1987. Segundo a Portaria, os PAEs destinavam-se “à exploração de áreas dotadas de seringais extrativos através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupam ou venham a ocupar as mencionadas áreas”. A Portaria estabelecia que a destinação da área fosse "mediante concessão de uso em regime comunal, segundo a forma decidida pela comunidade concessionária - associativa, condominial ou cooperativista". Este ato oficial do INCRA significava a incorporação das Reservas Extrativistas (sob o nome de Projetos de Assentamentos Extrativistas) ao Plano Nacional de Reforma Agrária. Até abril de 1994 foram criados 10 projetos de assentamento extrativista, 5 no Acre, 3 no Amapá e 2 no Amazonas, totalizando 889.548 ha. Apenas 3 deles, no Acre, receberam apoio para sua implantação (RUEDA, 1999).

É importante ainda salientar que em 1985 estava sendo lançado o Plano Nacional de Reforma Agrária e as atenções da sociedade estavam voltadas para este tema. A proposta de criação das Reservas Extrativistas apareceu, então, como a "Reforma Agrária" para os extrativistas, na medida em que a sua criação deveria ser uma forma de legitimar a posse, e de reconhecer os direitos à terra daqueles que nela trabalhavam e viviam há muitos anos.

Lobão (2006) chama a atenção para o fato de que as demandas dos extrativistas do Acre que deram origem ao arranjo de Reservas Extrativistas foram levantadas inicialmente sem que os recursos naturais fossem referidos em nenhum momento como “meio ambiente”. As populações estavam interessadas em garantir os meios necessários à sua reprodução social e isso incluía o direito de poder extrair recursos da floresta e neste sentido, a luta dos seringueiros remetia mais a uma luta no âmbito da Reforma Agrária do que à da preservação ambiental. Mas ao ganhar o apoio de ongs internacionais e de acadêmicos, cuja preocupação mais central era a preservação do ecossistema, tanto a legislação quanto a própria identidade desse

grupo incorporaram também uma demanda conservacionista, que ficou expressa inclusive no arcabouço legal e institucional. No entorno de uma Unidade de Conservação, a paisagem, o território, tornam-se meio ambiente para o Estado e para as ongs ambientalistas, enquanto para os locais esse é um termo muitas vezes ‘estrangeiro’, desprovido de significado (LOBAO, 2006).

Cunha e Loureiro (2009) avaliam que a criação das primeiras Resex, em 1990, coincidiu com mudanças no âmbito da sociedade civil com o fortalecimento das Organizações Não Governamentais (ONGs) e a vulnerabilização dos movimentos sociais atuantes na década de 70/80. Isso contribuiu para uma modificação na relação destes últimos com o Estado (valorização da cooperação, parceria) e com as ONGs (que de suporte aos movimentos passam a figurar na intermediação com o Estado, na captação e execução de projetos).

Faz-se necessário considerar que nos anos 90, início do governo de Fernando Collor de Mello, o INCRA passou por momentos de reestruturação e desarticulação de sua equipe, enquanto o IBAMA, recém-criado, estava em consonância com os interesses presentes nos momentos que antecediam a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO 92). Nesse contexto, é promulgado então o Decreto 98.897/1990, que institui a figura das Reservas Extrativistas, vinculadas ao IBAMA. Cunha e Loureiro (2009) avaliam que a mudança de subordinação das Resex do âmbito do INCRA para o IBAMA representa também uma mudança no foco das políticas de implementação – da política agrária à política ambiental, fruto da reconfiguração dos atores aliados nessa ação coletiva.

Também durante a década de 1990 ocorreu no Congresso Nacional a discussão do Projeto de lei que regulamentaria a organização de um sistema para as Unidades de Conservação, aprovado em 2000 (LOBAO, 2006). Em 2000, após um longo processo de disputas que culminou no Congresso Nacional com a aprovação da Lei 9.985/2000, criando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as Reservas Extrativistas foram definidas da seguinte forma:

áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações,

e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL/CASA CIVIL, 2000, art 18).

De acordo com a Lei 9.985/2000, as Reservas Extrativistas (Resex) são legalmente áreas pertencentes à União que concede o direito de uso e exploração dos recursos à população tradicional extrativista residente em sua área ou entorno de forma coletiva e não individual. De acordo com a Lei, a posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas deve ser regulado por um contrato específico - Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). A administração é feita de forma compartilhada entre o Estado e a comunidade, por meio de um Conselho Deliberativo presidido por um representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e composto por representantes do poder público, de organizações da sociedade civil e da comunidade extrativista. Cabe a este Conselho Deliberativo criar e revisar periodicamente um Plano de Manejo, que é um documento formulado coletivamente, e que especifica, dentre outras coisas, as regras de uso do território e exploração dos recursos naturais e a definição da população beneficiária. As Instruções Normativas 01 e 02 de 2007, publicadas pelo ICMBio, explicitam as normas e procedimentos que devem orientar, respectivamente, a elaboração do Plano de Manejo Participativo da UC e a formação e funcionamento do Conselho Deliberativo (ICMBIO, 2013).

Segundo Cunha e Loureiro (2009), no Decreto de 1990, cabia ao IBAMA supervisionar as Reservas Extrativistas, acompanhando as condições estipuladas no contrato de concessão de uso. Com a implementação do SNUC, há um deslocamento da administração da Resex para a esfera governamental, passando-se, na prática, a existir a figura de Chefe da UC, representante do IBAMA (e posteriormente do ICMBio), a quem cabe a responsabilidade pela administração da UC, ainda que de forma compartilhada com a comunidade. Os autores salientam ainda as alterações nas relações entre populações rurais extrativistas e os agentes de mediação:

Com a institucionalização das Reservas Extrativistas figuraram no cenário novos mediadores, e novas relações se fizeram necessárias no trato com o Estado e na luta pela consolidação das conquistas conseguidas. Os atores então envolvidos na luta pelas Resex, na luta pela terra, passam a pautar-se na implementação dessas áreas e muitas vezes na execução de projetos governamentais voltados à viabilidade econômica e à organização comunitária dessas Unidades [...] a opção do governo brasileiro de viabilização das Resex com financiamentos através de projetos,

principalmente com recursos externos, coloca o Movimento frente a demandas que não são as suas e a compromissos novos de prazos e cláusulas a cumprir. Como principais intermediários, fortalecem-se as ONGs (CUNHA e LOUREIRO, 2009, p. 15).

Segundo dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, mantido pelo Ministério do Meio Ambiente, havia em fevereiro de 2015 (últimos dados consolidados disponíveis em junho de 2015), no Brasil, vinte e uma Reservas Extrativistas Marinhas, correspondendo a cerca de 9% do total de Unidades de Conservação (CNUC/MMA, 2015). Esses territórios são instituídos oficialmente como uma maneira de tentar conciliar a necessidade de preservação de áreas consideradas de interesse especial para a biodiversidade e ao mesmo tempo possibilitar a manifestação da cultura e saberes locais das populações extrativistas que tradicionalmente residem em seu entorno.

As populações extrativistas marinhas são encontradas tanto em áreas urbanas, como Florianópolis e sul do Estado de São Paulo, como em áreas menos urbanizadas, como o sul da Bahia. Em ambos os casos, as pressões advindas do setor imobiliário seja para a expansão de atividades industriais, florestais, petrolíferas ou para o turismo, vêm fazendo com que algumas das populações extrativistas que tradicionalmente residiam na costa estejam migrando para locais mais periféricos, onde o acesso ao mar por vezes se torna mais difícil. Em ambos os casos também, outras possibilidades de acesso a recursos fora do universo da pesca, como atividades em construção civil, comércio, empregos domésticos ou turismo são acessadas pelas populações extrativistas.

As populações residentes em áreas denominadas Reservas Extrativistas são amparadas legalmente pela lei 9.985/2000 no que diz respeito ao uso e gestão dos recursos existentes no território da Unidade e também pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Populações Tradicionais, instituída pelo governo federal em 2007, por meio do Decreto 6040/2007 (BRASIL/CASA CIVIL, 2007). O objetivo principal dessa Política, conforme o decreto, é a garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais dos povos e populações tradicionais, respeitando e valorizando sua identidade, formas de organização e instituições. De acordo com o Decreto:

Povos e Comunidades Tradicionais são entendidos como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL/CASA CIVIL, 2007, Art. 3).

Além disso, no caso das Reservas Extrativistas Marinhas, há ainda um outro instrumento a ser levado em consideração na gestão da Unidade: a Lei 7.661/1988, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), o qual visa orientar a utilização racional dos recursos na Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população e a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural. Na intercessão das políticas de valorização da cultura tradicional, do desenvolvimento e da gestão ambiental encontram-se as populações residentes em UCs de uso sustentável. Como afirmaram Cunha e Loureiro:

Ao mesmo tempo em que as Resex se impõem como um modelo advindo da tradição, do reconhecimento do saber comunitário, auto-governo, formas de organização e de propriedade coletiva, tendo o Estado como garantidor de direitos; o Estado-Nação onde se inserem ingressa no neoliberalismo com todos os seus aspectos: preponderância do saber técnico, liberalização econômica, esvaziamento político dos espaços públicos, transferência de responsabilidades nas políticas sociais para o setor privado, coerção estatal na garantia dos direitos da propriedade privada e a participação popular fundamentada na democracia formal (CUNHA e LOUREIRO, 2009, p. 19).

Nas Resex marinhas, o perímetro da unidade é normalmente traçado a partir da chamada Linha do Preamar Médio (LPM), que é a média das mares altas, estipulada de acordo com o Decreto Lei 9760/1946 (BRASIL/CASA CIVIL, 1946). De acordo com esse decreto, são considerados terreno da União 33 metros para o interior do território, medidos a partir da LPM, cuja medição oficialmente em uso data de 1831. Como várias alterações na altura média das marés já foram detectadas no último século, parte do território costeiro que atualmente é propriedade privada poderia ser considerado território da Marinha com a atualização da LPM. A desatualização dessa medição e a não delimitação de uma zona de amortecimento mínima faz com que na prática, no caso das Resex Marinhas, de acordo com Chamy (2004), os locais de moradia e as áreas de exploração de outros recursos acabem não incluídos na área oficialmente protegida, o que pode gerar conflitos nas áreas do entorno,

enfraquecimento na manutenção das atividades destas populações e exclusão de setores economicamente mais fortes como o turismo e a especulação imobiliária.

Cabe ressaltar que a área protegida em uma Resex marinha refere-se ao espelho d'água e a população beneficiária é denominado como “do entorno”, já que residem no continente. Exceção são as populações de ilhas que podem ser consideradas como residentes no interior da UC.

2.6 Territórios em disputa– breve revisão de estudos sobre conflitos relacionados ao uso de recursos naturais

O planejamento do desenvolvimento, como parte de um processo político de tomada de decisões sobre o futuro e proposição de ações, constitui um espaço público privilegiado de negociação entre atores sociais, confrontando e articulando interesses, argumentos e alternativas para a sociedade. No decorrer desse processo, quando se negociam as escolhas e as prioridades, os atores sociais podem se organizar e constituir alianças e acordos políticos, como verificado no item anterior.

Também a gestão participativa implica na modificação de paradigmas e compartilhamento de poder entre Estado, lideranças pesqueiras, usuários e também agentes externos como instituições de fomento e pesquisa e outros atores de uso indireto na atividade como donos de embarcação, comerciantes de pescado, agências de crédito, empreendimentos turísticos, estabelecendo compromissos e compartilhando decisões de gestão. Essa tendência de envolvimento e participação das populações locais em processos de gestão ambiental é uma tendência mundial, segundo Silva (2003), e é também apontada como recomendação em diversos acordos e tratados internacionais, como por exemplo, a Agenda 21.

Os oceanos são fonte tanto de sobrevivência para muitas pessoas, quanto componente de um complexo sistema ecológico do qual dependem também várias espécies de seres marinhos. De acordo com dados da FAO, apresentados por Cunha e Loureiro (2009), a máxima captura sustentável das pescarias já foi alcançada na maioria dos oceanos, considerando-se tanto as espécies migratórias de alto mar,

quanto as da zona costeira. O gerenciamento da zona costeira torna-se necessário a cada dia considerando-se ainda que, em 2008, mais da metade da população mundial residia nas áreas litorâneas. Nesse cenário, configuram-se múltiplos interesses e usuários, diferentes valores, objetivos e racionalidades.

O envolvimento das populações locais é visto como necessário em diversos instrumentos normativos, como já foi visto até aqui. Nessa perspectiva, o termo cogestão tem sido utilizado para se referir a padrões de administração de recursos, tendo a participação efetiva dos usuários no planejamento, tomada de decisão e gerenciamento, compreendendo também diversas parcerias entre Estado, populações locais, organizações não-governamentais e outros parceiros. De acordo com Marinho (2010), as primeiras experiências de gestão compartilhada da pesca surgiram na Noruega, em 1890, para o gerenciamento da pesca do bacalhau. Em 1901, o Japão adotou programa semelhante. No Brasil, a participação efetiva dos usuários na gestão compartilhada dos recursos ocorreu pela primeira vez na região Amazônica, a partir das demandas dos seringueiros.

A gestão participativa, segundo Silva (2014), exige uma participação ativa e construtiva dos pescadores que envolvem discussões e tomada de decisão conjunta sobre assuntos relacionados ao cotidiano da pesca como o uso de artes de pesca, espécies capturadas, uso de áreas de pesca, conflitos, relações familiares e de compadrio, entre outros. No entanto, os níveis de participação e responsabilidade dependem do grau de interação com o Estado. Uma das dificuldades na gestão do setor, segundo esse autor, é a falta de estatísticas e o segregamento de responsabilidades entre diferentes órgãos do Estado. Mesmo com o reconhecimento de que os diversos interesses no entorno de uma Unidade de Conservação devam ser considerados em sua gestão, essas áreas são reiteradamente palco de conflitos.

Fleury e Almeida (2009) realizaram estudo no entorno do Parque Nacional das Emas, UC de proteção integral no estado de Goiás, e relataram que os conflitos no entorno da Unidade ocorrem entre produtores rurais e agentes relacionados à pesquisa e a entidades ambientalistas. As disputas se referem em muitos casos à legitimação dos diferentes saberes expressos por esses atores, cada qual com significados e expectativas diversas para o espaço comum. Afirmam que a mudança

de paradigma proposto pelo ideal da sustentabilidade implica na substituição de um olhar ‘estrangeiro’ por um olhar local, no sentido em que são as pessoas concernidas que têm as melhores condições de apresentar propostas exequíveis e apropriadas ao contexto em que vivem. As disputas pelo reconhecimento de distintas racionalidades não podem, segundo os autores, estar pautadas por valores e parâmetros impostos de fora para dentro.

Segundo Castello (apud SILVA, 2014), a conservação da pesca e dos recursos pesqueiros passa por uma avaliação do manejo praticado até hoje, mas o entendimento sobre a biologia e a ecologia das espécies não é suficiente para garantir essa conservação. O autor ressalta ainda a inadequação de modelos de gestão importados dos EUA ou da Europa, pois nos países em desenvolvimento não há a mesma abundância de recursos humanos e materiais disponíveis para implementação desses modelos.

Nahum apud Marinho (2010), analisando sete reservas extrativistas na região Norte do Brasil, considerou que houve enormes desencontros entre medidas do governo que colocaram em prática as Resex e o nível de preparo das comunidades para exercerem seus direitos e deveres dentro desse ordenamento. Mendonça e Lalencio apud Marinho (2010) afirmam que os discursos que prescrevem orientações técnicas para o setor pesqueiro ainda não abriram espaço para o diálogo com outras racionalidades, não considerando nem os saberes nem os fazeres tradicionais.

Feitosa apud Marinho (2010) acredita já haver muitos estudos socioeconômicos realizados junto às comunidades litorâneas no Brasil, que vivem da pesca artesanal, mas falta uma sistematização e uma ordenação conjunta desses dados, para que possam servir, principalmente, à população à qual se referem.

Freitas e Seixas (2011) comentam que os arranjos legais são construídos através de decretos-leis que não são transparentes nem publicizados, trazendo em seu bojo uma demanda burocrática e institucional para os pescadores — como novos cadastros, sistemas de licenciamentos e mecanismos de ordenamento. Isso exige do pescador uma capacidade de adaptação rápida ao novo sistema imposto pelos governos — estando este na perspectiva de equacionar a máquina administrativa, na busca pela “diminuição do Estado”.

Abirached, Brasil e Shiraishi (2010) avaliam que conflitos em áreas onde residem populações tradicionais ocorrem em muitos casos pela sobreposição de áreas protegidas, como é o caso por exemplo do Parque Nacional do Monte Pascoal e da Terra Indígena de Berra Velha, essa última, tendo sua população residindo em área adjacente também à Resex Corumbau.

Trata-se de conflitos territoriais que ora expõem um aparente antagonismo entre direitos culturais e direitos ao meio ambiente, ora refletem a dificuldade de conciliar o uso e o manejo sustentável de recursos naturais com preservação da biodiversidade in situ (ABIRACHED et al, 2010, p.6).

Bernardi (2005) conduziu estudo sobre conflitos ambientais relacionados às atividades de pesca e bubalinocultura no estado do Maranhão e ressalta que os conflitos sócio-ambientais são geralmente históricos, complexos e evolutivos, tratando de interesses e bens representados, públicos e privados, ou não representados, como a de gerações futuras, que transcendem os limites geográficos e políticos. Cabe ressaltar também a deficiência na capacidade institucional local e técnica para resolução de conflitos, além do baixo nível de organização social existente em alguns territórios e da dificuldade de acesso à informação, por parte das comunidades locais. A autora ressalta ainda que em relação à pesca artesanal e de pequena escala, a rede de intermediação no processo de distribuição e comercialização constitui um dos maiores entraves para que o pescador se aproprie dos ganhos engendrados pelo seu trabalho

Silva e Souza (2013) realizaram estudo sobre conflitos em torno de UC de uso sustentável em Sergipe e comentam que no Brasil, a questão fundiária está entre os principais entraves que dificultam a administração e implementação das UCs. O domínio da terra e dos recursos naturais está estritamente ligado aos detentores dos direitos de uso, controle, cessão, venda e herança. As regras regulam e fornecem o arcabouço para as diversas formas de domínio do território e do controle para o uso dos recursos naturais. Muitas UCs possuem situação fundiária ambígua, uma vez que suas terras, ou parcela delas, são de propriedade particular, aguardando regularização. Portanto, conhecer e lidar com a questão fundiária é fundamental para a gestão eficiente dessas áreas.

Santos e Doula (2008), em artigo sobre as políticas públicas relacionadas especificamente para as comunidades quilombolas, chamam a atenção para o fato de que para que a efetivação e aquisição dos direitos já existentes, por parte dessas populações, se faz necessário um senso identitário bem definido. Considerar-se e ser considerado pelos outros e pelas políticas públicas como detentor de uma determinada especificidade requer esse exercício reflexivo. Nesse sentido, chegamos a um ponto já abordado por Sen (2010), que defende a ideia de que o exercício das liberdades pelos indivíduos tendem a torná-los mais eficientes em pressionar o Estado para que novas liberdades sejam efetivadas e também cria novas necessidades, como resultado da efetivação e do uso dessas liberdades.

Seguindo este debate, Cunha e Loureiro (2009) chamam a atenção para as divergências de entendimento do significado da inserção do conselho deliberativo na gestão das Reservas Extrativistas e questionam: eles propiciariam a diluição do poder dos comunitários que passam a dividir o poder decisório com outros entes, ou abrem possibilidades de unir esforços e abrir o diálogo com outras esferas do poder público e demais entidades que se envolvam com a Resex? Também como um questionamento sobre as possibilidades da gestão compartilhada, Lima (2003) afirma que em muitos casos, esses processos geram expectativas nas comunidades que nem sempre são concretizadas e que podem vir a ser motivo de conflitos na implementação das UCs.

Printes et al (2012) analisam o discurso do desenvolvimento sustentável como uma imposição de um determinado modelo de desenvolvimento, da mesma forma que representou a ideia de progresso no passado, configurando-se, inclusive, como um valor inquestionável socialmente. Segundo os autores, a diferença entre o modelo desenvolvimentista da primeira metade do século XX e o discurso da sustentabilidade está nos mecanismos compensatórios, mitigatórios e certificatórios que visam minimizar os impactos socioambientais advindos de empreendimentos cujo objetivo final continua sendo o de acelerar o crescimento econômico a partir do aumento das taxas de consumo e produção:

o uso destes instrumentos, a despeito de suas possíveis boas intenções, está, na maioria dos casos, condicionado ao objetivo primeiro e fundamental, a saber: garantir a construção de determinada barragem, mina, rodovia, porto, criação de UC ou projeto agropecuário voltado à

produção de biodiesel, celulose, pecuária, soja, carcinocultura, etc. A ideia de que, através do diálogo e negociação, “todos ganham”, presente em várias metodologias de resolução de conflitos, vai até este ponto, ou seja, a realização do “projeto” em questão é tida como pressuposto, portanto, inquestionável. Dito de forma direta: na busca pelo “consenso” tudo poderá ser “negociado”, menos a abdicação do intuito de realizar o empreendimento em questão (PRINTES et al, 2012, p. 149).

Silva (2007), analisando as modificações oriundas da implantação da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo, verificou que há, por parte dos extrativistas, uma visão de que a Reserva trouxe muitas responsabilidades burocráticas, mas poucas melhorias efetivas para os que vivem da pesca.

Os pescadores sentem-se abandonados pelo governo em todos os níveis. Eles consideram a Guarda Costeira uma ameaça às suas atividades, em vez de uma fonte de apoio. Os pescadores também têm uma visão negativa do IBAMA, uma organização que sentem estar emaranhada em um jogo de corrupção e ineficiência. Essa visão não melhorou com a criação da Reserva, uma vez que muitos deles sentem que a Reserva é uma responsabilidade a mais colocada sobre os pescadores sem o apoio suficiente por parte do governo (SILVA, 2007, p. 174).

Aquino et al (2007), em artigo no qual analisam a gestão participativa de recursos pesqueiros na Amazônia, comentam das dificuldades práticas do processo. Citam, por exemplo, as dificuldades em se fazer cumprir as regras do plano de manejo da UC entre os próprios extrativistas, pois quando se trata de apontar para o infrator, há um constrangimento social entre os membros da comunidade. Os autores comentaram ainda sobre as dificuldades em se mensurar a efetividade das medidas que visam melhorar as condições de reprodução dos peixes, e que ocasionam um certo descrédito dos pescadores em relação a algumas medidas restritivas impostas com a criação da Resex.

Especificamente sobre o Extremo Sul da Bahia, aspectos ambientais e sociais se interpõem na gestão de Unidades de Conservação existentes. A região abriga a foz de dezenas de pequenos riachos e rios e a pesca é praticada nas regiões mais próximas à costa, tanto pelo caráter pouco instrumentalizado das embarcações, como pela própria formação geológica da região, que favorece a formação de vastos recifes de corais que ocorrem paralelos à costa e protegem o estoque pesqueiro. Além de sua relevância biológica e de sustentar importantes atividade de pesca comerciais e de subsistência, a região apresenta grande beleza cênica, atraindo turistas e empreendimentos deste setor para a região. O aumento do fluxo de turistas,

especialmente entre os meses de dezembro e fevereiro, é uma oportunidade de obter renda extra para grande parte dos habitantes locais que vivem da pesca. A Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, criada em 2000, nasce a partir de uma demanda local dos pescadores tradicionais que reclamavam do grande número de embarcações comerciais de outros Estados e localidades que pescavam camarão na região. Somou-se a isso o interesse de entidades ambientalistas e do Governo Federal na conservação biológica dos bancos de corais no entorno do Parque Nacional de Abrolhos, como forma de aumentar o percentual de Unidades de Conservação no país.

Dentre os conflitos vivenciados desde então destacam-se as disputas com fazendeiros locais pelo acesso facilitado ao litoral e com empresários, especialmente do setor de turismo, no tocante, principalmente, à especulação imobiliária e à ocupação desordenada da costa.

Silva (2007) afirma que a forte pressão da especulação imobiliária na zona costeira, com ofertas de compra de terrenos dos pescadores por valores muito acima dos padrões regionais, levou alguns a venderem suas casas à beira-mar, deslocando-se para locais mais distantes da costa: “a não inclusão da faixa de terra ocupada pelas comunidades extrativistas nos limites da RESEX causa uma séria ameaça à reprodução social dos extrativistas, podendo comprometer, a longo prazo, o sucesso e a sustentabilidade da RESEX Corumbau” (ibidem, 2007, p.192). Segundo Marchioro et al (2005), a grande importância da pesca enquanto atividade econômica e de subsistência para a população que vive na área adjacente à Resex Corumbau sugere que a manutenção da qualidade ambiental dos ecossistemas marinhos costeiros não é tão somente uma questão de conservação da natureza, mas também socioeconômica que não pode ser desconsiderada na hipótese de inserção de qualquer outra atividade que possa potencialmente comprometer a pesca.

A Figura 1 ilustra os efeitos da especulação imobiliária na vila de Corumbau, onde muitas das casas de pescadores à beira mar vêm sendo substituídas por construções com outro padrão estético, servindo como casas de veraneio para não-residentes.



Figura 1 Em primeiro plano, construção típica da vila de Corumbau, comunidade do entorno da Resex, ao fundo já se nota uma construção de padrão mais 'moderno' e 'urbano'.
Fonte: Luciana Perry, 2014.

A população das comunidades pertencentes à Resex, embora ainda relativamente isolada, convive com elementos típicos do mundo rural brasileiro contemporâneo, como a pluriatividade, as interações estabelecidas com ongs internacionais e com turistas e empreendedores vindos principalmente do sudeste do país, que trazem hábitos e visões de mundo diferentes dos locais. Além das prerrogativas ambientalistas da Resex, a área está dentro de duas das zonas turísticas instituídas pelo governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Turismo, em seu plano institucional (BAHIA, Secretaria de Turismo, 2013).

A área da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau situa-se entre a chamada Costa das Baleias, numa referência às baleias da espécie Jubarte que aparecem nessa parte do litoral para terem seus filhotes, e a Costa do Descobrimento, numa alusão ao local onde os portugueses primeiro chegaram no Brasil.

Stori (2006) conduziu um estudo em três comunidades na região (Caraíva, Corumbau e Cumuruxatiba), no qual aponta que a área está passando por uma fase de transição, do estágio de Envolvimento para os estágios de Desenvolvimento do turismo, tal como proposta por Butler (apud Stori, 2006), que procurou traçar

estratégias para o planejamento turístico na região, com foco na valorização do sistema pesqueiro extrativista. Dentre os resultados encontrados pela autora destacam-se os apontamentos feitos pela população extrativista dessas três localidades que reclamam da falta de infraestrutura básica, tal como água tratada, esgoto, serviços médicos, e também de um suporte maior que permita oferecer um pescado de melhor qualidade e mais valor, como equipamentos de refrigeração e melhoria na rede elétrica para que seja possível sua utilização. Os extrativistas ouvidos por Stori estão, em sua maioria, envolvidos também em atividades relacionadas ao turismo e as principais reclamações são não poder utilizar suas embarcações para passeios marítimos com turistas, a falta de escolaridade que dificulta a comunicação e o acesso às vilas impossibilitado em alguns dias do ano pela falta de manutenção das estradas.

As implicações da promoção do ecoturismo no entorno de Unidades de Conservação e junto às populações tradicionais já fora objeto de estudos acadêmicos (PIAZZOLI, 2007; SAMPAIO, 2000, 2011; RODRIGUES, 2010; FARIA, 2012). O impacto que a atividade turística causa depende, dentre outros fatores, do tipo de atividade praticada no local e do número de visitantes. O Relatório O Brasil e o Mar no Século XXI (CEMBRA, 2012) aponta que a intensificação do turismo em áreas costeiras pode acarretar efeitos sociais negativos tais como: escassez de moradias, especulação imobiliária, elevação dos preços dos bens de consumo, restrições de acesso a praias, além de prejuízos econômicos às populações locais que dependam dos recursos naturais para seu sustento. O turismo, desde que incorpore o sistema pesqueiro e obedeça ao planejamento visando sua sustentabilidade, oferece possibilidades de contribuir com ofertas de trabalho e interesse em preservação, o que poderia beneficiar as comunidades tradicionais locais.

De acordo com Corá (2006), o turismo e recreação marinhos representam um setor em franca expansão na região de Abrolhos, sendo possivelmente a influência humana que causa mais preocupações em relação à conservação dos ecossistemas recifais da região. O Ministério do Meio Ambiente vem estudando a possibilidade de criação de uma Área de Proteção de Abrolhos, que viria incluir também a Reserva Marinha de Corumbau, cujas características geológicas são bastante semelhantes.

Investigando sobre como os extrativistas interagiram/interagem às mudanças ocasionadas com o processo de implementação da RESEX Corumbau, Bucci (2009) concluiu que Planos de manejo, projetos de fomentos, metas e cronogramas correspondem a um processo de racionalização que é externo à lógica local e que impacta diretamente no que está sendo proposto, que é preservar os costumes tradicionais. Comunidades tradicionais como essas possuem manejos próprios e específicas maneiras de lidar com o meio ambiente, percebendo-se assim, não somente conflitos entre comunidade e exploradores, mas também entre comunidade e parceiros.

Callou (2010) comenta sobre o papel desempenhado pelo Estado brasileiro no que diz respeito às populações tradicionais:

A impressão que fica, ao refazermos o caminho histórico dos povos do mar no Brasil, é de que as políticas públicas, passadas e contemporâneas, são indiferentes às reivindicações dos pescadores, bem como não incorporam a produção científica das universidades sobre as culturas tradicionais da pesca. Aos governos parece interessar apenas o conhecimento produzido no campo das tecnologias. Diga-se de passagem, daquelas tecnologias que podem promover a modernização e o desenvolvimento do setor pesqueiro e aquícola do empresariado nacional (CALLOU, 2010, p. 47).

Se na concepção das políticas públicas o reconhecimento dos direitos das populações tradicionais e os preceitos do desenvolvimento sustentável estão garantidos em lei, a efetivação desse reconhecimento e dessas novas práticas não se dão de maneira tão simples. No microcosmo da vida cotidiana, as dificuldades encontradas para a sobrevivência levam em alguns casos, a práticas que vão de encontro aos preceitos de gestão da unidade. É assim, por exemplo, que o pescador traz para o turista uma lagosta ainda pequena, que não devia ter sido retirada do mar, pois pensa que dessa forma além de vender o produto, ainda estabeleceria uma certa relação de ‘amizade’ com o forasteiro; ou vende sua casinha próxima à foz do rio, ancoradouro ideal para seu instrumento de trabalho - o barco - para a construção de uma pousada – e depois precisa, pelo resto da vida, se deslocar com muito mais dificuldade de sua casa para ir trabalhar. Ou, ainda, anseia pela vinda dos ‘de fora’ nas temporadas turísticas para incrementar a circulação monetária na localidade, mas desconsiderando a falta de estrutura física para esse aumento populacional que coloca inclusive em risco os recursos naturais do local, por meio do acúmulo de lixo,

da poluição dos rios e até mesmo da deterioração estética da paisagem, que num primeiro momento seria o que atrairia o turista.

Diante desse contexto jurídico e institucional abordado nesta parte da tese, e retomando os conceitos norteadores desse estudo: desenvolvimento, tradição, reconhecimento e conflito, debruça-se especificamente sobre a Reserva Extrativista Marinha de Corumbau e questiona-se: quais são as bases comuns valorativas compartilhadas por diferentes atores que convivem em uma Resex marinha que se manifestam nos discursos relacionados à Resex e no tipo de envolvimento desses diferentes segmentos no processo de gestão desta UC? De que forma valores orientam práticas e visões de mundo que ocasionam alianças ou conflitos nas comunidades? O modelo deliberativo e participativo de gestão proposto pelo Estado para as populações residentes em Reservas Extrativistas tem sido suficiente para possibilitar o acesso de populações tradicionais, como os pescadores da Resex Corumbau, à efetiva participação na gestão de seu território?

A fim de responder a esses questionamentos e de atender aos objetivos propostos, apresenta-se a seguir uma descrição detalhada da Resex Corumbau, de seu processo de criação e a caracterização de suas comunidades baseada em dados obtidos em campo e em pesquisa bibliográfica. A seguir, são apresentados dados obtidos em campo buscando-se evidenciar como os extrativistas percebem a presença dessa Unidade de Conservação em seu território, como vivenciam suas tradições, quais conflitos existem entre os diferentes grupos sociais que convivem no entorno da Resex relacionados a concepções sobre desenvolvimento, meio ambiente ou tradição e ainda analisando a existência ou não de demandas por reconhecimento e suas características.

3 O UNIVERSO EMPÍRICO DA PESQUISA E CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE OS DADOS OBTIDOS EM CAMPO

Nesta parte da tese apresenta-se o universo empírico da pesquisa e a metodologia utilizada em campo. Inicialmente são apresentados dados físicos e socioeconômicos da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, com o objetivo de familiarizar o leitor com o universo estudado. Descreve-se também o processo de criação da Reserva, evidenciando-se os atores envolvidos e seus interesses.

A metodologia utilizada em campo – observação participante e entrevistas - é explicitada após a apresentação da UC, evidenciando também a trajetória de aproximação com o grupo estudado e as vivências da pesquisadora. É narrado ainda o processo de elaboração de textos opinativos produzidos na forma de redação por alunos de ensino médio da localidade de Cumuruxatiba, exclusivamente para esta pesquisa.

Foram também utilizados dados secundários, oriundos de trabalhos desenvolvidos junto às mesmas comunidades por outros pesquisadores (Lobão, 2005) e Carvalho (2014), organizações não governamentais, como a CI Brasil e o próprio ICMBio. Optou-se por utilizar alguns dados de forma secundária, pois se considerou que a realização de outras atividades inspiradas em abordagens do tipo diagnóstico participativo, que requerem a realização de reuniões com o grupo, teria grandes chances de repetir dados já coletados em campo recentemente e desgastar ainda mais a comunidade, que já relata estar ‘cansada de participar de oficinas’.

3.1 O Locus empírico da pesquisa

3.1.1 Caracterização da UC

A Reserva Extrativista Marinha de Corumbau é uma Unidade de Conservação de uso sustentável, localizada na área costeira do extremo sul do estado da Bahia, entre os municípios de Prado e Porto Seguro, conforme ilustrado pela

Figura 2. A área onde se encontra a Resex abrange importantes recifes coralíneos, extensão dos recifes de Abrolhos, habitat de várias espécies endêmicas de corais, moluscos e crustáceos (STORI, 2005). Nessa região encontra-se o principal local de reprodução das baleias Jubarte (*Megaptera novaeangliae*) e também berçários de grande variedade de peixes, constituindo-se a região mais piscosa da Bahia.

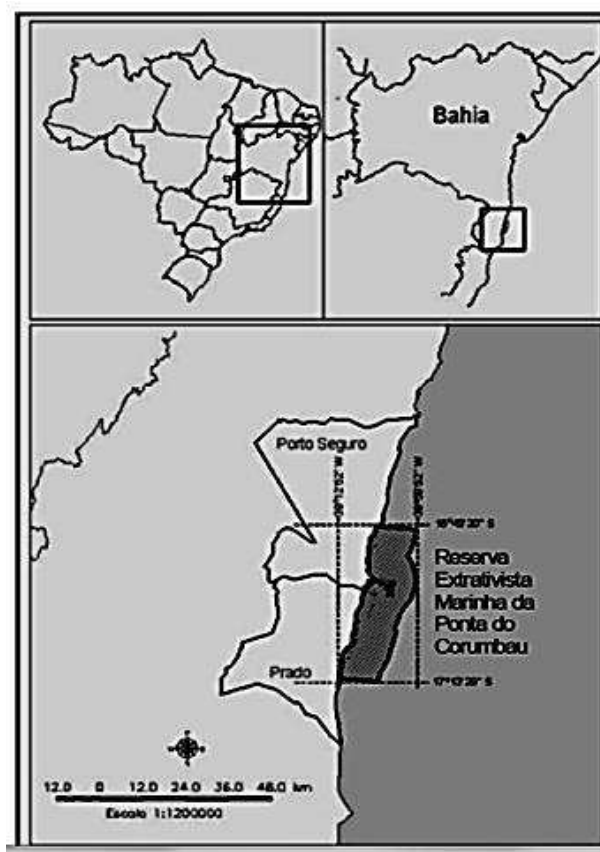


Figura 2 – Localização geográfica da Resex Corumbau. Fonte: stori, 2005.

Na parte continental, na faixa adjacente à RESEX Corumbau, outras duas Unidades de Conservação compõem um mosaico de mangues, restinga e Mata Atlântica – o Parque Nacional Histórico do Monte Pascoal (PNHMP), onde se situa o monte avistado pelos portugueses na chegada ao Brasil, em 1500; e o Parque Nacional do Descobrimento (PND), maior fragmento florestal protegido de todo o Nordeste brasileiro, sendo ambos considerados Sítio do Patrimônio Mundial Natural pela UNESCO.

Cabe ressaltar aqui que o Parque Nacional Histórico do Monte Pascoal, cujo processo de criação se iniciou em 1943, mas só se deu oficialmente em 1961, está em

sobreposição com a Terra Indígena Barra Velha, homologada em 1991, com 8,227 hectares. A TI abriga a maior população de etnia Pataxó no Estado da Bahia, sendo que além da TI Barra Velha, localizada entre as comunidades de Caraíva e Corumbau, algumas outras pequenas aldeias Pataxó espalhadas entre Cumuruxatiba e Corumbau como as aldeias Tibá, Pequi e Chay, também marcam a presença desse povo na região e indicam sua luta pela ampliação das terras indígenas já homologadas. A Figura 3 mostra a localização da Resex (2) e de outras UCs da região, como os Parques Nacionais do Descobrimto (1) e do Monte Pascoal (3).

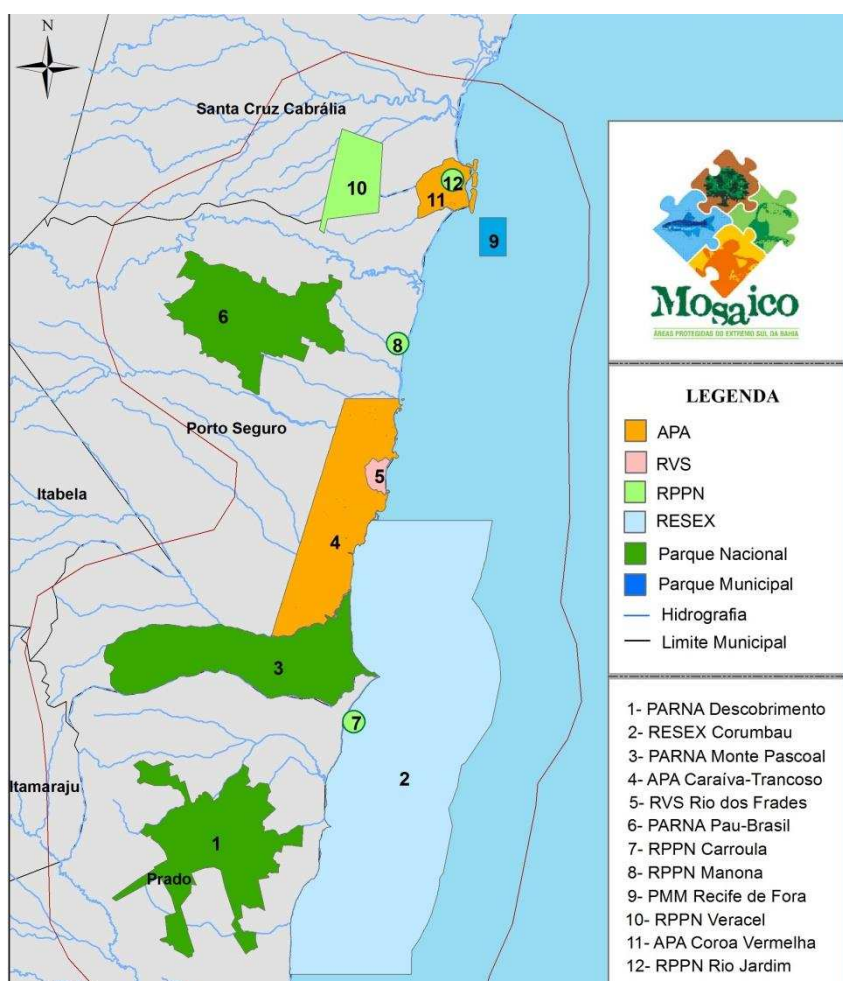


Figura 3: Localização da Resex Corumbau e outras UCs na região Sul do Estado da Bahia.
 Fonte: FNMA, s/d

De acordo com Brasil/MMA (2007), a região foi considerada prioritária para a conservação da biodiversidade marinha no Oceano Atlântico e declarada em 2002 como área de Extrema Importância Biológica pelos países signatários da Convenção da Biodiversidade. Em 2012, a região de Abrolhos e adjacências, onde se localiza a

Resex, foi novamente reiterada como de importância biológica no Seminário Regional do Caribe e Atlântico Sul, promovido pelo Secretariado da CDB.

A região de Abrolhos e entorno, é considerada a região de maior diversidade marinha do Atlântico Sul e se caracteriza por um mosaico de ilhas vulcânicas, recifes de corais, manguesais, restingas e remanescentes de mata atlântica. Bancos de recifes paralelos à costa ocorrem em toda a extensão da Resex Corumbau, totalizando cerca de 1.800 hectares mapeados, segundo Siqueira (2007). Em terra, há manguesais que abrigam diversas espécies utilizadas pelos extrativistas, sendo as principais áreas desse ecossistema encontradas nas fozes dos rios Cahy, Corumbau e Caraíva.

Curado [s.d] elaborou um perfil sociocultural e econômico das comunidades pesqueiras da região de Abrolhos, visando obter subsídios para a gestão compartilhada da área. O Relatório da autora baseia-se em dados coletados entre 2008 e 2009, com financiamento da ong Conservação Internacional, mas cuja data de publicação não foi explicitada. A autora relata que a pesca artesanal sempre fez parte do meio de vida das populações indígenas e nativas locais, tanto para subsistência quanto como para pequenas trocas entre a comunidade local. Em termos de exploração comercial, Curado comenta que a primeira atividade econômica do Extremo Sul baiano foi a exploração do Pau Brasil, tendo sido atividades importantes também a produção de açúcar e o arrendamento das terras, complementadas pela produção agrícola e pela pesca. No século XX houve a introdução da lavoura do cacau, por volta dos anos vinte, e, posteriormente, da pecuária. A partir dos anos cinquenta, com a intensificação da exploração madeireira, o Extremo Sul baiano saiu do isolamento e passou a articular-se economicamente com os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Nos anos setenta teve início a diversificação da produção agropecuária com o estabelecimento da fruticultura moderna, com destaque para o mamão; da pecuária; da silvicultura, articulada à produção de celulose e madeira - o mais novo vetor de crescimento econômico do estado da Bahia; e, nos últimos anos, do turismo, atividade em grande expansão. A partir dos anos noventa a principal atividade regional é a indústria de papel e celulose.

Durante o período de realização dessa pesquisa, a pecuária e o cultivo de eucalipto eram as principais atividades realizadas próximas à costa. No aspecto do

turismo, a região onde se encontra a Resex Corumbau é denominada pela Secretaria de Estado do Governo da Bahia como Costa do Descobrimento, na sua porção mais ao Norte e Costa das Baleias, na parte sul da Resex, em um total de sete áreas turísticas delimitadas no Estado. A cidade de Porto Seguro, ao norte da Resex é o segundo destino mais visitado do Estado, segundo dados da Secretaria e palco de problemas advindos da superexploração turística, como favelização, criminalidade, esgotamento da capacidade de abastecimento de água e energia, segundo relata Cardoso (2003). Stori (2005), que realizou pesquisa específica sobre o turismo no entorno da Resex, demonstrou que desde 2000 o número de visitantes vem crescendo significativamente (300% em relação ao período anterior a 2000). Pela proximidade com Curuípe, vila mais ao norte na área adjacente aos limites da Resex, o incremento do turismo é sempre um assunto que divide opiniões entre os moradores das vilas próximas.

A renda trazida é bem vista, mas os incômodos da especulação imobiliária, das tensões entre diferentes estilos de vida trazidos pelos de fora e a pressão sobre os recursos naturais também são percebidas. Mesmo aqueles que defendem o incremento do turismo como um fator necessário ao desenvolvimento das comunidades, reiteram sempre a necessidade de haver um controle sobre a quantidade de turistas a serem recebidos durante os períodos de pico. Muito comum também é ouvir opiniões sobre a necessidade de se manter o acesso às vilas por meio de estradas de terra (bem conservadas, é sempre o comentário), mas como meio de diminuir a facilidade de acesso e o fluxo excessivo.

O território adjacente à Resex é ocupado por diversos grupos sociais, dentre eles populações de pescadores artesanais que vivem basicamente da pesca extrativista e que complementam sua renda com atividades relacionadas ao turismo, em épocas específicas do ano, com serviços esporádicos no setor da construção civil. Em 2014, havia 438 famílias cadastradas no ICMBIO como beneficiárias distribuídas nas comunidades de Curuípe, Caraíva, Aldeia Indígena de Barra Velha, Bugigão, Corumbau, Veleiro, Imbassaúba e Cumuruxatiba. Durante o período de realização desta pesquisa, estava sendo elaborado um diagnóstico socioeconômico de todas os beneficiários, que virá futuramente a ser disponibilizado em uma base de dados de

acesso público pelo ICMBio¹³. Esse cadastramento abrangeu todas as Unidades de Conservação do país. Os dados obtidos por Siqueira (2007), que elaborou um perfil socioeconômico dos extrativistas no entorno da Resex, indicam o número de pescadores principais e secundários, categorias criadas no Plano de Manejo (ver Quadro 6, página 197) regulamentando critérios definidos pelas comunidades para ser considerado beneficiário da UC. O pescador principal deve ter na atividade de pesca sua principal renda, sendo enquadrado como secundário aqueles que praticam a atividade há mais de quatro anos, e que não podem exercer todos os tipos de pesca permitidos na Unidade. Na época em que Siqueira (2007) realizou o estudo, havia 412 famílias beneficiárias na Resex, 26 a menos do que em 2015, segundo dados do ICMBio. O Quadro 4 mostra os dados obtidos por Siqueira (ibdem).

Comunidade	Pescadores Principais	Pescadores Secundários	Total
REM Corumbau	272	70	342
Barra Velha	15	6	21
Bujigão	6	2	8
Caraíva	33	23	56
Corumbau	37	6	43
Cumuruxatiba	150	22	172
Curuípe	6	1	7
Imbassuaba	8	2	10
Veleiro	17	8	25

Quadro 4: Número de pescadores principais e secundários na Resex Corumbau. Fonte: Siqueira, 2007.

Economicamente, os recursos mais explorados pelos pescadores locais são: peixes e crustáceos marinhos com ênfase no camarão sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) e peixes da família Lutjanidae (ariocó, vermelho, robalo, dentre outros) na atividade de pesca; e os recifes de corais e as praias na atividade de turismo

¹³ Os dados oriundos desse diagnóstico ainda não estavam disponíveis para acesso durante a elaboração dessa pesquisa, e por isso optou-se por apresentar os dados de Siqueira (2007) e Curado[s.d].

(ICMBIO, 2002). Os tipos e instrumentos de pesca utilizados pelos pescadores artesanais no entorno da Resex são: pesca de linha, espinhel, rede de emalhar, arrasto de praia, tarrafa, pesca de mergulho livre, bicheiro para polvo, rede de espera e covo para lagosta. Verifica-se ainda como prática tradicional a coleta de ostras e caranguejo.

Com relação aos principais tipos de embarcação, Curado [s.d] constatou que canoas, botes e pequenos barcos motorizados (entre 5-12 m de comprimento e com motor entre 11-22hp) eram os principais instrumentos utilizados na Resex. Siqueira (2007) verificou que cada embarcação é comumente utilizada por mais de um pescador e utilizada para mais de um tipo de pescaria. A pesca é praticada principalmente nos recifes e secundariamente em fundos não consolidados (lama e areia), próximos à costa, característica da pesca artesanal. A canoa permite realizar todas as artes da pesca, com exceção da pesca de balão. Segundo dados obtidos em campo para esta pesquisa, todos os pescadores das comunidades de Cumuruxatiba e Corumbau possuem ao menos uma canoa a remo, que permite aos pescadores locais não dependerem do uso de embarcações de terceiros.

De acordo com o IBAMA/CENEP,2002, apud Siqueira (2007), canoas são embarcações movidas a vela ou remo, sem convés, confeccionadas de madeira, com comprimento entre 3 e 9 metros. O termo baitera é muito utilizado pelos extrativistas no entorno da Resex e refere-se a embarcações normalmente movidas a vela, com ou sem convés, com quilha e comprimento inferior a 6 metros.

Segundo Curado [s.d] dois terços dos entrevistados (63%) tem embarcação, sendo a maioria não motorizada. Siqueira (2007) aponta um percentual de 43% de canoas, de 35% de barcos a motor e de 11% de botes entre as embarcações. Um pouco mais de um terço (37%) das embarcações está no mar todos os dias. Destes, 77% saem de 2 a 3 vezes por semana, com um padrão de pesca diário: 96% vai e volta no mesmo dia, sendo que 41% das embarcações localizam-se em Cumuruxatiba, segundo Siqueira (2007). As Figuras 4, 5 e 6 mostram embarcações da vila de Cumuruxatiba, no entorno da Resex.



Figura 4: Bote e baitera, na vila de Cumuruxatiba. Fonte: Luciana Perry, 2013.



Figura 5 Embarcações de pescadores, Cumuruxatiba. Fonte: Luciana Perry, 2013.



Figura 6- Embarcação tipo canoa, Cumuruxatiba. Fonte: Luciana Perry,

O Quadro 5, extraído de dados de Siqueira (ibdem), demonstra a distribuição das embarcações utilizadas pelos extrativistas das comunidades do entorno da Resex Corumbau.

	Canoa	Vela	Barco a motor	Escuna	Baitera	Bote	Lancha
Cumuruxatiba	29,41	4,90	39,21	0,98	2,94	22,55	
Caraíva	56,25	3,12	29,69	3,12	1,56	4,69	1,56
Corumbau	25,81		61,29		12,90		
Barra Velha	94,12		5,88				
Imbassuaba	53,85	15,38	7,69			23,08	
Veleiro	62,50	37,50					
Curuípe	20		60				20
Bugigão	40		60				
Cahy	100						

Quadro 5 – Tipos de embarcações utilizadas na Resex Corumbau e seus percentuais por localidade.
Fonte: Siqueira, 2007.

Os principais petrechos identificados por Curado [s.d.] foram linhas de mão (com um ou dois anzóis), espinhéis de superfície, arpões e diversos tipos de redes, inclusive arrastos motorizados (balão). Também mereceu destaque a mariscagem nas praias e manguezais sobre os recifes na maré baixa, com notável participação das mulheres. Siqueira (2007) verificou além dessas, o bicheiro, o covo e o facho luminoso.

O Gráfico 1, extraído de Siqueira (ibdem, p. 53), demonstra a distribuição das artes da pesca no entorno da Resex:

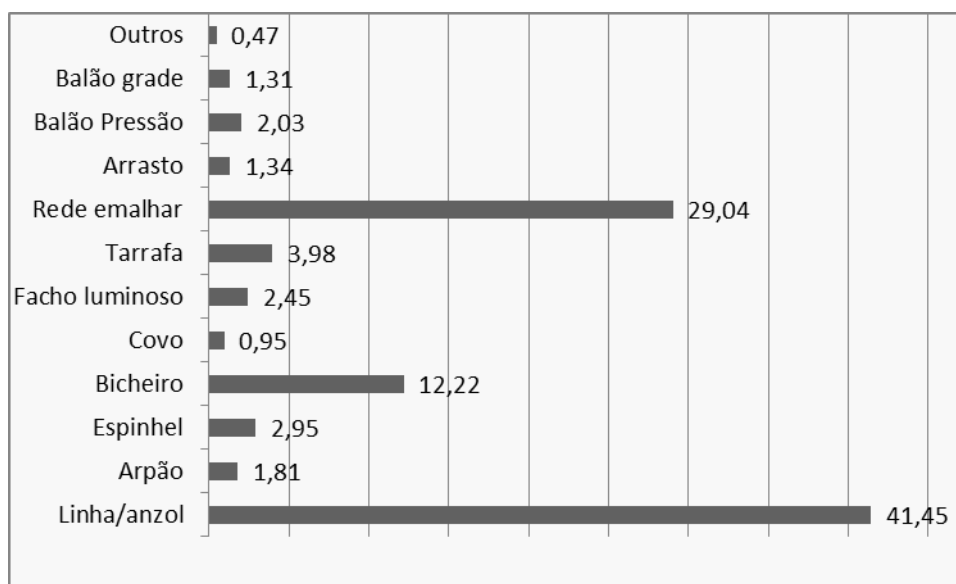


Gráfico 1 - Percentual das principais artes de pesca utilizadas na Resex Corumbau. Fonte: SIQUEIRA, 2007, p.52.

A maior parte dos pescadores (65%) pesca com algum familiar, mas segundo dados de Michellin (2006) vem crescendo o número de pescadores que pescam sozinhos (prática oficialmente proibida pela Marinha, devido aos riscos da atividade). O Gráfico 2 ilustra a distribuição da companhia de pesca entre os extrativistas da Resex Corumbau. A predominância da companhia familiar, expressa nos dados de Michellin (2006) demonstra também uma característica marcante da pesca artesanal tradicional: o aprendizado que se dá por meio do repasse de informações e conhecimento entre as gerações.

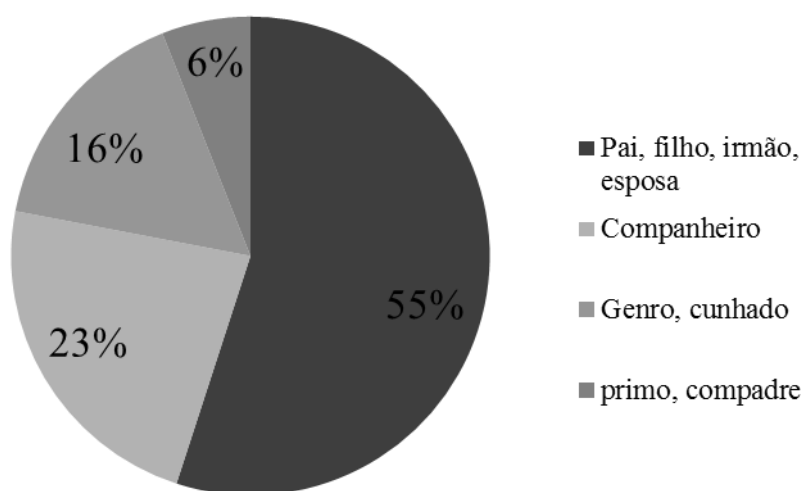


Gráfico 2 – Companhia usual na atividade de pesca na Resex Corumbau. Fonte: Michellin, 2006.

Dentre os camarões comercialmente explorados no Corumbau, o sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) é a espécie mais representativa, constituindo cerca de 97% das capturas deste crustáceo. A maior disponibilidade de camarões na RESEX tem sido entre os meses de junho e agosto a cada ano. Em média, a captura por unidade de esforço (CPUE) normalmente oscila entre 8 e 18 kg/hora de arrasto no interior da UC, de acordo com dados de monitoramento dos desembarques efetuado por Campos (dados não publicados) para a Conservação Internacional (MARCHIORO et al, 2005). A pesca de linha de mão, também bastante praticada pelos extrativistas, tem seu foco na captura de lutjanídeos (vermelhos, robalos e araricós). As Figuras 7 e 8 mostram um dia de pesca na Resex Corumbau.



Figura 7: Pescadores limpando a rede em Cumuruxatiba. Fonte: Luciana Perry, 2014.



Figura 8: Resultado de um dia de pesca na Resex Corumbau. Fonte: Luciana Perry, 2014.

Para 77% dos entrevistados a fonte de renda principal da família é a venda do pescado. A maior parte é comercializada na própria localidade ou trocada por outras mercadorias, segundo observou Michellin (2006). Essa prática de troca, muito frequente na região, demonstra também o aspecto tradicional da comunidade, que até bem recentemente ainda se encontrava relativamente isolada dos centros urbanos regionais, devido à dificuldade de acesso. Às mulheres cabe a tarefa de limpar o peixe ou camarão e prepará-lo para comercialização ou troca.

De acordo com Curado [s.d.], apenas 15% das famílias declara uma renda média de até 1 salário mínimo, mas durante esta pesquisa observou-se grande informalidade nas relações de trabalho que complementam a renda dos extrativistas, como atividades em pousadas, comércio ou casas de veraneio, fato também relatado por Siqueira (2007). Esses trabalhos temporários são pagos normalmente por dia trabalhado, sem nenhuma formalização em termos contratuais, sendo considerados bicos, mas que auxiliam na formação da renda familiar. O Gráfico 3 mostra a renda familiar média dos extrativistas da Resex, de acordo com Curado [s.d.].

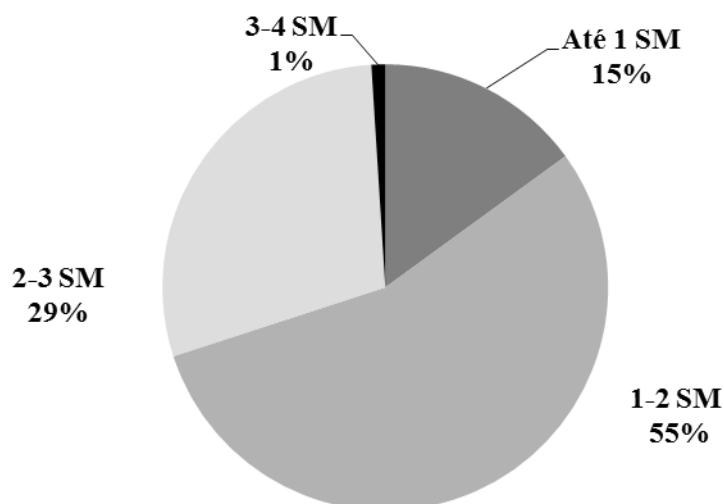


Gráfico 3 –Renda familiar média dos extrativistas da Resex Corumbau. Fonte: Curado [s.d.].

No tocante à divisão da produção da pesca, a prática da meada, na qual o produto da pescaria é dividido igualmente entre os participantes, é muito comum na região, mesmo quando não há relação de parentesco entre o dono do barco e seu companheiro. A venda é feita de porta em porta ou para atravessadores locais.

As características da pesca praticada no entorno da Resex verificadas por Michellin (2006), Curado [s.d.] e Siqueira (2008) e confirmadas em entrevistas realizadas para esta pesquisa junto aos extrativistas do entorno da Resex demonstram os aspectos artesanal e tradicional da pescaria local. Tanto pelas relações estabelecidas entre os pescadores, quanto pelo volume pescado, pelas artes de pesca praticadas e pelo conhecimento sobre os ciclos naturais do território onde habitam, a atividade atende aos requisitos para ser identificada como uma pesca tradicional artesanal, conforme o artigo 8, Cap IV da Lei 11.959/2009, que trata da Política Nacional de Pesca. De acordo com a lei, a pesca artesanal caracteriza-se por ser:

praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte (BRASIL/CASA CIVIL,2009, Cap IV, Seção I, Art 8,a).

Ainda de acordo com a Lei 11.959, que regula as atividades pesqueiras em todo território nacional, consideram-se atividade pesqueira artesanal os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.

O aspecto tradicional da atividade pesqueira no entorno da Resex Corumbau é evidenciada por diferentes elementos identificados por Michellin (2006), Siqueira (2007), Curado [s.d.], Lobão (2006) e Carvalho (2014), ainda que as interações com o universo urbano e Moderno apareçam em alguns apetrechos como a rede de nylon e o barco a motor, por exemplo. Mas as pequenas embarcações, a distância em que se mantém da costa, a quantidade de peixes capturados (geralmente trazidos em uma caixa tipo engradado ou em sacolas plásticas), a divisão da produção na forma de ‘meada’, as relações familiares presentes na divisão do trabalho, as práticas de troca entre as comunidades e as formas como se relacionam com o território e seus recursos, como por exemplo a localização baseada em aspectos da paisagem e o conhecimento do tempo a partir de formato ou direção das nuvens e do vento aprendidos informalmente e repassados oralmente, afirmam o caráter tradicional dos extrativistas da Resex.

A continuidade ou não da pesca como atividade principal exercida pela população tradicional da Resex depende, em grande medida, do envolvimento dos

jovens com a atividade. A ampliação do acesso ao ensino formal vem possibilitando uma maior escolaridade aos mais jovens, ao mesmo tempo em que as políticas públicas atuais procuram fortalecer e reconhecer as identidades culturais das chamadas populações tradicionais, como forma inclusive de incentivar o desenvolvimento local. Iniciativas pontuais, desenvolvidas no entorno da Resex, geralmente no âmbito das manifestações artísticas e folclóricas, como por exemplo grupos de tambores, capoeira, teatralização do folclore e de cantigas tradicionais do universo da pesca, ensino da língua Patxorã e de práticas e danças indígenas atraem principalmente os jovens que habitam as comunidades do entorno e reforçam entre eles a noção de pertencimento à comunidade local. Resta saber se, no futuro, terão as condições necessárias para empregarem o conhecimento adquirido formalmente em suas próprias comunidades, dando continuidade à tradição da pesca artesanal, ou se irão preferir recriar suas tradições no âmbito apenas das manifestações artísticas.

Os dados obtidos por Michelin (2006) relativos à idade dos pescadores e marisqueiras no entorno da Resex, demonstram que os jovens representam grande parte dos extrativistas, sendo 42,9% tendo entre 21 e 30 anos e apenas 14,5% acima de 50 anos. O aumento da escolaridade entre a população mais jovem foi evidenciado por Michellin (2006), Siqueira (2007) e também Curado [s.d.], possivelmente como consequência das políticas educacionais do Governo Federal instituídas a partir do início do século XXI.

Segundo dados do IPEA (2013), entre 2000 a 2010, a proporção de crianças no município de Prado, entre 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 100,65% entre 2000 e 2010 e 210,58% entre 1991 e 2000. Em Porto Seguro, essa taxa foi de 128,7% e 101,89%, respectivamente. A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo no município de Prado cresceu 109,13% no período de 2000 a 2010 e 186,44% no período de 1991 a 2000. Em Porto Seguro, 209,94% e 74,34%, respectivamente. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 509,34% entre 2000 e 2010 e 15,28% entre 1991 e 2000 em Prado e 288,79% e 22,75% em Porto Seguro. Nas duas últimas décadas, a taxa de analfabetismo nos dois municípios, entre os maiores de 18 anos, diminuiu aproximadamente 25%.

Segundo dados de Michellin (2006), embora a maior parte dos extrativistas afirmarem saber ler (67%), eles demonstraram dificuldade na produção e compreensão de textos. Entre os mais jovens, com idade entre 11 e 20 anos, 100% afirmaram saber ler e escrever, enquanto nas demais faixas etárias, acima de 21 anos, o percentual de pessoas que afirmaram não saber ler nem escrever ficou em torno dos 10%. Os dados de Siqueira (2007) também indicam a baixa escolaridade da população, em especial acima dos 50 anos. Pelos dados dessa autora, cerca de 28% declararam nunca ter frequentado a escola e cerca de 10% frequentou apenas o primeiro ano do Ensino Fundamental.

A seguir, é apresentada uma caracterização individualizada de cada uma das comunidades do entorno da Resex, com destaque para Cumuruxatiba e Corumbau, objetos de análise mais detalhada desta pesquisa, como já explicitado nas páginas anteriores.

3.2 As Comunidades Extrativistas da Resex Corumbau

As comunidades que se situam na costa adjacente da Resex Corumbau localizam-se oficialmente nos municípios de Prado (Cumuruxatiba, Imbassuaba, Veleiro, Corumbau) e Porto Seguro (Bugigão, Barra Velha, Caraíva e Curuípe). Distinguem-se umas das outras, quer pelas características físicas e culturais, quer pela divisão de trabalho no processo produtivo. Como salientou Lobão (2003), as comunidades pertencentes à Resex são heterogêneas, em termos de condições de vida e noções locais de identidade e pertencimento.

A relação com a pesca se dá de maneira diferente em cada comunidade e além disso, clivagens internas, como nativo, pescador, Pataxó servem como padrões de distinção local, embora todas elas tragam consigo a atividade da pesca como um elemento nuclear que compõe a identidade. Cabe lembrar ainda que essas identificações não são estáticas e muitos extrativistas se definem a partir de uma combinação entre elas. As comunidades de Caraíva, Corumbau e Cumuruxatiba concentram a maioria dos extrativistas, segundo informações coletadas junto à

comunidade e confirmadas pelo estudo socioeconômico conduzido por Siqueira (2007). A Figura 9 indica a localização de cada uma das comunidades adjacentes à Resex, onde residem os extrativistas.

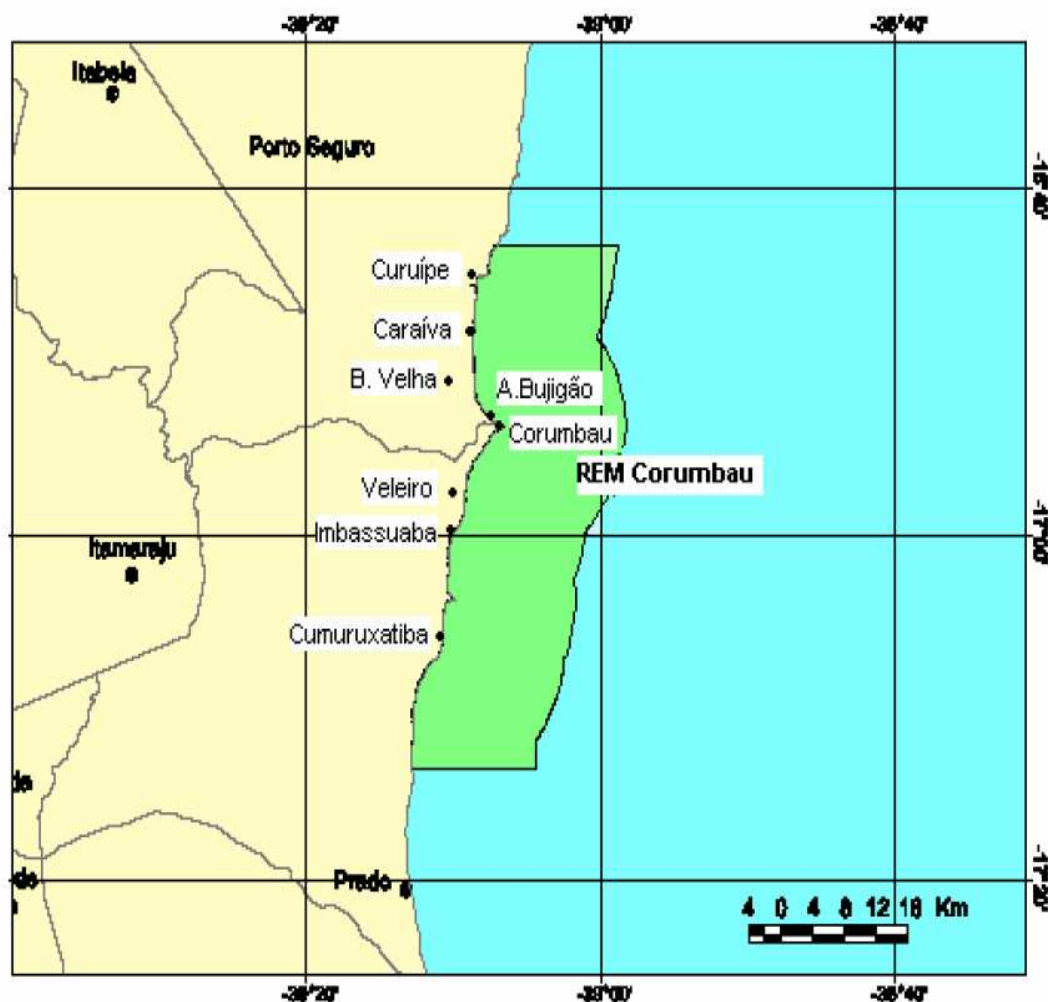


Figura 9: Resex Corumbau com a localização das comunidades que vivem em área do entorno. Fonte: SIQUEIRA, 2007, p.13.

O turismo, com certeza, é um dos fatores que nas últimas décadas mais têm influenciado economicamente as comunidades, especialmente Curuípe, Caraíva e Cumuruxatiba. Ao mesmo tempo em que possibilita uma renda extra aos moradores locais durante a temporada de verão, e em alguns casos durante o ano inteiro com funções permanentes, a instalação de pousadas e restaurantes dificulta em alguns casos o acesso dos pescadores à beira mar e a estadia de seus barcos e apetrechos na areia da praia. Além disso, aumenta a especulação imobiliária no local, facilitando um cenário de mudança dos extrativistas e suas famílias para áreas mais periféricas

da comunidade, como já ocorreu em Caraíva (Nova Caraíva), Corumbau (Bugigão) e Cumuruxatiba (bairros Areia Preta, Morro da Fumaça e Canta Galo); e também em Veleiro e Imbassuaba, comunidades nas quais donos de fazendas locais que beiram as praias dificultam o acesso dos pescadores com cercas e até mesmo com ameaças e cães, segundo a imprensa local e relatos coletados para esta pesquisa.

Por último, vale lembrar que a grande maioria dos empreendimentos turísticos na região, em especial hotéis e restaurantes pertencem a pessoas de fora da comunidade, sendo os habitantes locais, na maioria dos casos, empregados e não patrões. Durante as idas às comunidades, sempre que possível, buscou-se travar com os moradores locais conversas sobre sua relação com o turismo. Na quase totalidade dos casos, a atividade é vista como positiva, capaz de gerar renda seja por meio de uma maior demanda por pescado ou pela possibilidade de um emprego temporário no setor de comércio ou serviço local. Divergências internas aparecem, no entanto, relacionadas principalmente ao quanto a comunidade deveria se adaptar às demandas desses agentes externos. A seguir, apresenta-se uma descrição individualizada das comunidades do entorno.

3.2.1 Curuípe

Curuípe, localizada no município de Porto Seguro, é o limite Norte da Resex e caracteriza-se pela atividade turística de alto luxo e pelo pouco envolvimento de seus moradores com os assuntos da Reserva. Em todas as reuniões do Conselho Deliberativo da Unidade que foram presenciadas durante a pesquisa, os representantes da comunidade estavam ausentes, assim como nas datas festivas. A pesca, embora praticada, não é a principal atividade econômica da comunidade e segundo o próprio órgão gestor, em informações coletadas em campo, quase ninguém sobrevive da pesca na localidade, já que o turismo e as atividades ligadas à manutenção das casas e pousadas da região oferecem melhores ganhos econômicos às famílias locais.



Figura 10: Praia do Espelho, na vila de Curuípe. No alto das falésias resorts e pousadas ocupam a paisagem. Fonte: UOL. 2015.

3.2.2 Caraíva

Caraíva também está localizada no município de Porto Seguro e é uma das vilas mais antigas do país, tendo sido fundada em 1530 pelos portugueses. Delimita-se ao norte pelo Rio Caraíva, ao leste pelo Oceano Atlântico e a oeste pela aldeia indígena de Barra Velha e pelo Parna Monte Pascoal. Ao sul, indo pelo litoral, tem-se cerca de 18km de praias desertas até se chegar à foz do rio Corumbau.

A chegada até Caraíva é normalmente feita de bugre ou à pé, se vindo do sul. Vindo do Norte, é possível chegar de carro até a margem norte do Rio Caraíva e aí então fazer a travessia de canoa. Há também um ônibus diário que faz o trajeto Itabela- Barra Velha, com o qual é possível chegar à comunidade sem a necessidade de atravessar os rios. O trajeto passa por entre as enormes plantações de eucalipto existentes no interior e a viagem de pouco menos de cem quilômetros se estende por cerca de quatro horas. O transporte até a vila, feito pelas canoas na travessia dos rios Corumbau e Caraíva ou pelos bugres é feito pelos locais que obtém com isso parte de

sua renda. Tanto os canoieiros, quanto os bugreiros têm associações próprias. Os preços e as normas para a prestação dos serviços são estabelecidos pelos associados, garantindo assim uma distribuição igualitária das viagens e dos lucros.

Caraíva possui cerca de 1500 residentes, segundo Curado [s.d.] e as ruas são de areia fofa. A parte da vila que fica de frente ao mar é ocupada principalmente por pousadas, e a margem do rio por restaurantes e algumas casas de nativos. Há cerca de 60 pousadas e 3 áreas de camping, a grande maioria de empreendedores do sudeste do país, que não residem no local. A coleta de lixo é custeada pela população que o transporta até a outra margem do rio para ser queimado ou depositado em lixões. Nos verões e feriados, o número de turistas extrapola em até dez vezes o de residentes, ocasionando falta d'água, problemas no esgotamento sanitário e acúmulo de lixo.

Durante muito tempo, a exploração de madeira foi uma atividade econômica na localidade, empregando a mão de obra local em uma serraria destruída em um incêndio na década de 40, segundo relata Curado [s.d.]. Durante o período de desenvolvimeto desta pesquisa, havia grandes extensões de plantio de eucalipto na região entre Caraíva e a BR101. A pesca artesanal é uma atividade econômica que veio perdendo importância com o incremento do turismo que vem se intensificando desde a década de 1980 e praticada principalmente na baixa temporada do turismo. A vila se manteve relativamente bem preservada devido à dificuldade de acesso ao local até meados da década de 1970, quando só era possível chegar até lá caminhando ou de barco. No local, além da Associação dos Nativos de Caraíva (ANAC), existem também mais duas outras associações: a ASBENC (Associação Beneficiante de Nova Caraíva) e uma associação de empresários e comerciantes de Caraíva, conhecida como Pró-Eco.

Na vila funciona uma escola municipal que oferece a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e um telecentro comunitário, na sede da Associação dos Nativos de Caraíva (ANAC) As Figuras 11 e 12 mostram a vila de Caraíva, e a Figura 13 a sede da ANAC.



Figura 11: Vista da vila de Caraíva – em primeiro plano o Rio Caraíva, ao fundo o Oceano Atlântico. Fonte: Luciana Perry, 2013.



Figura 12: Vila de Caraíva. Fonte: Ricardo Freire, 2013.



Figura 13: Telecentro comunitário em Caraíva. Fonte: ANAC, 2015.

A energia só chegou a Caraíva em 2007, porém toda a fiação é subterrânea e não há postes, por demanda da comunidade que não queria ver alterada a paisagem. As ruas são de areia e o vilarejo é composto por uma série de vielas que interligam a praia, o rio e a praça central da vila, onde ficam os carroceiros e bugreiros. O primeiro é o único meio de transporte autorizado na vila, os segundos levam e buscam turistas que partem de Corumbau com destino à aldeia de Barra Velha ou à própria vila, comunidade com maior fluxo turístico na Resex, especialmente no verão. O bugre é também utilizado para o transporte eventual entre os que precisam se deslocar entre Corumbau-Barra Velha-Caraíva, com um valor diferenciado para os locais. A maior parte dos empreendimentos turísticos, como pousadas e restaurantes em Caraíva são gerenciados e frequentados por pessoas do sudeste do país, que resolveram mudar para a vila.

3.2.3 Barra Velha

A Aldeia Indígena de Barra Velha localiza-se um pouco mais no interior do território (Figura 14), a cerca de 6km da foz do rio Corumbau, e a 12km da vila de Caraíva.

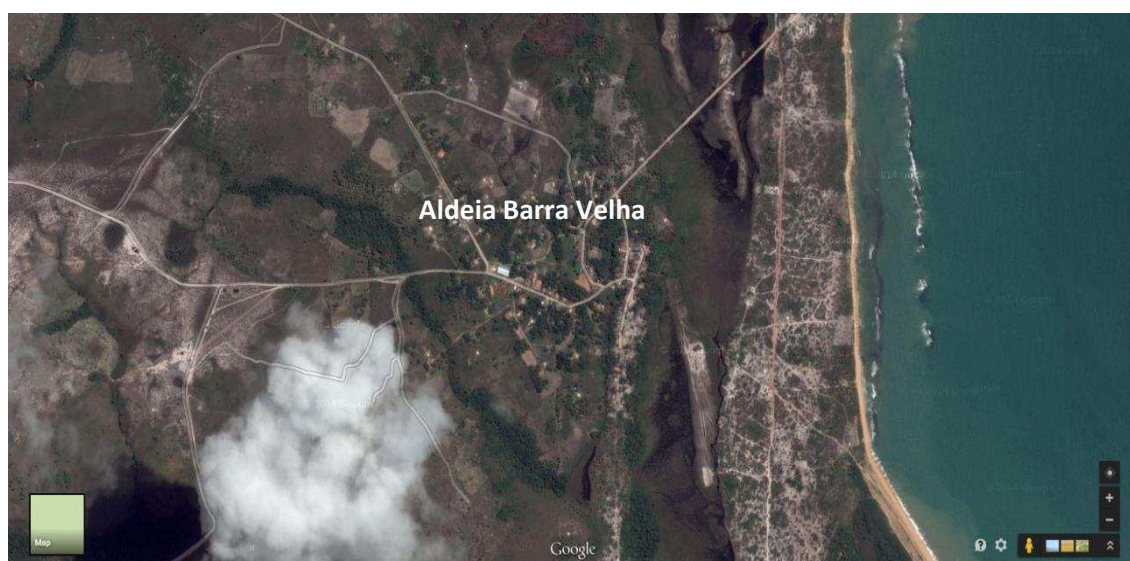


Figura 14: Vista aérea da Aldeia de Barra Velha. Fonte: Google maps, 2015.

Segundo dados do último Censo (IBGE, 2010) cerca de 3100 pessoas residem na aldeia. O território da aldeia sobrepõe-se ao PARNA Monte Pascoal. Barra Velha é a maior aldeia Pataxó do Sul da Bahia, mas outras aldeias menores também localizam-se próximas à costa, sendo que algumas delas possuem representação no Conselho Deliberativo da Resex, como por exemplo a Aldeia Tibá.

A comunidade vive do artesanato, vendido nas praias próximas, de agricultura de subsistência e da pesca. Na aldeia funciona uma escola municipal que oferece educação infantil, ensinos fundamental e médio, educação de jovens e adultos e educação indígena. Turistas que fazem o caminho Corumbau-Caraíva também costumam passar pela aldeia.

Segundo Cardoso (apud Mauro, 2007), os primeiros aldeamentos Pataxó nessa região datam de 1805. Naquele ano o governo da Bahia, apreensivo com os constantes enfrentamentos entre índios e fazendeiros na região, decidiu concentrar compulsoriamente toda a população indígena pertencente a diferentes etnias em uma única aldeia, onde hoje é Barra Velha. Talvez pela maioria Pataxó, segundo os historiadores, a aldeia tenha se autodefinido como tal.

Em 1943 o governo Vargas promoveu uma iniciativa de definir o ponto exato da chegada da esquadra de Cabral e por isso teria enviado ao local um grupo de técnicos para estudar a área onde seria então criado o Parque Nacional do Monte Pascoal. O Parque fora criado pelo Decreto 2.729/43, mas só se tornou efetivo através do Decreto Estadual 171.912, de 1960, no qual o Estado da Bahia doou à União 22.500 hectares para instalação do Parque. A questão é que esta área abrange o núcleo central do tradicional território dos Pataxó de Barra Velha.

Segundo Sampaio (2010), o êxodo pataxó de Barra Velha se consolidaria em seguida à implantação do Parque Nacional de Monte Pascoal, atingindo seu ápice em 1951, com o incidente do roubo na vila de Corumbau que ficou conhecido como o Fogo de 51. Naquele ano, um confronto entre indígenas e moradores do povoado de Corumbau desencadeou uma violenta reação policial que acabou por matar vários índios na Aldeia de Barra Velha e fez com que eles se dispersassem na região e permanecessem durante muito tempo com receio de mostrar sua origem (SAMPAIO, 2000).

O episódio é descrito nos estudos de Sampaio (2000) e Curado [s.d.] como o aparecimento de dois homens que se diziam funcionários do Serviço de Proteção ao Índio designados para demarcação da área indígena e que persuadiram os índios a saquearem um estabelecimento comercial em Corumbau, o que causou a revolta da população local. As polícias de Porto Seguro e Prado teriam então promovido um grande massacre e uma dispersão dos sobreviventes, que daria origem posteriormente ao surgimento de pequenas aldeias espalhadas pela região. Alguns foram trabalhar na roça, outras pequenas aldeias foram criadas e outros se deslocaram para o Pontal, dando origem à atual configuração da Vila de Corumbau. Durante a pesquisa de campo, esse assunto foi mencionado algumas vezes, durante as entrevistas, especialmente com aqueles que viviam na região de Barra Velha na década de 1950 (crianças naquela época) e nenhum dos entrevistados mostrou interesse em falar sobre o assunto, afirmando saber muito pouco sobre o ocorrido.

Em 1980, por meio de um acordo entre a FUNAI e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), com a participação da comunidade, foi assinado um acordo no qual 8.627 hectares do PARNA Monte Pascoal foram destinados ao povo Pataxó. Essa área não fora, no entanto, excluída da demarcação do parque e deixou de fora áreas requeridas pelos índios, como partes do Mangue e da Mata Atlântica.

Após algumas décadas, alguns retornaram para Barra Velha, enquanto ao mesmo tempo o turismo e o plantio de eucalipto na região de Porto Seguro cresciam. A produção de artesanato para turistas passou a ser então uma fonte de renda para os Pataxó, que assumiram a identidade de “índios do Descobrimento” (VERONEZ, 2006). Em 1991, foi criada oficialmente a Terra Indígena Barra Velha, dentro dos limites do Parque Nacional do Monte Pascoal. Ainda insatisfeitos, os Pataxó continuam na luta pela ampliação de seu território e pela retirada de posseiros e fazendeiros no entorno do Parque, processo que ainda hoje, em 2015, tramita nos órgãos competentes. A história do Povo Pataxó no entorno do Monte Pascoal, da aldeia de Barra Velha e dos processos de negação da identidade indígena e, mais recentemente, da retomada dessa identidade são assuntos que ultrapassam o escopo desse trabalho, mas são citados aqui pois auxiliam na compreensão da história das populações que vivem no entorno da Resex Corumbau e de suas lutas antigas por

direitos ao território e ao reconhecimento identitário. As Figuras 15 e 16 mostram imagens da aldeia.



Figura 15 : Membros do Conselho Deliberativo da Resex na Aldeia de Barra Velha. Fonte: ICMBio, 2014.



Figura 16: Casas na Aldeia de Barra Velha. Fonte: DICIOMMO, 2007.

3.2.4 Veleiro

Veleiro é uma pequena comunidade situada no alto das falésias, entre Corumbau e Imbassuaba (Figura 17). Veleiro não se encontra à beira-mar e caracteriza-se por apresentar propriedades como chácaras e sítios, distribuídas esparsamente pela costa e pelas falésias, pela prática da agricultura, além da pesca. A vila encontra-se a cerca de 15 km de Corumbau e a 40km de Cumuruxatiba, por estrada de terra e areia. As principais formas de pescar são a canoa e a rede de espera, tendo Siqueira (2007) registrado 25 pescadores na localidade.



Figura 17: Imagem aérea de comunidade de Veleiro Fonte: Google Maps.

No centro da vila, que fica no alto da falésia, avistam-se cerca de 10 casas, a escola e a igreja. A distância até a praia é de cerca de cinco quilômetros, sem servidão pública, o que dificulta o acesso dos pescadores. O turismo não é muito comum na localidade, com exceção de alguns poucos turistas que no caminho para Corumbau saem da estrada principal para conhecer o vilarejo e dos hóspedes de um resort que funciona da localidade, mas cujo acesso não se dá passando pela vila. Não

há outros hotéis, nem restaurantes, e também não é possível o acesso via transporte público.

Nos arredores de Veleiro fica a Aldeia Tauá, onde vivem aproximadamente 45 famílias Pataxó, em uma área cercada por fazendas. O trabalho oferecido nessas fazendas coloca em situação delicada os pescadores e indígenas, que por dependerem economicamente desses serviços, recuam em suas demandas pela ocupação e uso do território. Sotto Maior (FUNAI, 2006), em relatório técnico sobre a região comenta que presenciou o som de tiros durante as reuniões realizadas junto aos Pataxó, uma forma de os fazendeiros locais intimidar a participação da população em ações coletivas que possam vir a prejudicá-los.

Apesar de possuírem o conhecimento tradicional da pesca artesanal, observou-se durante a pesquisa que a atividade da pesca é menos reconhecida do que a posição de assalariado, o que também foi comentado por Lobão (2005). Além do trabalho nas fazendas, alguns também fazem serviços esporádicos nas pousadas de Corumbau. A agricultura é praticada para subsistência e venda/troca sendo que a meada é também bastante praticada, segundo relatos dos moradores. Tal situação fez com que, de acordo com o Plano de Manejo estabelecido em 2002, grande parte dos extrativistas nessas localidades fosse enquadrado como pescador secundário, pois também exercem a agricultura como forma de subsistência. Isso gerou desavenças com a Associação de Pescadores de Cumuruxatiba, e a fundação em 2001, da Associação dos Pescadores Artesanais e Amigos da Costa do Descobrimento, representativa das comunidades de Veleiro e Imbassuaba. Em 2003, devido a diferenças e disputas internas, foi fundada a Associação dos Pescadores do Veleiro (Figura 18).



Figura 18: Sede da Associação de Pescadores da comunidade de Veleiro, Fonte: Gidelberto dos Santos, 2004.

Próximo à Veleiro existe também uma agrovila (Acampamento Fazenda Dois Irmãos), ligada ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra, existente desde a década de 1980. Segundo Lobão (2005) a relação entre os grupos que se denominam ‘nativos’, Pataxó ou ‘sem-terra’ configura-se ora em alianças contra os fazendeiros locais, ora em conflitos, especialmente entre esses dois últimos no tocante à ocupação territorial. Em Veleiro, os extrativistas também convivem com as categorias nativo e Pataxó como marcadores de sua identidade, sendo nas categorias de nativo e Pataxó como já ressaltara Lobão (2006), que se inserem nos assuntos da Resex. As Figuras 19 e 20 mostram imagens da vila e da praia.



Figura 19 – Vista da Praia de Veleiro. Fonte Tauana Hotel, 2015.



Figura 20: Casas na comunidade de Veleiro. Fonte: Gildelberto dos Santos, 2004.

3.2.5 Imbassuaba

Imbassuaba, assim como Veleiro, caracteriza-se por propriedades situadas no alto das falésias, em sua maioria chácaras ou fazendas de gado, onde os extrativistas residem como meeiros ou em pequenas posses. A região também abriga o Parque Nacional do Descobrimento e a Barra do Rio Cahy (Figura 21) e a praia de mesmo nome (Figura 22), sendo a Barra considerada Sítio histórico à beira-mar onde, ao que tudo indica, o capitão Nicolau Coelho, da armada de Pedro Álvares Cabral, pisou pela primeira vez em terras do Brasil estabelecendo, provavelmente, o primeiro contato entre índios e portugueses em 1500.



Figura 21: Rio Cahy, em Imbassuaba. Fonte Luciana Perry, 2012.



Figura 22: Praia do Cahy, em Imbassuaba. Fonte Luciana Perry, 2013.

Além da pesca, que segundo dados de Siqueira (2007), ocupa aproximadamente 10 pescadores na localidade, e abriga cerca de 5% da frota pesqueira da Resex, a comunidade de Imbassuaba vive do cultivo agrícola de produtos diversificados em pequenas hortas como coco, banana, mandioca, melancia, abóbora,, maxixe, quiabo, alface, couve e cebola. Em Imbassuaba muitas mulheres pescam com anzol e vara. A canoa e o bote são as embarcações mais utilizadas e a captura de polvos é muito praticada tanto pelas mulheres quanto pelos homens. A comunidade abriga um dos maiores percentuais de extrativistas que declararam saber ler e escrever (37,5%), segundo dados de Siqueira (2007). A Figura 23 mostra o desmatamento causado para a formação de pastagens em fazendas de gado da região.



Figura 23: Área desmatada para formação de pastagem na região de Imbassuaba.
Fonte: Luciana Perry, 2013.

3.2.6 Bugigão

Na margem norte do Rio Corumbau está a comunidade de Bugigão (Figura 24), formada por cerca de 30 famílias de extrativistas que viviam em Corumbau e que se mudaram para a outra margem do rio no final da década de 1990, alguns contando com a hipótese de ampliação da Terra Índigena de Barra Velha (e nesse

caso Bugigão passaria a ser território indígena), conforme observou Lobão (2006); outros por terem considerado a venda do imóvel que tinham em Corumbau boa oportunidade de negócio. O território onde vivem está dentro dos limites do PARNA Monte Pascoal e da TI Barra Velha, o que deixa esses extrativistas em constante incerteza sobre seus direitos de ali permanecerem. Em acordo com a gestão do Parque Monte Pascoal os extrativistas que ali residem devem construir suas residências em madeira e não em alvenaria. A Figura 25 mostra a Igreja da comunidade, onde também ocorrem as reuniões dos moradores.



Figura 24: Imagem aérea da Ponta do Corumbau, com localização das comunidades de Corumbau e Bugigão . Fonte Google Maps



Figura 25: Igreja de Nossa Senhora Aparecida, na comunidade de Bugigão.
Fonte: Carvalho, 2014, p. 57.

Carvalho (2014), que pesquisou especificamente essa comunidade em sua dissertação, verificou que o associativismo e as ações coletivas são bem consolidadas e por meio desses instrumentos os moradores conseguiram construir por exemplo, a escola na comunidade. Segundo esse autor, o frei que ministra as missas na comunidade e em outras Aldeias Pataxó na região sempre reitera em seus sermões a importância do associativismo para a comunidade, fato que pode ter influência nessa característica, também apontada, durante essa pesquisa, pelo gestor da UC.

Lobão (comunicado em Exame de Qualificação, 2014) defende a ideia de que ao mudarem de uma margem do rio para outra, muitos dos atuais moradores de Bugigão estavam também fazendo uma reafirmação da etnia pataxó, ao escolherem permanecer no território indígena e local onde seus antepassados residiam antes do Fogo de 51, época na qual a Barra do rio Corumbau localizava-se mais ao norte e Corumbau também ficava nessa margem. Para ele, mais do que a pressão imobiliária que fez alguns moradores de Corumbau vender suas propriedades ou a própria característica da Ponta de Corumbau, que espremida entre o mangue e o mar não oferece muitas possibilidades de ocupação de novas áreas para acomodar as famílias jovens, a mudança para a margem norte do Rio, na vila de Bugigão, é também um ato simbólico de reafirmação étnica e a demonstração da disposição em agir a partir da combinação de interesses indígenas e pescadores.

Não há atividade turística nessa comunidade, embora haja um certo fluxo de visitantes que passam pelo local durante a travessia Corumbau-Caraíva. Grande parte das famílias em Bugigão vive da pesca, e devido às más condições do local para o uso agrícola, a troca com outras comunidades é a forma mais comum de negociação, aspecto que mais uma vez remete ao caráter tradicional da comunidade beneficiária da Resex Corumbau, conforme comentado anteriormente.

Em Bugigão, segundo Carvalho (2014), encontram-se quatro embarcações a motor e dez bateiras movidas a vela, além de algumas a remo, utilizadas na travessia do rio Corumbau. Em 2013 foram construídas seis embarcações de fibra de vidro pelos próprios extrativistas, dentro de um projeto financiado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional do Estado da Bahia. As embarcações são de propriedade da Associação de Pescadores e Moradores Indígenas de Bugigão

(APMIB), fundada em 2011, e utilizadas por aqueles que não possuem nenhum tipo de embarcação. O pagamento é feito diretamente à Associação, por meio de parte do pescado (CARVALHO, 2014). Bugigão foi a comunidade onde Siqueira (2007) encontrou a menor percentual de extrativistas que sabem ler e escrever na Resex: 33%. A escola local foi construída pelos próprios moradores e oferece aulas de 1ª a 4ª séries, com professores da aldeia de Barra Velha. A Figura 26 mostra a fachada da escola.



Figura 26: Escola da comunidade de Bugigão, única construção de alvenaria do local. Fonte: Carvalho, 2014, p. 58.

3.2.7 Corumbau

Corumbau, a comunidade que iniciou a mobilização para criação da Resex, é um pequeno povoado, com população residente de aproximadamente 500 pessoas, a cerca de 5km da Ponta de Corumbau e distante cerca de 1km do mar (BUCCI, 2009). O caminho entre Corumbau e a Ponta é feito por uma estrada de terra acompanhada à leste pelo Oceano Atlântico que vai ficando mais próximo, configurando a estreita faixa de terra entre o mangue e o mar que caracteriza a porção territorial mais

próxima à Ponta. O caminho é ocupado por coqueirais e restingas, em grandes propriedades particulares. É principalmente na Ponta de Corumbau que reside a população extrativista, cerca de 40 pessoas, segundo dados de Siqueira (2007) e confirmados informalmente pelo gestor da UC em 2014. A atual ocupação da vila remonta às últimas décadas do século XX, realizada principalmente por pescadores que viviam na aldeia de Barra Velha e que com a mudança de local da foz do Rio Corumbau, se distanciando da aldeia, foram se mudando para onde hoje está a Ponta do Corumbau.(CARVALHO, 2014). O local, cartão postal da vila, possui forte influência da maré e é referido pelos moradores como um lugar perigoso devido às correntes marinhas. Durante a enchente da maré, a água sobe rapidamente cobrindo os 2km de areia que formam a Ponta de Corumbau durante a maré baixa, e não é incomum a morte de turistas no local, segundo relatos ouvidos durante a pesquisa. A Figura 27 mostra a ponta de areia que fica aparente durante a maré baixa. Ao fundo da imagem, de cor mais escura, vê-se a vegetação próxima à praia.



Figura 27: Ponta de Corumbau . Fonte Luciana Perry, 2014.

O acesso até a vila é feito por estrada de terra, cerca de 80km, partindo-se de Cumuruxatiba ou Itamaraju, ou por barco. O rio Corumbau, que faz a divisa norte da vila é atravessado de bote ou canoa pelos que vêm de Bugigão, Barra Velha ou Caraíva. Desde meados da década de 1980, há pousadas de alto luxo e poucos restaurantes. O comércio local, de propriedade dos nativos, oferece algumas opções

de alimentação. O turismo em Corumbau caracteriza-se ou pelo turista eventual, que normalmente chega de barco, passa o dia na praia e retorna para seu local de origem, ou por turistas que chegam de helicóptero para se hospedarem nas pousadas mais luxuosas, e que na maior parte dos casos oferece pensão completa. Os proprietários desses empreendimentos não moram no local, no entanto empregam pessoas da comunidade.

A Associação da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau (AREMACO), fundada em 1998 no processo de mobilização para criação da UC, representava inicialmente as comunidades de Corumbau, Caraíva e Barra Velha. Desde 2004, vem sendo presidida por um grupo de oposição ao grupo que originalmente a criou e que vem buscando alianças com empresários e políticos locais como meios de obtenção de melhorias almejadas pela comunidade. Uma dessas alianças foi com a belga Martine Renwart, proprietária de um hotel na região, que construiu há alguns anos fossas sépticas e poços artesianos para os moradores locais. Porém, sua atuação não é consenso, já que adquiriu várias propriedades na região em nome de um empreendedor de turismo e decidiu voltar atrás na disponibilização de uma dessas propriedades para ser a sede temporária da Associação de Pescadores quando surgiu uma discussão no Conselho Deliberativo sobre a ampliação dos limites da Resex para além mar, segundo relatou Lobão (2005). A casa foi então transformada em “Casa da Cultura”, onde ocorrem cursos de artesanato e tambores que atraem principalmente os mais jovens.

A beira mar, onde tradicionalmente residiam os pescadores, vem sendo ocupada por casas de veraneio e pousadas.. Os moradores mais antigos reclamam dos novos proprietários que, segundo eles, não procuram interagir positivamente com a comunidade e frequentemente querem impor novas regras de uso na praia ou nos quintais (que em Corumbau normalmente não possuem muros). As Figuras 28 e 29 mostram casas da vila. A Figura 30 mostra a via de acesso pela qual se chega à Ponta de Corumbau, onde novas construções vem sendo erguidas por veranistas.



Figura 28: À esquerda o Armazém de “Seu Ulisses”, um dos mais antigos moradores da vila de Corumbau. A casa azul é onde mora “Seu Honorato”, um dos líderes do movimento que originou a Reserva Extrativista. Fonte: Luciana Perry, 2013.



Figura 29: Casas na comunidade de Corumbau. Fonte Luciana Perry, 2013.



Figura 30: Imagem da beira-mar em Corumbau. Atrás dos tapumes novas construções de alto padrão vão sendo erguidas. Fonte Luciana Perry, 2013.

Até 2006, a comunidade não dispunha de água encanada nem de rede elétrica e obtinha energia por meio de um gerador a óleo de uso compartilhado, enquanto que em algumas casas utilizavam-se velas ou lampiões. Segundo relatos de moradores da localidade, donos de empreendimentos turísticos tentaram negociar com a comunidade a passagem de uma rede privada, custeada pelos empresários não na beirada da praia, mas próximo ao rio, passando pelo fundo das propriedades, em troca da transformação da área em uma espécie de ‘condomínio’ no qual haveria o controle de acesso à Ponta do Corumbau pelos donos dos hotéis. A comunidade se dividiu, mas acabou não aceitando e o Governo Federal instalou a rede com o Programa Luz para Todos em 2006.

Em Corumbau há uma escola estadual de ensino fundamental. O ensino médio é normalmente cursado em uma escola que fica há aproximadamente 10km, em um Assentamento Rural. Segundo dados de Siqueira (2007) cerca de 71% dos extrativistas afirmaram saber ler e escrever, um dos maiores percentuais no entorno da Resex. As casas mais antigas são de madeira e as mais recentes ou reformadas de alvenaria. Normalmente possuem fossas sépticas ou negras (SIQUEIRA, 2007). Pelas características do solo local e pela pouca extensão de terra, a agricultura não é praticada na localidade. .

O comércio em Corumbau é composto por duas mercearias, que também funcionam como bar, pertencentes a moradores antigos da vila. Há algumas barracas de praia, pertencentes também a nativos, que atendem principalmente aos turistas. Construídas em madeira e palha sobre a areia da praia (Figura 31), esses empreendimentos, embora antigos, são considerados irregulares em termos de ocupação territorial e já receberam notificação para sua retirada. Na opinião de proprietários, ouvidos durante a realização dessa pesquisa, o Estado deveria iniciar o processo de ordenamento territorial a partir das novas construções de alvenaria construídas na vila por pessoas de fora, que contrastam com as casas locais e, segundo eles, usam materiais mais duradouros e por isso seriam mais impactantes.



Figura 31: Barracas de praia na Ponta de Corumbau. Fonte de renda há mais de 20 anos para um nativo, ocupação irregular para o Estado. Fonte: Luciana Perry, 2015.

Em meados da década de 1980, antes da criação da Resex, pescadores vindos de outros municípios onde a pesca era mais industrializada introduziram na localidade o barco a motor e a pesca com o chamado balão, uma rede ampla que ‘varre’ uma determinada área do mar ao ser puxada por um barco (LOBÃO, 2005; CARVALHO, 2014). Esse contato entre os pescadores locais e os de fora ocasionou mudanças perceptíveis na comunidade, tanto do ponto de vista da substituição de artes da pesca, quanto por introduzir a figura do atravessador na comunidade. Segundo dados obtidos por Siqueira (2007), Corumbau possuía 12,5% da frota da Resex, sendo cerca de 60% dessa constituída por barcos a motor. Tal fato talvez se explique pela localidade ter como pescado principal o camarão, capturado normalmente com o balão puxado pelo barco a motor (SIQUEIRA, 2007).

3.2.8 Cumuruxatiba

Cumuruxatiba, distrito do município de Prado, é a vila com maior infraestrutura de comércio e serviços no entorno da Resex e onde residem cerca de 5000 pessoas, segundo Bucci (2009). Situa-se distante 30km da sede do município e uma linha de ônibus local com três horários diários faz o trajeto por estrada de terra em cerca de uma hora. O nome da vila, segundo os moradores mais antigos era

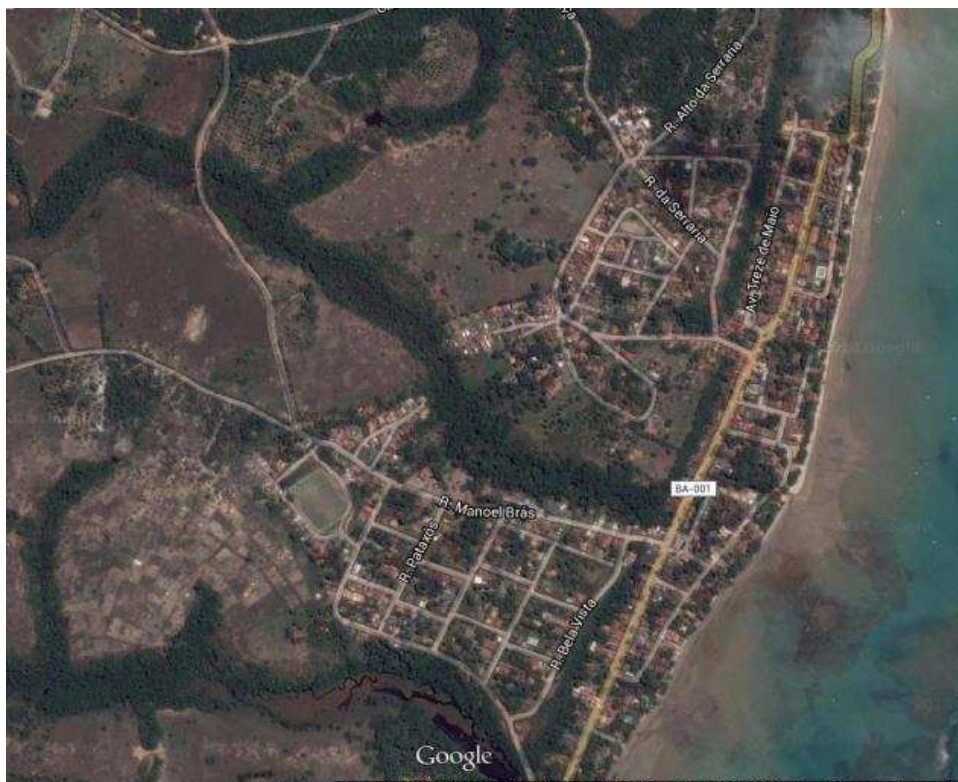


Figura 32: Vista aérea do Distrito de Cumuruxatiba, Prado, Bahia. Fonte: Google Maps.

Comexatiba, que na língua Pataxó significa maré alta e baixa, em referência à ampla variação na altura da maré durante o dia. A partir da década de 1980, com a chegada de turistas, o nome foi mudando para Cumuruxatiba, ou “Cumuru”, na linguagem coloquial local.

O mais antigo relato sobre Cumuruxatiba foi o do Príncipe Wied-Neuwied, que realizou uma viagem ao Brasil entre 1815 e 1817. Desde o século XIX a região foi local de exploração de madeira e posteriormente de areia monazítica, recebendo assim pessoas de outras regiões e países já desde esse período. A Figura 32 indica a localização de Cumuruxatiba.

Segundo os moradores, até 1940, a vila era dividida em duas partes: próximas à igreja, as casas eram de madeira, onde moravam os pescadores, e próximo à represa as casas eram de taipa, onde residiam índios da etnia pataxó. A partir de então, houve um processo de concessão de terras com o intuito de promover o desenvolvimento do extremo-sul. Primeiramente, a concessão de terras visava o desenvolvimento extrativista de madeira e de areia monazítica, sendo a primeira doação de terras para a empresa Bralanda e a segunda para o CNEN (Conselho Nacional de Energia Nuclear) [CURADO, s.d.]. Para facilitar o transporte da areia, o próprio CNEN

construiu um píer, com cerca de 1000 metros no Oceano Atlântico, na década de 60. A extração de areia monazítica empregou muitos moradores locais durante as décadas de 1960 e 1970 e resquícios do Pier ainda permanecem na praia (Figura 33).



Figura 33: Resquícios do Píer de Cumuruxatiba, de onde a areia monazítica era embarcada nas décadas de 1960 e 1970. Fonte: Luciana Perry, 2014.

A comunidade está organizada em algumas associações como: Associação de Comerciantes e Pousadeiros, Associação de Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Projeto Cumuruxatiba e Associação de Pescadores de Cumuruxatiba. O vilarejo possui também cerca de 50 pousadas, bares e restaurantes. Há um posto de saúde (com várias carências de pessoal e material), três mercados, sendo um deles de uma rede estadual, duas farmácias, duas agências de passeios marítimos. Possui duas escolas municipais e uma estadual, onde é oferecido o ensino médio. Em Cumuruxatiba, segundo Siqueira (2007) 85% dos extrativistas afirmaram saber ler e escrever, o segundo maior percentual da Resex, atrás apenas de Caraíva.

Em Cumuruxatiba é onde reside mais da metade (56%) dos extrativistas da Resex, de acordo com dados de Siqueira (2007). Canoas e botes correspondem a mais de 50% das embarcações na localidade e barcos a motor por cerca de 40%, de acordo com a mesma autora. Lagostas, camarão e peixes, como Vermelho, Sargo, Badejo, Budião, Cação, Arraia, Garoupa são as espécies mais capturadas na região, segundo Curado [s.d.]. O pescado é normalmente vendido de porta em porta ou nas

peixarias locais. Linha e anzol, redes de emalhar (providas de boias de isopor na parte superior e de chumbadas na parte inferior de forma que fiquem estendidas capturando o peixe em sua malha) e o bicheiro (utilizado para captura de polvos) foram as artes de pesca mais utilizadas na comunidade segundo Siqueira (2007).

A pesca é ainda bastante praticada na comunidade, mas as atividades turísticas sazonais ou a construção civil local também são fonte de renda para a comunidade extrativista. Os estabelecimentos voltados para o turismo são em sua maioria pertencentes a pessoas de fora da comunidade, mas que vivem no local e interagem no dia-a-dia com a os pescadores.

Durante o verão, a vila recebe muitos turistas vindos de cidades próximas e do sudeste do país, o que por um lado contribui para a economia local, aumentando a venda de pescado para pousadas e restaurantes, empregando pessoas na área de serviços e estimulando o comércio; por outro, causa problemas com o abastecimento de água da cidade, aumenta o fluxo de veículos circulantes mais do que as ruas do vilarejo comportam e por vezes serve de estímulo a práticas predatórias para fim de agradar ao turista, como por exemplo, a pesca de animais em tamanho menor do que



Figura 34: Pescadores voltando do mar, Cumuruxatiba. Fonte: Luciana Perry, 2013.

o permitido, fato presenciado durante o trabalho de campo. As Figuras 34, 35 e 36 mostram imagens da localidade.



Figura 35: Praia de Cumuruxatiba. Fonte: Luciana Perry, 2013.

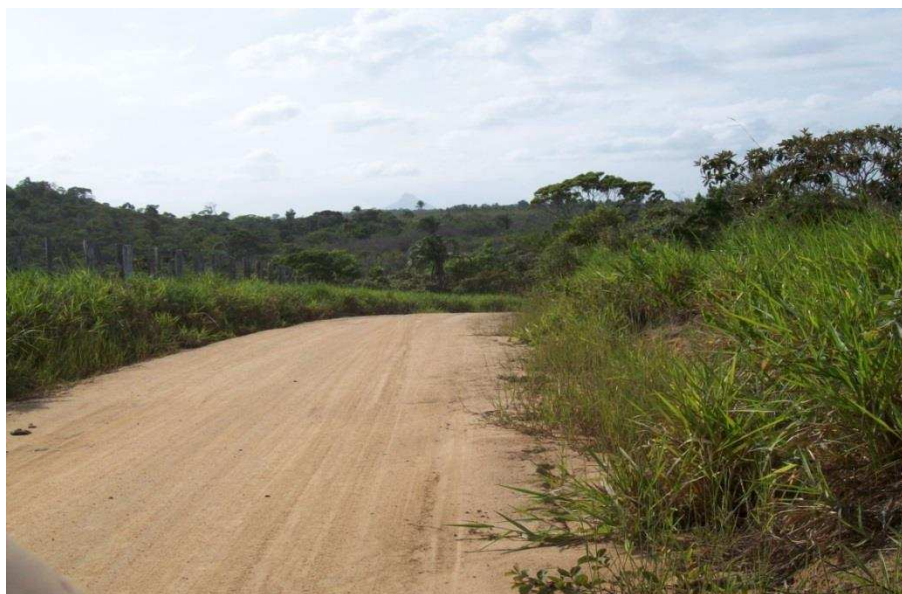


Figura 36: Estrada rural de acesso a Cumuruxatiba.. Fonte: Luciana Perry, 2013.

Essas são as comunidades que se encontram no entorno da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau. A seguir, são apresentadas algumas considerações sobre a condução da pesquisa empírica e sobre a metodologia utilizada. Ao final, um histórico do processo de criação da Unidade a partir de dados bibliográficos e de falas coletadas com moradores locais que participaram do processo e foram entrevistados durante esta pesquisa.

3.3 Considerações metodológicas e notas explicativas sobre a pesquisa empírica

Considerando-se o que já foi discutido na parte inicial desta pesquisa a respeito dos ideais morais que norteiam as ações individuais e coletivas na vida social, buscou-se então perceber as manifestações desses valores morais no entorno de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, no qual não apenas recursos naturais, mas também identidades e modos de vida encontram-se em constante negociação entre os atores sociais ao terem que se reconhecer como tradicionais para obterem os benefícios das políticas públicas. A Reserva Extrativista Marinha do Corumbau foi escolhida como locus empírico para isso, visando verificar a operacionalidade dos conceitos estudados mais do que apresentar um estudo de caso detalhado da localidade, que necessitaria de uma imersão mais continuada com a população em seu entorno¹⁴.

Diante da extensão da Resex Corumbau e das diferenças entre as comunidades que residem em seu entorno, optou-se nesta pesquisa por concentrar o trabalho de campo nas comunidades de Corumbau e Cumuruxatiba. A justificativa para tal escolha se deu por serem localidades onde a pesca como atividade econômica geradora de renda principal para muitas famílias ainda predomina e por concentrarem 13% e 55%, respectivamente, dos extrativistas cadastrados, segundo dados de diagnóstico socioeconômico apresentado por SIQUEIRA (2007) e confirmados pelos próprios extrativistas e pelo ICMBio em 2013. Além disso, a comunidade de Corumbau foi a que deu origem ao processo de mobilização que culminou com a criação da Resex, sendo por isso escolhida para a pesquisa, ao invés de Caraíva, que também abriga percentual similar de extrativistas. Essa última possui uma atividade turística mais intensa e uma relação com empresas de celulose que atuam na região bem distinta das demais comunidades. Para compreender de fato as inúmeras teias de significados que envolvem esses atores e suas relações naquele território seria necessária uma permanência em campo maior do que a possível nesta

¹⁴ A Reserva Extrativista Marinha de Corumbau tem sua delimitação feita sobre o mar. Os extrativistas beneficiários da Resex vivem em comunidades espalhadas na costa, na área adjacente à Resex, daí a denominação de 'população do entorno'.

pesquisa, e preferiu-se assim olhar mais de perto as comunidades de Corumbau e Cumuruxatiba para minimizar o risco da superficialidade na observação participante.

Acrescente-se a isso o fato de que já havia sido construído ao longo de alguns anos anteriores ao processo de realização dessa pesquisa, um conhecimento mais focado nessas duas localidades e sobre as pessoas que lá vivem, em interações esporádicas, nas quais foram sendo coletadas histórias locais e informações sobre os anseios que as afligem, as disputas internas, as representações que fazem sobre a Resex, os turistas, e outros temas que também são observados nesta pesquisa. Esse contato prévio que permitiu iniciar a pesquisa com um certo conhecimento sobre as pessoas do lugar facilitou a realização das entrevistas e o processo de observação participante, pois embora com um lugar demarcado de pesquisadora, a barreira do total estranhamento já havia sido ultrapassada.

No início de 2013, a solicitação de autorização para a realização da pesquisa foi feita formalmente junto ao ICMBio e aos representantes da comunidade de pescadores. O projeto foi apresentado na 40ª Reunião do Conselho Deliberativo da Unidade, realizada em março de 2013. Durante o processo de deliberação do Conselho foram apontadas várias reclamações referentes às pesquisas conduzidas na Unidade que não trouxeram melhorias concretas para a população local. “O que vamos ganhar com isso? Essas pessoas vêm aqui, fazem várias atividades conosco e depois vão embora, ganham seu diploma e nós continuamos na mesma”, disse uma das Conselheiras. Outro Conselheiro rebateu afirmando que todo conhecimento é importante e que nunca se deveria proibir a realização de pesquisas na Unidade. Após muita discussão e menções a casos de desapontamento ocorridos no passado com pesquisadores que lá estiveram, o projeto foi aprovado.

Entre os anos de 2013 e 2014 foram realizadas cinco visitas às comunidades, em março, setembro e dezembro de 2013, e em janeiro, março e setembro de 2014 com duração total de aproximadamente 55 dias em campo, ocasião nas quais além das entrevistas, vivenciou-se também o dia-a-dia da comunidade, intercalando períodos de maior e menor movimentação turística, de permissão e proibição de determinadas espécies (defeso marinho) e em duas festas de aniversário da Unidade,

realizadas em Caraíva (2013) e Cumuruxatiba (2014). Os detalhes de cada uma dessas visitas serão narrados ao longo desse capítulo.

Durante os períodos passados em campo, foram realizadas ao todo 26 entrevistas, incluindo-se aí os representantes da Associação dos Pescadores de Cumuruxatiba (APEC), com sede em Cumuruxatiba; e da Associação dos Nativos de Caraíva (ANAC), além do representante da Associação da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau (AREMACO), com sede na Ponta de Corumbau. Também foram realizadas entrevistas com o gestor da Unidade (ICMBIO), com representante do setor de turismo no Conselho Deliberativo, com membros do Conselho Deliberativo e indivíduos identificados durante o campo como extrativistas ou empresários do setor de turismo. Cerca de outras quinze pessoas, que não quiseram assinar o Termo de Livre Consentimento para participação da pesquisa, também foram ouvidas, pois quiseram expor suas ideias sobre a Resex, embora não oficialmente.

Nas idas às localidades, foi possível estabelecer com os extrativistas e demais atores que convivem no entorno conversas cotidianas, nas quais muitas vezes o assunto Resex era motivo de elogios ou críticas. A participação em rodas de fim de tarde, visitas às moradias, convites para reuniões, participação nos preparativos para as festividades, como confecção e distribuição de material impresso, confecção de bolo para aniversário da Resex, participação em júri de concurso local e atividades sociais cotidianas também foram possíveis nesses momentos. Com base nos dados da observação participante e de pesquisa bibliográfica, foram identificadas inicialmente as lideranças locais e pessoas consideradas importantes de serem ouvidas, indicadas pela própria comunidade, seja em conversas informais, seja nas entrevistas, quando cada um foi convidado a indicar outras duas fontes. Nesse caso, utilizou-se a cadeia de referência, ou amostragem chamada de ‘bola de neve’.

O objetivo com as entrevistas foi observar diferentes narrativas sobre a experiência da Resex, os conflitos relacionados aos usos do território, à manutenção da atividade de pesca como principal fonte de renda e às transformações nas práticas pesqueiras que ocorrem na região nas últimas décadas. A partir do relato de diferentes atores buscou-se verificar quais as concepções concorrentes de

desenvolvimento circulam nas comunidades, de que forma essas concepções se relacionam a determinadas premissas valorativas, como o reconhecimento de população extrativista tradicional, residente em uma UC de uso sustentável é percebida e vivenciada pela comunidade; e finalmente, que desafios e oportunidades são postos a partir desse novo arranjo de gestão para os recursos e para o território. Os quatro conceitos chave que norteiam o arcabouço teórico dessa pesquisa – reconhecimento, tradição, conflito e desenvolvimento – tangenciaram todas as entrevistas realizadas. Essas seguiram um roteiro previamente elaborado (Apêndices I, II, III e IV), de acordo com o segmento social do entrevistado – gestor, extrativista, conselheiro, empresário, morador. Cada entrevista durou em média 50 minutos, tendo o roteiro o papel de um fio condutor dos principais temas a serem abordados, mas não tendo as entrevistas se restringido a ele, na maioria dos casos.

As entrevistas foram gravadas em vídeo, salvo quando o entrevistado não autorizou a filmagem, o que ocorreu poucas vezes. Durante o trabalho em campo, percebeu-se que muito mais intimidador do que a câmera para os extrativistas era a obrigatoriedade de assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), requerido em toda pesquisa que envolve seres humanos no país, a partir de determinação do Ministério da Saúde. A inadequação desse instrumento na forma como é solicitado, quando se trabalha com populações com menor grau de instrução formal, foi gritante durante todo o processo. Mesmo sendo informado do que se tratava e tendo lido o termo em voz alta, o ato de assinar algo para um ‘estranho’, que é percebido como mais hábil com as palavras do que o próprio entrevistado, instaura uma situação de desconfiança e desconforto.

Em Corumbau, por exemplo, um dos moradores mais antigos da vila já havia confirmado sua intenção em participar da pesquisa e em conceder uma entrevista. No entanto, após saber que teria que assinar o termo, se recusou firmemente a participar, afirmando que não assina nenhum documento, para ninguém, pois muitas pessoas já foram enganadas. A ausência de sua narrativa com certeza empobrece a pesquisa, mas neste em outro caso específico, nos quais as pessoas demonstraram grande insatisfação em terem que assinar o documento e, chegaram, a partir de então a alterar o relacionamento com a pesquisadora, optou-se por nem mesmo utilizar

informações prestadas por elas, por respeito ao vínculo inicial de confiança estabelecido entre o pesquisador e o pesquisado.

Com o intuito de complementar os dados resultantes das entrevistas e também de verificar as percepções de jovens das comunidades do entorno da Resex sobre o local onde vivem, foi proposta uma redação opinativa aos alunos do ensino médio da Escola Municipal Algeziro Moura, em Cumuruxatiba. A escolha desta instituição em particular se deu devido ao fato de a comunidade de Cumuruxatiba ser uma das maiores, em termos de população residente e em extrativistas beneficiários da Resex, além de ser a comunidade na qual o Ensino Médio é oferecido regularmente. A Escola possui 153 alunos matriculados no ensino médio, segundo dados do Censo Escolar 2014. Ao todo foram entregues 39 redações.

Foi feito um contato inicial com a direção da escola e apresentados os objetivos gerais da pesquisa em andamento, assim como o da produção dos textos especificamente. Por sugestão da direção da Escola, o texto não foi solicitado a todas as turmas de ensino médio, mas apenas a uma das turmas de cada ano (1, 2 e 3). Os textos foram produzidos na disciplina de Português, sob orientação da professora, durante uma aula cotidiana, tendo sido ela orientada a não trabalhar o assunto previamente durante as aulas a fim de não interferir nas opiniões que seriam expressas.

Foi solicitado aos alunos que produzissem um texto opinativo respondendo à seguinte pergunta: “É possível conciliar desenvolvimento, preservação ambiental e modos de vida tradicionais no entorno da Resex Corumbau? Por quê? Como? Sugestões para o futuro”. Foram produzidos 39 textos, de alunos matriculados em turmas de 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio, sendo as duas primeiras do turno da tarde e o último do turno da noite. A idade dos jovens participantes da atividade variou entre 15 e 19 anos.

A leitura dos textos foi feita buscando-se identificar juízos de valor, premissas argumentativas, críticas, elogios, justificativas para ancoragem de pontos de vista e qualquer outro elemento que indicasse opiniões e suas respectivas justificativas. Ancoradas teoricamente pelas perspectivas analíticas propostas por Ribeiro (1992) e Diegues (2001) buscou-se perceber se ao discursarem a respeito do desenvolvimento

e da sustentabilidade, os jovens constroem seus argumentos apoiados nos discursos normalmente ecoados pelos grupos ambientalistas, relacionados à proteção da biodiversidade ou se recorrem mais às justificativas no âmbito de um direito que reconhecem a si mesmos e a sua comunidade como portadores devido a uma especificidade que lhes é própria, como argumenta Honneth em seu trabalho sobre o local do reconhecimento e da autenticidade na cena contemporânea.

Nas análises das entrevistas e dos textos produzidos pelos alunos da Escola Municipal Algeziro de Moura buscou-se identificar quais os entendimentos são expressos sobre a Resex, seu papel, expectativas e frustrações relacionadas, buscando-se ainda nesses textos avaliações fortes, conforme denomina Taylor (1989), ou seja, as ideias de valor, de certo ou errado, de bom ou ruim. Essas análises possibilitam perceber os diferentes significados e ideais de desenvolvimento compartilhados ou disputados por diferentes sujeitos, inclusive em termos geracionais.

Nas entrevistas realizadas com representantes do Estado, extrativistas, representantes do setor de turismo e moradores das localidades buscou-se evidenciar opiniões e entendimentos sobre a Resex, sobre políticas públicas específicas relacionadas às populações extrativistas, à proteção do meio ambiente e à atividade de pesca; e identificando os conflitos mencionados/verificados, procurou-se analisá-los sob a perspectiva do uso de diferentes lógicas e opções valorativas pelos sujeitos.

Também procurou-se destacar nesses discursos as percepções valorativas sobre a funcionalidade do reconhecimento legal possibilitado pela criação da Resex e pelas políticas públicas destinadas à população tradicional extrativista e a Unidades de Conservação, do ponto de vista da população beneficiária, verificando como se apresentam e se configuram como o cenário apresentado por Souza (2012), de um reconhecimento precário, no qual nem os sujeitos se autorreconhecem e nem são de fato reconhecidos por seus parceiros na interação social.

Na fase de coleta de dados para a pesquisa a metodologia utilizada inspirou-se na visão etnográfica proposta por Geertz (2008), que afirma que o pesquisador em campo precisa ser capaz de escolher estruturas de significação e determinar, a partir das observações e relatos coletados, suas bases sociais e sua importância naquele

contexto. Para isso, os métodos a serem utilizados – selecionar informantes, levantar genealogias, manter um diário, coletar informações a partir da fala dos outros – devem permitir, ao final do trabalho de campo, uma descrição densa da experiência vivida, onde relatam-se não apenas a factualidade dos acontecimentos, mas principalmente os significados culturais subjacentes, partilhados pelos membros daquele grupo específico. Afinal, como destaca o autor:

a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade (GEERTZ, 2008, p.10).

Geertz propõe uma perspectiva interpretativa da Antropologia, que ao invés de tentar explicar os fenômenos sociais por meio da construção de redes de causa e efeito, interpreta-os à luz das estruturas locais de significação. A explicação interpretativa, segundo Geertz (2009, p.37) “concentra-se no significado que instituições, ações, imagens, elocuições, eventos, costumes – ou seja, todos os objetos que normalmente interessam aos cientistas sociais – têm para seus proprietários”. Nesse sentido, a antropologia interpretativa busca formular conceitos que expliquem como essa ou aquela comunidade, em diferentes momentos históricos, faz sentido para si mesma. O autor formula um conceito de Cultura como um texto a ser lido ou traduzido pelo cientista social e comenta que tentar compreender a história da imaginação moral

é tentar penetrar no emaranhado de implicações hermenêuticas, localizar com alguma precisão as instabilidades de pensamento e de sentimentos que ele produz, e colocá-las em uma moldura social. Tais esforços não serão suficientes para desfazer os nós do emaranhado, nem para remover as instabilidades. Ao contrário, farão com que esses fiquem mais visíveis, e causem maior inquietação. O que fazem, no entanto, ou podem fazer [os antropólogos], é colocá-los em um contexto mais inteligível (GEERTZ, 2009, p.71).

Um receio constante no trabalho de campo foi o de que a impossibilidade de estar presente no local diariamente empobrecesse essa descrição densa da realidade. Assim, buscou-se durante todo o período de realização da pesquisa estar a par dos acontecimentos, ainda que à distância, por meio de redes sociais, jornais locais,

pesquisa histórica e cartográfica, ou seja; dos outros “textos” que, segundo Geertz (2009) também contribuem para a configuração de uma dada realidade.

Assim, a realidade observada em campo e descrita nessa pesquisa não se apresenta como uma aprofundada etnografia das comunidades que vivem no entorno da Resex Corumbau; o que se propõe aqui é descrever, de forma densa e inteligível, os significados que, dispostos em uma escala de valores, orientam as representações, as avaliações e os comportamentos em um determinado contexto social, com ênfase especial nas falas dos extrativistas. Entre o ‘dilema’ de apossar-se de uma teoria e buscar encaixar a realidade observada à ela, ou de observar a realidade e buscar uma teoria adequada para sua análise, buscou-se sempre seguir essa segunda prerrogativa, reiterada inclusive pelas observações da banca no Exame de Qualificação, realizado em julho de 2014, especialmente pontuadas pelos professores Ronaldo Lobão, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Rennan Mafra, da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Nesse processo, vale explicitar que a curiosidade que se materializou nessa pesquisa de forma teórica como um estudo analítico sobre processos de construção de conceitos mais amplos de desenvolvimento e reconhecimento social, teve início a partir de uma realidade observada e vivenciada a princípio fora do contexto de condução de uma pesquisa. Nesses momentos anteriores, a observação participante e as conversas travadas com os moradores locais possibilitaram um olhar sobre aquela realidade filtrado posteriormente pelas categorias analíticas escolhidas para interpretar a realidade observada.

Na etapa analítica dos dados, o interesse focou-se nos diversos significados circulantes nos discursos colhidos, sem a pretensão de uma análise quantitativa desses significados. Além da prerrogativa de se situar o falante a partir do local de sua fala, prerrogativas ancoradas na perspectiva analítica da teoria da Análise do Discurso, a observação dos dados foi orientada também pelas propostas de Taylor (2012) e Souza (2012) que compreendem que valores morais também se fazem presentes nas ações dos grupos sociais e nas práticas por reconhecimento social. Parte-se assim da constatação de que a criação da Unidade de Conservação trouxe para a comunidade no entorno novos direitos e restrições. Após quase 15 anos de

sua criação, diferentes percepções foram sendo construídas, algumas expectativas concretizadas, outras frustradas. A população extrativista, o Estado, as organizações parceiras possuem interesses e recursos diferenciados e estabelecem relações entre si que podem ser ora de aproximação, ora de enfrentamento. São essas tensões e afinidades valorativas (ainda que episódicas) o foco de interesse dessas análises.

Ainda esclarecendo sobre a metodologia utilizada, cabe destacar que ao se trabalhar com discursos diversos, concebidos aqui não apenas como as falas, mas também as formas de comunicação não verbais compreendidas em todo processo de comunicação, parte-se neste trabalho da perspectiva analítica de que todo discurso é produzido por um ator inserido em um contexto e portador de valores construídos socialmente. Tem-se em mente ainda que nas interações sociais, quando se defende um determinado ponto de vista, exprimem-se também premissas valorativas que sustentam o argumento defendido. Nessa perspectiva, o discurso só pode ser interpretado conhecendo-se suas condições de produção, isto é – o contexto sócio histórico dos interlocutores e suas posições sociais. No contexto da modernidade do início do século XXI esses atores circulam entre diversas afiliações valorativas constitutivas de suas identidades e formas de conceber a realidade que os cercam. Os argumentos são, assim, expressões de um sistema de representações, valores e ideias desses sujeitos historicamente determinados, construídos em suas interações sociais

Para a teoria da Análise do Discurso, a cada formação ideológica (visão de mundo de um determinado grupo social) corresponde uma determinada formação discursiva, isto é, um conjunto de temas e figuras que materializa a visão de mundo. As visões de mundo se manifestam na linguagem, pois não há ideia sem linguagem, entendendo ideia como pensamento através de conceitos. Por meio da AD viabiliza-se a identificação do sujeito que fala, verificando a autoridade que lhe é conferida pelo lugar social que representa em consonância com o tema sobre que se pronuncia, sua intenção e sua posição ideológica em relação ao seu interlocutor. (FIORIN, 1985; CITELLI, 1995).

Partindo-se do pressuposto de que todo discurso é ideológico, no sentido que subjaz uma determinada visão de mundo, pode-se afirmar que os argumentos apresentam os valores e ideais nos quais o enunciador se apoia para validar seu ponto

de vista. Desta maneira, entender o porquê de uma determinada posição sobre um assunto, é antes de tudo compreender quais são as premissas que sustentam a opinião do enunciador. Complementando as considerações advindas da AD, pode-se tomar a posição apresentada por Habermas (1989), para quem o entendimento é interpretado como um mecanismo de coordenação de ações, em que um ator procura, por meio de uma argumentação racional, convencer o outro da verdade de uma afirmação, da validade de uma norma ou da veracidade de suas declarações. Isso ocorre em situações específicas, que são ao mesmo tempo situações de ação e fala. O consenso nesse sentido não significa a concordância coletiva de um determinado argumento, mas é alcançado através do entendimento e da escolha do melhor argumento.

Antes de apresentar o histórico de criação da Resex Corumbau e já apresentadas algumas considerações metodológicas mais gerais sobre a pesquisa em campo, vem-se a seguir tecer algumas observações sobre as idas a campo e as interações com a comunidade local, sob a perspectiva do agente externo, na pessoa da pesquisadora. É um breve relato sobre algumas vivências em campo e sobre como foi feita a aproximação com o grupo e a condução das entrevistas e da observação participante.

3.4 Notas sobre a pesquisa em campo: a trajetória da pesquisadora

Diante da desconfiança apresentada por algumas pessoas da comunidade sobre os interesses do pesquisador e da comunidade, expressas durante uma das reuniões do Conselho Deliberativo, na qual foi solicitada a autorização para esta pesquisa, optou-se durante as idas a campo em ‘respeitar o tempo local’, no sentido de dar às pessoas o tempo necessário e a possibilidade de participarem da pesquisa a partir da disponibilidade expressa por elas próprias e não de acordo com um cronograma previamente estabelecido.

A vivência do tempo de uma forma menos apressada foi um dos marcadores mais visíveis no encontro com os extrativistas durante a pesquisa. Hora marcada, compromissos previamente agendados, reuniões são formas de agir convenientes para a pesquisadora, mas não para os que residem no entorno da Resex e remetem diretamente a diferentes meios de vida e de se inserir no mundo. Para além das perguntas a serem respondidas para fins acadêmicos, a questão de como essa pesquisa virá a beneficiar a comunidade esteve sempre presente nos contatos com o grupo.

Nas primeiras idas a campo para fins de coleta de dados para a pesquisa, buscou-se antecipadamente agendar algumas reuniões para que os extrativistas pudessem, por exemplo, refletir em grupo sobre a realidade local. No entanto, observou-se que a realização dessas reuniões não era um meio que agradava a maioria, pois ao longo dos anos de existência da Resex, outros pesquisadores e agentes de ongs e do Estado vêm realizando reuniões para fins diversos, o que pareceu ter minado a disposição das pessoas em comparecerem. Assim, ao invés de técnicas de Diagnóstico Rápido Participativo, formuladas inicialmente como uma das formas de coleta de dados, optou-se pela maior ênfase nas entrevistas e na observação participante. Sobre essa última, vale ressaltar aqui que mais do que possibilitar o entendimento dos significados, foi também um instrumento que viabilizou uma aproximação gradual com os extrativistas, por meio da convivência nas ruas, no comércio e nas conversas de fim de tarde, travadas nas frentes das casas.

Em 2013, além da ida em março para solicitar a autorização, foram realizadas outras duas visitas a campo: em setembro e dezembro. A primeira, com duração de dez dias, foi feita durante a comemoração do 13º aniversário da Resex, com a participação de pescadores e familiares de todas as comunidades envolvidas e realizada na comunidade de Caraíva. O aniversário de criação da Unidade é comemorado alternadamente entre as comunidades de Caraíva, Corumbau e Cumuruxatiba, por serem, segundo os extrativistas, as localidades que têm mais estrutura para receber os extrativistas de fora. A comunidade anfitriã fica responsável pela organização da festa, pela arrecadação dos donativos para alimentação ou estadia dos extrativistas ou para premiação das competições realizadas durante a comemoração.

Durante essa ida a campo, foi possível conversar com proprietários de pousadas e restaurantes e também com membros da comunidade envolvidos com a Resex. Nos dias que antecederam a festa, pude participar dos preparativos confeccionando os vales-refeição, distribuídos para os extrativistas e suas famílias durante o final de semana, auxiliando no preparo do bolo de aniversário da Resex, no manuseio do côco para ser utilizado com ingrediente para o bolo com as mulheres locais, e na limpeza da cozinha depois do almoço. Esses momentos de interação possibilitaram não apenas conhecer detalhes da vida cotidiana, parentescos, juízos de valor, mas também foram indicadores locais de como a comunidade estava disposta a interagir com a pesquisa e quais os limites eu deveria respeitar. Por exemplo, durante esta visita, me foi oferecida estadia em Caraíva sempre que precisasse ir à vila, desde que não seja no verão! Informaram também que o local onde eu estava alojada (uma pousada local, de propriedade de um paulista radicado na vila há mais de 15 anos) não era bem quisto pela comunidade, pois havia divergências internas entre os membros da Associação de Nativos e o proprietário a respeito de uso dos recursos externos, obtidos junto a uma empresa de celulose, além de conflitos relacionados ao funcionamento das casas noturnas locais, uma delas também de propriedade do dono da pousada.

Nessa ocasião também foram feitas algumas entrevistas informais, com líderes comunitários, com o gestor da UC e com pessoas que vivem no entorno, antecipando minha intenção em ouvi-las durante a pesquisa. As informações coletadas nesses encontros foram posteriormente escritas em um caderno de campo para que as informações não se perdessem. As entrevistas propriamente ditas foram realizadas durante as outras idas a campo, em 2014, e concedidas após a assinatura do Termo de Consentimento e gravadas em vídeo.

Entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014 foi realizada outra visita às comunidades de Corumbau e Cumuruxatiba, com permanência de 20 dias. Por ser temporada de verão, muitos dos extrativistas estavam envolvidos com atividades extras, o que já era esperado. Os momentos de convivência, durante a temporada, se deram mais em encontros na rua e em algumas visitas a moradores e lideranças com as quais já havia travado maior contato. Também foram coletadas informações junto aos proprietários de pousadas e comerciantes. Durante essa estadia, foram feitas

imagens das localidades e coletados dados junto ao escritório local do ICMBio, em Prado.

Em março/abril de 2014 foi feita uma nova visita à localidade, com duração de cinco dias. Na ocasião estava programada uma reunião do Conselho Deliberativo na comunidade de Veleiro, que acabou cancelada no próprio dia, devido à impossibilidade de se chegar ao local em função dos estragos que a chuva causou à estrada. Nessa ocasião estive acompanhada durante algum tempo de pesquisadores da ONG Conservação Internacional, que desenvolve diversos trabalhos de monitoramento ambiental na região. Na impossibilidade de estar em Veleiro, estive novamente no escritório do ICMBio conversando com o gestor da UC e na comunidade de Cumuruxatiba, onde foram realizadas algumas entrevistas com extrativistas.

Nessa estadia, fui convidada a participar de uma reunião na Associação de Pescadores de Cumuruxatiba na qual discutiríamos o processo de reeleição dos representantes da comunidade no Conselho Deliberativo da Resex. Foi-me dada a oportunidade também de falar novamente sobre a pesquisa e de prestar esclarecimentos. No entanto, quando sugerido um momento de conversa sobre a Resex para fins exclusivos da pesquisa, os extrativistas presentes se mostraram reticentes, referindo adiar a marcação de uma data, que nunca chegou a ser marcada... Aproximadamente 20 pessoas estiveram presentes na reunião para a qual fui convidada, mas poucos falaram. Quando discutida a necessidade de apresentação de nomes para composição de uma nova chapa de Conselheiro e suplente, ninguém se apresentou. Tal situação se estendeu por uns 25 minutos, quando por fim, um dos presentes que já era vice-conselheiro se apresentou como disposto a se candidatar.

O silêncio da maioria nas reuniões promovidas pelas Associações locais foi uma das características mais marcantes nas ocasiões que participei. Os que tomam as palavras são normalmente os mesmos, cuja característica comum, talvez seja um envolvimento anterior e mais participativo em movimentos sociais ou aqueles que transitam com mais frequência em outros círculos de convivência, como o dos comerciantes, pousadeiros ou órgãos do Estado; ou seja, aqueles que dominam melhor o modo institucionalizado de deliberação e concebem as reuniões como o

local privilegiado para isso. No entanto, também foi observado que nos momentos que antecedem as reuniões, há uma grande concentração de pessoas (que nem sempre ficam para efetivamente participar da reunião) no local debatendo sobre o assunto que será discutido. Uma deliberação informal, ou uma esfera pública episódica, utilizando-se do termo cunhado por Habermas (1999), nos quais os processos deliberativos na contemporaneidade também ocorrem nas situações informais.

Durante essa ida a campo (março/abril 2014) foram gravadas entrevistas para a pesquisa com membros do Conselho deliberativo, extrativistas e empresários.

Em setembro de 2014, durante a comemoração de 14 anos de criação da Unidade, foi feita outra visita à localidade, com duração aproximada de 15 dias. Na ocasião, a comemoração ocorreu na vila de Cumuruxatiba. A semana que antecedeu a festa foi passada em Corumbau. Lá, foram realizadas entrevistas com membros do Conselho Deliberativo da Resex, com o presidente da Associação de Pescadores local (AREMAOO), alguns moradores e comerciantes. Na ocasião, houve resistência por parte da comunidade em participar da pesquisa. Para muitos na localidade, pesquisadores, ambientalistas e ‘pessoas do IBAMA e do ICMBio’ se aproximam dos extrativistas sempre com o interesse em obter alguma vantagem – seja financeira, por meio de obtenção de recursos para projetos ou para fazer experimentos que resultam sempre em proibições no uso dos recursos naturais locais. Nessa ida a campo, foi realizada inclusive uma reunião local, organizada pela AREMACO para decidirem se deviam ou não participar da pesquisa. O episódio é narrado na Parte 4 desta tese.

Também em setembro, foi realizada uma ida à comunidade de Veleiro, para realização de entrevista. Nessa mesma viagem foi realizada entrevista com o gestor da UC e com representantes do Conselho Deliberativo, empresários do setor de serviços e turismo, além de extrativistas. Durante os três dias anteriores à festa, estive em Cumuruxatiba. Lá fui convidada para uma reunião na Associação de Pescadores para tratar dos preparativos para a festa, como a recepção dos extrativistas de outras comunidades da Resex, a obtenção de doativos para a confecção da comida e os detalhes referentes às apresentações culturais. Durante o período de aniversário, normalmente realizado em um final de semana, é sempre

realizada também a reunião trimestral ordinária do Conselho deliberativo. Na reunião ocorrida em setembro de 2014, esteve presente também o diretor de Ações Sócioambientais do ICMBio, que assinou com representantes da comunidade o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). A presença de um representante da alta direção do ICMBio gerou grande expectativa da comunidade extrativista, que aproveitou a oportunidade para cobrar melhorias físicas de infraestrutura e apoio para comercialização do pescado e para inibir os grandes proprietários de terra da região em suas tentativas de privatizar o acesso a alguns trechos de praia.

O diretor respondeu às perguntas que lhe foram feitas, explicitou as limitações diversas do ICMBio que impossibilitam algumas das ações requeridas, tanto no âmbito jurídico quanto material e afirmou que o órgão trabalha atualmente em uma perspectiva de compartilhamento tanto de infraestrutura e pessoal, quanto de responsabilidades junto às comunidades tradicionais. Nessa concepção, aspectos relacionados por exemplo, à presença física do ICMBio por meio de fiscais ou embarcações em todas as UCs foi descartada pelo diretor. A escassez de recursos faz com que o órgão trabalhe com equipes regionais, que atendem a mais de uma UC localizadas em um determinado raio de distância. O envolvimento da comunidade por meio do repasse de informações ao órgão fiscalizador ou até mesmo na repreensão de ações presenciadas cotidianamente, contrárias às regras instituídas para a Resex fazem parte da responsabilidade compartilhada, segundo o diretor. Ao final, alguns extrativistas fizeram discursos sobre a importância do documento assinado na ocasião e da união da comunidade para manutenção dos direitos adquiridos. A cobrança pela remarcação da Linha do Preamar Médio (LPM), pendente em todo o território nacional, como já mencionado nesta tese, e que define o limite Oeste da Resex foi uma das demandas da comunidade do entorno da Resex reiterada durante o encontro.

No segundo dia de festa, no qual foram realizadas diversas competições de extrativistas de diferentes comunidades relacionadas ao universo da pesca, houve grande participação da comunidade local. Dois ônibus cedidos por um político local trouxeram extrativistas de Barra Velha, Bugigão e Caraíva. Durante essa estadia em campo, várias imagens foram gravadas para a pesquisa, além das entrevistas e

servirão de base, junto aos demais materiais produzidos durante o trabalho, para a confecção de um material audiovisual produzido especialmente para a comunidade apresentando os resultados da pesquisa.

Durante todo o período de convivência com as comunidades no entorno da Resex Corumbau percebi que embora desconfiados inicialmente sobre a pesquisa, uma atitude estabelecida diante de pesquisadores concebida anteriormente à minha presença em campo, a comunidade estava interessada em falar sobre si própria. Diante da possibilidade de darem suas opiniões sobre os mecanismos instituídos na política de reconhecimento de diferenças culturais e de sustentabilidade ambiental, tive a impressão de que para algumas das pessoas ouvidas, a condição de falante e o interesse por suas considerações era algo inédito ou muito raro.

Apresentadas essas considerações sobre os aspectos metodológicos e conceituais da pesquisa empírica realizada junto às comunidades que vivem na área adjacente à Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, apresenta-se, a seguir, a história de criação da Resex a partir de dados obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e documental, complementadas com informações obtidas em campo durante a pesquisa.

3.5. O processo de Criação da Reserva Extrativista

A Reserva Extrativista nasceu a partir de um fator comum que atingia diversos pescadores da localidade de Corumbau e adjacências: a presença cada vez maior de barcos que passavam a pescar nas proximidades da Ponta de Corumbau, vindos de localidades diversas, inclusive dos Estados de Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Lobão (2006), em pesquisa *in loco* realizada para sua tese de doutorado, ouviu relatos de que a origem da Resex remonta a u

ma reunião realizada pela Associação Pradense de Proteção Ambiental, na qual um representante do então Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) esteve presente e falou sobre a Reserva Extrativista como um modelo de gestão compartilhada de recursos e espaços públicos na qual era admitida a presença humana. O modelo, segundo relatos desse mesmo autor, e de informações reiteradas posteriormente por entrevistados nesta pesquisa, foi contemplado inicialmente para os manguezais do Rio Jucuruçu, cuja foz encontra-se no município de Prado, e os catadores de caranguejo e pescadores artesanais que sobrevivem de seus recursos. Após alguma mobilização local, capitaneada por entidades de cunho ambientalista que atuavam na região, foi então encaminhado ao CNPT, em 1997, um abaixo assinado dos pescadores da Colônia de Prado (Z-23) e autoridades locais solicitando a criação de uma Reserva Extrativista Marinha na Barra do Rio Jucuruçu.

Na mesma época, enquanto o processo encaminhado pelos pescadores de Prado estava sendo analisado em Brasília, os pescadores da Ponta de Corumbau viviam a concorrência dos barcos vindos de outras localidades e, informados sobre o projeto da Resex em Prado, conseguiram o apoio de um juiz da localidade, referido pelos moradores mais antigos da vila de Corumbau como figura determinante para que o anseio da comunidade tomasse forma de solicitação formal a ser encaminhada ao CNPT, vinculado na época ao IBAMA, o que ocorreu em 1998. Ressalta-se ainda o contexto político da época, no qual o governo federal, por meio do CNPT, buscava locais onde pudesse criar Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como estratégia de consolidação das metas da Convenção da Diversidade Biológica (CDB).

Em Corumbau e nas outras comunidades ao longo da costa, informações sobre a luta dos seringueiros do Norte do país pelos direitos à exploração e permanência no território que viviam também já haviam chegado através dos meios de comunicação e por conversas de turistas. “Seu Milton do Carmo”, é um dos irmãos líderes do movimento para criação da Resex, que mora na Ponta de Corumbau, em uma das poucas casas de pescador restantes à beira-mar. Ele era o presidente da Associação de Pescadores quando a Reserva Extrativista foi criada. De fala mansa, “Seu Milton” se auto define como Pataxó, nascido em Barra Velha e morador antigo de Corumbau. Demonstra orgulho da condição de nativo, com 65

anos de idade, 55 deles na pesca. A combinação das identidades ‘Pataxó’, ‘nativo’ e pescador, recorrentes nas comunidades no entorno da Resex, se exemplificam bem na auto definição de Seu Milton, que junto com os irmãos Honorato e Manoel (Figura 37) liderou o processo de mobilização local pela criação da Resex no final da década de 1990 e relata o período.

Nós aqui quando começamos a Resex fizemos essa Resex aqui baseado nessas pescarias de camarão. Os pescadores de fora que vinham aqui com aqueles balões grandes, 100, 150 barcos aqui na região e a gente viu que aquilo tava acabando com a pescaria daqui. Eu mesmo fui um dos cabeças pra poder criar a Resex aqui com os pescadores porque a pescaria é destruidora. Os pescadores de linha e de redinha pequena não pegavam mais a quantidade que pegavam mais antigamente devido a essa pescaria que era muito predatória. Fizemos a Resex aqui com esse objetivo, de acabar com os barcos de fora que tavam destruindo pra não poder acabar. Se continuasse do jeito que tava aqui, o pescador pequeno nem conseguiria mais sobreviver aqui. (“Seu Milton”, extrativista da comunidade de Corumbau, em entrevista concedida para essa pesquisa em 10 abril 2014).



Figura 37: Manoel, Honorato e Milton, os três irmãos que iniciaram a mobilização pela criação da Resex Corumbau. (Fonte: Carmo, H. 2010, contracapa).

“Seu Honorato” Deoclesiano do Carmo, irmão de Milton, também mora na vila de Corumbau e contou que saiu de Barra Velha cedo, tendo ido trabalhar na construção civil quando jovem. Quando retornou a Corumbau percebeu que o local estava sendo tomado por barcos de fora e se preocupou com o que iria restar para as futuras gerações. Tem facilidade para escrever versos e relata em forma de poesia os acontecimentos da vila. Em entrevista, comentou sobre o período de criação da Reserva:

O pior é que não respeitavam ninguém. Chegavam duzentos barcos aqui. Tô te falando... Duzentos barcos. Vinha de Prado, Alcobaça, Caravelas, Campos, por aí fora. Isso aqui ficava assim ó, sabe? Você sabe que pescador é um bicho meio chato... Hum, hum, (faz gesto com a mão indicando que bebem), ficava na porta da casa das pessoas, bagunçavam ... A gente sentiu que a gente tava... Poxa, vamos tomar uma iniciativa e aí começamos a trabalhar sobre isso.... a gente sentiu que o nosso lugar, o pessoal tava devorando o que a gente tinha aqui, aí pensamos, nem em nós, que já estamos ficando assim de uma certa idade, mas pensamos no nosso próprio futuro, que eu falo é nossos filhos, nossos netos. Então, se isso aqui acabar, como é que ele vai dizer amanhã, “pô, meu pai falou que aqui tinha tudo e agora olha aí, não tem nada”, então eu fui num caminho para a gente criar uma reserva extrativista aqui, na ponta do Corumbau. Porque essas reservas tinha lá no Acre, com Chico Mendes. “Seu Honorato” Deoclesiano do Carmo, em entrevista concedida para essa pesquisa, abril 2014).

Lobão (2006) relata também a partir de falas de “Seu Honorato” que o ano de 1999 foi de muita mobilização na comunidade, inclusive com o fechamento da barra do Rio Corumbau aos barcos de fora, que assim ficavam impossibilitados de desembarcar o camarão pescado. Em entrevista para essa pesquisa, “Seu Honorato” comentou sobre o processo de mobilização para a criação da Resex:

Aí então a gente começou a pensar nisso, e tentar assim, eu e mais dois irmãos. E aí, agora rapaz, como é que a gente vai fazer? Mas aí nessa época, existia um juiz de direito, Dr. Julio Cesar Ferreira Brandão (...) Ele era de Prado e falou os menino, ele falava assim meio metido, os menino, tem um CNPT que faz essas coisas. De amanhã em diante eu vou começar a trabalhar sobre isso. A gente ficou assim, a gente tava meio desorientado, porque olha, a gente que mora aqui nesse lugar, não tem muita experiência... Só procura, pensava que aqui dava mais pra viver e esse problema é muito sério. Aí ele ajudou a gente e criamos isso aí. (Fala de “Seu Honorato” Deoclesiano, um dos três irmãos líderes do movimento que criou a Resex, morador de Corumbau, em entrevista para essa pesquisa, Abril, 2014).

Com o apoio de um magistrado em Prado que conhecia o mecanismo legal da Reserva Extrativista e percebeu que possivelmente atenderia a demanda dos

pescadores, foram colocados em contato com técnicos do CNPT e deram início ao processo para a criação da Unidade.

A solicitação inicial para a criação da Resex contava com 60 assinaturas, e posteriormente ganhou a adesão das comunidades de Barra Velha, Caraíva e Cumuruxatiba, requerendo a ampliação dos limites da Reserva e com isso colaborando para que o CNPT concluísse que os pescadores de Corumbau e demais localidades estavam mais organizados e empenhados na criação da Resex de Prado, que acabou não sendo autorizada (LOBÃO, 2006).

Se na região de Corumbau o processo de mobilização para a criação da Resex colocou em foco a questão do conflito sobre os direitos da exploração dos recursos marinhos entre os locais e os de fora, reacendeu também uma questão local sobre a identidade, explícita na ressalva inicial das comunidades de Caraíva e Barra Velha à inclusão dos extrativistas de Cumuruxatiba. Conforme relatos diversos, as demais localidades que hoje compõem a população extrativista da Resex foram sendo incluídas na proposta de criação da UC enquanto essa ainda tramitava em Brasília.

A vila de Cumuruxatiba inicialmente foi uma das que sofreu maior resistência de outras comunidades. “Seu Honorato” comentou em entrevista que muitos não queriam a inclusão da vila de Cumuruxatiba, por ser considerada ‘vila de brancos’, em alusão à maior urbanização da vila e aos muitos moradores vindos de outras localidades do país que atuam principalmente no setor de turismo. No entanto, chegaram à conclusão de que não apenas a adesão de outros extrativistas daria força à ação que promoviam, como também havendo a comunidade de lá se interessado e possuindo um grande número de pescadores artesanais, seus interesses comuns suplantavam as diferenças.

Nesse processo de mobilização para requerer uma política pública específica, nota-se que a população residente no entorno da Resex passou por momentos de reflexão acerca de sua própria identidade como grupo social. Pela configuração das leis que regem a criação e implementação de UCs, essa auto definição fora também norteadada pela concepção de população tradicional e de pescador artesanal extrativista, termos que embora ‘estrangeiros’, foram sendo ressignificados pelos extrativistas do entorno a partir das noções de origem étnica, familiar e territorial.

Analisando-se esse processo inicial de mobilização percebem-se também as associações temporárias entre grupos sociais distintos, em torno de interesses comuns que se formam na contemporaneidade, conforme discutem Bauman (2005), Giddens (1991) e Melucci (2001). No caso da Resex Corumbau, essa associação se formou não apenas entre os moradores de localidades que até então não possuíam muita interação cotidiana, como também entre essas comunidades e organizações da sociedade civil de cunho ambientalista, interessadas na proteção ambiental nas proximidades do Parque Nacional Marino de Abrolhos.

“Seu Antônio”, morador antigo de Cumuruxatiba, explora o passeio turístico de barcos, é um dos entrevistados que confirma a história:

E surgiu a Reserva Extrativista por intermédio do Corumbau, a sede total é em Corumbau. Aqui então depois todo muito achou de acordo ser também a Reserva Extrativista aqui em Cumuruxatiba. Ela é digamos a metade de Prado pra cá, e até a praia de Curuípe aí assim. Agora melhorou, porque a história é a seguinte: quando surgiu a Reserva Extrativista Marinha de Corumbau então os barcos de Corumbau pescavam camarão e aí apareceu um pessoal de Campos, com os barcos para pescar camarão também. E aí os barcos de Caravela, Alcobaça então tinha as vezes de ter 300, 350 barcos só pescando camarão. (“Seu Antônio”, extrativista, morador de Cumuruxatiba em entrevista para essa pesquisa, abril de 2014).

A exploração do camarão por barcos pesqueiros vindos de outras localidades possibilitou também, conforme ressaltou Carvalho (2014), na introdução das embarcações a motor e na alteração nos apetrechos de pesca, a partir do conhecimento trocado com esses pescadores de fora. Segundo o mesmo autor, a partir da década de 1980, com a modificação do perfil da pesca na comunidade de Corumbau, a figura do atravessador passou a ter maior importância, pois ele era não apenas o que compra o pescado, mas também o que intermedia a compra de apetrechos e a manutenção das embarcações. É ele também que transita entre a esfera local/tradicional e o mercado/tecnologias. As observações de Carvalho remetem, no contexto da Extensão Rural, aos estudos que retratam o aumento da dependência dos produtores de insumos vindos ‘de fora da porteira’ a partir da Revolução Verde e que acabam gerando distinções até então inexistentes. Outros pesquisadores como Michellin (2006) e Siqueira (2007) relataram ouvir de extrativistas no entorno que o uso do barco a motor, pelo custo do combustível, torna a atividade de pescar mais cara, necessitando se capturar mais peixes para subsidiar o custeio do barco.

Considerando-se os embates travados durante o processo que antecipou a criação da unidade, Lobão (2006) comenta sobre as disputas envolvendo órgãos como o IBAMA, o Ministério do Meio Ambiente, a FUNAI e o CNPT. O IBAMA se posicionava favorável à criação de uma unidade de proteção integral na região e questionava a legalidade de dar exclusividade na utilização dos recursos a um grupo específico de interessados (os pescadores), sendo o mar um bem público. Além disso, exigia da FUNAI uma declaração da inexistência de terra indígena nos limites da RESEX. Essa, por sua vez, se manifestou afirmando que a TI Barra Velha encontrava-se em processo de revisão territorial, sendo impossível afirmar que uma provável ampliação não expandisse os limites até os terrenos da Marinha, mas que o acesso ao mar deveria ser garantido de qualquer forma aos índios Pataxó residentes em Barra Velha, que tradicionalmente utilizavam os recursos marinhos. Ressaltou ainda, segundo Lobão (ibidem), a inexistência até aquele momento de terras indígenas demarcadas em áreas marítimas, sobre o espelho d'água, como era a proposta da Resex e que por isso a FUNAI não teria como dar garantias para o futuro, caso houvesse, por exemplo, um reordenamento dos terrenos da Marinha. Contrariando o entendimento do escritório central do IBAMA em Brasília, representações locais das UCs de proteção integral, como a do Parna Descobrimento e do Parque Nacional Marinho de Abrolhos manifestaram-se favoráveis à criação da Resex, como argumento de que a criação da Resex diminuiria a pressão sobre a utilização de recursos nos dois parques.

Segundo Lobão (2006), esses embates entre diferentes instituições responsáveis pelo gerenciamento ambiental e pela execução das políticas voltadas para populações indígena e tradicional ocorreram sem que a população concernida, fosse extrativista ou Pataxó, tomasse notícia dessas disputas. Tal conflito entre instituições demonstra a falta de comunicação e de ações coordenadas entre as instituições públicas. Mais do que uma disposição para uma 'ação comunicativa', nos moldes defendidos por Habermas (1989), percebe-se uma desconfiança mútua entre as instituições – FUNAI e MMA: a primeira temendo que a proximidade da Resex com os limites da Terra Indígena viesse a servir no futuro para a diminuição da mesma. O MMA preferia que não fosse permitida a exploração dos recursos naturais

na área da Resex. Por fim, conjunturas externas parecem ter influenciado a decisão final pela criação da UC.

Esse processo ocorreu na mesma época em que o governo federal realizou festividades na região em comemoração aos 500 anos do Descobrimento do Brasil, fato que possibilitou a ampliação dessas demandas para além dos círculos locais e da esfera do Estado. Naquela ocasião o conflito fundiário do povo Pataxó que pleiteia a ampliação dos limites do Parna Monte Pascoal foi evidenciado na mídia desencadeando uma ação pela ‘retomada’ das terras indígenas, que se estende até o momento de escrita desta tese, em 2015.

Na interpretação de Geertz (2008), as festividades propiciam a explicitação no espaço público dos conflitos e dilemas da cultura, permitindo a seus participantes expor e tomar consciência das diferentes visões de mundo que circulam, com maior ou menor liberdade, na sociedade.

Embora não seja o tema dessa pesquisa, a importância dessa população indígena para a configuração identitária e territorial da região é evidente e desde 1991, os dados do Censo apontam um crescimento expressivo da autoidentificação como indígena na região. Em Porto Seguro, os dados do IBGE apontam uma população indígena de 5.329 pessoas em 2010, sendo que em 2000 eram 2.549 e em 1991 eram 2.337. No município de Prado, 2.191 pessoas se declararam indígenas em 2010, sendo que em 2000 os dados são de 941 pessoas e em 1991 apenas 61. As explicações para esse aumento vão desde políticas públicas voltadas para essa população até um processo de reafirmação de identidade indígena na região que vem crescendo desde 2000, época de comemoração do Descobrimento.

Teoricamente, o aumento da população indígena na região nas últimas décadas remete às considerações de Taylor (1989) sobre as noções de autenticidade e reconhecimento. Desde o início deste século, a população indígena na região vem se envolvendo em ações para retomarem o território que defendem ser de seu povo utilizando-se da identidade Pataxó como fator de reafirmação pública de sua autenticidade, quanto detentora de direitos específicos concedidos pelo Estado às populações indígenas e tradicionais.

Após a atuação de diferentes grupos de pressão, a Resex foi finalmente criada por meio do Decreto Presidencial s/n, publicado no DOU de 21 de setembro de 2000 (BRASIL, 2000), com o objetivo de “garantir a exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da área” (ICMBio, 2002:1). Sua área foi estabelecida sobre o espelho d’água, totalizando 89.596,75 hectares, situada entre os municípios de Prado (ao Sul) e Porto Seguro (ao Norte), e a Noroeste do Parque Nacional Marinho de Abrolhos, no Estado da Bahia. A Reserva tem como limite continental a linha do preamar, estando assim protegida apenas a área marinha, não sendo área protegida os locais de moradia da população extrativista local.

Os limites da Resex constituem um problema ainda sem resolução até o momento, que refere-se ao estabelecimento de uma zona de amortecimento que englobe também uma porção continental, onde residem os extrativistas. Como já ressaltado anteriormente neste trabalho, a medição da linha do preamar, sob a qual é considerada área da Marinha, data de 1946 e estudos apontam o aumento do nível do mar em todo o planeta, o que faz com que a medição utilizada esteja defasada.

O Termo de Concessão Real de Uso sobre a Unidade só foi entregue à comunidade em 2014, atraso esse causado, principalmente, pela necessidade de constituição de uma Associação legalmente constituída que representasse todas as comunidades que compõem a população extrativista tradicional da Resex.

Após a criação oficial da Unidade, um Acordo de Cooperação Técnica foi firmado entre o IBAMA/CNPT e a organização não governamental Conservação Internacional (CI), que já atuava na região de Abrolhos desde 1996. Esse Acordo viabilizou a elaboração do Plano de Manejo, com a participação também da Associação Pradense de Proteção Ambiental. O projeto possibilitou a realização de cerca de 40 reuniões com a população local, além de estudos socioeconômicos e biológicos que serviram de base para o Plano (conforme determina a Lei do SNUC), aprovado em 21 de setembro 2002, pelo Conselho Deliberativo também foi empossado naquela data. O Conselho foi composto por representantes das comunidades de Cumuruxatiba, Imbassuaba, Veleiro, Corumbau, Barra Velha, Caraíva e Curuípe. Além de representantes dos extrativistas, compunham ainda o

Conselho representantes do Parna Descobrimento, Parna Monte Pascoal, Secretaria Municipal de Agropecuária de Prado, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Seguro, Câmara Municipal de Prado, Ministério Público Federal, Associação Comercial de Turismo de Cumuruxatiba, Associação Pradense de Proteção Ambiental, Instituto Baleia Jubarte, Instituto Conservation International- Brasil, Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Carroula e Associação Flora Brasil.

Também em setembro de 2002 ficou decidida a criação de câmaras técnicas para análise e elaboração de propostas nos setores de turismo, pesquisas e definição de uma zona de amortecimento da Reserva. Apesar da criação do Conselho da Unidade ter ocorrido em 2000, o decreto oficial só foi publicado em 2006. Em dezembro de 2014 o Conselho Deliberativo teve sua 47ª reunião, desde a criação da Resex.

O Plano de Manejo é uma determinação estabelecida pela Lei 9985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. É o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais da Unidade, se estabelece o seu zoneamento, as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais. O Plano de Manejo da Resex Corumbau (Anexo 1) estabelece que a principal meta a ser alcançada é fundamentar os meios de sobrevivência dos extrativistas pertencentes à Resex em fontes produtivas sustentáveis. Dentre as atividades aprovadas para a Unidade estão o aproveitamento de recursos pesqueiros nas modalidades de pesca artesanal, pesca subaquática amadora, pesca esportiva, ecoturismo, aquicultura e beneficiamento e comercialização de pescado. Também foi delimitada uma área de exclusão à pesca, localizada sobre os Recifes Itacolomis que, segundo relatos de pescadores e também de dados apresentados por Carvalho (2014), foram incluídos por iniciativa das entidades ambientalistas que auxiliaram na elaboração do Plano, especialmente a organização Conservação Internacional, que amparada em estudos científicos apontava a necessidade de criar áreas protegidas em ambientes recifais. Segundo esse autor, a CI, em sua política de atuação global já vinha experimentado manejo semelhante na Califórnia, México e Nova Guiné. A ideia seria que áreas de exclusão permitiriam a reprodução dos peixes, o que

acarretaria em aumento da biomassa, melhorando a pescaria e impossibilitando o esgotamento do recurso localmente.

Ainda segundo Carvalho (ibidem, p. 66), tal versão é rebatida pelo coordenador do projeto na época, Guilherme Dutra, que afirma que havia a proposta de fechamento das Barras (referindo-se às Barras dos rios Cahy, Corumbau e Caraíva), pois eles (os extrativistas) entendiam que essas áreas eram berçários, *proposta que veio da comunidade*". Percebe-se já nesse momento a influência do saber científico, reconhecido como confiável e com maior status social junto à sociedade em geral.

O processo que antecedeu a elaboração do Plano de Manejo e o subsidiou foi relatado por alguns membros da comunidade. "Seu Milton" e outros moradores de Corumbau, Barra Velha e Cumuruxatiba confirmam a participação da comunidade nas reuniões para elaboração do Plano, porém o aspecto da conservação ambiental, visível principalmente nas restrições do Plano de Manejo, ainda são objeto de ressentimento por parte de alguns.

Os pescadores artesanais têm que arcar com uma série de restrições impostas em nome da recuperação de certas espécies e eu me pergunto se foi a pesca artesanal que acabou com essas espécies...(Representante no Conselho Deliberativo em conversa informal, abril 2014).

Eu tenho essa barraca aqui há mais de 20 anos, não tem nada de alvenaria, é tudo madeira, fincada na areia, longe da água. É nessas barracas que o turista tem como sentar e comer um peixe. Se não tiver a barraca, pra quem que o pescador vai vender o peixe? Tudo bem se eles viessem aqui e falassem : ó só pode ter tantas mesas, ou não vai mais ser permitido construir barracas, mas acabar com essas aqui, pequenas, que garantem a nossa sobrevivência é muito injusto. Enquanto isso, quem é rico vai construindo mansão muito mais perto da linha da maré e ninguém fala nada com eles. (Comerciante, dono de um restaurante na Ponta de Corumbau em conversa informal, abril 2014).

Pra tudo tinha uma regra, barco balão, linha, rede, tudo enfim, botamos ai, numero de pescado, entendeu? De camarão, as coisas que a gente pescava só não o peixe é que não teve regra, e de mergulho não teve regra, mergulho autônomo, não de mergulho profissional de garrafa, mas mergulho natural. Isso foi pra colocar no Plano de Manejo e o povo não cumpriu o plano de manejo. Os barcos tinha um limite, nós botamos no Plano de Manejo 35 barcos aqui na área da Resex, Corumbau, 35; Barra Velha, 4 barcos; Caraíva parece que botamos 8 barcos, que a população lá não vive da pesca, Cumuruxatiba trinta, trinta e dois barcos. Pra poder

viver, trabalhar dentro da Resex e não aumentar o número de barcos para poder não acabar com nossa fatura. (“Seu Milton” Deoclesiano, em entrevista concedida para essa pesquisa, abril 2014).

Na verdade, o texto publicado no Plano de Manejo estabelece o limite máximo de embarcações na UC como 100, sendo 50 no setor Norte e 50 no Sul, devido à extensão da Resex e às diferenças entre as comunidades. Os limites e as comunidades que exploram cada setor são: - Setor Norte: porção da RESEX localizada entre a Pedra do Tauá (latitude 16° 59’ 25,40”S) e a Ponta do Jacumã (latitude 16° 43’ 20,41”S); explorada pelas comunidades do Veleiro, Corumbau, Aldeia da Barra Velha, Caraíva e Curuípe. Setor Sul: porção da RESEX localizada entre a Pedra do Tauá (latitude 16° 59’ 25,40”S) e a Barra do Rio das Ostras (latitude 17° 13’ 29,00”S). É explorada pelas comunidades de Japara, Cumuruxatiba, Imbassuaba e Barra do Cahy. A Linha do Preamar Médio (LPM), definida pelo Decreto Lei 9760/1946, é o limite da Resex com o continente.

Desde a criação da Resex, o Conselho Deliberativo tomou uma série de decisões que se relacionam às possibilidades internas de uso dos recursos e das atividades possíveis dentro da área. De acordo com o Plano de Manejo estabelecido, os extrativistas e demais usuários devem se enquadrar em uma das categorias descritas no Quadro 6 para poderem praticar a pesca na área da Resex:

Classificação	Requisitos	Direitos Permitidos
Pescador Principal	Residir na área da Resex há pelo menos quatro anos Praticar a pesca como atividade indispensável à sua sobrevivência por pelo menos quatro anos na área da Resex	- Praticar todas as modalidades de pesca permitidas no Plano de Manejo; - Votar nas assembleias da RESEX.
Pescador secundário	Residir na área da Resex há pelo menos quatro anos Praticar a pesca como atividade econômica há pelo menos quatro anos na área da Resex	Praticar as modalidades de pesca permitidas no Plano de Manejo, com exceção da pesca com arrasto de porta simples de fundo (conhecida localmente com balão). Se a modalidade de pesca usada for a “pesca de rede de espera”, o número máximo de panos utilizados na pescaria ou presentes na embarcação, não poderá ultrapassar 5 (cinco), com até 100 (cem) metros cada um.
Morador local e eventual pescador	Residir na área da Resex há pelo menos quatro anos	-Praticar apenas a “pesca de linha e anzol” ou “pesca de polvo” com uso do bicheiro, sendo proibido comercializar

Demais usuários	Possuir autorização especial expedida pelas associações locais de acordo com regras e normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, atendendo à legislação específica. Essas regras e normas deverão estar em conformidade com critérios estabelecidos em assembleia.	<ul style="list-style-type: none"> - Praticar a apenas a “pesca com linha e anzol”, sendo proibido comercializar; - Capturar até 20 (vinte) quilos de peixe e uma peça por dia, por autorização
-----------------	--	---

Quadro 6: Classificação dos beneficiários da Resex Corumbau. Fonte: Plano de Manejo da Resex Corumbau, 2002, Artigos 9 e 10.

Em 2006, o Conselho Deliberativo acrescentou ainda o seguinte texto ao Artigo 9 do Plano: “População Tradicional Extrativista da RESEX Marinha do Corumbau são os nativos com raízes na pesca e seus familiares e aqueles que vivem da pesca e moram desde 21 setembro de 1996 na RESEX (4 anos de sua criação). ” Para a atividade turística, é necessário que a embarcação pertença a alguém que resida há pelo menos quatro anos na área da Resex.

No processo de elaboração do Plano de Manejo e, posteriormente, em 2004, conforme relatou Lobão (2005), a discussão nas comunidades sobre quem deveria ser categorizado como população tradicional da Resex foi marcada por um descompasso entre o tempo requerido pela comunidade para se reunir e discutir suas propostas e o tempo possibilitado pelos trâmites burocráticos para a criação do Plano. Lobão salienta que o objetivo das Reservas Extrativistas seria assegurar a posse do território e pelos direitos de uma determinada população, mas ao se transformar também em uma política ambiental que visa assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais impõe a identidade “tradicional” para a população atendida. E assim também o saber científico é muitas vezes mais reconhecido como válido para a orientação do uso dos recursos naturais. No contexto de definição dos beneficiários da Resex, Lobão (2005) analisa que embora várias reuniões tenham sido feitas ao longo dos dois anos que antecederam a aprovação do Plano, as atas de reunião da época permitem verificar que as noções de tempo de moradia e forma de produção foram na verdade sugeridas por técnicos da CI-Brasil, que coordenavam os trabalhos.

O Plano de Manejo foi concebido para ser revisto periodicamente, sendo que a primeira revisão deveria ter ocorrido em 2005, mas ainda não aconteceu. Algumas adaptações, como a exemplo do texto citado acima, incluído posteriormente, vêm sido feitas ao texto em caráter esporádico. Segundo Ronaldo Oliveira, que é gestor

da Unidade desde 2002, a revisão do Plano requer que sejam feitas diversas reuniões nas comunidades para se discutir as mudanças necessárias e tanto a falta de mobilização dos extrativistas em nível local, quanto a de recursos provenientes do ICMBio foram os principais motivos para o atraso desse processo de revisão. Durante a pesquisa em campo, também foi observado que na prática, não existe diferenciação entre as categorias principal e secundário, no dia-a-dia da comunidade, o que foi confirmado pelo órgão gestor.

Ronaldo Oliveira afirma que não presenciou o processo de construção do Plano, mas percebe em seus atuais 12 anos na presidência do Conselho da Unidade que algumas expectativas além das competências do Estado foram criadas na comunidade, que se ressentem ainda hoje das promessas não cumpridas e a falta de reconhecimento de suas demandas. Tal ressentimento compromete inclusive a participação de membros da comunidade que veem com descrédito as propostas relacionadas à Resex e discutidas nas reuniões das Associações locais de pescadores e pelo Conselho Deliberativo.

E nítido também assim, até hoje cobram muito por promessas feitas no momento de criação. Promessas que não são adequadas do ponto de vista da competência do órgão vinculado ao MMA. O pessoal cobra coisas que não é de competência do órgão, pode ser de competência do Estado, mas logicamente como eu tento sempre frisar para eles, o Estado não vai dar respostas sem a devida organização e pressão e são questões que ainda ficam no ar aqui na Resex. (Ronaldo Oliveira, servidor do ICMBio e gestor da Unidade desde 2002, em entrevista concedida para pesquisa em Outubro de 2014).

O gestor ainda comentou sobre a influência do discurso ambientalista na configuração da Resex, o que já fora objeto também de comentários no estudo de Ronaldo Lobão (2006). O embate entre os interesses dos pescadores em garantir o acesso ao mar e seus recursos e o de entidades ambientalistas e do próprio Estado em proteger o ecossistema costeiro vem possibilitando, desde a criação da Resex, uma relação por vezes conflituosa, conforme já demonstram estudos como os de Lobão (2006) e Carvalho (2014) e confirmados em entrevistas realizadas para essa pesquisa: foi uma Unidade criada, sabe, porque ela nasce na perspectiva da conservação, isso para mim é muito claro (fala de Ronaldo Oliveira, gestor da Unidade, em outubro de 2014).

Carvalho (2014) comenta que a CI Brasil desenvolvia trabalhos na região de Abrolhos na perspectiva de ampliação de áreas de proteção marinha e nesse sentido, a criação da Resex Corumbau alinhava-se aos objetivos da entidade.

Lobão (ibidem) chama ainda a atenção para o fato de que a partir do SNUC, a criação de reservas extrativistas está condicionada à existência de uma ‘população tradicional’ que necessita de um determinado território e seus recursos para a reprodução social e que devem se organizar em uma associação para através dela se fazer representar perante o Estado e outros atores. Essas duas condicionantes, segundo Lobão, fazem com que o processo de implementação da Resex em Corumbau tenha se dado de maneira ‘forçada’ a atender essas demandas, ainda que motivado por anseios reais da população pescadora local. A organização por meio de uma associação formalmente constituída e a autoidentificação com o termo “população tradicional” são imposições externas, ligadas à lógica do Estado Moderno, conforme ressaltado na parte teórica dessa tese, nas considerações de Scott (1985) e Giddens (1991). As dificuldades advindas desse ‘ruído’ que se interpõe entre os discursos dos atores envolvidos dá margens ao questionamento sobre a efetividade das políticas de atenção às populações tradicionais que já partem de princípios e lógicas não pertencentes aos modos de fazer dessas populações. A pergunta que surge então desse cenário é: como possibilitar a diminuição das distinções nos padrões de desenvolvimento, compreendido como ampliação nas possibilidades de escolha e acesso e de reconhecimento entre diferentes modos de vida que foram criadas a partir da Modernidade e que colocam, na contemporaneidade, alguns grupos em situação de subcidadãos (Souza, 2012) ou de neocolonizados (Lobão, 2006)?

Diferentes relatos colhidos em campo, tanto de extrativistas, quanto do gestor da Unidade, afirmam que o sentimento de identidade comum não era algo existente entre os moradores das diferentes comunidades na área adjacente à Resex Corumbau. A descendência Pataxó é bastante expressiva, assim como a negra, porém é comum ouvirmos pessoas que afirmam não ser índios, embora relatem ter pai e mãe na Aldeia, ou ainda terem nascido em Barra Velha. Alguns se definem como pescador, outros como nativo, denominações mais comuns nas comunidades de Cumuruxatiba

e Caraíva; nessa última inclusive, a associação local é denominada Associação dos Nativos de Caraíva (ANAC). Em Corumbau é mais comum encontrar pessoas que se autodefinem como indígenas e que expressam uma espécie de orgulho ao fazer essa afirmação, e identificando-se aos movimentos de etnogênese na região que visam marcar no espaço público uma ancestralidade, uma autenticidade que resultam em direitos legais.

Se tal processo de auto identificação, seja como extrativista ou indígena, pode possibilitar um fortalecimento do grupo como representante de demandas específicas perante o Estado ou outros agentes, o autorreconhecimento de cada ‘nativo’, extrativista, pataxó, pescador, marisqueira, como pertencente a um grupo comum, denominado então como população tradicional pelo Estado é algo que não se dá apenas pela existência de uma associação ou de dispositivos legais que solicitam essa identidade comum, mas um processo em construção, que passa por momentos de maior ou menor solidariedade dos membros do grupo. Ronaldo Oliveira, gestor da UC desde 2002, comenta sobre as diferenças no nível de participação dos extrativistas entre as Resex Cassurubá, Corumbau e Canavieiras, todas no Estado da Bahia:

Olha, há um elemento subjetivo mesmo, de por exemplo quem está à frente, as lideranças que assumem, terem, serem mais espontâneo, mais ativos, mas eu diria que tem mais do que isso, diria que tem uma questão estrutural, a questão estrutural que tem a ver com a lógica histórica da localidade. Principalmente Canavieiras. Canavieiras tem uma colônia que todos os meses faz reunião com mais de cem pessoas. Uma questão que independe, anterior à Resex. E isso também porque? Todo mundo vai a Canavieiras. Feira, época de feira em Canavieiras os marisqueiros estão lá levando seus produtos, estão sempre conversando, trocando. Então essa ida à Canavieiras é uma realidade deles, eu não sei se mudaram, mas as reuniões do Conselho são todas em Canavieiras. Se por um acaso não tivesse apoio para o transporte eles iriam do mesmo jeito. Porque eles tem essa lógica eles ir. Então eles vão a Canavieiras e aproveitam e fazem as coisas deles. Tem uma lógica diferente. [...] Cassurubá é um pouco mais difícil, mas todos vão ou a Caravelas ou a Nova Viçosa, a depender de onde residem, mas eles tem os pontos de encontro. A Resex Corumbau não tem, pelo contrário, foi a Resex que trouxe essa unidade dessas comunidades. Porque não é à toa que no seu nascedouro o pessoal lá de Corumbau não queria os outros ‘brancos’ de Cumuruxatiba, não existia essa liga, pra dizer assim é algo comum, na verdade foi forçada (Ronaldo Oliveira, gestor da Resex, entrevista concedida para essa pesquisa, setembro de 2014).

A Resex Corumbau, segundo o gestor, possibilitou o encontro de familiares que não se viam há anos, especialmente nas ocasiões festivas e mais regularmente nas reuniões de seu Conselho Deliberativo. Observou-se durante a pesquisa que raros são os encontros entre extrativistas de comunidades diferentes, a não ser nas ocasiões de comemorações do aniversário da Resex. Aqueles que são Conselheiros se vêem mais frequentemente, seja nas reuniões ordinárias ou em oficinas e eventos que ocorrem em outras localidades e das quais participam como representantes da Unidade. Os motivos vão desde as dificuldades de deslocamento até à falta de costume. Os moradores de Cumuruxatiba e Imbassuaba estão mais próximos geograficamente e o comércio, as escolas e o posto de saúde de Cumuruxatiba estreitam a relação entre as duas comunidades, que quando necessitam de algum serviço especial se deslocam até Prado (30 km) ou Itamaraju (70 km). Veleiro possui uma relação mais próxima com Corumbau, assim como Bugigão e seus moradores recorrem mais a Itamaraju quando necessitam ir ao mercado, ou ao médico. Barra Velha e Caraíva, por sua vez, também possuem relação mais próxima entre si e os extrativistas que moram nessas localidades recorrem mais a Arraial d'Ajuda, Itabela ou Porto Seguro.

Assim, sob o manto classificatório de população tradicional e sob a delimitação geográfica de um espaço como Resex, há trânsitos físicos e simbólicos bem como aproximações e distanciamentos identitários que escapam a uma visão mais homogeneizada que a gestão por parte do Estado propõe (Scott, 1985).

Em termos de organização, os extrativistas estão reunidos em quatro associações: Associação da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau – AREMACO, com sede na Ponta de Corumbau; Associação dos Pescadores de Cumuruxatiba, com sede em Cumuruxatiba; Associação dos Pescadores Artesanais e Amigos da Costa do Descobrimento, com sede em Imbassuaba e a Associação dos Nativos de Caraíva (Plano de Manejo da Resex Corumbau, 2002).

Segundo relatos coletados durante a pesquisa junto aos extrativistas, a AREMACO foi criada na época em que a comunidade se organizou para solicitar a criação da Reserva Extrativista, como uma exigência legal do processo de criação da UC e representava extrativistas de todas as comunidades. As outras associações

foram criadas posteriormente visando uma representação mais direcionada. Mais recentemente foi criada a chamada Associação Mãe – Federação da Associações da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, visando englobar todas as associações locais, facilitando assim a representação da comunidade em outras esferas. Sobre essas Associações representativas, foi relatado por diferentes fontes, durante a pesquisa, que pouco tempo depois da criação, outras comunidades optaram por criar suas próprias associações devido a conflitos com a AREMACO. Na própria comunidade de Corumbau, a Associação saiu das mãos das pessoas ligadas ao grupo político que lutou pela criação da Reserva também devido a conflitos internos. Já a Associação Mãe foi pensada inicialmente como uma tentativa de a comunidade poder se contrapor ao ICMBio, segundo o gestor da UC, Ronaldo Oliveira.

Cabe ressaltar aqui que no processo que antecedeu a criação da Resex, a AREMACO foi fundada para ser a co-gestora da RESEX com o IBAMA no primeiro momento, até se capacitar para exercer a gestão autônoma, através do Contrato de Cessão de Uso da RESEX. Seria no espaço desta associação que os pescadores iriam construir o Plano de Utilização, a ser homologado e publicado no Diário Oficial pelo IBAMA. Com a publicação do SNUC, cabe ao Conselho Deliberativo, onde os extrativistas aparecem em conjunto com outras organizações da sociedade civil, este papel. Somado a isso, divergências internas em Corumbau fizeram com que a Associação se aproximasse mais da Prefeitura de Prado, por meio de um ex-presidente da AREMACO que foi nomeado administrador do Distrito e que havia se indisposto com o grupo de “seu Milton”, presidente na época de criação da UC. A aproximação com a Prefeitura e com empreendedores que atuam no turismo local permitiu a AREMACO obter benefícios materiais para a comunidade, como construção de fossas sépticas, aquisição de gerador a óleo quando ainda não havia luz elétrica e outras melhorias. Enquanto isso, o Conselho Deliberativo passou a ser defendido como principal canal de interlocução com o IBAMA, e posteriormente o ICMBio pelo grupo ligado a “Seu” Milton, ocasionando conflitos internos em Corumbau relacionados também a essas filiações.

Alguns extrativistas que já participaram do Conselho, confirmam que já houve momentos de grande tensão entre comunidade e gestor, devido a assuntos diferentes, como fiscalização, obtenção de recursos e verbas para projetos. Essa fase,

segundo todos os relatos, já passou, pelo menos em seu momento mais crítico, no qual a comunidade chegou a pedir a saída do gestor. Durante o período de realização desta pesquisa, o discurso circulante entre muitos é que perceberam que o problema da falta de recursos e melhores condições para a pesca e para a comunidade não é devido à pessoa que ocupa a posição no momento, mas às carências materiais e de pessoal do órgão gestor e às dificuldades de mobilização das comunidades.

Os conflitos narrados acima permitem afirmar que no âmbito interno à comunidade extrativista da Resex, ocorrem não apenas visões diferentes sobre os meios a serem utilizados na interlocução com o Estado e com outros atores, mas também tensões sobre quais atores seriam os reais interlocutores da comunidade com o mundo externo: o Conselho ou as Associações? Enquanto o primeiro ampara-se em uma concepção Moderna de democracia viabilizada por meio de instituições, normas e procedimentos pré-determinados, a segunda prática remete ao particularismo das relações pessoais e de apadrinhamento. A partir de uma inclusão precária na Modernidade, como discute Souza (2012), essas populações no intuito de resolverem suas carências e demandas mais imediatas e cotidianas utilizam-se dos meios disponíveis, nem sempre institucionalizados e condizentes com a moral Moderna de igualdade de acesso aos agentes do Estado.

As críticas dos extrativistas que num primeiro momento se dirigem ao gestor passam, em um segundo momento, a serem percebidas como carências do órgão que ele representa e não de sua pessoa, especialmente para aqueles que participam mais de perto do processo de gestão compartilhada da Resex, por meio do Conselho Deliberativo. Essa percepção faz com que alguns extrativistas chamem para a comunidade a responsabilidade de pressionar as instituições competentes para terem reconhecidas e atendidas suas demandas, mas para alguns contribui para aumentar o descrédito nessa política pública e se afastarem dos processos e instâncias decisórias abertas pelo Estado.

A criação da Reserva Extrativista foi contada em forma de poesia pelo poeta da Vila de Corumbau, “Seu Honorato”, cujo talento também chamou a atenção do pesquisador Ronaldo Lobão, que editou e publicou o caderno de poesias do poeta

(CARMO, 2010). Abaixo, a narrativa de criação da Resex, nas palavras de Honorato (Extraída do livro Um poeta Brasileiro, CARMO, 2010, p.35-43)

História da reserva extrativista marinha do Corumbau

Muito tempo se passou
Os brasileiros tentando preservar a mata atlântica
Tiveram um pensamento genial
Preservando o pé do monte que deram o nome do Monte Pascoal

Muito tempo se passou
Mas se esqueceram do litoral
Até que veio a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau
Garantindo o sustento da população tradicional
Mas com uma condição
Que proteja mangue, rios e coral

Esta bonita ponta, há muito tempo desprezada
Com o trabalho da reserva que veio ser lembrada
No dia 21 de setembro de 2000
No diário oficial da união ela foi decretada
No estado da Bahia, a segunda reserva marinha a ser provada
Vou escrever a união de 3 irmãos
Sentido que seu lugar
Estava tendo grande exploração
Tomaram a providência
Com grande apoio do doutor Júlio César Freire Brandão
Querem saber o nome deles
Milton, Honorato e Manoel Conceição

Mesmo sem muita gente querer
E sem muita pista
Criamos a associação da reserva extrativista.
Fizemos isto pensando na nossa semente
É uma reserva auto sustentável e
Voltada para a proteção do meio ambiente

O trabalho da reserva não foi um trabalho de usura
Foi tentando preservar nossa vida futura
Por isto não ficamos só
Somos aliados com a vila de Veleiro
A vila de Caráva e aldeia dos Pataxós.

Mas graças ao supremo do universo
Veio o pensamento destes 3 nativos guerreiros
Junto com a população deste lugar hospitaleiro
E a proteção deste grande brasileiro
Dr. Júlio César Brandão
E este excelente técnico do CNPT
Dr. Alexandre Cordeiro
E nossa amiga com grande espírito de luta
Que se chama Nena Pinheiro

Se este pessoal não tivesse uma boa ação
Este lugar não ia ter preservação
Por certeza ia fracassar os peixes, caranguejos e camarão

Daqui a alguns anos podia ter nativos morando
Debaixo de um viaduto, mendigando um pedaço de pão

O nativo que vende seu lugar
A vantagem é pra quem comprou
A desvantagem é pra quem vendeu
É duro você perder o direito de morar
No lugar que você nasceu.

Para mim isto significa um horror
Aonde você nasceu e passou sua infância e sua adolescência
Só vai ficar na sua mente as lembranças da sua terra natal
Onde tudo começou.

Em Corumbau criamos uma reserva com grande dificuldade
Mas juntos venceremos, isto é uma grande verdade
Porque da união nasce nossa força
Isto é a realidade.

Assim mostramos, para outros lugares
Nossa força de vontade aqui somos todos iguais,
Não existe majestade

Quem pensa em nos vencer
Só vai ficar na saudade

Porque as autoridades nos apóiam
Porque é a verdade
Estamos tentando proteger
Nosso país e viver em liberdade

Em uma linda madrugada
Com o céu todo estrelado
Vem o pensamento positivo
Que as críticas dos adversários
Sirvam como incentivo

Que este trabalho inédito
Destas seis comunidades
Junto com as autoridades
Vai ficar na história
Que deus de muitos anos de vida
Aos nossos adversários
Para que eles vejam nossa vitória

Este trabalho é muito difícil
Por isto é concluído devagar
Mas confiamos em deus e vamos chegar lá
Fica um exemplo para outras comunidades
Que também quer proteger seu lugar

Toda reserva têm sua própria riqueza
Mas para dar continuidade
Temos que ajudar a natureza

Aí vem a pergunta
Como é que se faz?
Não é tão difícil,

Protegendo os recursos naturais

Se no lugar que você mora
Existem outros ambientes
Então proteja lagoas cachoeiras florestas e nascentes
Aí você está protegendo a natureza
E ajudando o meio ambiente
Antigamente a depredação era demais
Os japoneses chegaram aqui
E tiravam grande quantidade de corais
Pois não se incomodavam com os estragos que ficavam para trás.

Mas depois que este trabalho começou
Tudo isto se acabou
Quem tirou, tirou, tudo isto ficou pra trás
Quem não tirou não tira mais.
Acabou a graça de cortar mangue e quebrar corais
Podemos analisar que com o trabalho da reserva
Nós só temos a ganhar

Tudo está se modificando
Os depredadores estão sumindo
E o pescado está voltando
Com isto a população tradicional está ganhando

Ser líder de uma reserva é uma complicação
Mesmo depois dela pronta aí é que vem a preocupação
Problema interno e problema com a invasão
É gente bem intencionada, é gente com má intenção.
Uma pensa em ajudar, outros só pensam em produção

Uns acha que você está certo
Outros tiram sua razão
E não a preocupação que você tem
Uns pensam em te ajudar
Outros só pensa em se dar bem

O pessoal que mais trabalha não é assalariado
No fim da história ainda é criticado
É um trabalho bonito mas é bem complicado
É por isto que tem presidente vagabundo
Mas é isto mesmo
Nem mesmo cristo agradou todo mundo
Mas vamos sempre pensar no bem
Sem olhar pro lado do mal

Aquele que mais luta por muitos
Vai ficar na lista
Um exemplo: esquartejaram Tiradentes
E mataram Chico Mendes
Criador da primeira reserva extrativista
Mas nós não nos intimidamos
Com tudo isto que passou
Vamos continuar lutando
Pois confiamos na proteção do nosso salvador.

Honorato Deocleciano

Na poesia de ‘Seu Honorato’ percebe-se em alguns trechos a percepção de que apesar do trabalho difícil, a atividade de pescador é pouco valorizada, como por exemplo: ‘O pessoal que mais trabalha não é assalariado/ No fim da história ainda é criticado/ É um trabalho bonito mas é bem complicado’. A realidade da especulação imobiliária na Ponta de Corumbau é também comentada: “O nativo que vende seu lugar/ A vantagem é pra quem comprou/ A desvantagem é pra quem vendeu/ É duro você perder o direito de morar/ No lugar que você nasceu”. Sobre essa questão, ‘Seu Honorato’ possui uma opinião bem firme: a vila de Corumbau, assim como as outras comunidades no entorno da Resex, devem pertencer aos ‘nativos’, pois apesar das dificuldades que possam ter na região, o local oferece tudo o que necessitam para viver com tranquilidade e harmonia com a natureza. “Quem vende Corumbau vende um pedaço de seu espírito”, afirmou ele em entrevista para esta pesquisa.

Em termos de valores, as falas desse ‘nativo’ de Barra Velha, residente de Corumbau, sempre demonstram um apreço respeitoso pela Natureza, que em sua concepção deve ser cuidada pelo Homem. Não foi possível, no entanto, afirmar, no período de convivência durante a pesquisa, se seu discurso faz parte de uma concepção do mundo natural estabelecida a partir de uma ótica da vivência indígena, ou se foi incorporada de outros agentes, durante o longo processo de convivência para a criação da Resex. Tendo a analisar que sua postura remete mais a uma conduta aprendida em suas vivências familiares e comunitária locais, pois não se vê nas falas de ‘Seu Honorato’ os jargões do ambientalismo normalmente utilizados.

A seguir, são apresentados os relatos colhidos em campo e as análises do universo empírico estudado, a partir das categorias analíticas definidas nesta pesquisa.

4 OBSERVAÇÕES E ANÁLISES EMPÍRICAS

4.1 Desenvolvimento, Tradição e Reconhecimento na Reserva Extrativista Marinha de Corumbau

Esta parte da tese visa apresentar de forma analítica os dados obtidos em campo, a partir das discussões teóricas e do contexto institucional e jurídico apresentados. Embora muito já se tenha avançado nas discussões e arranjos relacionados ao desenvolvimento, conservação de recursos naturais e direitos das minorias, busca-se nesta tese contribuir para a identificação de aspectos culturais que perpassam as ações e percepções dos atores sociais que interagem a partir de uma política pública calcada no reconhecimento de uma especificidade – a tradicionalidade no modo de vida e no entendimento de que é necessário preservar a biodiversidade marinha.

As concepções morais, o ‘pano de fundo não tematizado’, como diz Taylor (1989), dos valores que orientam as escolhas individuais e coletivas apresentam-se, dentre outras formas, no entorno de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, como no caso das Resex, nas expectativas dos diferentes atores, em sua disposição para participar da implementação desse projeto, e no interreconhecimento entre as diferentes partes de seus direitos e deveres.

Optou-se por não fazer uma divisão das categorias analíticas na forma de sub-tópicos, pois percebeu-se durante a pesquisa de campo e a redação desta tese que tal divisão acarretaria em uma análise fragmentada de aspectos que estão a todo momento interligados. Assim, ao analisar, por exemplo, uma fala de algum entrevistado sob o sub-tópico denominado ‘desenvolvimento’, correria-se o risco de não considerar na mesma análise a categoria ‘tradição’ ou ter que retomar a mesma fala na próxima categoria. Por isso, os dados são apresentados e analisados de forma que as categorias analíticas estejam incluídas na interpretação dos mesmos, evidenciando, dependendo do conteúdo do dado exposto, apenas umas ou todas as categorias, garantindo assim também uma melhor fluidez do texto.

Os dados apresentados até aqui relacionados à caracterização da Reserva Extrativista de Corumbau permitem perceber que as carências estruturais, relacionadas aos serviços de competência do Estado, como por exemplo, a oferta de serviços de saúde e educação, em especial voltada para jovens e educação formal de adultos, com vistas à diminuição do analfabetismo e as dificuldades físicas de acesso aos órgãos públicos e as demandas burocráticas restringem, já de início, um desenvolvimento calcado na perspectiva da ampliação de liberdades, tal com já debatido por Sen (2010). Essas carências dividem os extrativistas no que diz respeito às ações necessárias à melhoria de suas condições de vida como comunidade extrativista tradicional. As dificuldades oriundas dessas carências impactam no dia a dia das pessoas e orientam as avaliações valorativas que fazem sobre suas prioridades, especialmente as de curto prazo.

4.2 Conflitos entre os modos de agir do Estado e da população tradicional

Conforme já discutido na Parte I desta pesquisa, as formas de agir do Estado caracterizam-se, dentre outros atributos, pela padronização dos procedimentos administrativos e pela baixa capacidade de incorporar as particularidades locais em suas práticas. As diferentes normas e procedimentos necessários para operacionalizar projetos e encaminhar pleitos junto aos órgãos públicos configura-se um gargalo, como mostram os dados a seguir.

Para muitos que vivem no entorno da Resex, cabe ao Estado (na figura do ICMBio ou do IBAMA) a oferta de melhorias por meio de recursos materiais e projetos que auxiliem na agregação de valor à pesca na região e na melhora de condições de vida. Para outros, a comunidade é que precisa se organizar melhor e reivindicar seus direitos diante das diferentes instâncias do Estado. As formas de acesso ao Estado são reconhecidos por grande parte da comunidade escutada como um fator limitante para os extrativistas. “Seu Milton” Deoclesiano do Carmo,

extrativista de Corumbau, por exemplo, comenta as dificuldades com a linguagem burocrática:

Se viesse uma lei assim para gente essa lei manda fazer isso, é boa pra vocês? A nos não somos subordinados a esse pessoal de fora, se a lei existe pra dar cobertura à população tradicional. Isso existe muito, porque existem essas leis, mas a gente não sabe lidar com ela, precisa a pessoa entender muito bem, ter uma leitura muito boa pra lidar com esse pessoal de fora, porque nosso idioma é um e a linguagem deles é outra. É muito difícil lidar com essa situação (“Seu Milton” extrativista aposentado, morador da Ponta de Corumbau em entrevista concedida em setembro de 2014.

A fala de “Seu Milton” demonstra não apenas o aspecto mais palpável dessas dificuldades em se relacionar com o Estado e com a burocracia, mas revela também as disparidades entre o modo Moderno e tradicional nas tomadas de decisão coletivas. Enquanto para os extrativistas como “Seu Milton” a linguagem oral é a que predomina, sendo os acordos com seus pares nas interações cotidianas resolvidas a partir de acordos verbais, a criação da Resex coloca-os em uma situação de desigualdade perante as instituições, quando comparados por exemplo com outros atores que convivem na UC, como os representantes das ONGs e de órgãos públicos. Do ponto de vista da ação comunicativa, tal como discutida por Habermas (1989), nos processos deliberativos coletivos aqueles que não detém o aprendizado formal que permite transitar com desenvoltura entre o mundo escrito e oral tendem a não ter as mesmas condições de participação. Além disso, mesmo quando uma decisão é acordada, por exemplo no Conselho Deliberativo, é necessário um processo de formalização de algumas decisões, feita por meio do encaminhamento de ofícios, publicação de portarias, etc. O tempo necessário para a concretização das decisões acordadas no âmbito das instituições é por vezes tão longo, que se contrapõe à lógica mais informal dos acordos orais, os quais remetem mais às tradições da população local.

As possibilidades de interação abertas com o Estado para as populações no entorno da Resex são constituídas dentro de um arcabouço legal onde a sustentabilidade ambiental e cultural são norteadoras das ações, mas que não possibilitam condições de igualdade na participação. Do ponto de vista da ‘competência’ discursiva, os diferentes interessados não se encontram em condições

de igualdade. Isso sem falar nas discussões que são travadas entre leigos e peritos e entre os próprios especialistas, nem sempre de acordo sobre os parâmetros da sustentabilidade.

Em Cumuruxatiba, o extrativista Manoel Francisco comentou em sua entrevista as dificuldades advindas da situação de não igualdade, ou da falta do compartilhamento do ideal de dignidade, como afirma Souza (2012). Manoel teve uma história de vida difícil, segundo ele, parecida com a de milhares de nordestinos que nasceram em áreas muito pobres e que tiveram que desde novo trabalhar e se deslocar para outras cidades para viver. Foi para Cumuruxatiba há cerca de 15 anos em um momento de sua vida que procurava mudar de atividade e desfrutar de mais liberdade. Conheceu a pesca por intermédio de um irmão que pescava e tornou-se pescador profissional após algum tempo. Manoel participa das reuniões na Associação de Pescadores e atualmente é Conselheiro da Resex, representante da comunidade de Cumuruxatiba. O primeiro encontro com Manoel aconteceu em 2013, em uma reunião do Conselho Deliberativo realizada em Cumuruxatiba. Naquela ocasião ele foi um dos que defendeu a aprovação desta pesquisa por parte do Conselho, afirmando que o conhecimento é sempre uma riqueza e se emocionou muito ao falar da importância da educação para as pessoas, oportunidade que lhe faltou e que reiteradamente ele menciona com pesar. Em um dos momentos da entrevista, Manoel comentou sobre as dificuldades de acesso às oportunidades reais:

Essa questão da burocracia é um câncer da humanidade, um câncer social que tá difícil de se combater. Porque a falta do reconhecimento, a falta dos recursos nos impede tudo. Isso nos dá tanta limitação que a gente não pode ir a lugar nenhum e não pode fazer nada. Nós não tínhamos aqui há até poucos dias um cartório de registro e autenticação de documentos. Nós tínhamos dificuldades de tirar uma xerox, uma cópia de um documento aqui. A gente precisa pegar um ônibus, se deslocar e muitas vezes nem o recurso da passagem nós temos. Quando eu digo nós, eu digo nós comunidade, mas como eu faço parte somos nós. É dramática a situação (...) Se o doutor dá uma esmola a um homem que é são ou o mate de vergonha ou vicia um cidadão. Eu sei que tem que se resolver os casos urgentíssimos, mas não se pode pregar numa nação a cultura de esmolos, tem que se dá verdadeiras oportunidades pra essa nação caminhar com seus próprios pés, se conduzir com orgulho, com a cabeça erguida, com dignidade, sustentar suas famílias com trabalho, com dignidade, com oportunidades justas e iguais para todos, que é muito dita e

repetida, mas que na prática não acontece. Só quem está aqui é que sabe como são difíceis essas verdadeiras, reais essas oportunidades (Manoel Francisco, extrativista de Cumuruxatiba, conselheiro da Resex em entrevista realizada em abril de 2014).

O extrativista também reiterou sentimento parecido ao de “Seu Milton” ao comentar sobre as possibilidades de a comunidade de expressar:

As oportunidades que nós temos de nos manifestarmos elas não tem sido muito..., como se diz, concretas, amplas. Nós temos a associação de pescadores que ainda carece de muita organização, muitas melhorias. A gente tem necessidades diversas, são tantas, que eu me lembro de uma gozação que o pessoal diz: me diga o que você tem, porque o que você não tem a gente já sabe que é quase tudo... (Manoel Francisco, extrativista de Cumuruxatiba, em entrevista para esta pesquisa setembro 2014).

As falas de “Seu Milton” e Manoel demonstram no mundo empírico a tensão evidenciada por Taylor (1989) entre o ideal de igualdade ou dignidade Moderno e o direito à diferença, ou à autenticidade, como chama o autor. Instruir-se na linguagem do Estado e transitar confortavelmente nela requer um afastamento ou uma transformação no modo de ser local, onde as questões são discutidas oralmente e a linguagem escrita não é apropriação de todos. Nesse ponto, evidencia-se também a crítica que Souza (2012) faz da interpretação proposta por Taylor (1989) sobre esse tipo de conflito em sociedades periféricas, como a brasileira. Souza argumenta que entre os grupos nos quais as diferenças e distinções sociais são naturalizadas a ponto de comprometer o ‘ideal de dignidade’ Moderno, que pressupõe o reconhecimento social entre os indivíduos dos direitos iguais e universais, os conflitos apresentam-se mais como uma demanda pelo reconhecimento da dignidade do que da autenticidade. É também o argumento de Fraser (apud Saavedra; Sobottka, 2009) sobre as lutas por redistribuição, que ela distingue das por reconhecimento. As falas dos dois extrativistas apresentam demandas muito mais relacionadas ao reconhecimento de direitos básicos de cidadãos, do que relacionadas a especificidades socioculturais.

A fala de Manoel ilustra muito bem a discussão apresentada por Jessé de Souza (2012) sobre a subcidadania, a inclusão precária de muitas pessoas na Modernidade, que transitam nela de forma periférica. Remete-nos ainda ao preceito do desenvolvimento presente em tantas políticas e tratados, como vistos na parte II

desta tese e que pressupõe uma ampliação de liberdade dos indivíduos e uma superação das condições de subcidadania.

Em um nível mais macroscópico Scott (1985) já debatera essa característica do Estado em se organizar para facilitar a administração “no atacado”, tornando-se míope às especificidades locais. Nessa perspectiva, a burocracia pode vir a ser utilizada inclusive deliberadamente pelo Estado como forma a dificultar a efetivação de políticas e leis que estão no papel. E em nível microscópico Lobão (2006) e Carvalho (2014), que realizaram estudos na Resex, também concluíram haver um hiato entre as intenções do Estado e as possibilidades efetivas locais. Lobão, por exemplo, comenta:

a avaliação normativa dos comportamentos é referida a um conceito de sustentabilidade cujos mecanismos e aferições estão fora do alcance dos grupos. Em outras palavras, o domínio da verdade não será disseminado entre todos os participantes, havendo a necessidade dos personagens weberianos, os profetas, sacerdotes, legisladores e gurus (LOBAO, 2006, p. 253-254).

Contrapondo-se todo o arcabouço legal e institucional que teoricamente garante o acesso das populações tradicionais beneficiárias de UCs de uso sustentável às instâncias decisórias de gestão de forma participativa visando garantir suas possibilidades de reprodução social, e as dificuldades relatadas pelos extrativistas apresentados aqui poderia-se afirmar que o reconhecimento dos direitos à autenticidade delineada a partir da categoria tradicional pelas políticas voltadas para essas populações também é precário, da mesma forma que Souza (2012) caracteriza a inclusão das sociedades periféricas na Modernidade.

As concepções Modernas de igualdade de direitos, embora se instrumentalizem institucional e discursivamente não efetivam, na prática, esses ideais, pois as condições de reprodução social dos grupos periféricos carecem de experimentação real desses direitos que, segundo o autor, são vivenciados de forma incompleta nessas sociedades. No âmbito, por exemplo, da igualdade de direitos perante o Estado, nem todos os grupos têm a mesma condição efetiva de acesso, nem tampouco as práticas de favorecimento ou a ideia de reputação deixam de coexistir em larga escala.

Uma das grandes contradições que vem à tona quando se transita pelas comunidades no entorno da Reserva é a dependência dos extrativistas de agentes externos para o acesso às informações sobre seus direitos, deveres e benefícios disponíveis. A baixa escolaridade da população e as dificuldades materiais e de infraestrutura que permitam o acesso fácil aos serviços públicos deixam a população com a necessidade de um ‘tradutor’ que faça a ponte entre as demandas locais e a linguagem requerida pelo Estado ou por outras agências.

Por um lado, pode-se questionar até que ponto é possível uma real autonomia e uma participação efetiva nas esferas de deliberação possibilitadas pelos arranjos participativos se as formas nas quais esses ocorrem dependem do aprendizado de práticas oriundas desse processo Modernizador no qual a leitura, a escrita e normas de conduta apropriados fazem parte de aspectos da Modernidade que chegaram a eles já de forma precária. Por outro lado, pode-se defender a ideia de que a necessidade dessa intermediação que é feita na prática pelas ONG’s, entidades religiosas ou extensionistas rurais garantiria de certa forma a ‘liberdade’ de não precisar se submeter às normas e práticas externas, podendo os extrativistas permanecerem ‘tradicionais’. No entanto, esse último argumento parece não se sustentar, pois a liberdade não existe de fato quando o imperativo de um intermediário não é uma escolha, mas uma necessidade.

4.3 As interações com as ONGs e com os pesquisadores

O Conselho Deliberativo da Resex Corumbau possui 66 membros, 33 titulares e 33 suplentes. Desses, seis são representantes de organizações da sociedade civil de cunho ambientalista (3 titulares e 3 suplentes) dois representantes dos comerciantes do setor de turismo que atuam na região (1 titular e 1 suplente). As entidades ambientalistas que têm assento no Conselho são: a Conservação

Internacional (CI), Instituto Baleia Jubarte (IBJ), Coral Vivo, Flora Brasil, EcoMar e SOS Mata atlântica.

Alguns extrativistas relataram tensões no relacionamento com as organizações não governamentais que participam da Resex, como CI Brasil, por exemplo, que ocupa um dos assentos destinados à ONGs no Conselho. A falta de uma melhor comunicação entre os conselheiros e suas comunidades dá margem a conflitos diversos, pois boatos são repassados a partir de uma informação nem sempre correta. Em meados de 2014 houve até um incidente com uma equipe da ong que foi ameaçada, caso insistisse em continuar uma pesquisa envolvendo a marcação de alguns pontos no mar. A autorização para essa pesquisa foi dada pelo Conselho Deliberativo, mas isso não foi suficiente para que a comunidade local permitisse que a equipe conduzisse os experimentos no mar. Ao final, a entidade desistiu de incluir Corumbau na pesquisa e o poder do Conselho e a representatividade dos representantes perante sua própria comunidade ficaram comprometidos. Pesquisadores, de forma geral não são bem-vindos em Corumbau por parte de muitos extrativistas.

O trecho abaixo, extraído da Ata 18 da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Resex, ocorrida ainda em setembro de 2005, ilustra o sentimento da comunidade em relação a essas entidades:

O Sr. Ademi diz que espera que todas estas ONG venham a ser parceiras, que não tenham interesses próprios e não enganem as comunidades, que mande seus representantes para que as comunidades possam saber de quem cobrar o compromisso assumido. Ronaldo disse que cabe esse questionamento a cada uma das associações. O Sr. Cigano pergunta se as ONGs não estão a fim de se arrumar em vez de contribuir para as comunidades. [...] O Sr. Zeca voltou a perguntar qual o interesse das ONGs no Conselho, ao que Ronaldo Oliveira disse que os segmentos com interesse na área, seja qual for, preservação, lucros no turismo etc. têm vaga no Conselho para expor suas ideias, cabe aos pescadores se organizarem para garantir que sua vontade seja respeitada, inclusive por ter maioria nos votos do conselho. O Sr. Zeca perguntou então, qual o benefício que a Flora Brasil trouxe para a RESEX, além de assinar o ofício de parceria. (Trecho extraído da Ata 18 da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Resex, setembro de 2005).

Em entrevista para esta pesquisa, Iracema Deoclesiano, marisqueira, filha de “Seu Milton”, de Corumbau, comentou sobre as interações com outros atores que convivem na Resex, como as ONGs:

A gente teve muita dificuldade com a CI. No começo porque até hoje ela encontra resistência, aqui principalmente na comunidade de Corumbau, mas acredito que em outras também, porque ela se preocupa muito com o mar, com bicho lá do mar. Tudo bem a gente criou pra preservar, mas hoje eu tenho o entendimento, essa visão que eu tô te dizendo, que eu tô aprendendo, acho que se você não cuidar dos extrativistas, não cuidar da educação desses menino hoje, não cuidar da educação dos jovens, a Resex vai ficar no mar. Quer dizer, daqui há alguns dias não vai ter mais nenhum filho de pescador que vai querer pescar, e quer dizer que a gente vai acabar criando, criou-se uma Resex para as pessoas usufruírem e irem embora e a gente ficar com os prejuízos. (Iracema Deoclesiano, marisqueira de Corumbau, em entrevista realizada em setembro de 2014).

Na perspectiva de Iracema, que é compartilhada por vários outros extrativistas ouvidos durante a pesquisa, as ongs ambientalistas desenvolvem diversas pesquisas na área sem que um retorno efetivo seja dado à comunidade, em termos de melhoria em suas condições de vida. Para muitos entrevistados, as pesquisas não beneficiam a população local e representam, na maioria das vezes, desconfortos para a comunidade.

Durante as visitas a Corumbau também foi percebida essa desconfiança e descrédito com as pesquisas realizadas na área. Bastava me apresentar como pesquisadora para as pessoas se tornarem sérias e reticentes, muitas inclusive se recusando a conversar. Alguns extrativistas, sabendo de minha presença na comunidade, orientaram outros a não conversar comigo individualmente antes de conversar com Ramon, presidente da Associação. A necessidade de assinatura do Termo de Consentimento foi um fator bastante desgastante nesse processo, causando uma enorme desconfiança da comunidade. Quando algum extrativista era entrevistado sem a presença de outros, logo alguns se aproximavam para ouvir o que estava sendo dito. Em duas ocasiões distintas foi feito contato prévio com a Associação antes da ida a campo solicitando que uma reunião fosse marcada com a comunidade para que pudessem ser feitas algumas discussões em grupo relacionadas aos temas deste trabalho, mas não houve interesse em realizá-las. Esse relato permite

evidenciar o conflito existente na comunidade de Corumbau entre a Associação de pescadores e os representantes do Conselho Deliberativo, pois toda pesquisa realizada na unidade é obrigatoriamente aprovada previamente pelo Conselho.

Assim, a única reunião possível em Corumbau para fins exclusivos dessa pesquisa foi realizada sem a permissão para filmagem ou gravação e nenhum dos presentes quis assinar o Termo de Consentimento exigido pela Comissão de Ética. Curiosamente, também foi realizada à noite, em um local na praia onde não havia luz, permanecendo assim todos na penumbra. Foi um momento de desabafo para as cerca de 25 pessoas que compareceram, a maioria homens. As mulheres presentes permaneceram caladas durante todo o tempo. Falaram principalmente da falta de apoio material por parte do ICMBio e do desgaste que já sofreram com pesquisadores, especialmente os que atuam no mar, que segundo eles só realizam pesquisas pra prejudicar as comunidades, ganham dinheiro com as pesquisas e não dão nada em troca. Há uma grande confusão entre financiamento para pesquisa e projetos. Na concepção deles, se algum dinheiro está sendo oferecido para pesquisa na Resex, esse dinheiro não deveria ficar com o pesquisador, e sim com a comunidade, daí a desconfiança e não simpatia deles por essas pessoas. Ao final dessa curiosa reunião, resolveram que cada um poderia decidir se iria ou não me conceder a entrevista, mas muitos ali também se manifestaram afirmando que não assinariam nenhum papel. Algumas das posições apresentadas pela comunidade nesse encontro estão abaixo:

Aqui em Corumbau a gente não quer mais pesquisa. Cada vez que chega um aqui é pra botar um cercado lá no mar, deixar não sei quantos meses, daqui há pouco não vai ter mais espaço para a gente jogar o anzol na água. E quando eles vai embora ainda vão falando que a gente não vai poder mais matar não sei que peixe, ou pescar em tal região.

O pesquisador vem aqui, enche o bolso de dinheiro e a gente continua sem melhora nenhuma.

Cada um é livre pra decidir por si, mas a comunidade de Corumbau já está cansada de pesquisa e não vai permitir mais nenhuma aqui até que o ICMBio converse com a gente.

Como o conselheiro pode ir pra reunião da Resex, aprovar as coisas sendo que a gente nem sabia antes o que era e se era a favor ou contra?

Nos dias posteriores, fui sendo abordada por algumas dessas pessoas que estiveram na reunião, não para a realização de uma entrevista formal, mas para um bate-papo mais descontraído. Percebi que queriam falar e que aos poucos estava melhorando o nível de confiança em nossas relações, mas por ser um local muito pequeno, onde todos vêem todos, havia também uma preocupação com os outros extrativistas nos verem conversando e dar margem a críticas locais.

4.4 Conflitos relacionados à representação da comunidade

Diversas Associações representativas da comunidade extrativista coexistem na Resex. Inicialmente, a AREMACO foi fundada como representante dos extrativistas de toda a UC, mas com o passar dos anos cada comunidade foi fundando sua própria Associação. Além delas, há ainda a figura do Conselho Deliberativo, cuja composição majoritária é de representantes da comunidade tradicional. As relações entre essas organizações nem sempre são harmoniosas e em alguns casos, há conflito com outros atores do entorno.

Lobão (2005) relatou que durante quando a AREMACO foi fundada, ainda caberia a ela, de acordo com a lei na época, gerir a Reserva, sob a supervisão do IBAMA. Quando a Resex foi finalmente criada, o SNUC acabara de ser publicado, alterando a forma de gestão dessas UCs, que passaram a ter a figura de um gestor, vinculado ao IBAMA/ICMBio que de forma compartilhada gerencia a Unidade junto com seu Conselho Deliberativo. O papel da Associação, originalmente criada como representativa de todas as comunidades da Resex, como demandava o CNPT/IBAMA, esvazia-se com o SNUC, dando margem a conflitos relacionados à representatividade da comunidade frente a outros atores.

Em Corumbau é onde essa tensão é mais percebida, inclusive também por extrativistas de outras comunidades, e também pelos funcionários da CI Brasil e pelo próprio ICMBIo tendo sido comum ouvir o comentário ‘Corumbau é difícil’. Exemplificando: em março de 2007, durante reunião do Conselho Deliberativo, o então representante de Corumbau afirmou que não poderia aprovar a ata da reunião anterior (que acabara de ser lida), pois sua comunidade não aprovaria sua atitude. Ele gostaria de levar a ata até Corumbau, lê-la para seus companheiros para então saber se deveria aprová-la ou não. Tal fato é narrado na Ata da 22ª Reunião do Conselho Deliberativo, quando o então presidente da AREMACO, Raimundo, pediu para levar a ata da penúltima reunião para apreciação da comunidade de Corumbau, antes de emitir seu voto como Conselheiro pela sua aprovação ou não:

Todos concordam com a ata. Raimundo discorda com a ata, ele diz que o pessoal de Corumbau é autoridade e não é fácil convocar reunião. Eles fizeram uma reunião em Corumbau, os pescadores pediram para autenticar a ata, para poder decidir. Raimundo fala que não tem autoridade para decidir nada, ‘não é todo mundo que vem na reunião é difícil chegar ao lugar, conseguiram pessoas para ir à reunião em Corumbau, o pessoal está amenizando a situação’. Ronaldo pergunta se o que está na ata aconteceu na reunião. Raimundo concorda com Ronaldo (Trecho extraído da Ata 23 de Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Resex, 24 de março de 2007).

Em outra ocasião, houve divergências entre a comunidade que, dividida em dois grupos rivais, não chegava a um acordo sobre a representação no Conselho Deliberativo da Resex. De um lado, estavam Raimundo e Ramon. De outro, “Seu Milton” e outros extrativistas, sendo que a divergência principal era caracterizada pelo fato de parte da comunidade considerar que Ramon e Raimundo estavam ao lado ‘dos de fora’, proprietários de imóveis e hotéis em Corumbau, e que no Conselho deveriam estar pescadores. No entanto, foram eleitos pela comunidade, em Corumbau.

Ronaldo começa a ler a Ata da última reunião. Ao ler sobre a escolha dos Conselheiros de Corumbau, informa que recebeu a nova indicação e pergunta se as duas lideranças estavam presentes nessa escolha, conforme acertado na reunião anterior. O Sr. Milton responde que ele não participou e põe em suspeição a escolha. Depois de algum debate, Ronaldo sugere que, para que se cumpra a decisão do Conselho e dilua-se qualquer dúvida, seja feita uma nova Assembleia onde haja a participação de representantes de

outras comunidades para a escolha dos Conselheiros. Branco entrevistou dizendo que não se deve ter pessoas de fora interferindo na escolha da Associação. Ronaldo explica que Corumbau terá que escolher representantes da comunidade, não só da Associação. O Sr. Milton fala que a escolha foi aprovada por uma maioria que não são pescadores. Denílson fala que Raimundo e Ramon não deveriam participar de reuniões, pois estão do lado das pessoas de fora. Ademi fala que se a comunidade escolher, os representantes serão apoiados. Albino fala que não é difícil convocar essa reunião. Nitão pergunta a Milton qual é o principal problema. Milton responde que ele apoia os pescadores, que eles tem que cuidar da RESEX e que, apesar de respeitar os de fora, não concorda em dar os seus direitos a eles. Ronaldo fala que em Corumbau os pescadores estão com suas opiniões divididas (trecho extraído da Ata 22 da reunião Ordinária do Conselho deliberativo da Resex, 7/10/2006).

No momento atual, em 2015, o fato de Ramon, presidente da AREMACO não ser pescador e ainda trabalhar para empresários do turismo e para a Prefeitura, parece dar continuidade a essas clivagens internas. As disputas travadas entre a presidência da AREMACO e o Conselho Deliberativo da Resex fazem lembrar das teorias apresentadas por Bauman (2005) e Melucci (2001) que versam sobre a transitoriedade dos laços estabelecidos na contemporaneidade entre os atores sociais e determinadas causas ou outros grupos. No caso de Corumbau, passado o momento inicial de demanda relacionada ao afastamento de barcos pesqueiros vindos de fora, as divergências internas começaram a aparecer e enfraqueceram as alianças estabelecidas.

As reuniões do Conselho Deliberativo da Resex foram acompanhadas durante a pesquisa pela leitura das atas e pela participação em algumas delas em 2013 e 2014. Percebeu-se que o ritmo dos trâmites burocráticos necessários para a efetivação das demandas locais são um fator desestimulador para a participação de muitos extrativistas. Vários relataram que de início participavam das reuniões, mas acabaram perdendo o interesse quando viam que muito pouco se concretizava. De fato, alguns assuntos, como por exemplo a revisão do Plano de Manejo, vem desde 2006 sendo tratado, mas ainda não se efetivou. O mesmo aconteceu com projetos que não se viabilizaram, seja por problemas na esfera do Estado, como falta de recursos ou mudanças de planos; ou pela dificuldade em cumprir com os prazos e documentos requeridos para pleitear a inclusão das comunidades nesses projetos. Ao

mesmo tempo, muitas dessas mesmas pessoas afirmaram ser necessária a união da comunidade para conseguir o que querem.

4.5 Desenvolvimento nos discursos e práticas dos atores da Resex Corumbau

O termo desenvolvimento é bastante maleável, podendo significar concepções ideais distintas, conforme discutido na parte inicial desta pesquisa. Essas diferentes concepções balizam-se por valores hierarquizados pelos sujeitos que as apresentam conforme seus objetivos, interesses e concepções morais. As projeções idealizadas de futuro trazem normalmente as premissas valorativas, e na medida em que o termo desenvolvimento se associa ao significado de progresso e a uma ideia de passagem de um estágio pior para um outro melhor, conforme salienta Favareto (2006), em muitos casos, os temas futuro e desenvolvimento se entrelaçam nos discursos.

Em campo, observou-se durante variadas falas de extrativistas e moradores das comunidades da Resex que existe uma lógica ou uma moralidade local, especialmente entre aqueles que acreditam nos aspectos positivos da UC, na qual o parâmetro da equidade é mais valorizado do que a eficiência, no sentido moderno e econômico do termo, o que por vezes ocasiona tensões internas. Isso foi observado por exemplo, em opiniões relacionadas aos anseios futuros para as comunidades: há os que prefeririam vê-las inseridas em arranjos mais mercadológicos e competitivos e outros que prefeririam manter o estilo de vida mais tradicional e sem maiores interferências externas, embora obviamente queiram também ter boas condições de deslocamento e de acesso aos serviços fundamentais.

O extrativista José dos Santos, conhecido como “Zé Preto”, morador da Ponta de Corumbau, comentou, durante entrevista, quais são seus sonhos para a comunidade:

Olha, meu sonho é ver tomo mundo vivendo feliz, tranquilo, assim como foi conversado no plano de manejo, a sociedade cumprir com os Planos, né, as regras, tudo direitinho. Assim como

respeitar a nossa Sociedade, respeitar a Resex, bom é viver em paz, né? Viver em paz, todo mundo unido, tipo uma família, né? [...] aqui, no extremo sul da Bahia, nós estamos tendo um paraíso melhor da região. Então se essa estrada vier pra cá, vai afetar. O asfalto vindo pra cá vai afetar, né? Então nós queremos que fique assim mesmo. Tem um ônibus que vai lá todo dia, tem um carrinho que vai todo dia lá... Não precisa pista, não precisa pista! (“Zé Preto”, extrativista de Corumbau, em entrevista para esta pesquisa, março de 2014).

A perspectiva de “Zé Preto” remete a uma concepção de desenvolvimento mais relacionada à qualidade de vida e harmonia, do que ao incremento econômico. Nessa concepção, o bom funcionamento do grupo social ao qual pertence passa em primeiro lugar pela resolução de conflitos internos e à permanência do local onde vive dentro de certos parâmetros de ocupação e circulação de pessoas, especialmente as de fora da comunidade. Para ele, o asfalto, sinal de ‘desenvolvimento’ de uma cidade, apresentaria um problema em sua comunidade. Analisando-se o que foi dito por ele, de acordo com a retrospectiva moral do Ocidente apresentada por Taylor (1989), pode-se afirmar que nesse caso o grupo é que é tomado como referência para um ideal a ser alcançado e não o indivíduo, tal como passa a ocorrer, segundo o autor, a partir da noção de interioridade adotada na Modernidade e que orienta os ideais de realização a partir de uma perspectiva individual e reflexiva.

A empresária Paula Garcia, dona de um restaurante em Cumuruxatiba contou que participou do processo de criação da Resex e foi membro do Conselho durante algum tempo, como representante do setor de turismo e comércio. Segundo Paula, nos primeiros anos a distinção feita pela comunidade local entre ‘nativos’ e ‘forasteiros’ a incomodou bastante e, quando abriu seu restaurante, tinha por vezes que comprar peixe e camarão por meio de outras pessoas, pois lhe cobravam mais caro.

Uma coisa que as vezes chateia é aqui eles têm muito isso de nativo e forasteiro. Cara, eu sou brasileira e eles são brasileiros. E aí? Eu moro no Brasil, eu moro na minha terra, eu tenho o direito de ir e vir aonde eu bem entender (...) Nunca cheguei a ser boicotada, no sentido de não quererem vender pra mim, mas no início já pedi para outras pessoas comprarem peixe e camarão para mim, porque se pra todo mundo o preço era 10, pra mim era 20...(Paula Garcia, empresária em Cumuruxatiba, em entrevista para esta pesquisa Setembro de 2014).

Para Paula, isso já melhorou, mas a distinção entre os ‘de fora’ e os ‘de dentro’ ainda é forte na comunidade e acaba gerando muitos conflitos e dificultando ainda mais que as coisas ‘aconteçam’ no entorno da Resex. Em consonância com a perspectiva de desenvolvimento de ‘Zé Preto’, ela afirmou que não gostaria de ver o vilarejo crescendo muito, pois é justamente o clima de ‘vila de pescador’ que o torna especial para os que vêm de fora para se estabelecer ali e também para os turistas que frequentam a região e comentou: o dia que asfaltarem essa estrada eu vou vender e vou sair. Melhoraria? Melhoraria no primeiro ano, segundo ano, terceiro ano, depois eu não sei o que isso aqui ia virar (Paula Garcia, empresária em Cumuruxatiba, em entrevista para esta pesquisa, setembro de 2014).

Embora existam alguns que defendam o asfaltamento das vias que ligam Prado a Cumuruxatiba e esta a Corumbau, a grande maioria dos moradores parece preferir a estrada de terra, temendo o aumento descontrolado do turismo.

Uma visão mais ‘Moderna’ de desenvolvimento para Resex foi exposta por Ramon Rodrigues, presidente da Associação da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau (AREMACO) desde 2012. Ele conta que chegou à comunidade há cerca de 20 anos para trabalhar na construção de uma casa e acabou ficando por lá. Há alguns anos trabalha no hotel Jokotoka e também presta serviços para a Prefeitura como agente de saúde. Sua atividade não ficou bem esclarecida, mas segundo ele, leva doentes para os hospitais próximos quando necessário para emergências ou consultas de rotina. Ramon é sucessor de Raimundo na presidência da AREMACO e possui divergências com o grupo ligado à família de “Seu Milton”. Devido ao trabalho que executa na Prefeitura, ele possui um carro à disposição, dirigido por ele, para prestar esse serviço. Ramon não é pescador e essa posição juntamente com o fato de ser um funcionário de uma pousada de luxo local o deixa em uma situação passível de várias críticas por parte de alguns extrativistas de Corumbau e de outras comunidades e do gestor da UC, Ronaldo Freitas. Para essas pessoas, o presidente da AREMACO serve de porta-voz aos interesses dos donos de pousada e de políticos locais, que muitas vezes não são os mesmos dos extrativistas.

Segundo Ramon, essas críticas não o deixam constrangido, pois está na presidência, segundo ele, por votação da comunidade. Seu interesse, segundo disse, é

o de servir a comunidade e melhorar a vida dos pescadores. Na opinião de Ramon, o desenvolvimento local passa necessariamente pelo ordenamento do turismo, implementando áreas de estacionamento e regras de permanência na Ponta do Corumbau:

O primeiro passo pro turismo melhorar em Corumbau: filtrar o tráfego. A gente podia até arrumar um jeito de cobrar desses carros que vem aqui e arrecadar um dinheiro pra associação, que poderia ser investido na associação, na escola, na vila, ou até mesmo pra fazer uma festa dos pescadores, né? Isso tudo é uma coisa que vai gerar dinheiro pro lugar e que depende da ajuda do ICMBio. Como aqui é uma faixa de areia entre o mangue e o mar, o próprio ICMBio podia fazer uma lei: oh vocês vão ter um documento pra poder cobrar dos carros que vêm aqui pro Corumbau, pronto! Tudo tem a ver com preservação, o lugar aqui tem que ser preservado e o povo daqui pode viver bem disso (Ramon Rodrigues, presidente da AREMACO, em entrevista para essa pesquisa, março de 2014).

A ideia apresentada por Ramon seria construir um estacionamento na entrada de Corumbau, há cerca de 5 km da ponta onde os visitantes deixariam seus carros e seriam levados até a Ponta em um meio de transporte menor, gerenciado pela Associação e custeado por empresário de turismo dos resorts da região. O estacionamento também serviria de fonte de arrecadação e o posto de controle de entrada permitiria o controle do número de visitantes. Na fala de Ramon percebe-se em um primeiro momento as cobranças feitas ao órgão gestor em competências que não são suas, com fazer leis ou emitir licenças da natureza requerida. Isso pode ser atribuído à falta de informação das competências legais estabelecidas ou à expressão da precariedade das possibilidades de interação com os diferentes órgãos públicos e que deixa o ICMBio como uma espécie de ‘representante geral’ do Estado perante às comunidades pela maior proximidade com os moradores no entorno da Resex.

Além disso, percebe-se também que há uma apropriação do objetivo ‘preservação ambiental’ instaurado formalmente na comunidade a partir da criação da UC como um argumento válido para tornar o bem público (a praia) um local de acesso restrito e gerador de renda para a comunidade. A privatização do acesso, com cobrança de uma taxa de visitação representaria ou a apropriação particular de um bem público (as vias de acesso) ou a sublocação de um bem cedido pelo Estado aos extrativistas (o território da Resex). Do ponto de vista da hierarquia valorativa

apresentada no discurso do presidente da AREMACO percebe-se que os ganhos econômicos que poderiam advir dessa proposta são o fator preponderante em sua opinião para as melhorias das condições de vida da comunidade. Analisando-se ainda a perspectiva moral na contraposição autenticidade/dignidade, vê-se que os interesses individuais (ainda que entendidos aqui como o interesse do grupo específico de extrativistas de Corumbau) sobrepõem-se ao direito amplo e coletivo de ir e vir. Mais do que isso, evidencia também a incorporação de uma lógica mais urbana e Moderna de obtenção de resultados e de ordenamento dos espaços coletivos do que a vivenciada tradicionalmente pela população extrativista; essa incorporação é possivelmente fruto de sua vivência em outros municípios, antes de se estabelecer em Corumbau e de seu trabalho em um resort local. Mais do que uma tensão entre a dignidade e a autenticidade, que Taylor (1989) analisa ser um ponto de tensão da sociedade Moderna, têm-se também a expressão da inclusão precária da Modernidade, que Souza (2012) acredita ser fruto do não compartilhamento efetivo entre os diferentes grupos sociais de seus direitos iguais, ocasionando uma transposição do direito para privilégio.

Com relação ao turismo em Corumbau, todos os ouvidos o consideram uma atividade boa para a vila, embora demonstrem saber que pelas características geográficas da comunidade, que se situa em uma faixa entre o mangue e o mar, precisam controlar a quantidade de turistas que chegam. A manutenção da estrada de terra é a solução apontada por muitos como uma necessidade, pois se algum dia a estrada for pavimentada, o fluxo aumentará tanto que irá destruir a vila.

O extrativista “Zé Preto” aponta os benefícios do turismo para a localidade e sua preocupação com o crescimento desordenado da atividade na região:

O turismo é bom! O turismo é que tráz o ‘din-din’ pra gente. Quando o turista não desce, nós não tem dinheiro, porque nós pega o peixe e não tem quem compra. E o turismo descendo aqui pra nossa região, o turista já vai pro restaurante, nós pega o peixe, entrega pro restaurante, ele vende pro turista e o dinheiro já cai pra gente, é isso que vai movimentando, né? (...) O negocio é o seguinte: o turismo sempre aumenta, não tem jeito, sempre aumenta. Hoje, se vêm 200, no outro ano já vêm 300. Não tem jeito, um vai passando pra outro a informação, o lugar é bom, o lugar é bonito, o lugar é lindo. Ah, vou também! Então, o limite quem vai trazer é a prefeitura, né? Não, pra Corumbau só pode descer tanto, porque o local lá é pequeno, e não pode ter muito

turismo lá.. (“Zé Preto”, extrativista de Corumbau, em entrevista para essa pesquisa, março 2014).

No relato de outro morador, que não quis participar da pesquisa por meio de entrevista formal, essa ideia apresentada por alguns pousadeiros locais de fechar a passagem até a Ponta de Corumbau, construindo-se em algum ponto antes uma portaria de acesso para cobrança de uma taxa de visitação, circula na vila já há uns dois ou três anos. Esse morador, um jovem que atua na pesca e também nos passeios de barco com turistas, entende que o turismo pode trazer mais benefícios para a comunidade e diz não se sentir incomodado com os de fora que chegam com novos costumes e muitas vezes reclamando dos modos dos nativos.

“Seu Milton”, no entanto, pensa um pouco diferente e afirmou se sentir desrespeitado por aqueles que chegam em Corumbau querendo modificar os modos de vida local:

Um turismo organizado que não prejudica a população é bom, porque ele traz um recurso, agora não esse turista que vem pra pousadas grandes que só ficam lá dentro e quando vem aqui só vem pra reclamar, dizer que não querem barraca na praia, que aqui é tudo feio. Que não venha botar suas bancas de fora aqui dentro. Esses que ficam aqui nessas pousadas grandes eles tem tudo lá do bom e do melhor e só vêm aqui fora para reclamar, cada um vive do jeito que pode (“Seu Milton”, extrativista de Corumbau, em entrevista para essa pesquisa, março 2014).

O fato é que Corumbau é a vila que possui um perfil de turismo de alto luxo, com pousadas e casas de veraneio voltadas para um público de alta renda e que não costuma frequentar a vila e seus estabelecimentos. Por outro lado, aos domingos, a Ponta de Corumbau é destino de ônibus de turismo vindos de localidades próximas, como Itamaraju, Guarani e Itabela, que trazem famílias de menor renda para passar o dia na praia. Essas famílias concentram-se em sua maioria em uma área de mangueiras, próxima à ponta, na qual estendem redes, fazem churrasco, escutam música e vão embora no final do dia. O lixo deixado por eles é motivo de reclamação dos moradores e serve de pretexto para o projeto de controle de acesso à ponta do Corumbau.

“Seu Honorato”, da Ponta de Corumbau, afirma que o turismo, pelo aspecto da renda é bom, mas nem todo turismo, pois alguns desrespeitam a comunidade e o meio ambiente. Seu sonho de futuro para Corumbau é:

Melhores escolas, a estrada não pode melhorar muito, senão vem muita gente, há, há há... e a continuidade das pessoas se darem bem, e combinarem assim, reunidas. Essas coisas também aqui, né? (aponta para um cartaz que avisa que é preciso preservar a restinga e o mar) (“Seu Honorato”, morador da Ponta de Corumbau, em entrevista para essa pesquisa, março 2014).

Analisando-se as falas de Milton e Honorato, sob o aspecto das escalas valorativas, percebe-se que ambos valorizam o meio de vida tradicional como algo que gostariam de ver mantido na localidade, mesmo com a chegada de pessoas de fora. A preocupação com o meio ambiente também é valorizada, pois reconhecem a beleza do local onde vivem e a tem como um valor. Em diversos momentos, presenciei os dois e outras pessoas da vila comentando sobre o privilégio que possuem de morar em um local tão bonito e tranquilo e de poder usufruir dele diariamente. Em suas falas demandam o reconhecimento por parte dos que vem de fora do modo de vida tradicional, de poderem manter a vila pacata, sem mudanças na paisagem e nos costumes. O desenvolvimento que desejam está mais relacionado à possibilidade de manter seus costumes e território. Talvez por terem sido eles os líderes do movimento que culminou com a criação da UC mantenham mais clara essa dimensão dos objetivos desse tipo de Unidade e fizeram dela também um sonho pessoal.

Em Cumuruxatiba, o turismo também é bem vindo, seja pela possibilidade de vender o pescado para restaurantes, pousadas e até para o próprio turista, como também pelos empregos temporários que oferece. Durante os meses de janeiro-fevereiro, os nativos comentam que só não ‘faz um bico’ quem não quer. No entanto, o representante do setor de turismo e comércio de Cumuruxatiba junto ao Conselho Deliberativo, Alberto Oliveira, comenta que a sazonalidade fez com que algumas pousadas fossem vendidas ou fechadas, pois a média local de ocupação dos leitos é de apenas 42 dias ao ano. A maior parte dos donos de pousadas em Cumuruxatiba mora na localidade e escolheu a vila como opção de qualidade de vida

fora de grandes centros urbanos. Alguns possuem aposentadoria, outros vivem do dinheiro obtido no verão durante todo o ano.

Os conflitos envolvendo extrativistas e o setor turístico ocorrem normalmente na beira da praia, quando alguma dificuldade de acesso ao mar é estabelecida por parte dos empresários. Atualmente, a maior parte dos terrenos na praia de Cumuruxatiba é ocupada por empreendimentos turísticos, mas os moradores mais antigos contam que até meados da década de 1980 nesses locais havia casas de pescador. Muitos venderam seus terrenos e foram morar em bairros mais afastados, no alto das falésias. O turismo, assim, configura-se como um elemento geralmente caracterizado como bom e rentável para todos, porém, como uma espécie de naturalização das diferenças, como discute Souza (2012), os ‘nativos’ se inserem na atividade de forma indireta, vendendo o pescado para pousadas e restaurantes, ou serviços para esses empreendimentos, cujos donos em sua maioria são de fora da comunidade. Iniciativas, por exemplo, de organização de empreendimentos comunitários voltados para o turismo não foram observadas em nenhuma das comunidades estudadas.

No que diz respeito às condições de exercício da atividade da pesca, o desenvolvimento associa-se, para muitos extrativistas ouvidos durante a pesquisa, às possibilidades de armazenamento do pescado. Uma demanda que sempre aparece nas reuniões do Conselho e chegou a obter recursos para sua implantação é uma usina de beneficiamento, onde eles poderiam beneficiar e refrigerar o peixe. O projeto não se concretizou porque durante os trâmites burocráticos não foram todos cumpridos e o recurso com isso não foi liberado. No entanto, o custo de manutenção de uma câmara frigorífica é alto e sem um gerenciamento e planejamento adequados a viabilidade financeira desse benefício talvez fique comprometida. O extrativista José Benedito, “Binga”, dono de uma peixaria em Cumuruxatiba comenta: “o custo de manter essa fábrica de gelo é alto e os pescadores daqui não costumam contribuir nem com a Associação, cuja contribuição mensal é R\$5,00, será que isso iria funcionar”?

Na Ata 34, da reunião do Conselho Deliberativo ocorrida em março de 2011, o assunto consta como uma das três metas prioritárias da RESEX, estabelecidas pelos membros do Conselho após a realização de uma oficina para avaliar os 10 anos de

existência da UC. Foram eleitas as seguintes prioridades: 1) ampliar a fiscalização para garantir o uso exclusivo dos recursos pelos extrativistas e o acesso às praias - 19 votos; 2) associativismo comunitário, capacitação buscando solução comunitária em todos os temas envolvidos - 17 votos; 3) agregar maior valor ao pescado (alternativa de refrigeração: câmaras frias para fabricação do gelo, criar selo de origem: reserva extrativista, atuar com CNPJ- convênio para compra de petrechos a preços mais baixos) - 16 votos. Passados cinco anos, pouco se viu de concretização desses objetivos.

4.6 Conflitos entre o saber local e o científico – falta de reconhecimento das tradições?

Esse tipo de conflito se manifestou em alguns relatos ouvidos em campo e nas reuniões do Conselho Deliberativo da R. Em 2005, por exemplo, constou na Ata 16 o questionamento dos extrativistas sobre o período de defeso da lagosta, que segundo eles estaria inadequado para a realidade local. Na ocasião foi decidido então pelo encaminhamento de uma solicitação ao IBAMA que um estudo fosse feito para verificar o problema. Em campo, durante essa pesquisa, o assunto foi mencionado pelos entrevistados, sugerindo que tal estudo não foi feito até então. O mesmo ocorre com relação ao camarão pescado para isca, uma das formas mais tradicionais nas comunidades. Não foi possível verificar se tal encaminhamento foi mesmo feito, mas supondo-se que tenha sido, em algum momento ele foi descontinuado sem que nenhuma resposta fosse encaminhada aos extrativistas, caracterizando-se então uma forma de não reconhecimento do saber local tradicional em contraposição ao científico, orientador das regras do defeso marinho.

Em agosto de 2012, na reunião ocorrida em Barra Velha, os extrativistas questionaram os trâmites legais necessários para provar que o camarão que usam de isca durante o período de defeso foi pescado anteriormente a esse período. Segundo

relato de Manoel, extrativista de Cumuruxatiba, a dificuldade em obter a documentação coloca o pescador em situação de irregularidade caso seja apanhado em fiscalização. “Segundo Manoel, o IBAMA vem dificultando este registro por exigir uma nota fiscal que a receita estadual diz não existir, pois é o próprio pescador que irá usá-la” (trecho extraído da Ata 39 da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, 18/08/2012).

Ao conversar com os extrativistas, percebeu-se que quando reclamam das restrições impostas pela existência da Resex se referem em muitos casos às exigências burocráticas relacionadas à documentação exigida para as embarcações e para o pescador (que não são fruto da existência da UC), e também sobre a especificidade da pesca de isca durante o período de defeso do camarão. O Estado opera por uma lógica que não é a mesma da comunidade e nesse caso específico, espera-se que o pescador capture um estoque extra de isca antes do defeso e obtenha documentação para comprovar em que época o camarão foi pescado. Na prática, no entanto, o armazenamento da isca não faz parte das tradições da pesca local e as dificuldades em se obter esse documento faz com que muitos desistam de solicitá-lo e corram o risco de serem taxados como infratores.

O extrativista José Mauro Queiroz, conhecido como “Mazão”, é pescador em Cumuruxatiba e não exerce outros tipos de atividade. Segundo ele, quando não havia essa proibição formal de captura em determinadas épocas, os próprios pescadores selecionavam o camarão pescado devolvendo ao mar os filhotes:

Se o camarão tava pequeno a gente parava por a gente mesmo e aí pegava só a isca (...) Aí se eu preciso, vivo da pesca, vou ali pegar uma isca, não sabendo eles que eu preciso da isca pra pegar; se eu for lá pra fora sem a isca pra pegar o peixe, como eu vou pegar? Não tem outro tipo. A sardinha aqui não tem, aqui não tem um frigorífico. So tem a isca aqui que é o camarão (José Mauro Queiroz, “Mazão”, extrativista de Cumuruxatiba em entrevista para essa pesquisa, setembro 2014).

Um dos donos de peixaria de Cumuruxatiba é o antigo pescador, Sr. Benedito Chaves Nobre, mais conhecido como Binga, 49 anos. Começou a pescar aos 14 anos com o pai e atualmente possui quatro barcos a motor e uma peixaria. Na opinião dele, muitos dos resultados de pesquisas que indicam a necessidade de diminuição de um certo tipo de pescado, ou a redução de captura em determinada região da Resex

mostram o que os que vivem na pesca já identificam. “Mazão” expressa opinião semelhante e afirma: “o peixe que eles falam pra proibir já é proibido pelo próprio pescador mesmo, o budião, a lagosta e o camarão na época certa, o mero” (“Mazão”, extrativista de Cumuruxatiba, em entrevista para esta pesquisa em setembro, 2014).

Esses conflitos relacionados ao manejo dos recursos são expressivos não apenas do embate entre o saber local e o saber científico, mas relacionam-se em certa medida também às tensões sociais que atingem as tradições no contexto da Modernidade. Aqui o modo tradicional de exercer a atividade não é reconhecido como adequado para o manejo do recurso e ainda tipifica a prática como um desvio à norma e, portanto, passível de penalidades. Ao adotar medidas padronizadas para ambientes muito distintos, o Estado corre o risco de tecer situações como essa, em que regras estabelecidas no contexto da pesca nacional como um todo penalizam tradições que ao mesmo tempo afirma querer preservar.

Os recursos naturais necessários a garantir os meios de vida da população extrativista e a biodiversidade do ecossistema marinho têm significados distintos para os pescadores e ambientalistas que convivem no entorno da Resex Corumbau, embora haja uma base comum sobre a necessidade de preservá-los. A principal tensão parece ocorrer nas ponderações e hierarquizações feitas durante os processos de escolha sobre o que se preservar, como e a quem caberia o ‘custo’ da ação para um benefício que a princípio é difuso.

Você ter essa consciência de preservação, mas não preservar só o meio ambiente lá, mas o homem também, né? Por que nós temos que cuidar da gente para que a gente possa ter força para cuidar do que tem lá ainda (Iracema Deoclesiano, marisqueira de Corumbau, em entrevista para essa pesquisa março 2014).

É só quem vai pro mar ou depende dele diretamente, como a mulher e os filhos do pescador que sabem do que a gente precisa. Esses que vivem de salário, já têm o seu garantido e pra eles tanto fez como tanto faz o que acontece com o pescador (Fala de um pescador da Ponta de Corumbau, durante reunião, março de 2014).

Durante o processo de estudos para a elaboração do Plano de Manejo, foi recomendada a delimitação de uma Zona de Proteção Integral dentro dos limites da Resex, que cobre cerca de 30% do território pesqueiro de Cumuruxatiba e Corumbau. Amaral (2014) concluiu que pesquisadores, gestores e ambientalistas do

terceiro setor acabaram de certa maneira ‘guiando’ a população tradicional para a inclusão dessas regras:

Vimos anteriormente, que o critério para a definição da Zona de Proteção Marinha dos Itacolomis teve seu pressuposto básico advindo de uma razão instrumental, que recomendava 30% de cobertura de recifes como sendo necessária para garantir as funções ecológicas de uma área protegida. Tal razão instrumental foi determinante no processo, por deter o conhecimento de várias áreas (inclusos cartográficos), deixando o saber naturalístico ou tradicional em segundo ou terceiro plano (CARVALHO, 2014, p. 160).

O mesmo autor (2014) conduziu oficinas com os pescadores na localidade de Corumbau e Bugigão querendo investigar as especificidades da pesca em diferentes épocas do ano e a adequação do zoneamento marinho feito no Plano de Manejo da Resex, no qual algumas zonas de Proteção Integral (áreas proibidas à pesca) foram delimitadas. Concluiu que

Atores transnacionais identificaram o momento certo para por em prática ações que viessem a realizar a proteção de uma parcela de recifes marinhos. No caso estudado, a ciência só viria posteriormente para ratificar as decisões tomadas e chegar à conclusão que fazia sentido cognitivo para os detentores de tais conhecimentos (agentes externos): que áreas marinhas protegidas garantem a abundância de peixes e conserva ambientes críticos da degradação humana.(...) Sendo assim, observamos que a conclusão sobre a eficácia de uma Zona de Exclusão de Pesca está relacionada apenas com indicadores que representam de forma indireta e abstrata as condições dos recifes dos Itacolomis. Por outro lado, é inexistente a criação de indicadores mais reais e palpáveis para o principal recurso extraído pelos pescadores de Corumbau e Bugigão – *Lutjanus synagris* ou o ariocó (CARVALHO, 2014, p.186).

Da conclusão de Carvalho retoma-se a discussão sobre reconhecimento também na esfera do saber, uma subordinação do saber tradicional ao saber científico, que foi ilustrada por ele a partir de oficinas de diagnóstico rápido participativo e entrevistas realizadas para sua dissertação (2014) e enquanto funcionário da CI Brasil em Caravelas.

Ele verificou que a zona de exclusão da pesca, localizada próxima aos recifes dos Itacolomis, na porção norte da UC, foi incluída com o argumento apresentado pelos agentes ambientalistas que participaram do processo de criação da Unidade e

de elaboração do Plano de Manejo, de que isso aumentaria o número de espécies na região ao funcionar como um berçário para diversos tipos de peixes. No entanto, o próprio saber científico que vem sendo aplicado na localidade para mensurar a quantidade de peixes vivendo na área não é adequado para as espécies principais, capturadas pelos extrativistas locais como demonstrou o autor (2014). Além disso, os pescadores dizem que a mudança das estações do ano também influenciam nos locais que os peixes escolhem para se reproduzir.

Analisando-se essa narrativa na perspectiva do saber local tematizado por Geertz (2009), salienta-se a afirmação deste autor de que o entendimento do senso como um sistema cultural é bastante pertinente, pois o bom senso seria a apreensão da realidade mais imediata com uma sabedoria coloquial que julga e avalia essa realidade, sujeita a padrões de juízo historicamente definidos. O saber local, para Geertz (2009):

É um sistema cultural, embora nem sempre muito integrado, que se baseia nos mesmos argumentos em que se baseiam outros sistemas culturais semelhantes: aqueles que o possuem têm total convicção de seu valor e de sua validade. (GEERTZ, 2009, p. 116).

No caso específico estudado por Carvalho (2014), nota-se que o saber local não foi incorporado na mesma medida que o científico e isso, no dia-a-dia, impacta diretamente sobre o sentido que os extrativistas atribuem a algumas das normas estabelecidas na UC e das efetivas razões para existência da mesma. Na prática, trata-se de conciliar o saber local dos pescadores, sobre, por exemplo, as variações de vento ao longo do ano que influenciam os locais para onde são conduzidas as embarcações a vela na área da Resex e também das marés, que variam consideravelmente na região e fazem com que certas espécies só apareçam numa determinada maré ou local em alguns períodos específicos, com os saberes produzidos pela ciência Moderna.

Trata-se de recursos móveis, cujo estabelecimento de uma delimitação abstrata (que só faz sentido em mapa, ou como chamamos, de UC de Papel) não é condizente com a prática da pesca, que também é móvel. Repensar a gestão de uma Unidade de Conservação de uso sustentável em ambientes marinhos apresenta certos desafios, tendo em vista tal complexidade (CARVALHO, 2014, p. 171).

Assim, nos embates travados entre os representantes do saber científico e a comunidade tradicional, o valor conferido ao discurso da ciência como merecedor de maior credibilidade ainda prevalece, tal como no início do período Moderno. Ainda que na contemporaneidade existam outros discursos concorrentes, inclusive advindos de representantes da academia, em especialmente do campo das Ciências Sociais, essas também não têm o mesmo peso que as ciências biológicas quando se trata do tema conservação ambiental. Nessa esfera, o argumento baseado em resultados de laudos biológicos embasados em experimentos conduzidos sob condições controladas costuma persuadir mais do que as ponderações dos antropólogos, sociólogos e extensionistas sobre a necessidade de se conceber o ambiente de forma a incluir também os diferentes modos de vida das populações humanas.

4.7 O ICMBio e a comunidade extrativista:

O papel atribuído ao ICMBio pela Lei 11.516/2007, que criou o Instituto é:

- I - executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;
- II - executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;
- III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;
- IV - exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e
- V - promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas. (BRASIL/CASA CIVIL, 2007b, Art 1, I-V).

Percebe-se pelo texto acima que cabe ao Instituto como administrador da Unidade de Conservação diferentes papéis no âmbito de gestão, fiscalização e fomento de programas diversos. No caso da Resex Corumbau, uma parcela dos extrativistas espera que o ICMBio cumpra o seu papel de fomentar programas e apoiar a população da UC elaborando e enviando propostas de projetos para agências de financiamento. Ao entenderem que esse papel não está sendo cumprido como desejariam, procuram estabelecer outras alianças temporárias com políticos, empresários ou outros atores que possam viabilizar essas demandas de forma mais rápida e concreta.

Essas desavenças são apontadas, por exemplo, por Ramon Rodrigues, presidente da AREMACO, como o motivo principal de ter se afastado das reuniões da Resex, que chegou a participar no passado, inclusive como Conselheiro. Ele contou que desde que está à frente da Associação conseguiu 40 freezers para os pescadores e também 40 rádios de comunicação e baterias utilizados para comunicação entre os extrativistas de diferentes comunidades e para ir com aqueles que estão no mar. Isso é mais do que a Resex trouxe nesses quinze anos. Os rádios e freezers aos quais Ramon se referiu são parte de um programa do governo do Estado da Bahia coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional e foram recebidos também em outras comunidades da Resex, o que pode significar que os equipamentos chegaram por outros meios que não apenas o empenho da AREMACO. O programa já distribuiu esses equipamentos nas comunidades de Corumbau e Cumuruxatiba. Em outro programa da Secretaria, canoas motorizadas foram distribuídas nas comunidades de Imbassuaba, Veleiro, Bugigão e Cumuruxatiba. O secretário da pasta, nesse momento, Wilson Brito, já havia sido prefeito de Prado entre os anos de 1998 e 2006, sendo sua filha a sucessora no gabinete municipal e atual prefeita do município.

Considerando-se que há uma grande confusão entre os extrativistas no que diz respeito às competências específicas dos órgãos públicos, situações como essas dão margem para que os diferentes grupos representativos no entorno da Resex tenham suas versões sobre os fatos. Os gestores de projetos afirmam que as prestações de conta são apresentadas às comunidades, mas pouquíssimos comparecem; os extrativistas muitas vezes afirmam que os recursos que vão para a comunidade são

utilizados para bens e serviços que acabam não usufruindo. A falta de uma maior transparência ou de uma comunicação mais eficiente entre os extrativistas e as entidades públicas e privadas que desenvolvem projetos na região é geradora de conflitos e coloca em xeque as relações de confiança estabelecidas entre a comunidade e outros atores. Ressaltam também as disputas de poder existentes entre as representações locais dos pescadores, em suas associações e o Conselho Deliberativo, que em algumas comunidades, como Corumbau, representam grupos de oposição.

Para Ramon, esse tipo de programa de distribuição de equipamentos beneficia muito mais a comunidade do que a existência da Resex em si e as dezenas de pesquisas realizadas na UC. Suas críticas se relacionam à falta de iniciativa para realização de projetos que beneficiem as comunidades de forma mais prática e imediata.

A Resex em si é maravilhosa, foi uma coisa que aconteceu para os pescadores, entendeu, porque antes de ser Resex tinha menos peixe, menos camarão, tinha muito barco de fora, pescando na área da Resex e então o pessoal acabava com tudo. (...) Mas eu sou um pouco contra esse pessoal que administra a Resex porque por exemplo, esse projeto que eu enviei (referindo-se a um projeto de maricultura enviado ao governo do Estado da Bahia para criação de peixe na barra do Rio Corumbau) isso é papel deles, eles tem poder para isso, só que não fazem. Eles não querem ajudar o pescador em nada. (Ramon – Presidente da AREMACO em entrevista para essa pesquisa em setembro de 2014).

As críticas de Ramon sobre a gestão da Resex são compartilhadas por outros extrativistas ouvidos durante a pesquisa em interações informais, descritas abaixo mas sem a identificação dos falantes:

Nos aqui na Resex já estamos cansados de promessas e de não termos nada. O ICMBIO recebe muito dinheiro e nos nunca vimos nem uma rede aqui.

A Resex foi criada para melhorar as condições de vida dos pescadores, mas nesses treze anos nós nunca ganhamos nada.

Antes tinha um presidente de associação que era igual a mim, sem estudo sem entendimento, e a associação nunca fazia nenhum projeto. Agora temos projeto como esse de criação de pijurubá e lá

vem o ICMBio falar que não pode, pois esses peixes comem ração e não sei o que. Se esse peixe come, mal não vai fazer para o que já vivia aqui.

Teve uma empresa aqui querendo treinar os pescadores para saber o que fazer se um óleo vazar aí pra cima, em Itacaré ou Ilheus. Se soprar um vento nordeste, na maré seca, em pouco tempo esses corais ficam todos cobertos. Esse treinamento ia ser bom pra gente, pois a empresa pagou para alugar os barcos dos pescadores e a gente ainda ia aprender a agir num caso assim. O ICMBio vem e proibiu tudo, falando que a empresa não tinha autorização para fazer esse teste. Tudo que pode ser contra o pescador eles fazem.

O trecho acima refere-se a uma simulação de vazamento de petróleo em mar que seria executada em Corumbau e Cumuruxatiba, além de outras localidades fora da Resex, pela empresa British Petroleum. Depois de tudo acordado com os moradores, que chegaram a receber os uniformes necessários, a operação foi cancelada dentro da Resex, pois o IBAMA não havia sido notificado da operação. A culpa, na época, foi atribuída ao gestor. Este, por sua vez, disse que não estava sabendo de nada até ser informado pelo IBAMA do que estava ocorrendo. No final, a operação foi realizada em outras localidades, mas os moradores de Corumbau e Cumuruxatiba receberam o acordado com a empresa, segundo o presidente da AREMACO. Um outro extrativista, dessa vez de Cumuruxatiba, comenta sobre as dificuldades práticas de acessar órgãos públicos:

A Marinha exige a carta de habilitação. Nós aqui pescamos desde pequenos com nossos pais, tenho mais de 25 anos de navegação. Para mim tirar essa carteira, tenho que pegar um ônibus daqui para o Veleiro, de Veleiro para o Prado. Depois ir até Itamarajú e depois para Porto Seguro. Se a coisa não resolver lá no dia, volto sem nada, e depois tenho que fazer toda essa viagem de novo. É caro. O ICMBio podia organizar pra eles virem aqui fazer essa carteira para nós. Mas eles não fazem nada para ajudar a gente.

Ademi Januário, Conselheiro da Resex e secretário da Associação de Pescadores de Cumuruxatiba, é um dos principais líderes comunitários na vila e possui uma concepção diferente das explicadas acima. Já foi candidato a vereador, mas perdeu para um agente imobiliário local. Apresentou-se, na entrevista concedida para essa pesquisa, como nativo e pescador. Atualmente trabalha em uma empresa de passeios náuticos em Cumuruxatiba, de propriedade de “Cigano”, que embora não seja ‘nativo’ vive na comunidade há algumas décadas. Ademi também executa

serviços de eletricitista em muitas das pousadas locais, o que o faz transitar facilmente entre os ‘de fora’ e os outros ‘nativos’ como ele. Em entrevista, comentou que em sua opinião, os Conselheiros devem se esforçar mais para envolver suas comunidades no processo de gestão, principalmente por meio de uma melhor comunicação com os extrativistas, mas criticou também a falta de engajamento do grupo:

O que falta é os beneficiário invadir as reuniões, assumir o compromisso de cada um em participar até mesmo em trabalhar essa lei. Porque essa lei não pode ser trabalhada dentro de um conselho deliberativo sem a presença dele (os extrativistas). Porque vai ser muito importante esse próprio rebelde lá no final cumprir essa lei e entender onde vai ser mapeada, onde vai ser área de conservação, onde vai ser área de criação, porque a gente depende desse pescador rebelde (Ademi Januário, extrativista de Cumuruxatiba, Conselheiro da Resex, em entrevista para esta pesquisa em Setembro de 2014).

Na opinião de Ademi, o Conselho Deliberativo é o lugar mais apropriado para o grupo exercer pressão para o reconhecimento e atendimento de suas demandas. Nas reuniões presenciadas durante essa pesquisa, Ademi sempre exprime suas opiniões e do ponto de vista da igualdade de condições de participação nos espaços coletivos de deliberação, não demonstra se sentir em condição de desigualdade, como relatado por alguns extrativistas. Sua concepção demonstra que a lógica do Estado Moderno já foi de certa forma incorporada por ele.

Manoel Francisco, extrativista de Cumuruxatiba, afirma reconhecer o trabalho que o ICMBio faz, embora também veja carências e limitações, mas afirmou:

O ICMBio tem um trabalho intenso aqui na região que eu tenho visto as vezes até me sensibilizo aqui com alguns membros, os locais, porque eles se empenham tanto, trabalham se esforçam, mas parece que não há assim uma espécie de receptividade boa, um reconhecimento (Manoel Francisco, extrativista de Cumuruxatiba, em entrevista para essa pesquisa, setembro de 2014).

Ronaldo Oliveira, gestor da Unidade, possui uma visão que poderia se enquadrar em um formato mais construtivista da cidadania, segundo a qual caberia aos próprios extrativistas tomarem as iniciativas necessárias para se organizar e

pleitear suas demandas. Ronaldo Oliveira comentou em uma conversa informal que já teve momentos de muita tensão com a comunidade, e percebe que no tempo em que preside o Conselho Deliberativo houve uma oscilação no grau de organização das comunidades:

a comunidade espera tudo do Estado e não percebe a força que possuem, que a Resex dá a eles. A lei é falha ao não determinar o papel das associações dentro do contexto da Resex, e isso em alguns casos acaba por gerar confusão e conflitos internos e externos à comunidade (Ronaldo Oliveira, gestor da Unidade, durante conversa informal).

A posição de Ronaldo também encontra apoio entre outros extrativistas, que afirmam ter consciência de que não é a existência da Resex que garantirá benefícios materiais, como apetrechos de pesca, melhorias nas condições de vida e envolvimento em projetos diversos. Para esses, a Resex não pertence ao ICMBio, mas aos extrativistas e cabe a eles próprios se mobilizarem em prol das mudanças que desejam. Essa é por exemplo, uma das tensões existentes entre o grupo de Ramon e o de Seu Milton, na Ponta do Corumbau. Iracema Deoclesiano, marisqueira da Ponta de Corumbau, é filha de “Seu Milton”. Participa das reuniões do Conselho com frequência, vai às reuniões de extrativistas realizadas regional ou nacionalmente e tenta mobilizar a comunidade onde vive para a importância de compreenderem as “intenções” do Estado e suas políticas como instrumento para aumentar suas possibilidades de acessar recursos e políticas públicas básicas para a comunidade, como saneamento básico e educação. Iracema demonstra ter bastante convicção de seus ideais e disposição a brigar por eles. Atualmente, ela se contrapõe à atual administração da AREMACO, presidida por Ramon Rodrigues, empregado em um hotel local. As desavenças relacionam-se principalmente à percepção sobre os impactos da Resex na vida cotidiana da comunidade e aos meios para se obter as melhorias necessárias. Iracema acredita que falta união dos extrativistas na atualidade, causada pela diminuição da motivação inicial da expulsão dos barcos de fora, e estimulada segundo ela, por Ramon e seu grupo com fins de manipular a comunidade local para obter benefícios próprios.

Tem pessoas que põem na cabeça de alguns pescadores, que põem a culpa no gestor diretamente, só ele, mas hoje eu tenho a minha visão de que.... Hoje, com meu conhecimento que eu tô tentando

buscar eu vejo que ele não tem tanta culpa porque a Resex não é ele, a Resex é nós, somos nós que somos. A Resex foi criada pra nós, pra ele não. Ele só faz a parte administrativa dele, de gestão e realmente tem uma parte que deixa a desejar já tem treze anos aí, né? Tem muita gente que acha que o problema é ele, eu não acho que o problema seja ele. O problema é que os pescadores não pegaram a Resex como deles mesmos. (...) Essa raiva que eles sentem da Resex é em vista de que ele acha que o gestor é obrigado a trazer tudo. E realmente eu hoje eu vejo que ele não é. Ele pode mostrar os caminhos, que é um servidor público, então ele mostra os caminhos, mas somos nós mesmos que temos que abraçar, que correr atrás, somos nós que vivemos aqui, são as mulheres que esperam os maridos chegar para filetar o camarão, são nossos irmãos e esposos das outras mulheres que vão pro mar. Ele simplesmente tem o papel de fazer a gestão da Resex (...) Que nosso filhos não têm educação, não têm saúde, não tem saneamento básico, não tem nada. Então eu acho que a gente tem que focar mais, principalmente pedir ao governo que foque mais nisso, senão, daqui há alguns anos se não vier umas políticas mais firmes pra nossa comunidade, realmente assim... Você pode voltar daqui há cinco, dez anos, eu tenho essa visão de que você não vai ver mais um filho de pescador nem eu querendo dar entrevista, por que eu já fiz isso varias vezes, não canso, pois acho que isso vai servir. Se não servir pra mim, vai servir para os meus filhos, vai servir pras outras crianças que tá indo por aí. (Iracema Deoclesiano, Pataxó, marisqueira de Corumbau, em entrevista realizada em setembro de 2014).

Iracema expressa em seu discurso uma visão de desenvolvimento que se aproxima da concepção adotada por Sen (2010) de ampliação de liberdades e de superação das carências estruturais que limitam essa liberdade. A preservação do meio ambiente faz parte de sua concepção de desenvolvimento local, desde que a população não seja deixada em segundo plano, ou que as políticas públicas de preservação consigam também abarcar demandas de infraestrutura da população que vive no entorno de Unidades de Conservação. Ronaldo Oliveira, em entrevista para essa pesquisa, apresentou de forma mais completa sua concepção sobre os papéis do ICMBio e das comunidades tradicionais na gestão da UC:

há um problema muito serio em especial por conta da perspectiva de gestão em que a comunidade ainda não se apropriou do fato dela ser o elemento central, sujeito mais importante desse processo de gestão que acaba que então a unidade em vez de ter a cara da comunidade passa a ter a cara do servidor que passa tempo. E esse é um problema... Inclusive nesses doze anos, a tentativa foi sempre de mostrar à comunidade que a unidade pertence a eles enquanto área de uso, enquanto sujeito mais importante de gestão, enquanto elemento de poder inclusive, que se eles estiverem organizados e

unidos eles conseguiriam inclusive do ponto de vista do aspecto do poder estar mais avançado na gestão, terem mais voz no processo de gestão. Esse é um desafio que tem momentos que houve avanços importantes, tem momentos de recuo. Eu aponto que hoje a gente tá em um momento de baixa. A comunidade deu uma recuada nessa coisa da organização de assumir-se como de fato sujeito dessa história de construção da Resex.

No caso específico, por exemplo, da Ponta de Corumbau, isso é bastante evidente, tanto a influência do poder econômico que circula naquela área, pessoal de pousadas que emprega algumas pessoas inclusive algumas pessoas que hoje estão a frente da associação, quanto ao poder político institucional que exerce influência também sobre essas mesmas pessoas. Então a Associação hoje tem vinculação muito forte, com pessoas - não são órgãos públicos, mas pessoas que hoje estão em órgãos públicos e empresas locais ali e acaba usando um pouco dessa influência com pescadores para gerar conflitos e não para tentar de fato melhorar as condições de vida da comunidade, acaba gerando conflitos. Chegam algumas facilidades que não são reais. Alguns projetos que, assim já colocam o projeto dizendo que a Resex não quer. O último deles que foi esse projeto de maricultura, e aí nesse, eles acabaram e o tiro saiu pela culatra por que na hora que eles apresentaram nós dissemos vamos tocar pra frente então isso mostrou que não era real. Agora eles estão correndo para tentar acelerar esse projeto e eu disse traz pra gente aprovar, bota na mesa, estamos dispostos a discutir (Ronaldo Oliveira, gestor da Resex Corumbau em entrevista para essa pesquisa realizada em setembro de 2014).

A perspectiva apresentada pelo gestor demonstra uma disposição para uma gestão compartilhada e calcada nos preceitos da participação. Nota-se que na escala valorativa de seus argumentos, o papel de protagonismo das populações tradicionais na gestão da Unidade é o grande trunfo da Resex e cabe à população exercer esse papel sem ficar esperando o poder público. No entanto, concorda que as instituições de forma geral, não demonstram disposição para ações realmente participativas e comenta sobre a necessidade de mediadores:

A assistência técnica não existe é nula. Aí sai o Projeto da Assistência Técnica (...)Você vai ler o edital, oficina de não sei o que, oficina de não sei o que. Pelo amor de Deus! Nem senta com o pescador pra saber o que você quer? Quer dizer, assistência técnica é o que? Manda é técnico cru, sem nada na mão, sem nada na mão, ouça o pescador e aí sim, nos vamos construir o projetos, mas não, já vem oficina pra não sei o que, oficina pra não sei o que, oficina pra não sei o que, reunião de não sei o que. Pescador tá por aqui de oficina e de reunião. Não é isso que ele quer. Ele quer alguém que senta com ele lá na beira na praia e ele começa a contar a história dele e o cara vai traduzindo pra linguagem do Estado. A

gente precisa de grandes tradutores. O pescador conta a historia e ele conta pra o que o Estado quer. Ele traduz para a linguagem de projeto. (Ronaldo Oliveira, gestor da Resex Corumbau em entrevista para essa pesquisa realizada em setembro de 2014).

O comentário de Ronaldo Freitas remete diretamente à atuação da Extensão Rural junto às populações extrativistas pesqueiras tradicionais. Como já salientado nesta pesquisa, a Assistência Técnica direcionada à pesca artesanal é praticamente inexistente, com algumas ações pontuais desenvolvidas em alguns locais. E pelo comentário de Ronaldo Freitas, a falta de disposição para a construção conjunta do saber ainda não chegou às práticas.

Ainda comentando-se sobre o ICMBio, em setembro de 2014 a Resex recebeu oficialmente o Contrato de Cessão de Direito Real de Uso (CCDRU). A assinatura do contrato ocorreu durante o período de comemoração de aniversário da Resex, na Reunião do Conselho Deliberativo e causou muita expectativa na comunidade. O diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial do ICMBio, João Arnaldo Novaes, representou o Instituto. As reuniões do Conselho Deliberativo costumam se prolongar durante a manhã e a tarde. João Novaes chegou no meio da tarde e ouviu durante cerca de duas horas demandas e críticas dos extrativistas relacionadas à UC: temas como documentação exigida dos pescadores, dificuldades de acesso a esses documentos, falta de apoio material e de recursos humanos por parte do ICMBio, demora na remarcação da Linha do Preamar Médio, ocupação das praias, que faz com que na prática não se saiba de fato onde é o limite Oeste da Resex, além de outros assuntos. O gestor da UC, Ronaldo Oliveira, aproveitou para cobrar do diretor o suporte material e financeiro necessário para que a revisão do Plano de Manejo da UC, revista para acontecer em 2005, saia do papel. O diretor respondeu a todas as perguntas que lhe foram feitas e ofereceu explicações para as críticas recebidas. Segundo ele, o Instituto não possui pessoal ou recursos suficientes para atender adequadamente a todo o território nacional e vem tentando implantar práticas de uso compartilhado de material e pessoal para minimizar os impactos no serviço à população. Explicou, por exemplo, que não é possível ter uma embarcação exclusiva para cada Resex que possa ser utilizada em operações de fiscalização ou de outra natureza, mas que pela proximidade de outras UCs no entorno da RESEX Corumbau, uma embarcação inicialmente utilizada no PARNAM

Abrolhos está atendendo também as UCs da região. Quanto aos diversos documentos exigidos para a atividade da pesca profissional artesanal, o diretor prometeu verificar junto a outros órgãos federais a possibilidade de o ICMBio passar a emitir uma carteira para as populações tradicionais extrativistas que residem em UC ou em seu entorno que substitua os diversos documentos e declarações solicitadas por diferentes órgãos do Estado para o acesso às políticas públicas. João Novaes afirmou ainda que o ICMBio espera conseguir que cada vez mais extrativistas se envolvam nos processos de gestão, distribuindo funções entre os membros da comunidade e não apenas esperando que o órgão faça tudo por eles. A Figura 38 mostra representantes da comunidade extrativista de Corumbau e do ICMBio durante assinatura do CCDRU.



Figura 38 - Representantes da Resex Corumbau e do ICMBio durante assinatura do CCDRU. Fonte: Luciana Perry, 2014.

Notou-se durante as idas às comunidades uma grande expectativa dos extrativistas por melhorias esperadas principalmente do ICMBio. No entanto, nem todas as demandas passam pela esfera de competência do órgão gestor, evidenciando uma confusão sobre direitos, deveres e competências da comunidade tradicional e dos órgãos do Estado. Os desafios relacionados à melhoria da circulação de informações tanto em nível interno às comunidades quanto em suas relações com outros atores são inúmeros, seja do ponto de vista dos meios apropriados para atingir a população beneficiária que não tem acesso facilitado à internet; seja por limitações

de infraestrutura ou pela falta de hábito ou habilidade em utilizar as ferramentas; seja, finalmente pela ausência de um plano articulado entre as demandas por comunicação da comunidade e as possibilidades de se efetivá-lo a partir dos recursos materiais e humanos disponíveis.

4.8 Comunicação e fiscalização – demandas dos extrativistas

A comunicação entre o ICMBio e as comunidades e entre as comunidades e suas respectivas Associações é ineficiente ou em alguns casos ausente. Por exemplo: foi perguntado a todos os Conselheiros entrevistados se tinham o hábito de organizar reuniões com suas comunidades antes de irem para a reunião do Conselho a fim de escutar as demandas e opiniões sobre os assuntos da pauta e posteriormente, após as reuniões, repassar as informações e em todos os casos a resposta foi negativa. Muitos afirmaram saber que isso deveria ser feito, mas as dificuldades em se promover reuniões é um entrave. E disso deriva uma série de conflitos, pois há grande confusão entre competências e direitos no contexto da Unidade de Conservação. Além disso, a desinformação dá margem à distorção de informações criando atritos entre as partes. Em Atas de reuniões do Conselho Deliberativo tais problemas também foram relatados como discutidos pelos extrativistas.

A falta de um processo de comunicação mais eficiente entre o órgão gestor e os extrativistas e entre os próprios extrativistas evidencia também as dificuldades práticas de uma concepção de desenvolvimento que pressupõe a participação dos envolvidos nos processos decisórios. A perspectiva de uma gestão participativa, como pressuposto nas Resex, impõe o desafio da organização comunitária, da circulação da informação e do reconhecimento entre partes divergentes de que o exercício de uma ‘razão comunicativa’ implica na disposição ao diálogo aberto e ‘desarmado’.

As dificuldades de comunicação relacionam-se a várias esferas, tanto a aspectos mais próximos, como limites da Resex, Plano de Manejo, determinações do

SNUC, quanto em relação à disponibilidade e possibilidades de uso de recursos que por vezes chegam para a Resex, aos processos burocráticos que dificultam ou impossibilitam a solução rápida de demandas locais. O desconhecimento sobre o objetivo da Resex e seus limites não apenas geográficos foi presenciado em inúmeras oportunidades. De forma geral, os extrativistas sabem caracterizar a Resex em seus limites no mar e afirmam que objetivo da Unidade seria proteger o meio ambiente para que não falem recursos no futuro. Ronaldo Oliveira, o gestor, afirma que a lógica de criação da Resex não é essa, mas o contrário: garantindo-se as condições para a permanência das populações tradicionais e seus modos de vida em determinados territórios, garantir-se-ia, como consequência, a sustentabilidade ambiental da área, pois a prática mostra, segundo ele, que essas populações vivem há anos em seus territórios conseguindo se manter através de gerações.

As 39 redações elaboradas pelos alunos da Escola Municipal Algeziro Moura, em Cumuruxatiba, também demonstraram, em sua maioria, um desconhecimento sobre os objetivos da Resex e dos mecanismos de atuação possibilitados com sua implementação. Demonstraram uma percepção de que a Resex foi criada para garantir a biodiversidade marinha, mas em quase nenhum texto foi mencionado o objetivo de garantir os meios de vida da população tradicional. Abaixo foram selecionados alguns desses trechos sem a identificação dos nomes dos jovens:

O(A) autor(a) do texto indicado na Figura 39 afirma não saber bem do que se trata e com as informações que possui afirma que a Unidade atua na preservação do meio ambiente, solicitando logo em seguida que as comunidades recebam mais atenção (ou comunicação) por parte dos gestores e representantes. As festas de aniversário da Resex são bem conhecidas das comunidades e foram mencionadas pelo(a) estudante, reforçando o que foi mencionado pelo gestor, em entrevista, que as festas são populares, pois possibilitam o encontro de parentes e conhecidos que vivem nas proximidades, mas que pouco se encontram. Assim, para esse(a) aluno(a), a Resex assume um sentido lúdico e positivo.

Não sei muito bem o que é a Resex, porque não há muitas informações a respeito desse assunto. Sei que todo ano tem festas da Resex nas vilas onde ela atua. Sei que a Resex atua no meio de preservação do nosso ambiente. No meu ponto de vista poderiam prestar mais atenção na nossa comunidade, para que podessemos entender com mais clareza os problemas que existem aqui.



Figura 39: Trecho de redação elaborada pelo Aluno 40 para essa pesquisa, 2014.

Nos dois próximos trechos relacionados (Figuras 40 e 41), a Resex é apresentada como tendo por objetivo a preservação ambiental, que por sua vez melhoraria o turismo e conseqüentemente a renda da população local:

a Resex de Arumilãu foi fundada para a preservação do meio ambiente e a preservação de vários tipos de vidas marinhas. Assim fazendo com que algumas cidades que dependem de turismo e pesca se desenvolvam cada vez mais.

Figura 40 – trecho de redação elaborada pelo Aluno 39 para essa pesquisa, 2014.

O trecho anterior coloca a “preservação do meio ambiente e de vários tipos de vidas marinhas” como o objetivo principal da Resex, evidenciando o não reconhecimento por parte desse(a) jovem do papel da população extrativista tradicional nesse processo; ou indicando que os benefícios para a comunidade local são apenas indiretos, frutos da preservação ambiental. Os ruídos comunicacionais dessa natureza se repetem em várias redações e também em conversas presenciadas em campo. O texto a seguir coloca o objetivo de preservação ambiental como prioritário e necessário para que os benefícios econômicos surjam como consequência (aumento do turismo).

A Resex vai orientar a população e que é certo fazer para ajudar a preservar a vida marinha, assim também os pescadores para verificar se tem animais marinhos em extinção com isso tem que contar com a população, no caso da poluição.

Então com a Resex vai trazer melhoria, da parte da preservação do ambiente, e a comunidade vai ter uma boa vista das pessoas que visitam, com isso vai ter uma parte boa da renda, e vai ter uma grande espécie de animais marinhos, e nos Carais.

Figura 41: Trecho de redação elaborada pelo Aluno 43 para essa pesquisa, 2014.

O trecho seguinte (Figura 42) demonstra uma valorização do aspecto de fomentar a participação e a organização da comunidade, possibilitado pela Resex e lamenta também a falta de uma boa circulação de informações sobre a Unidade junto aos membros da comunidade. Para esse(a) autor(a), a participação é mencionada como uma ação que visa a sustentabilidade ambiental e não a manutenção dos meios de vida da população tradicional. Percebe-se com isso que para os jovens que participaram dessa pesquisa a Resex tem um significado muito mais relacionado aos aspectos do meio físico do que de sua própria Cultura. Pode-se avaliar também tais discursos como indicadores dos processos de ressignificação pelos quais passa toda Cultura, e nesse caso, enquanto para a geração mais antiga, que se mobilizou pra a criação da UC, o interesse principal se relacionava à garantia do território e dos recursos marinhos como meio de reprodução social, as novas gerações podem vislumbrar no apelo da sustentabilidade dos recursos naturais um significado novo para sua própria reprodução enquanto grupo, inclusive obtendo renda a partir disso.

A Resex Corumbau

Acredito que a Resex está ajudando o meio ambiente e beneficiando as pessoas que fazem parte dela. não vejo mudanças significativas onde moramos, em realidade, a maioria da população desconhece os ideais defendidos pela Resex.

Por ajudar os pescadores da localidade a trabalharem de forma mais organizada, assim estão visando a sustentabilidade e isso é bom para contribuir com a localidade.

Acredito que ela tem uma função muito importante, mas não expõe os seus ideais para toda comunidade, o que dificulta o conhecimento da população para com a Resex.

Figura 42: Trecho de redação elaborada pelo Aluno 58 para essa pesquisa, 2014.

Percebe-se então uma nova tensão entre o que foi incorporado pelos extrativistas como sendo a Resex e os objetivos originais de sua criação, relatados aqui na concepção do gestor da Unidade e corroborado pelos relatos históricos de criação das primeiras reservas no país, conforme descreveram Lobão (2006) e Rueda (1999). Conforme também já foi evidenciado por Lobão (ibidem), o discurso ambientalista foi ao longo do tempo tomando uma dimensão que ele interpreta como colonizadora das políticas de desenvolvimento voltadas para esse universo das Reservas Extrativistas, ocultando um pouco o aspecto de garantir a sustentabilidade do modo de vida tradicional.

O trecho a seguir (Figura 43) é um dos poucos relatos coletados em campo nos quais estradas aparecem como associadas ao desenvolvimento, ainda que o desmatamento da floresta esteja sendo relacionado a isso. E mais uma vez a demonstração de desconhecimento dos objetivos da Resex.

Resex Cumulbau

No meu ponto de vista, a res-
 ex Cumulbau não há possibili-
 dades de um desenvolvimento
 na cidade (exemplo: estrada) sem
 desmatar a floresta.

No caso dos pescadores, eles
 necessitam da passagem para
 facilitar a sua caminhada e
 pesca, pois muitos se alimentam
 do que pegam no mar.

Não posso dar mais informa-
 ções, pois desconheço das propostas
 dadas ou oferecidas pela Resex.

Figura 43: Trecho de redação elaborada pelo aluno 52 para essa pesquisa, 2014.

Esse desconhecimento sobre a Resex e seus objetivos por parte dos jovens da comunidade de Cumuruxatiba foi uma surpresa. A princípio, havia a expectativa de que pela possibilidade de estarem estudando, o que muitos dos pais desses jovens não puderam fazer, as informações sobre a Unidade estivessem mais disponíveis para eles. Além disso, vivem no entorno da Unidade, possuem pais ou parentes envolvidos com a pesca e mesmo assim a Resex ainda é um assunto desconhecido para muitos.

Na Escola Municipal Algeziro Moura, onde foram produzidas as redações e também na Escola Municipal Antônio Climério dos Santos, que oferece os 3º, 4º e 5º anos do ensino fundamental, as diretoras comentaram que poucas são as atividades desenvolvidas com os alunos relacionando os conteúdos oferecidos ao contexto da Reserva Extrativista. Quando o assunto é tratado, o aspecto da Resex normalmente realçado é o da preservação ambiental, sendo o tema pouco relacionado com os meios de vida da população tradicional. Segundo Eliane Brandão, coordenadora pedagógica da Escola Municipal Antônio Climério dos Santos, a população mais antiga vem demonstrando uma noção mais acentuada de pertencimento do que a mais jovem:

Na minha opinião como membro da comunidade, há 21 anos aqui sou praticamente nativa... Bom eu vejo que a gente precisa trabalhar com a noção de pertencimento, porque a Resex são... , as

peessoas formam essa Resex. A Resex não é uma coisa à parte. A Resex é uma construção no mar, não existe porção em terra. E quando se cogitou de vir para terra, muita gente achando que vai perder a terra, nada a ver. Então essa noção de pertencimento de saber que nós somos Resex, a comunidade é Resex, não é o governo que coisa. Então essa coisa “ah, a Resex tem uma lancha pra fiscalizar” quem são essas pessoas? Falta um pouco disso de apropriar mesmo (Eliana Brandão, diretora pedagógica da Escola Municipal Antônio Climério dos Santos, em Cumuruxatiba, em entrevista para essa pesquisa realizada em abril de 2014).

Não são apenas os mais jovens ou os extrativistas menos envolvidos nas ações coletivas locais que apontam carências na circulação de informações sobre a Resex. Esse assunto foi discutido em várias reuniões do Conselho Deliberativo, nas reuniões de Associações locais de pescadores, em projetos desenvolvidos por ONGs e observado empiricamente em campo. Um dos mais ativos extrativistas de Veleiro, no que diz respeito ao envolvimento com as questões coletivas, José da Conceição, conhecido como Zeca do Veleiro, divide sua vida entre a pesca no Veleiro e as aulas em um curso técnico em Salvador. O que mais chama a atenção em Zeca é sua determinação e força de vontade para transpor os desafios que a vida lhe impõe. Vive em uma casa muito simples em Veleiro com a mulher e as filhas. Busca no estudo a oportunidade para melhorar de vida e comentou sua vivência pessoal sobre essa falta de conhecimento sobre a Resex.

Eu passei uns cinco anos sem saber o que era a Resex. Porque assim, as pessoas que vieram criar passaram a ideia de que a Resex ia dar tudo. Não explicou que a Resex era um apoio que poderia dar a nós a oportunidade de garantir o desenvolvimento da gente buscar. Eu achava que criou a Resex ia ter tudo. Mas com o passar do tempo e minha participação em reuniões e viajando pra outras Resex eu passei a entender que a Resex é só um ponto de apoio (José da Conceição (Zeca do Veleiro) em entrevista realizada em setembro de 2014).

Zeca ocupou a representação de Veleiro no Conselho Deliberativo e é o atual presidente da Federação das Associações da Resex Corumbau, chamada pelos extrativistas como Associação Mãe. Sempre pede a palavra nas reuniões do Conselho geralmente para expressar uma postura crítica aos assuntos que avalia como potencialmente prejudiciais aos pescadores locais. Em uma ocasião foi possível

presenciar o diálogo entre ele e um gerente do ICMBio no qual ele se caracterizou como um homem que não tem quase nada, apenas sua palavra e por isso dá a ela muito valor.

Além das falhas nos processos comunicacionais, a inoperância dos órgãos competentes no tocante à fiscalização das regras estabelecidas na UC é motivo frequente de reclamações por parte dos extrativistas. Principalmente em terra, as reclamações de abuso por parte dos proprietários de imóveis na beira da praia que impedem ou dificultam o acesso dos pescadores é um assunto que extrapola as competências dos órgãos como o ICMBio ou IBAMA.

Saindo-se de Cumuruxatiba em direção ao norte, encontram-se praias do Moreira, Imassuaba e Cahy. Emoldurada por falésias, essa região abriga várias fazendas em que foi possível observar a evolução do desmatamento e da construção de empecilhos e cercas no acesso ao mar. Na reunião ordinária do Conselho Deliberativo ocorrida em dezembro de 2010, Albino dos Santos, um dos principais líderes comunitários de Imassuaba comentou sobre a situação:

Albino afirma que existe uma desobediência das pessoas que tem um alto nível financeiro no cumprimento das leis e um recuo das autoridades por conta disso e cita exemplos como os da Barra do Cahy, Moreira e Imassuaba. Ele diz que falta mais ação e comprometimento por parte das autoridades competentes e informa que na primeira data desta audiência marcada em Cumuruxatiba várias pessoas deslocaram-se para lá e deixaram outros compromissos para estarem presentes e a reunião foi adiada sem avisar, o que deixou boa parte dos comunitários descrentes e irritados. (Trecho extraído da Ata 33, Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo Resex Corumbau, dezembro de 2010).

Esses proprietários, segundo o gestor, já foram notificados oficialmente sobre as irregularidades cometidas na zona de amortecimento da Resex, mas o poder judiciário nunca emitiu uma autorização para executar as demolições ou reintegrações de posse. Nesse caso, a influência do poder econômico e político desses proprietários parece coibir o poder público local.

Em Cumuruxatiba alguns comerciantes que possuem bares e restaurante na beira da praia também dificultam o acesso e em alguns casos ‘proíbem’ os pescadores de deixar suas canoas e apetrechos na faixa de areia em frente ao imóvel.

Elizabeth Marinho, presidente da Associação de Pescadores de Cumuruxatiba (APEC), contou em entrevista que um pescador antigo chegou a passar mal após ter ouvido de uma comerciante local que aquela faixa de areia era dela e que se ele insistisse em colocar seus apetrechos em frente à sua barraca chamaria a polícia.

Em mar, as reclamações de descumprimento de regras do Plano de Manejo por parte dos extrativistas são comentadas em conversas informais, e geram conflitos internos e também com o ICMBio. Um caso específico foi presenciado em campo, em setembro de 2014. Dois ou três pescadores da Ponta de Corumbau descumpriram um acordo estabelecido no Plano de Manejo que os proibia de pescar de balão à noite na Barra do rio Corumbau e em parte da Praia de Barra Velha. Tal acordo foi estabelecido visando proteger de danos as redes de espera que são deixadas tradicionalmente pelos índios da Aldeia nessa região. Revoltados com o descumprimento, os índios ameaçaram então utilizar-se da prerrogativa legal de que a TI encontrava seus limites no mar e por isso os demais beneficiários da Resex não poderiam extrair os recursos nessa área fronteira, o que afetaria diretamente os extrativistas de Corumbau. Ao final, entraram em um acordo, tendo sido os ‘infratores’ repreendidos também em sua própria comunidade. Interessante notar aqui que a estratégia utilizada pela comunidade de Barra Velha baseia-se no mesmo pressuposto que deu margem às disputas internas entre o MMA, a FUNAI e o CNPT no período anterior à criação da Resex, no qual discutiam possíveis ‘ameaças’ da proximidade da TI com a UC. Na época, a FUNAI afirmou inicialmente que esse era um caso único, por esse limite se dar no mar, mas desde que os índios não fossem restringidos de seus direitos de exploração dos recursos, apoiava a criação da UC de uso sustentável. O MMA, no entanto, temia que uma UC de uso sustentável na região desse margem à superexploração dos recursos e se posicionava a favor de uma UC de proteção integral. Ao contrário do que temia a FUNAI 14 anos antes, não foi a UC que ameaçou a demarcação da TI, mas sim a comunidade indígena que se posicionou ameaçando impedir os demais beneficiários da UC de utilizarem o mar adjacente à Barra Velha.

Esse caso ilustra bem as diferenças existentes entre as diferentes comunidades no entorno da Resex, que possuem interesses coincidentes, mas também apresentam lógicas próprias de funcionamento e de pertencimento. Demonstra também que, no

caso de populações indígenas, especialmente as que vivem em terras já demarcadas e homologadas, como a TI Barra Velha, a legislação específica que rege esses territórios garante a elas as possibilidades de exploração exclusiva dos recursos, da mesma forma que as leis que regem as UCs de uso sustentável garantem aos povos tradicionais.

Alberto Oliverira é Conselheiro da Resex, representante dos empresários do setor de turismo e comércio. Mudou-se para Cumuruxatiba há alguns anos, onde já teve uma pousada e participa do Conselho Deliberativo há onze anos. Na sua opinião, o próprio Estado fomenta esses conflitos entre as UCs e as TIs ao demorar anos para resolver as situações de conflito, que poderiam ser, segundo ele, facilmente relacionadas por acordos. A demora na resolução das demandas é apontada por ele também em relação ao órgão gestor. “Alguns assuntos demoram cinco, oito anos para serem resolvidos”, e cita por exemplo a vinda de um motor necessário para a lancha do ICMBio poder navegar.

É muito triste ter que falar isso, mas existe uma questão que é de total inoperância dos órgãos gestores e a gente não entende porque eles não conseguem nem fazer valer os ditames constitucionais que temos para as áreas de preservação aqui em torno de Cumuruxatiba. O que a gente espanta é ver que esses órgãos que gerenciam esses parques não tem voz ativa para fazer isso (...) Depois desses onze anos eu me sinto um pouco frustrado, porque apesar de não ser nativo, nem um extrativista, ao participar do Conselho, minha vontade não era apenas representar a comunidade dos empresários do comércio e do turismo, eu aprendi que eu deveria defender justamente essa pessoa para a qual essa área de preservação foi instituída, que são os extrativistas.. (Alberto Oliveira, Conselheiro da Resex, representante do setor de Turismo e Comércio, em entrevista para essa pesquisa, em abril 2014).

As críticas feitas pelo Conselheiro Alberto Oliveira podem ser analisadas sob o prisma das lutas por reconhecimento nos moldes tratados por Honneth. Ainda que não seja ele mesmo nativo ou extrativista, acredita que a preservação ambiental possibilitada para a Resex significa não apenas um ganho estético ou biológico, mas compartilha do ressentimento dos nativos de não ver muitas melhorias nas condições de vida da população tradicional e as demoras e dificuldades institucionais.

“Seu Milton”, da Ponta de Corumbau, afirma se sentir chateado ao ver que muitos não respeitam as regras estabelecidas e as encara como restrições, ao invés de entenderem que são elas que irão garantir o estoque de peixes e as condições de ambiente necessárias para a reprodução social da comunidade. Em entrevista para essa pesquisa, avaliou:

Olha, o nosso objetivo era o pessoal de fora afastar e o povo extrativista, o pessoal local da região também tivesse consciência do que tá fazendo. Porque a Resex foi criada pro povo sobreviver dela. Não era pensar em retirar o povo de fora e a gente mesmo começar a destruir. O único erro do pessoal aqui é isso, porque depois que os barcos de fora saiu eles começaram a se mobilizar, comprar rede, comprar balão, comprar aquilo e não tão respeitando. Eles mesmos tão destruindo. Pelo meu gosto, desde que começou a Resex, desde que nós começamos, ela tinha se mantido ate esse ponto, mas não foi assim o meu pensamento, meu pensamento era preservar (“Seu Milton”, extrativista de Corumbau, em entrevista para essa pesquisa, março de 2014).

Para “seu Milton” as transformações que ocorreram nas artes da pesca, como a introdução do balão e do barco a motor na época em que os barcos de outras localidades ainda pescavam em Corumbau descaracteriza o jeito local de exercer a atividade. O uso desses novos apetrechos influenciaram, na opinião dele, não apenas a quantidade de recursos disponíveis no mar, mas também a própria relação dos pescadores com a atividade. Na época em que não havia gelo, motor ou balão, a pesca era feita de canoas ou baiteiras, em menor quantidade e mais próximo à costa. Segundo ele, os jovens ainda sabem como pescar dessa forma, mas preferem os apetrechos ‘industrializados’. Nessas ponderações de “Seu Milton” é possível perceber o que já foi discutido anteriormente sobre o fato de a cultura não ser estática, nem as tradições: elas são o tempo todo remodeladas e ressignificadas através das gerações.

Ademi Januário, Conselheiro representante da comunidade de Cumuruxatiba comenta a situação: “os pescadores sempre questionam quando não tem fiscalização, falam que Ronaldo não está fazendo nada, mas quando faz a fiscalização falam que o Ibama está apertando demais” (fala de Ademi Januário durante reunião do Conselho Deliberativo ocorrida em Imbassuaba, em junho de 2011 extraído da Ata 35). Durante essa mesma reunião, Ademi afirma que em sua opinião a fiscalização

deveria ser até mais ‘dura’ com os locais do que com os de fora, pois os primeiros sabem muito bem que estão em uma Unidade de Conservação e quais as regras estabelecidas. Os barcos de fora, quando aparecem, são dificilmente autuados, pois até o IBAMA ou o ICMBio serem comunicados e se deslocarem para o local o barco já foi embora. A marisqueira Elizabeth Marinho, presidente da Associação de Pescadores de Cumuruxatiba comentou sobre a situação em uma das reuniões do Conselho Deliberativo, do qual também é membro:

Bete falou que no dia anterior, havia dois barcos de Prado na região da RESEX, mostrando que a reserva não está sendo respeitada. Cobrou sobre a lancha que foi solicitada para fiscalização e que não está presente na fiscalização. Alberto, de Cumurutu, falou também sobre a necessidade da presença da lancha para fiscalização, pois os moradores não têm poder para fazer isso. Ronaldo explicou que há duas lanchas para fiscalização, mas que a que veio para o Banco dos Abrolhos, fica sediada no PARNAM, e que a disponibilidade de pessoal é o maior limitador, pois são muitas atividades. E que a presença da fiscalização deve ser bem aceita pela a população, pois a legislação vale para todos. (Trecho extraído da Ata 36, Reunião do Conselho Deliberativo da Resex Corumbau, setembro de 2011).

Percebeu-se durante a leitura das Atas do Conselho Deliberativo que os extrativistas participam de muitos encontros locais, estaduais e federais promovidos por entidades diversas relacionados à pesca artesanal extrativista. Também há relatos ao longo desses anos de cursos e oficinas de temas relacionados ao universo da participação e gestão comunitárias. Nessas ocasiões, a troca de informações é intensa e a partir delas, chegam às reuniões do Conselho diferentes informações sobre oportunidades de recursos, oficinas e atividades que poderiam servir aos extrativistas. Quando há interesse e meios de participar, geralmente algum membro da comunidade é designado para obter as informações adicionais necessárias ou encaminhar o que é solicitado. Mas o retorno é lento, pois como já ressaltado aqui, nem sempre a pessoa designada consegue obter as informações ou encaminhar o necessário em tempo hábil e o assunto por vezes é ‘esquecido’ e só muito tempo depois reaparece nas discussões.

Foi comentado com as diretoras e também com o gestor da Resex, Ronaldo Oliveira, sobre a possibilidade de se inserir nas atividades curriculares e nas datas festivas escolares atividades relacionadas ao tema Resex, por exemplo, com as

poesias de seu Honorato, da Ponta de Corumbau, com a produção de material como desenhos e pinturas para realização de exposições nas comunidades e também de pesquisas nas aulas de história, ciência e geografia que pudessem inserir o tema.

Um dos projetos desenvolvidos junto à comunidade aconteceu em 2009, com uma proposta de Educomunicação no entorno da Resex por meio do qual foi produzido o jornal comunitário Tanara. O projeto tinha o apoio do PNUMA e do ICMBio e possibilitou a realização de diversas oficinas participativas nas comunidades da Resex, nas quais foi possível discutir problemas, anseios e possíveis encaminhamentos das demandas (MENEZES, 2014). No entanto, não ganhou continuidade, segundo relatos ouvidos nesta pesquisa, por falta de sustentabilidade econômica e por falta de interesse dos jovens repórteres. Em relatório oficial do projeto, Menezes (2014) comentou que embora a iniciativa visasse principalmente ampliar as possibilidades de participação da comunidade em um veículo produzido por e para os ‘locais’, a participação e envolvimento da comunidade ficou aquém do esperado. Já de início, alguns extrativistas questionaram o fato de haver pessoas que não eram ‘nativas’ participando das oficinas, indicando novamente a importância desse elemento distintivo nas comunidades. Também foram relatadas dificuldades de logística, falta de interesse da comunidade em participar pela falta de alimentação durante essas oficinas, não compreensão da ideia de um jornal impresso comunitário, dentre outras. Mas há de se perguntar também sobre a adequação do meio escolhido (jornal escrito em uma comunidade onde grande parte não domina bem a leitura nem a tem como hábito). A elaboração de um programa de rádio, que pudesse ser inserido em parceria com a rádio local ouvida amplamente na comunidade, ou um ‘jornal do poste’ talvez fossem alternativas mais efetivas em despertar a curiosidade e o interesse de um maior número de pessoas.

Durante o processo de elaboração do jornal e nas oficinas preparatórias, a equipe utilizou-se de diversas ferramentas inspiradas na metodologia Diagnóstico Rápido Participativo a fim de perceber, por exemplo, qual conhecimento os extrativistas tinham de outros agentes que participavam do dia a dia no entorno e quais os pontos positivos e negativos das comunidades. Sobre esse último aspecto, os resultados apresentados no relatório final elaborado por Menezes (2014) estão sintetizadas no quadro 7.

Pontos Negativos	Pontos Positivos
<p>Corumbau</p> <p>Especulação imobiliária. Expulsão dos moradores do Bugigão Defumador de camarão cuja fumaça incomoda moradores em volta (um deles está doente). Esgoto no mangue.</p>	<p>Posto de saúde construído por empresário local. Casa do Poeta Honorato.</p>
<p>Barra Velha</p> <p>Biblioteca queimada e ainda não reconstruída. Viveiro do Sebrae abandonado.</p>	<p>Lideranças locais (Pajé, Romildo). Uso da biblioteca ainda ativa. Centro Cultural Indígena, Ponto de Cultura. Turismo organizado pelos locais.</p>
<p>Veleiro</p> <p>Igrejas evangélicas muitas vezes desmobilizam a luta comunitária. Falta de fiscalização. Tráfico de animais silvestres. Desmatamento do Parna Descobrimento e das aldeias. Privatização das praias – falta de acesso fechado por fazendas</p>	<p>Presença de igrejas evangélicas. Resex como fator de empoderamento. Pesca artesanal a vela. Aldeia Tauá. Mobilização das comunidades indígenas Sede da Associação e escola</p>
<p>Cumuruxatiba</p> <p>Monocultura de eucalipto e sua relação com os rios e o solo. Ponte do Japara Grande – estrada Cumuru a Prado. Especulação imobiliária na Areia Preta. Contaminação da represa pela cultura do mamão. Poluição do rio da Barrinha e desmatamento da Mata Ciliar, no centro da vila. Extração de areia e desmatamento provocado pela Comsempe. Desmatamento e especulação imobiliária no Morro da Fumaça. Falta de planejamento territorial para o crescimento da vila. Lixão que vai mudando de lugar. Desmatamento do mangue Rio do Peixe. Privatização do acesso às praias – Cahy.</p>	<p>Baleias Nema Cumuru Cocadas da Dona Lucinha e da Dona Neuza Morro da Fumaça com mata de mussurunga (muita biriba para fazer berimbau) Aldeia Pequi Dona Zabelê Seu Cosme Associação de Pescadores em Imbassuaba Assentamento Modelo</p>

Quadro 7: Aspectos positivos e negativos segundo moradores das comunidades no entorno da Resex Corumbau. Fonte: Menezes, 2014

Os dados de Menezes permitem uma reflexão sobre as tradições e valores considerados pelos participantes do projeto Tanara: por exemplo nas menções a pessoas mais antigas da comunidade (Dona Zabelê, Seu Cosme, Seu Honorato) que com suas histórias de vida, transmitidas oralmente entre seus familiares e amigos remetem também à ancestralidade indígena, a um passado representado por eles que merece ser destacado como um aspecto positivo nas comunidades; quando não havia, por exemplo, restrições de acesso às praias, nem tampouco especulação imobiliária na região (aspectos negativos mencionados). As menções ao problema do esgoto em Corumbau, aos desmatamentos de matas ciliares, à poluição de mangues e às plantações de eucalipto próximas à Resex são aspectos ambientais negativos apontados pelos entrevistados, em contraposição às baleias e à mata de mussurunga. Interessante notar que nesses casos, o aspecto ambiental não está relacionado diretamente à pesca, mas sim à capoeira e à principal atração turística da região, tida como motivo de orgulho para os locais. No aspecto da cultura, vários pontos positivos foram mencionados, como as embarcações a vela, as cocadas de Dona Neuza e Lucinha, de Cumuruxatiba e as várias aldeias Pataxó espalhadas pela região, indicando uma valorização da própria comunidade sobre esses aspectos. Refletindo sobre o aspecto da autenticidade, discutido por Taylor (2011), percebe-se que esse elemento aqui não está na esfera do conflito, mas da afirmação da identidade e das tradições locais.

O Projeto Tanara foi um dos vários já desenvolvidos na Resex e foram descontinuados, por falta de recursos ou de participação. Em muitos desses projetos, metodologias participativas são empregadas visando fazer da comunidade o agente principal do processo. Porém entre discutir e conhecer a própria realidade e saber dispor dos mecanismos de pressão existentes há uma certa distância.

4.9 Sustentabilidade e tradição – o papel das novas gerações

Aas tradições no universo das Reservas Extrativistas têm um significado muito particular por ser essa a característica denominada pelo Estado, por meio da legislação que rege essas UCs que garante à população extrativista o direito concedido sobre o território, por meio do CCDRU. A sustentabilidade da Resex demandará ainda que as gerações futuras incorporem a Unidade como um valor, ou uma tradição a ser mantida, ainda que com alterações. Do contrário, sem a existência de uma população extrativista tradicional na área, qual o significado de uma Unidade de Conservação de uso sustentável?

Durante a permanência em campo, buscou-se sempre observar o envolvimento dos mais jovens com a pesca e conversar sobre o assunto com as pessoas da comunidade. Vários foram os relatos de jovens das comunidades, filhos de pescadores, que estavam estudando em alguma outra localidade (ensino médio ou superior). As possibilidades de acesso ao estudo têm sem dúvida sido ampliadas pelas políticas públicas nas últimas décadas, no Brasil, e no caso da pesca em localidades muito pouco urbanizadas, como as do entorno da Resex Corumbau, há de se perguntar qual o impacto que isso terá na Unidade daqui há alguns anos.

Dentre esses jovens, observou-se um maior interesse pelas manifestações locais relacionadas à identidade, um envolvimento em grupos culturais locais e aspirações de que a comunidade se envolva em atividades como turismo de gestão comunitária, valorizando a pesca e seus meios de vida. Durante a pesquisa em campo, o envolvimento dos jovens com os preparativos e realização das festas de aniversário da Resex, realizada intercaladamente entre as comunidades de Caraíva, Cumuruxatiba e Corumbau, chamou a atenção. Durante esta pesquisa, foi possível presenciar duas dessas comemorações, em 2013 e 2014, em Caraíva e Cumuruxatiba, respectivamente.

No aspecto de manifestações culturais, a comemoração em Cumuruxatiba foi bastante rica e teve a participação de jovens e da geração mais velha. Teve competições de lançada de rede (deve-se jogar a rede com o objetivo de que ela se

espalhe o mais circularmente possível, Figuras 44 e 45), nado, corrida de barco a remo, puxada de rede (dança tradicional entre os pescadores, figuras 46), catada de camarão (Figura 47), apresentação do grupo local “Cumurim Batuque” (Figura 48) e estrova de anzol e remendo de rede (Figura 49).



Figura 44: Jovem da comunidade de Bugigão se prepara para lançar a rede, durante festa da Resex em Cumuruxatiba. Fonte: Luciana Perry, 2014.



Figura 45: Jovem da comunidade de Barra Velha lançando a rede durante competição. Cumuruxatiba. Fonte: Luciana Perry, 2014. Figura 38: Representantes da Resex Corumbau e do ICMBio



Figura 46: “Puxada de rede” apresentação feita por jovens de Cumuruxatiba, durante Festa da Resex. Fonte: Luciana Perry, 2014.



Figura 47 Competição de ‘catada de camarão’ realizada durante Festa de aniversário da Resex Corumbau. Fonte: Luciana Perry, 2014.



Figura 48: Grupo “Curumim Batuque”, formado por jovens da comunidade de Cumuruxatiba durante apresentação. Fonte: Luciana Perry , 2014.



Figura 49: Competição de ‘remendo de rede’ realizada durante Festa de aniversário da Resex Corumbau. Fonte: Luciana Perry, 2014.

Em Caraíva, as atividades culturais foram menos abundantes, talvez porque o tempo também estivesse mais chuvoso, e por isso algumas das atividades programadas, como as competições relacionadas ao universo da pesca foram canceladas. No entanto, a capoeira e o forró na praça foram momentos altos da comemoração. Essas duas manifestações são bastante famosas em Caraíva, e normalmente, no verão, quando a atividade turística atinge seu pico, jovens de várias partes do país lotam as casas de forró da localidade durante as madrugadas e assistem às rodas de capoeira durante o dia. No momento da festa, no entanto, o forró pertence aos ‘locais’, sendo dançado na praça, por jovens, adultos e idosos, com grande habilidade. “Hoje o forró é 0800” diziam os nativos, se referindo ao fato de que nesse dia, a barreira econômica estava banida, possibilitando que a festa fosse genuinamente deles, os ‘nativos’ ao contrário do que ocorre no verão, quando os ‘de fora’ entram em cena. A Figura 50 mostra a roda de Capoeira em Caraíva, durante comemorações de aniversário da Resex, em 2013.



Figura 50: Roda de Capoeira em Caraíva. Fonte: Luciana Perry, 2013.

As festividades de comemoração de aniversário da Resex são momentos importantes de encontro para os extrativistas de diferentes localidades e de reafirmação de sua identidade. A participação dos jovens nas duas festas acompanhadas durante essa pesquisa foi percebida não apenas nas apresentações culturais, mas também nos preparativos para a festa. Em Caraíva, percebeu-se uma grande presença de jovens na ANAC preparando faixas, cartazes e fichas para alimentação (distribuída gratuitamente para os extrativistas). Na preparação do almoço e do bolo de aniversário também estiveram presentes. Toda a comida oferecida durante os festejos é preparada a partir de doações, dos próprios extrativistas (peixe e camarão) e também de comerciantes e do poder municipal. Em Cumuruxatiba, foram os jovens que ‘puxaram o bonde’ da festa, organizando local para os extrativistas de outras localidades dormirem junto a pousadas e casas de moradores, distribuindo tarefas, preparando as apresentações culturais e buscando donativos.

Assim, retomando o aspecto da sustentabilidade da Resex ao longo das gerações, avalia-se que a geração mais jovem vem construindo uma relação diferenciada com a Resex em comparação com seus pais e avós, principalmente vislumbrando na atividade turística e na preservação ambiental possibilidades de geração de renda. Muitos ainda também se dedicam à pesca, como evidenciaram os dados de Curado [s.d.] e Siqueira (2006). No entanto, nos processos de ressignificação da tradição e da Cultura, a pesca na UC e a preservação ambiental parecem ser dois fatores que vêm ganhando significado parecido em termos de valor para esses jovens, que almejam poder unir essas duas atividades para o desenvolvimento local.

4.10 Possibilidades de reconhecimento a partir da criação da Resex

Zeca do Veleiro opina que a Resex vem possibilitando que o pescado se mantenha disponível para os pequenos pescadores, ao contrário do que, segundo ele, tem ocorrido em outras localidades que não são Unidades de Conservação.

A disputa nossa é de igual para igual e de pequeno pra pequeno. Tem invasão tem, mas é muito pouco. A invasão de barco é muito pouca aqui na Resex e a gente ainda tem pescado bom. Ainda tem pescado que dá pra sobreviver. A única necessidade que eu vejo hoje que a Resex venha a nos apoiar é agregar valor. Porque hoje o pescado não tem valor. Quando é no verão o preço sobe, quando é no inverno o preço baixa, entendeu? Aí o pessoal costuma até dar valor aos nossos pescados. Quando você vai comprar uma sardinha em lata, aqui mesmo nos botecos, você compra ela por quatro reais. E quando é um quilo de bagre, cação ou arraia eles querem dar cinco reais. Uns peixes se você for dividir em pedaços dá pra fazer umas dez latas de sardinha. E é um peixe que você ainda tem garantia de ser uma alimentação saudável, que não tem agrotóxico, não dá vacina, não dá ração, não precisa de antibiótico. As pessoas ainda não tem a nossa atividade como trabalho. Ah, você tem que arranjar um trabalho com carteira assinada. Eles ainda não entenderam que isso é um trabalho. Isso ainda é muito forte aqui na Resex. É como se trabalho fosse só você estar empregado, se tá capinando no fundo de um quintal, ou se tá numa pousada, entendeu? E esquece que isso é um trabalho, que hoje eu vejo como garantia (Zeca do Veleiro, extrativista da comunidade do Veleiro em entrevista para essa pesquisa realizada em setembro de 2014).

Mais uma vez, nos deparamos aqui com uma demanda por reconhecimento sobre a qual pode-se refletir tanto a partir das considerações de Honneth (2011) que compreende essas demandas como geradoras de conflitos sociais, quanto pelo aspecto valorativo subjacente na cultura ocidental moderna na qual os trabalhos formais e intelectuais são mais valorizados socialmente do que outros, conferindo distinções entre os membros da sociedade, tematizados por Souza (2012) e Taylor (1989). A fala de Ronaldo Oliveira, em entrevista para essa pesquisa também ilustra empiricamente essa versão.

Não tem reconhecimento social, ninguém vê a importância do pescador. Vê na novela assim, aquela coisa romântica, só que no mundo real não tem romantismo. No mundo real não tem

romantismo, é muito difícil ser pescador...é uma labuta seríssima, e aí a gente acha bonito o cara ser pescador, só que vai ser pescador! Então esse é um dilema que infelizmente a gente convive, não tem como eu virar pro cara e falar ah, vai ser pescador que é bom. É bom uma ova! Eu quero é ser servidor do ICMBIO, igual a você...(Ronaldo Oliveira, gestor da Resex Corumbau em entrevista para essa pesquisa, setembro de 2014).

A valorização mencionada como necessária por Ronaldo explicita bem o pano de fundo valorativo da sociedade atual, no qual o status é conferido mediante as credenciais do conhecimento, posição e, conseqüentemente, remuneração. Nesse processo de transformação de honra para status, já mencionada por Honneth (2011) os indivíduos e atividades são valorizados a partir de categorias como a de um conhecimento que é relacionado ao estudo formal, às ocupações formalizadas por meio do trabalho assalariado, que se inserem na estrutura formal dos empregos ou do empreendedorismo e que impactam diretamente nas remunerações dadas às diferentes ocupações. Nessa lógica, o trabalho manual do pescador artesanal, cujo conhecimento não foi validado por nenhuma instituição formal de ensino e cuja incerteza própria da atividade o faz não ter uma ‘rotina’ estabelecida pela concepção Moderna de tempo e horários rígidos, como os da fábrica, por exemplo, é concebido como de menor valor e prestígio.

Ademi Januário, extrativista de Cumuruxatiba, foi um dos poucos que expressou em entrevista para esta pesquisa a ideia de serem os extrativistas privilegiados, por terem o direito de uso do mar, que é um bem coletivo e de amplo acesso, como um espaço protegido para uso somente da população tradicional local:

Você tem do Oiapoque ao Chuí 200 milhas leste toda essa área pra nação brasileira pescar. O que o povo não enxerga é que de certa forma a gente foi abençoado juntamente com o governo federal de criar uma portaria e falar: olha essa área é nossa. Por ser uma unidade de uso sustentável ela tem que criar algum manejo dentro, senão não teria sentido ser sustentável (Ademi Januário, extrativista de Cumuruxatiba, Conselheiro da Resex, em entrevista para esta pesquisa, setembro de 2014).

Percebeu-se ainda que as comunidades convivem com uma sensação de ressentimento, como também verificou Lobão (2006), no tocante a reconhecerem-se como detentores de um direito específico sobre o território onde vivem e a utilização de seus recursos concedido no âmbito do Estado, mas que, na prática, não se efetiva

tão rapidamente como gostariam, seja pelas limitações de recursos, pela descontinuidade de políticas ou dificuldades no processo de organização da comunidade. Esse sentimento produz em parte dos extrativistas um desencantamento com a Resex e um descrédito nas possibilidades de gestão participativa, gerando em alguns momentos um esvaziamento das reuniões. Na concepção de muitos, quem mais vem se beneficiando com a existência da Unidade são ongs e pesquisadores.

No entanto, apesar de tantas críticas, reclamações e anseios ainda não atendidos, quase todos que participaram da pesquisa afirmam que a Resex trouxe benefícios para os pescadores no tocante ao afastamento de barcos de outras localidades. As falas abaixo demonstram essas avaliações:

A Resex ela mudou muito. Porque antes vinha muito barco de Alcobaça e os barcos daqui, que eram menor, não tinha camarão pros barcos daqui que era menor. Os de lá vinham com dois balão e aí depois que veio a Resex melhorou muito pra nós, tanto camarão quanto peixe. Que muitos vêm de Prado, Alcobaça, no verão pra mergulhar, Vitória, aí tem Ronaldo, que é o fiscal da Resex que sai por fora, fiscalizando e aí não deixa. (Pescador em Cumuruxatiba, durante conversa informal. Março, 2014)

Contra a Resex não tem ninguém, porque a Resex deu prioridade, entendeu. A Resex deu prioridade pros nativos terem seus próprios direitos. Vamos supor aquele ali, o que tem um barquinho, barquinho, não um barco. Mas se chega um empresário aí com vários barcos, a gente vai perder a opção. A Reserva é pra isso, pros nativos. (“Seu Honorato”, morador da Ponta de Corumbau, em entrevista para esta pesquisa, abril de 2014).

Acha que a Resex fez diferença pra melhor. Expulsaram os barcos de fora: só o fato de ter travado isso já foi um grande ganho para a comunidade. Não só para os pescadores, mas para mim também. (Paula Garcia, empresária de Cumuruxatiba, em entrevista para esta pesquisa, setembro de 2014).

A Resex trouxe sim benefícios para cá, ainda temos muitos desafios, mas sem essa Unidade, acho que seria muito pior... (Alberto Oliveira, Conselheiro da Resex e empresário de Cumuruxatiba, em entrevista para esta pesquisa, setembro de 2014).

Eu não posso ser contra porque meu marido é pescador. A gente sabe o sacrifício que foi... Os peixes agora estão tornando a aparecer e se a gente for contra a criação da Resex a gente vai perder muita coisa, pois vão vir embarcações de outros lugares. A gente não pensa só na gente, pensa nos filhos, nos netos, e por isso tem que preservar. (Elizabeth Marinho, marisqueira e

Presidente da Associação de Pescadores de Cumuruxatiba, em entrevista para esta pesquisa, setembro de 2014).

Olha eu sou a favor, sou a favor. Aqui nós tínhamos cento e, quase duzentos barcos de Alcobaça pescando aqui dentro, né? Explorando, né? Ai depois que criamos a Resex, eles se afastaram, né? Um bom passo. E pra mim eu achei muito bom. (“Zé Preto”, extrativista da ponta de Corumbau, em entrevista para esta pesquisa, abril de 2014).

Foi bom, porque antigamente vinha muita embarcação, você não podia nem ancorar um barco aqui, que era cheio demais, até barco de Vitória tinha aqui. E hoje não, se eles pescam, pescam mais escondidos (“Binga”, extrativista de Cumuruxatiba, em entrevista para esta pesquisa, abril de 2014).

Melhorou muito, muito, o único problema é que a comunidade ainda não tem aquela união, aquela organização pra crescer. (“Antônio Carlos”, morador de Cumuruxatiba, dono de uma das duas empresas de turismo náutico da vila, em entrevista para esta pesquisa, abril de 2014).[^]

As falas acima demonstram que apesar das expectativas não concretizadas, as comunidades reconhecem o ganho que a criação da UC possibilitou em termos de exclusividade no uso dos recursos. No entanto, como demonstrado nesta pesquisa, essa é uma conquista ainda em construção, onde os desafios aparecem não apenas internamente nas comunidades, mas também relacionados à capacidade de os órgãos públicos cumprirem suas atribuições e estabelecer ações coordenadas entre diferentes representações do Estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados expostos e retomando os objetivos iniciais da pesquisa, considera-se que nos 15 anos de existência da Resex Corumbau, a organização comunitária ainda é um hábito em formação entre os extrativistas, seja por dificuldades de locomoção ou disponibilidade ou por requerer um tipo de esforço coletivo de maneiras que não são ‘naturais’ na localidade. Percebe-se também que o reconhecimento da própria comunidade sobre sua condição de agente principal na Reserva vem avançando significativamente, conforme pode ser percebido pela leitura das Atas do Conselho Deliberativo. Nos últimos sete anos, observou-se um maior número de discursos afirmando que a comunidade não deve esperar que o ICMBio ou o gestor resolva todas as questões, mas que eles devem pressionar os órgãos competentes para atender suas demandas.

As demandas relacionadas ao desenvolvimento aparecem em nível mais imediato nas expectativas por melhorias nas condições básicas de habitação, saúde, educação e transporte. Em termos de um futuro, os anseios relatados remetem numa grande maioria às possibilidades de os nativos ‘viverem em paz’ em seu território, numa alusão tanto à seguridade alimentar e territorial, quanto de manutenção de seus costumes, modos de vida, não precisando se submeter aos hábitos e costumes dos de fora, principalmente entre a geração mais velha. Entre os mais jovens, o turismo é sempre uma atividade referida, com a qual o universo da pesca se entrelaça por meio de atividades no mar, como mergulho, avistamento de baleias e outros animais marinhos. Como dito acima, os jovens do entorno da Resex Corumbau demonstram que querem permanecer em seus locais de origem, desejam ver suas comunidades preservadas em termos de paisagem, mas anseiam ter melhores oportunidades que seus pais e avós, e nesse aspecto almejam o reconhecimento do valor de suas particularidades.

Em termos de tradição, um dos elementos que mais chama a atenção nas comunidades é a importância dada à condição de nativo na definição dos direitos perante a comunidade e no status junto ao grupo. Ser nativo significa não apenas ser nascido no lugar, mas ter raízes também na pesca e provavelmente também um

antepassado na aldeia. Nas palavras dos locais, ‘a Resex é pros Nativos’. O reconhecimento de sua especificidade enquanto comunidade tradicional se dá com base nessa ideia de pertencimento ao território e suas relações com o ambiente local, a ideia de um privilégio não parece estar presente entre as comunidades. Talvez devido às carências estruturais nos serviços oferecidos pelo Estado, à condição periférica em termos de status social e à própria história da região, onde descendentes de índios e escravos formam a maior parte da população, o sentimento de ‘injustiçado’ é muito mais presente nas comunidades do que o de privilegiado.

Os conflitos observados na pesquisa referem-se em âmbito interno às comunidades entre as Associações locais e o Conselho Deliberativo da Resex, às disputas de poder entre diferentes grupos que nos casos observados contrapõem-se aos anseios de desenvolvimento para o local e os meios necessários para obtê-los e também relacionados ao apoio ou não ao ICMBio, que para muitos, em especial para aqueles que se dizem insatisfeitos com a Resex, é o próprio órgão. As ONGs, pesquisadores e não nativos são vistos por muitos extrativistas com desconfiança, pois para eles esses grupos representam uma ameaça ao território e aos seus meios de vida, principalmente relacionados às restrições ambientais advindas do conhecimento científico e as tentativas de alguns empresários de afastar os pescadores de suas portas. Em âmbito externo, os conflitos entre as comunidades e outros atores sociais que convivem no entorno da Resex Corumbau se manifestam no relacionamento com ONGs, vistas por muitos extrativistas como responsáveis por estudos que acabam em restrições de uso dos recursos e a não disponibilização de recursos para os pescadores. Grande parte dos extrativistas ouvidos nesta pesquisa compartilham da ideia de que os recursos financeiros que viabilizam os trabalhos das ONGs na Unidade deveriam ser utilizados, pelo menos em parte, para melhoria das condições de vida e de trabalho dos pescadores.

Em termos valorativos, percebeu-se que há uma base comum compartilhada pelos extrativistas no tocante ao significado do território na composição de suas identidades. O entorno da Resex é o local de origem da grande maioria e nesse sentido, a chegada dos de fora representa uma constante ameaça, pelo poder econômico que possuem e pelas mudanças que decorrem da compra de imóveis e da instalação de empreendimentos.

Assim, conclui-se que o reconhecimento concedido às populações tradicionais extrativistas que vivem em Unidades de Conservação de Uso Sustentável no âmbito institucional e jurídico do Estado brasileiro é certamente um avanço, especialmente no que diz respeito aos processos deliberativos instituídos. Ainda assim, as possibilidades de usufruírem plenamente de seus direitos requer a figura de um mediador, que faça a tradução entre a linguagem Moderna, do Estado e da ciência e os extrativistas. Esse ponto põe a população extrativista ainda em uma situação desconfortável, pois fica sempre na dependência de uma instituição, e em alguns casos de alguma pessoa, dispostas a fazer essa intermediação. Na medida em que os agentes da Extensão Rural pouco trabalham com essas comunidades, e, quando o fazem muitas vezes adotam uma postura difusionista, percebe-se que não apenas seria interessante inserir a pesca nos programas dessa natureza, mas principalmente, viabilizar para as comunidades que vivem nessas unidades a possibilidade de incrementar seu nível de organização social para que, com o passar das gerações, o mediador seja uma figura possível, mas não indispensável. Nessa perspectiva, caberia ao extensionista não simplesmente apresentar e fomentar as possibilidades de organização social, mas sobretudo compreender inicialmente os modos de organização social local e a partir deles construir com os extrativistas modelos que não sejam imposições do modo Moderno, ocidental de agir no mundo.

Analisando-se a concepção das políticas públicas a partir do final do século XX, é possível afirmar que elas avançaram em termos de darem a oportunidade de diferentes setores da sociedade opinarem sobre os rumos do desenvolvimento que os afeta mais diretamente. No entanto, o desenvolvimento territorial, pensado como um esforço coletivo de diferentes atores, representantes de interesses distintos, em se envolverem em uma política comum de desenvolvimento para uma determinada região implica em certas posturas políticas desses agentes e quando essas práticas não condizem com o espírito de cooperação, as políticas atuais não são capazes de minimizá-las. Desenvolvimento territorial implica em uma ideia de governança comum dos recursos naturais disponíveis, em desenvolvimento e implementação de ações que tenham como objetivo atingir metas determinadas pelo grupo como meio de se atingir uma etapa de um plano de desenvolvimento e uma identidade coletiva territorial, sem a qual essa concepção de desenvolvimento tende a não funcionar.

Algumas das propostas são os estímulos à cooperação entre os diferentes atores do território, minimizando inclusive as rivalidades internas; e um olhar mais atento às nuances sócio-econômicas e culturais que favorecem e dificultam os laços no território. Sem essa premissa de identificação e colaboração entre os atores, as políticas ambientais e voltadas para populações tradicionais tendem a se consolidar como iniciativas que, ainda que formalmente instituídas, carecem de significado para os próprios atores.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIRACHED, C.F.A, BRASIL, D. SIRAIISHI, J.C. Áreas protegidas e populações tradicionais: conflitos e soluções. In IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 4-7 out. 2010, Florianópolis. **Anais Eletrônico**. Disponível em <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/gt16.html>>. Acesso em dez. 2014.

ACSELRAD, H. Justiça Ambiental- Ação coletiva e estratégias argumentativas. Acselrad, H et al. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p.23-40, 2004.

_____. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-120, 2010.

ALCÂNTARA JUNIOR, J.O. George Simmel e o conflito social. **Caderno Pós Ciências Sociais**. São Luis, v.2, n.3, jan/jun, p. 7-15, 2005.

ALMEIDA, J., GERHARDT, C., MAGALHÃES S. B. Contextos Rurais e Agenda Ambiental no Brasil: práticas, políticas, conflitos, interpretações. ALMEIDA, J., GERHARDT, C., MAGALHÃES S. B. (Orgs.) **Dossiê 3**, Belém, Rede de Estudos Rurais p. 6-24, 2012.

ANGROSINO, M. **Etnografia e Observação Participante**. Tradução José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

AQUINO, A.S. de; BOCARDE, F.; LIMA, N.A. e RUFFINO, M.L. Gestão Participativa no Manejo de Recursos Pesqueiros na Amazônia. BRASIL/MMA. **Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira**. PRATES, A.A., BLANC, D. (orgs). Série Áreas protegidas do Brasil, 4, Brasília, MMA/SBF, 2007, p. 227-248.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Código de ética**. Disponível em <<http://www.abant.org.br/?code=3.1>>. Acesso em: 05 set. 2013.

BAHIA (Estado), SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO. **Planejamento Estratégico**. Disponível em <http://issuu.com/setur/docs/estrategia_turistica_3_salto___revisado_24?e=0>. Acesso em: 09 out. 2013.

BARBOSA, J.E.C., SCHMITZ, H. **Populações e Território: Reservas Extrativistas (RESEX'S) como instrumento de gestão e inclusão social - o caso da Reserva Extrativista Marinha (REM) de Maracanã, Pará**. In: VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro:Zahar, 2005.

BBC NEWS: **Rio Summit, little progress 20 years on**. 22 Jun 2012 Black, R. <http://www.bbc.com/news/science-environment-18546583>

BECK, U. **Ecological Enlightenment. Essays on the politics of risk societies**. New Jersey: Humanity Press, 1995.

_____. **World Risk Society**. Cambridge: Polity Press, 1999.

BECK, U., BONSS, W., LAU, C. The Theory of Reflexive Modernization Problematic Hypotheses and Research programme. **Theory, Culture & Society**. Londres, SAGE, Vol 20(2), p. 1-33, 2003.

BERNARDI, C. C. **Conflitos socioambientais decorrentes da bubalinocultura em territórios pesqueiros artesanais: o caso Olinda Nova do Maranhão**. Dissertação, Universidade Católica de Brasília, 2005.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL./SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Lei 7661/1998**. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17661.htm>. Acesso em out. 2014.

BRASIL/CASA CIVIL. **Decreto 19.841/1945**. Promulga a carta da Nações Unidas. Brasília, 1946. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/dec%2019.841-1945?OpenDocument>. Acesso em: mar. 2014.

BRASIL/CASA CIVIL. **Lei nº 9.985/2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm> Acesso em jan. 2014.

BRASIL./ CASA CIVIL. **Decreto 5300/2004**. Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5300.htm> Acesso em: abr. 2014.

BRASIL./ CASA CIVIL. **Decreto 5758/2006**. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1, 17 abr, 2006, p. 1. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm>. Acesso em: abr. 2014.

BRASIL./ CASA CIVIL. **Decreto 6040/2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União - Seção 1, 8 fev, 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> Acesso em jun. 2013.

BRASIL./ CASA CIVIL. **Lei 11.516/2007**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade... e dá outras providências. DOU, 28 Ago. 2007b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11516.htm>.

BRASIL./ CASA CIVIL. **Lei 11.959/2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de

28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, Junho 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em nov 2013.

BRASIL./ MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Histórico Institucional**. Página Eletrônica [s.d.]. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/o-ministerio/historico-institucional>>. Acesso em: Jan. 2015.

BRASIL./ MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Fundo Nacional de Meio Ambiente**. (2015). Disponível em:< <http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/fundo-nacional-do-meio-ambiente>>. Acesso em jan. 2015.

BRASIL./ MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira**. PRATES, A.A., BLANC, D. (orgs). Série Áreas protegidas do Brasil, 4, Brasília, MMA/SBF, 2007.

BRASIL. MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Brasília: MMA, 2011. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/250/_publicacao/250_publicacao30082011035301.pdf> Acesso em mar. 2015.

BRASIL./ MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Gerenciamento Costeiro no Brasil**. 2014. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro>>. Acesso em mar. 2015.

BRASIL. MPA -MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura Brasil 2010**. Brasília: MAPA, 2012.

BRASIL./ MPA -MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Pesca Artesanal**. Página eletrônica, 11 Jun. 2014. . Disponível em <<http://www.mpa.gov.br/pesca/artesanal>>. Acesso em Jan. 2015.

BRASIL. **Decreto de 21 de setembro de 2000**. Cria a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau nos Municípios de Porto Seguro e Prado, Estado da Bahia, 2000.

BUCCI, T.M. **Implementação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau-BA: relações de atores e processos de mudanças**. Universidade Estadual de Santa Cruz Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Ilheus, 2009.

CALLOU, A.B.F.. **Considerações sobre a dívida social na pesca artesanal brasileira (intervenção à mesa de abertura)** I Conferência da Pesca Artesanal no Brasil. Brasília, DF, Estádio Mané Garrincha. 28 – 30 de setembro de 2009.

_____. Povos do Mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. **Cienc. Cult., São Paulo, vol. 62, n.3, 2010**. Campinas: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 2010

CALLOU, A.B TAUKE SANTOS, M.S.; GEHLEN, V. R.F. (orgs.) **Comunicação, Gênero e Cultura em Comunidades pesqueiras contemporâneas**. Recife: Fundação Antonio dos Santos Abranches, 2009

CARDOSO, Eduardo Schiavone, **Da apropriação da Natureza à Construção de Territórios Pesqueiros**. GEOUSP. Espaço tempo, São Paulo, n. 14. P.119-125, 2003.

CARMO H. **O Caderno de Honorato Deoclesiano do Carmo – Mais um poeta brasileiro**
 LOBÃO, E. (Ed.) Niterói: Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, 2010.

CARVALHO, J.A. **O mar não tá pra peixe: uma etnografia dos conflitos socioambientais em torno da Zona de Proteção Marinha e da comunidade pesqueira de Bugigão – Resex Mar do Corumbau/BA.** Dissertação (Ciências Sociais). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

CASTELLS, M. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede: **IN O Poder da Identidade**; tradução Kaluss Brandini Gerhardt. – (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura; v.2). 3ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

CEMBRA - Centro de Excelência para o Mar Brasileiro. **O Brasil e o Mar no Século XXI: Relatório aos tomadores de decisão do País.** 2a ed. Rio de Janeiro, 2012.

CESAR, C.P. **Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal: um estudo evolutivo e das competências da instituição.** Monografia. Seropédica, 2010. UFRRJ, Instituto de Florestas.

CHAMY, P. Reservas Extrativistas Marinhas: um estudo sobre posse tradicional e sustentabilidade. In: **II Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade** 26 a 29 de maio de 2004, Indaiatuba - São-Paulo.

CHAMBERS, R., CONWAY, G. R., **Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century.** IDS Discussion Paper 296. Brighton: Institute of Development Studies, Dezembro, 1991.

CHAMBERS, R. For our future – responsible well-being: a personal agenda for development. IN: Chambers, R. **Ideas for development.** London: Earthscan, 2010. (p.184-220)

CIRM/GI-GERCO. **Plano de Ação Federal da Zona Costeira do Brasil.** Brasília, 2005.

CITELLI, A. **Linguagem e Persuasão.** São Paulo, Ática, 10ª Edição, 1995.

CMMAD – COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum** 2ª Ed. Rio De Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991

CNUC/MMA. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – dados consolidados.** Atualização Fevereiro, 2015. Disponível em < <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/dados-consolidados>>. Acesso em: Jun, 2015.

CORÁ, M.A. **Desenvolvimento Local Sustentável e turismo: o caso de Cumuruxatiba.** Dissertação (Mestrado em Administração). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2006.

COMISSÃO PASTORAL DOS PESCADORES (CPP). **Breve Histórico.** Página eletrônica institucional. Disponível em <<http://www.cppnac.org.br/breve-historico>> Acesso em dez.2014.

CORRÊA DO LAGO, A.A. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo – o Brasil as três conferências ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco/Fundação Alexandre Gusmão, 2006.

CUNHA, C.C.; LOUREIRO, C.F.B., **Reservas Extrativistas: limites e contradições de uma territorialidade seringueira**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009, p.1-25.

CURADO, I.B. **Socioeconomic and Governance Assessments and Impacts of MMAs in Brazil**. Relatório integrante do Projeto Marine Managed Area Sciences, Conservação Internacional. [s.d]. Disponível em <<http://www.science2action.org/files/sciencereports/individualstudies/brazil/brazilsocioeconomicandgovernance.pdf>> Acesso em Jan, 2014.

DESCARTES, R. **O discurso do método**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DI CIOMMO, R.C. Pescadoras e Pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha. **Ambiente e Sociedade**. Campinas. Vol X, nº 1, p. 151-163 jan-jun 2007

DIEGUES **Formas de organização da produção pesqueira no Brasil: alguns aspectos metodológicos**. In: Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar, Ática, 1983.

_____. A Sócio-Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil. IN: **Etnográfica**, Vol. III (2), 1999, pp. 361-375

_____. **O Mito moderno da natureza intocada**. São PAULO: Hucitec, 2001, 3ª ed.

_____. Conhecimento Tradicional e Apropriação Social do Ambiente Marinho. In: **Roteiros Metodológicos: plano de Manejo de Uso Múltiplo das Reservas Extrativistas Federais**. Org. RODRIGUES, E.; PAULA, A. C.; ARAUJO, C. M. Brasília: IBAMA, p. 125-157, 2004a.

_____. **A Pesca Construindo Sociedades. Leituras sobre Antropologia Marítima e Pesqueira**. São Paulo: Nupaub/USP, 2004b

DREXHAGE, J., MURPHY, D. **Sustainable Development: from Brundtland to Rio 2012**. Nova Iorque: ONU, 2010. Disponível em http://www.un.org/wcm/webdav/site/climatechange/shared/gsp/docs/GSP1-6_Background%20on%20Sustainable%20Devt.pdf. Acesso em Out. 2014.

DRYZEK, J. S. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. IN: Schattan, V. P. C e Nobre, M. (Org.) **Participação e Deliberação**. São Paulo: Editora 34, 2004, p.21-41

DUMITH, R.C.. Território, territorialidade e identidade dos pescadores artesanais: subsídios conceituais ao planejamento e gestão de reservas extrativistas marinhas. IN **Geographia**. Niterói: UFF, 2011. (p.59-76)

DUPIN, G. Linha do Tempo: cronologia dos documentos internacionais sobre a diversidade cultural. **Observatório da Diversidade Cultural**, 2014. Disponível em <http://observatoriodadiversidade.org.br/site/pesquisa/linha-do-tempo/>. Acesso em Nov. 2014.

EARTHDAY **History of a Movement**. Página eletrônica. Disponível em < <http://www.earthday.org/earth-day-history-movement>>. Acesso em out 2014.

ESCOBAR, A., ALVAREZ, S., Theoretical and Political Horizons of change in Contemporary Latin America Social Movements. **The making of Social Movements in Latin América**. (p 317-329). Boulder: Westview Press, 1992.

FARIA, D. **Desenvolvimento e turismo: uma abordagem conceitual**. Belo Horizonte:UFMG/CEDEPLAR, 2012.. 25 p. : il. - (Texto para discussão, 462)

FAVARETO, A.S. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em questão – do agrário ao territorial**. São Paulo 2006. Tese de Doutorado em Ciência Ambiental – Universidade de São Paulo 220p.

FIORIN, J.L. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo, Ática – Série Princípios – 4ª edição,1985.

FLEURY, L. C., ALMEIDA, J. A conservação ambiental como critério de relações entre grupos e valores: representações e conflitos no entorno do Parque Nacional das Emas, Goiás. IN: **Ambiente e Sociedade**. Campinas, v. XII, n.2, jul-dez, p.357-372, 2009.

FRASER, N. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a ‘post-socialist’ age. **Justice Interruptus**, 1997, p. 68-93.

_____. Rethinking Recognition. **New Left Review**. n.3, May-Jun, 2000, p. 107-120. Disponível em < <http://newleftreview.org/II/3/nancy-fraser-rethinking-recognition>>. Acesso em março 2015.

FREITAG, B. **Os Itinerários de Antígona – a questão da moralidade**. Campinas: Papyrus, 1992.

FREITAS. R.R., SEIXAS, S.R.C. A Pesca artesanal frente às instituições sociais modernas e os desafios do desenvolvimento territorial. **Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade**, nº 1, setembro de 2011. Disponível em <<http://www.uff.br/revistavitas/images/artigos/A%20pesca%20artesanal%20e%20o%20desenvolvimento%20%20Rodrigo%20Freitas%20e%20Sonia%20Seixas.pdf>>. Acesso Jun 2013.

FUNBIO/MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Avaliação e Plano de Gestão Socioambiental. Projeto áreas costeiras e marinhas protegidas**. Brasília, 2013.

G1. **Natureza. Rio+20 aprova texto sem definir objetivos da sustentabilidade**. Barbosa, D., Carvalho, E. 22 Jun, 2012.

GARCIA, E. **Trampolin Fáustico; Ciencia, mito y poder en el desarrollo sostenible**. Aolección Gorgona. 1ª ed. Valencia, 1999.

GEERTZ, C. **Nova Luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **A Interpretação das Culturas**. 1ª ed. 13ª reimpressão. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. **O saber local: nos ensaios em antropologia interpretativa**. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GERHARDT, C.H & ALMEIDA, J. Agricultores Familiares, Mediadores sociais e meio ambiente: a construção da ‘problemática ambiental’ no meio rural. In VI Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia Rural (ALASRU), Porto Alegre, 2002. **Anais ...** Porto Alegre: UFRGS, 2002. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/textos_p%C3%BAblicos.htm>. Acesso em Out 2013.

GERHARDT, C.H & ALMEIDA, J. "Ecologização" dos agricultores ou construção de novos processos de dominação: a problemática ambiental nos espaços rurais? In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas, 2003. **Anais...** do CDROM, Campinas, set. 2003. Disponível em < <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/434.pdf> >. Acesso em Out. 2013

GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

_____ **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GODOY, A.M.G. **Desenvolvimento e Meio ambiente – em busca da interdisciplinabilidade**. Brasil, Unesco, 2002.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola. 1997

(org). Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. IN: **Movimentos Sociais no Século XXI**. Petrópolis: Vozes. 2003, p. 13-32.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

GUIMARAES, F. J.. **Biologia do Camarão Sete Barbas, *Xyphopenaeus kroyeri* (Crustácea, Decapoda, Penaeidae) e aspectos da sua pesca na Reserva Extrativista Marinha de Corumbau**. João Pessoa: UFPB, 2009. Tese de Doutorado

GUIMARÃES, L.P., FONTOURA, Y.S.R. RIO+20 ou RIO-20? Crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente e Sociedade** São Paulo. Vol. XV, n. 3, set-dez 2012, p.19-29.

HABERMAS, J. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Trad. Guido A. Almeida. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____ **Técnica e Ciência como Ideologia**. Tradução. A. Mourão. Lisboa: Edições 70, 1994.

_____ Política deliberativa: um conceito procedimental de democracia. **Direito e Democracia – entre facticidade e validade**. Volume II. – Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a. p. 9-56.

_____ O papel da sociedade civil e da esfera pública política In: **Direito e Democracia – entre facticidade e validade**. Volume II. – Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b. p. 57-121.

_____ O espaço público: 30 anos depois. Trad. Vera Lúcia Wstin, Lucia Lamounier. **Caderno de Filosofia e ciências Humanas**, Belo Horizonte:, UNICENTRO, Ano VII, n. 12, abril 1999.

HALL, S. **A identidade Cultural na pós modernidade**. 11ª edição. Rio de Janeiro, DP&A, 2011.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, New Series, Vol. 162, No. 3859. (Dec. 13, 1968), p. 1243-1248.

HONNETH, A. **Luta Por Reconhecimento - A Gramática Moral dos Conflitos Sociais**. 2ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Editora 34, 2011.

IBAMA **Histórico Institucional**. Página eletrônica, 2014. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/aceso-a-informacao/historico>> Acesso em set. 2014.

ICMBio. **Reserva Extrativista Marinha de Corumbau: Plano de Manejo Fase I**. Setembro de 2002. Disponível em : http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/plano_de_manejo_resex_corumbau_alteracoes_ate_maio_2009.pdf

_____. **Quem Somos. Portal Eletrônico Institucional**. [s.d] Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/quem-somos/o-instituto.html>>. Acesso em abr.2014

_____. **Unidades de Conservação**. Brasília, 2013. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho.html?start=10>>. Acesso em out. 2013.

IPEA Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Perfil Municipal, Prado, Bahia. INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS APLICADAS, [S.L.], 2013.

KALBERG, S. Max Weber's Types of Rationality: Cornerstones for the analysis os rationalization processes in History. **The american Journal of Sociology**. Vol.85, n. 5 (Mar. 1980, p. 1145-1179.

KLAUSEN, N. Forum, 29 jul 2004. **Jus Navigandi**. Disponível em: <<http://jus.com.br/forum/18192/resolucao-da-onu-tem-forca-de-lei#ixzz3ID6uIlIF2>>. Acesso Nov. 2014

LIMA, G. **Criação, implantação e manejo de unidades de conservação no Brasil: estudo de caso em Minas Gerais**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG, 2003.

LITTLE, P. E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por Uma Antropologia da Territorialidade**. - UNB BRASÍLIA 2002.

LOBÃO, R. Relatório Projeto 051/03 FNMA: **Fortalecimento Da gestão participativa do uso de recursos pesqueiros na Resex Marinha de Corumbau**, maio 2005. Documento disponibilizado pelo autor.

_____. **Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política de ressentimento**. Tese de Doutorado (Antropologia Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MAIA, R.C.M.. Política deliberativa e tipologia de esfera pública. **BIB**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, 2007.

MARCHIORO, G.B., CIRANO, Mauro., SILVEIRA, Ilson da., CAMPOS, Rodrigo Oliveira. **Subsídios para a delimitação das zonas de amortecimento do Parque Marinho de**

Abrolhos e Reserva Extrativista Marinha de Corumbau por meio da avaliação de impactos potenciais de derramamento de óleo. Conservação Internacional/Brasil: Caravelas, BA, 2005. 142p.

MARCONDES, M. J.A **Cidade e Natureza – Proteção dos Mananciais e Exclusão Social.** São Paulo: FAPESP/Edusp/Studio Nobel, 1999.

MARINHO, R.A. **Co-gestão como ferramenta de ordenamento para a pesca em pequena escala.** Tese de Doutorado. UFC, Departamento de Engenharia de Pesca, Fortaleza, 2010.

MAURO, V. F. **Turismo em Terra Indígena: o caso da Reserva Pataxó da Jaqueira.** Monografia. (Especialização). Brasília: Universidade de Brasília, centro de Desenvolvimento do Turismo, 2007.

MELUCCI, A. **Challenging codes. Collective action in the information age.** (3a ed). Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. **A Invenção do Presente – Movimentos sociais nas sociedades complexas.** Petrópolis:Vozes, 2001.

MENEZES, D. Contribuições da relação entre comunicação e educação ambiental para a gestão participativa de Unidades de Conservação. **Biodiversidade Brasileira** v.4, n 1, 2014, p. 3-16.

MICHELIN, C. C. **Um estudo do sistema sócio-ecológico-pesqueiro da Ponta de Corumbau-BA.** Dissertação – ecologia e Recursos Naturais. São Carlos: UFSCar, 2006.

MORIN, E. **Ciência com Consciência.** 8ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

MOURA, R. L. et al. **Gestão do Uso de Recursos Pesqueiros na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau – Bahia** in: Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão, MMA-BRASIL, 2007.

NICOLAU, O. S. A gestão de uma RESEX na Bahia: a institucionalização da vida e disputas de poder. 2011. XV Congresso Brasileiro de Sociologia . Curitiba /PR, Julho de 2011.**Anais Eletrônicos...**Disponível em <
http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2021/omar%20souza%20nicolau.pdf>. Acesso em jun. 2013.

OFFE, C. A Atribuição de status público a grupos de interesse. IN: **Capitalismo Desorganizado.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLSON, M. Uma teoria dos grupos sociais e das organizações. In:**A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais** - tradução Fábio Fernandes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. Coleção Clássicos 16. p.15-77.

PACHECO, I.M.J. O imaginário da Carta de Caminha e sua apropriação pelo turismo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo.** v.4, n.1, abr. 2010, p.24-60.

PASSOS, P.N.C. A Conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Direitos Fundamentais e Democracia**. Curitiba: Unibrasil. Vol.6, 2009.

PERES, S. Associativismo pluriétnico e etnicidade religiosa: tradições e modernidades em dois contextos etnográficos regionais. IN: Reis, Daniel Aarão (org.) et al. **Tradições e Modernidade** – Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010. p. 61-76. Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/768b0e_0ad6747135205849cc10c8f2b1983385.pdf>. Acesso em jun 2013.

PIAZZOLI, P. **O conflito das sobreposições: terras indígenas e unidades de conservação**. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2007.

PNUMA **Rumo a uma economia Verde. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Síntese para Tomadores de Decisão**, 2011 Disponível em: <http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis_PT_online.pdf>. Acesso em nov 2013.

PRADO, R., CATÃO, H. Fronteiras do Manejo: embates entre concepções num universo de unidade de conservação. **Ambiente & Sociedade**. Campinas v. XIII, n. 1, jan.-jun. 2010, p. 83-93.

PRINTES, R.B., GERHARDT, C., KUBO, R., SOUZA, G.C. Conflitos Socioambientais contemporâneos e o revigoramento ‘desenvolvimentista’: dilemas envolvendo sobreposição de Terras Indígenas e Unidades de Conservação. ALMEIDA, J., GERHARDT, C., MAGALHÃES S. B. (Orgs.) **Dossiê 3**, Belém, Rede de Estudos Rurais, 2012, p. 136-157.

RIBEIRO, G.L. **Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado. Nova Ideologia/Utopia do Desenvolvimento**. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB: Série Antropologia. 1992

RODRIGUES, H.L.C., CURADO, I.B., MOURA, R.L., MINTE-VERA, C. Revelando Identidades: gestão participativa e os atores da Reserva extrativista Marinha de Corumbau. IN: **Áreas Protegidas e Inclusão Social. Tendências e perspectivas**. Vol. 3., n.1, 2007. p. 75-78.

RODRIGUES, L.C. Turismo, empreendimentos imobiliários e populações tradicionais Conflitos e interesses em relação à propriedade da terra. **Civitas** Porto Alegre v. 10 n. 3, set.-dez. 2010, p. 527-544.

ROUSSEAU, J.J. **Do Contrato Social; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. 4ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1987. Col.Os Pensadores.

RUEDA, R.P. **Evolução histórica do Extrativismo**. 1999. [S.L]. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/resex/textos/h9.htm>> . Acesso em fev. 2013.

SAAVEDRA, G.A., SOBOTTKA, E.A. Discursos filosóficos do reconhecimento. **CIVITAS**, Porto alegre, v.9, n.3, set, dez 2009, p. 386-401.

SACHS, I. **A terceira Margem – em busca do ecodesenvolvimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SAMPAIO, J.A.L. **Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território Pataxó do Monte Pascoal.** XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum de Pesquisa 3: “Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação”. Brasília, 2000. (mimeo) Disponível em: <www.anai.org.br/povos/Historia_Povos_Bahia.pdf>. Acesso em ago. 2013.

_____. Sob o signo da Cruz. Relatório Circunstancial de Identificação e Delimitação da Terra indígena Pataxó de Coroa Vermelha. **Cadernos do Leme**, Campina Grande, vol.2, n. 1, jan-jun 2010, p. 95-176.

_____. De Caboclo à Índio – Etnicidade e organização social e política entre povos indígenas contemporâneos no Nordeste do Brasil; o caso Kapinawá. **Cadernos do Leme**, Campina Grande, Vol 3, n. 2, Jul-Dez, 2011, p 88-191.

SANCHES, R.A. **Caiçaras e a Estação Ecológica de Juréia-Itatins:** litoral sul de São Paulo. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

SANTOS, A., DOULA, S.M. Políticas públicas e quilombolas: questões para debate e desafios ‘a prática extensionista. **Revista Extensão Rural**. Santa Maria-RS, Ano XV, n. 16, Jul-Dez, 2008. pag. 67-83.

SANTOS, B.S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. IN: **Revista Crítica de Ciências Sociais** , 63, Outubro, 2002, p. 237-280.

SANTOS, E.L. ; BRAGA, V.;SANTOS, R.S.; BRAGA, A.M.S. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Desenvolvimento Regional em Debate**. Ano2, n.1 jul, 2012, p.44-61.

SCHERER-WARREN, I. Novos rumos da pesquisa sobre as ações coletivas rurais. COSTA, L.F.C. e SANTOS, R. orgs., **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: MAUAD Consultoria e Planejamento Editorial Ltda, 1998, p. 221-240.

SCOTT, J. C. **Weapons of the Weak – everyday forms of peasant resistance**. Yale University Press, 1985

_____. **Domination and the arts of resistance – Hidden transcripts**. Yale University Press, 1990.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo, Cia das Letras, 2012.

_____. Cultura e Cativo. IN: SEN, A. **Identidade e violência. A ilusão do destino**. (trad. do inglês), Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2007, p. 143-161.

SEN, A e KLIKSBURG, B. **As pessoas em Primeiro Lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

SILVA, J. S. A “**extensão pesqueira**” no **Desenvolvimento das Comunidades Litorâneas no Estado do Ceará**/ Dissertação (Mestrado) Desenvolvimento e Meio Ambiente. Fortaleza: UFC, 2003. 133p.

SILVA, P P. Da Propriedade Coletiva ao Co-Gerenciamento: Lições da Primeira Reserva Extrativista Marinha. BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Áreas**

aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira. PRATES, A.A., BLANC, D. (orgs). Série Áreas protegidas do Brasil, 4, Brasília, MMA/SBF, 2007, p. 159-178.

SILVA, A.P. **Pesca Artesanal Brasileira: aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos.** Palmas: EMBRAPA Pesca a Aquicultura, 2014.

SILVA, M.S.F., SOUZA, R.M. Territórios protegidos e arenas de conflito nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável em Sergipe, Brasil. **Scripta Nova** - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, Vol. XVII, núm. 445, 2013.

SIMMEL. G. **Sociologia** Org. Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **O conflito na cultura moderna e outros escritos.** BUENO, A. (org.) São Paulo, SENAC, 2013.

SIQUEIRA, A.M. **Quem são os extrativistas? Perfil dos pescadores e da atividade pesqueira na Reserva extrativista Marinha de Corumbau – BA.** Dissertação (Ecologia e Recursos Naturais). UFSCAR, São Carlos, 2007.

SOUZA, J. A Gramática social da desigualdade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, Fev, 2004. p 79-97.

_____. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica.** 2ª Ed. Belo Horizonte, UFMG, 2012.

STAVENHAGEN, R. Sete teses equivocadas sobre a América Latina. In: DURANT, J.C.G (org). **Sociologia do Desenvolvimento.** 2a ed, Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

STORI, F. T. **Pescadores e Turistas em uma área protegida: uma contribuição ao planejamento da Reserva Extrativista Marinha da ponta de Corumbau – Bahia – Brasil** São Carlos: 2006. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais. 177p.

THE GUARDIAN- Rio +20 Earth Summit. **Rio+20 Earth Summit: campaigners decry final document.** Watts, J e Ford, L. Disponível em <<http://www.theguardian.com/environment/2012/jun/23/rio-20-earth-summit-document>> Acesso em jan. 2013.

TAYLOR, Charles. **Sources of the self – the making of modern identity.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

_____. **A ética da autenticidade.** São Paulo: Realizações, 2011.

THOMAS, K. **O Homem e o Mundo Natural – mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800).** São Paulo: Cia das Letras, 2010.

UNCED. **The Future we want.** Outcome of the Conference RIO+20. Rio de Janeiro, Brazil. 20-22 Jun. 2012. Disponível em < <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N12/381/64/PDF/N1238164.pdf?OpenElement>>. Acesso em Jun. 2012.

UNEP – **Environment and development Agenda**. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em <<http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?documentid=52>> Acesso em out. 2014.

_____ **UNEP – The first forty years – a narrative by Stanley Johnson**. UNEP, 2012. Disponível em <<http://www.unep.org/pdf/40thbook.pdf>>. Acesso Out. 2014.

UNDP Delivering the post-2015 development agenda. Opportunities at the national and local levels. 32p. 2014. Disponível em <<http://www.undp.org/content/dam/undp/library/MDG/Post2015/UNDP-MDG-Delivering-Post-2015-Report-2014.pdf>> Acesso em nov. 2014.

UNESCO Declaration on Cultural Diversity DE 2 DE NOVEMBRO DE 2001. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001246/124687e.pdf#page=67> Acesso em jul. 2014.

UNESCO Convenção pela Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial Paris, 17 de outubro de 2003. Disponível em <<http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>>. Acesso em Nov. 2014.

UNESCO. Convenção sobre a Proteção e Promoção da diversidade de Expressões Culturais. Paris, 20 de outubro de 2005. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/politicas5/-/asset_publisher/WORBGxClA6bB/content/convencao-sobre-a-protecao-e-promocao-da-diversidade-das-expressoes-culturais/10913>. Acesso em Nov. 2014.

UNESCO General introduction to the standard-setting instruments of UNESCO. 2014. Disponível em http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=23772&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html#name=1. Acesso em Nov 2014.

UNESCO – Man and the Biosphere Programme, November, 2014b. Disponível em <<http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/man-and-biosphere-programme>>/. Acesso em out. 2014.

UNITED NATIONS. Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment. Estocolmo, 1972. Disponível em: <<http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=97&ArticleID=1503&l=en>> Acesso em Nov. 2014

UNITED NATIONS . Convention on Biodiversity. Rio de Janeiro, 5 de junho de 1992a Disponível em: <http://www.cbd.int/doc/legal/cbd-en.pdf> Acesso em fev. 2014.

UNITED NATIONS. Rio declaration on environment and development. Rio de Janeiro: ONU, 1992b. Disponível em <<http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm>>. Acesso em Out. 2014.

UNITED NATIONS Kyoto Protocol to the UN Framework convention on climate change. KYOTO: UNFCCC, 1997. Disponível em <https://treaties.un.org/doc/Publication/CTC/Ch_XXVII-7-b.pdf>. Acesso em nov. 2014.

UNITED NATIONS – **The Millennium Development Goals Report 2014**. Nova Iorque, UN, 2014. Disponível em <<http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2014/English2014.pdf>>. Acesso nov. 2014.

UNITED NATIONS. **Rules of procedure of General assembly**. Embodying amendments and additions adopted by the General Assembly up to September 2007. Nova Iorque: UN, 2008. Disponível em <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/520/rev.17&Lang=E>. Acesso em nov 2014.

VERONEZ, H. T. P. **As escolas indígenas das aldeias de Cumuruxatiba(Ba) e a reconstrução da identidade cultural Pataxó**. Dissertação (mestrado) – Universidade São Marcos. Programa Interdisciplinar em Educação, Administração e Comunicação, 2006.

VIOLA, E. **O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. Trabalho apresentado no XV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, Caxambu, MG, 15-18 de outubro de 1991.

VIVACQUA, M., VIEIRA, P.F. Conflitos socioambientais em unidades de conservação **Política e Sociedade**. N7, Out 2005, p.139-162 Disponível em <<https://www.journal.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/1970/1720>>. Acesso em 18 fev.2014

WASHINGTON POST. **Rio-20 earth summit results in nonbinding declaration with moderate goal**. Disponível em <http://www.washingtonpost.com/national/health-science/rio20-earth-summit-results-in-nonbinding-declaration-with-moderate-goals/2012/06/22/gJQA7kpMvV_story.html>. Acesso em ago.2013.

ZANIRATO, S.H., RIBEIRO, W.C. Conhecimento Tradicional e propriedade intelectual nas organizações multilaterais. **Ambiente e Sociedade**. V.X, n.1, jan-jun 2007, p. 39-55

ZHOURI, A. e OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. In: **Ambiente e Sociedade**, v. X, n. 2, Jul./Dez.2007, p. 119-136.

APÊNDICE 1 ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GESTOR DA RESEX CORUMBAU

Histórico de sua atuação no ICMBio/ sul da Bahia

Retrospectiva da Resex Corumbau desde sua criação em 2000 até agora. Conquistas e avanços, retrocessos, derrotas, desafios, mudanças.

As comunidades – o geral e o particular de cada uma delas

As lideranças – o processo de participação das comunidades, autogestão?

O aspecto tradicional das comunidades – como percebe esse elemento na interação do ICMBio e os extrativistas?

Participação na gestão da UC. Dificuldades e avanços.

Outros órgãos e entidades públicas e privadas que atuam na Resex. Parcerias? Conflitos?

Turismo – especulação imobiliária. Atuação do ICMBio na gestão do território adjacente.

Principais conflitos existentes (internos às comunidades, com parceiros, com empresários, donos de terras)

Delimitação da zona de impacto – como está a efetivação/fiscalização dessa área no entorno da Resex.

Plano de Manejo – alterações já feitas. Revisões previstas.

Evasão da população mais jovem ameaça sustentabilidade da unidade?

Projetos diversos em andamento na unidade – governamentais e não governamentais – breve apanhado.

Críticas da comunidade relacionadas à fiscalização em mar, à localização escritório do ICMBio, à falta de iniciativa na busca por recursos e parcerias para os extrativistas.

Dificuldades no exercício da atividade de gestão

Possibilidades para o futuro

APÊNDICE 2 ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EXTRATIVISTAS DA RESEX CORUMBAU

Dados pessoais/institucionais (Nome, idade, local de nascimento)

Envolvimento com a pesca – importância da atividade para sobrevivência, frequência com que pesca, como adquiriu o conhecimento, passa adiante para alguém, etc)

É o único da família envolvido com a atividade? Se não, quem mais se dedica e com quais responsabilidades?

Possui barco? De que tipo? Se não, utiliza embarcação de terceiros, trabalha para alguém?

Fabrica algum apetrecho? Como adquiriu o conhecimento?

Já sofreu algum tipo de problema relacionado ao acesso ao mar/mangue, rios ou à especulação imobiliária na região?

Exerce alguma outra atividade econômica relacionada ao turismo ou prestação de serviços especializados?

Poderia fazer um breve relato das mudanças que vem observando desde que começou a atividade extrativista até hoje?

A existência de uma Reserva Extrativista na região trouxe que tipo de mudanças em seu dia-a-dia?

Quais os avanços já obtidos desde a implantação da Resex? E os problemas criados?

Você acha que os objetivos da existência da Resex e as leis relacionadas estão claras para você?

A participação da comunidade nos assuntos relacionados à Resex é satisfatória em sua opinião?

Você acha que os objetivos e práticas estipulados para a RESEX entram em conflito de alguma maneira com o que desejaria para sua região?

Quais os principais motivos de conflito existentes em sua comunidade?

Em sua opinião, como equalizar a relação conservação dos recursos naturais com o turismo e a pesca extrativista?

Em sua opinião, quais são as melhorias necessárias para a região?

Como se dá a participação dos mais jovens nos assuntos relacionados à RESEX?

**APÊNDICE 3 ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MEMBROS DO CONSELHO
DELIBERATIVO DA RESEX CORUMBAU**

Dados pessoais/institucionais (Nome, idade, comunidade/instituição que representa)

Há quanto tempo atua no Conselho?

Quais são suas atribuições no Conselho? Como é feita a intermediação entre o grupo que representa e a Resex? Têm reuniões periódicas, dividem tarefas?

Acredita haver conflitos relacionados à representação de seu grupo no Conselho da Resex – oposições?

Para seu grupo, em especial, quais os avanços já obtidos desde a implantação da Resex?

Quais são as principais metas a serem alcançadas para a Resex em curto e médio prazos?

Quais seriam, em seu entendimento, as principais dificuldades enfrentadas para fazer parte do Conselho? Tem alguma sugestão a dar?

Como representante do(a) _____ você acha que os objetivos e práticas estipulados para a RESEX entram em conflito de alguma maneira com o que deseja/necessita o grupo que representa?

As restrições ambientais impostas pela existência da Resex são motivo de conflito entre o ICMBio ou outros órgãos e a comunidade/grupo que representa?

A posse ou acesso às terras próximas ao mar e aos rios da região são motivo de conflitos entre a comunidade/grupo que representa e outros grupos?

O grupo que representa se vê de alguma forma ameaçado em seus direitos de acesso ao território da Resex, devido à especulação imobiliária ou à restrições de ordem ambiental, por exemplo?

Na opinião do grupo que representa, como equalizar a relação conservação dos recursos naturais com o turismo e a pesca extrativista?

Quais seriam as melhorias necessárias para a região?

A fiscalização da área da Resex é compartilhada pela comunidade/grupo que representa com o IBAMA, de alguma forma? Como?

Quais são as práticas mais prejudiciais à Resex, em sua opinião?

Como se dá a participação dos mais jovens nos assuntos relacionados à RESEX?

Os meios utilizados pelo Estado para decidir assuntos da RESEX são adequados para seu grupo? Por quê?

**APÊNDICE 4 ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EMPRESÁRIOS DO ENTORNO DA
RESEX CORUMBAU**

Dados pessoais/institucionais (Nome, idade, comunidade/ origem)

Há quanto tempo reside na localidade e porquê (se de fora).

Qual o ramo de atividade?

Conhece a Reserva? O que sabe sobre ela?

Já participou de reuniões, festas ou outros encontros comunitários relacionados à Resex?

Você avalia como positiva ou negativa a existência da UC? Por quê?

A existência da UC afeta, positiva, ou negativamente, o turismo e a atividade/serviço que oferece?
Como?

Em sua opinião, quais os principais problemas no entorno da Resex Corumbau?

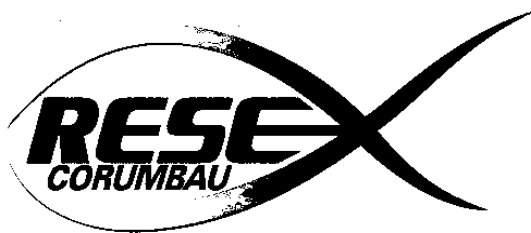
Quais seriam as melhorias necessárias para a região? E para a Resex?

O que não deveria ser alterado?

Como é o relacionamento com os outros atores no entorno da Resex: ongs, extrativistas, ICMBio

Os jovens da comunidade têm, em sua opinião, se envolvido com a pesca? Exemplos.

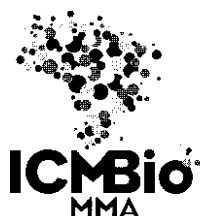
ANEXO 1 PLANO DE MANEJO DA RESEX CORUMBAU



RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO CORUMBAU - BA.

PLANO DE MANEJO
Fase I

21 de Setembro de 2002



INTRODUÇÃO

A Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Corumbau, criada por decreto presidencial publicado no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2000, tem como objetivo garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da área.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído pela Lei n.º 9.985, define em seu artigo 18^o, as Reservas Extrativistas como “áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”. Para alcançar estes objetivos torna-se necessário o desenvolvimento de um Plano de Manejo como instrumento norteador e normatizador das atividades dos extrativistas.

A elaboração deste Plano foi viabilizada pelo Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o IBAMA/CNPT e a Conservation International (CI) Brasil/Projeto Abrolhos.

O presente Plano de Manejo tem como base de elaboração os Laudos Sócio- econômico e Biológico apresentados para a criação da RESEX, a bibliografia mundial sobre manejo em áreas marinhas de recifes de corais, a experiência dos profissionais que participaram das discussões de preparação e, principalmente, a participação da população extrativista em todas as fases de discussão e de tomadas de decisão.

A participação da comunidade extrativista deu-se em conversas informais, contatos com as lideranças locais e reuniões de discussão. No total, foram realizadas 38 reuniões para discussão do Plano de Manejo. As decisões aqui contidas sempre foram referendadas em reuniões nas comunidades que se utilizam dos recursos da RESEX e, excetuando-se as raras necessidades de votação, foram tomadas por consenso.

Dessa maneira, o presente Plano de Manejo descreve e normatiza as atividades extrativistas originalmente praticadas, estabelecendo alguns limites; a exclusão de atividades exploratórias consideradas “predatórias” e o estabelecimento de áreas marinhas protegidas. Este conjunto de ações se constituem em ferramentas eficazes para a conservação de ecossistemas marinhos, conforme demonstrado em outras partes do Brasil e do mundo.

Por tratar-se de uma unidade de conservação em ambiente de recifes de corais pouco conhecidos, o presente Plano deverá, necessariamente, receber a inclusão de um detalhamento em algumas atividades ora pouco desenvolvidas. Concomitantemente à implementação da RESEX, um intenso programa de monitoramento ambiental e sócio- econômico deve ser realizado, norteador ajustes no Plano de Manejo, conforme a resposta dos ecossistemas e as percepções das populações extrativistas.

Este Plano foi elaborado para um período de 3 (três) anos. Ao final deste período uma revisão deverá ser realizada para adequar o manejo ao objetivo de criação da RESEX. Considerou-se este o período mínimo para que os resultados do manejo aqui estabelecido sejam conhecidos e assimilados pelas comunidades.

O Plano expressa o manejo possível no atual estágio de maturidade sócio-ambiental da RESEX. Acreditamos que ele estabelecerá as bases mínimas para a melhoria da qualidade de vida da população extrativista e da conservação do ecossistema como um todo, principalmente pela forma integrada e participativa com que foi construído.

SUMÁRIO DA RESEX MARINHA DO CORUMBAU

LOCALIZAÇÃO: conforme artigo 1º do decreto de criação da RESEX de 21 de setembro de 2000: Litoral sul do município de Porto Seguro e norte do município de Prado, estado da Bahia. Compreendendo as águas territoriais brasileiras entre os pontos de coordenadas geográficas: 16° 43' 20,41"S e 39° 07' 11,95"W (Ponta do Jacumã); 16° 43' 20,53"S e 38° 58' 51,60"W (no oceano Atlântico); 17° 13' 28,96"S e 39° 04' 28,5"W (no oceano Atlântico); 17° 13' 29,00"S e 39° 12' 51,63"W (na desembocadura do Rio das Ostras), baseado nas cartas topográficas planimétricas do IBGE folhas MI 2316 e MI 2356 de 1978.

ACESSO: Através dos acessos existentes na BA 459, no município de Prado, para Cumuruxatiba e Corumbau e na BR 101, no município de Itabela, para Caraíva e Curuípe, ou pelo mar.

POPULAÇÃO: Cerca de 420 extrativistas foram cadastradas. Estes vivem nas comunidades de Cumuruxatiba, Imbassuaba e Barra do Cahy, Veleiro e Corumbau - município de Prado e nas comunidades de Aldeia da Barra Velha, Caraíva e Curuípe. - município de Porto Seguro.

RECURSOS ATUALMENTE EXPLORADOS: peixes e crustáceos marinhos com ênfase no camarão sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) e peixes da família Lutjanidae na atividade de pesca; e os recifes de corais e as praias na atividade de turismo.

DECRETO DE CRIAÇÃO: de 21 de setembro de 2000 (Diário Oficial da União; Seção 1; Página 21)

GRAU DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA: a população extrativista está distribuída ao longo da costa com concentrações nas localidades de Cumuruxatiba, Corumbau e Caraíva. Ainda há pequenas concentrações em Japara, Imbassuaba, Barra do Cahy, Veleiro, Aldeia da Barra Velha e Curuípe. Grande parte dos extrativistas estão reunidos em três associações: Associação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau - AREMACO, com sede na Ponta do Corumbau; Associação dos Pescadores de Cumuruxatiba, com sede em Cumuruxatiba e Associação dos Pescadores Artesanais e Amigos da Costa do Descobrimento, com sede em Imbassuaba.

GESTÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA

1. OBJETIVOS DO PLANO DE MANEJO

1.1 - Assegurar o uso racional dos Recursos Naturais da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau mediante a regulamentação de sua utilização e dos comportamentos a serem seguidos pela população extrativista no que diz respeito às condições técnicas e legais para a exploração racional da fauna marinha. Está aqui contida a relação das condutas não predatórias incorporadas à cultura dos extrativistas, bem como as demais condutas que devem ser seguidas para cumprir as legislações ambientais.

1.2 - Manifestar ao IBAMA o compromisso dos extrativistas de respeitar a Legislação Ambiental e este Plano de Manejo.

1.3 - Servir de guia para que os extrativistas realizem suas atividades dentro de critérios de sustentabilidade ecológica, econômica e social. O conceito de “sustentabilidade” é definido aqui como a implantação e a consolidação de atividades exploratórias e produtivas que permitam: a manutenção biológica dos ecossistemas da área da RESEX; a reprodução permanente das espécies aquáticas animais ou vegetais que tenham no mar seu normal ou mais freqüente meio de vida, bem como sua regeneração completa; e que possibilitem à população local viver em condições de crescente qualidade e dignidade.

1.4 – Este Plano de Utilização deverá ser revisto três anos após sua publicação, incorporando os conhecimentos decorrentes da observação de seu funcionamento pela comunidade e das informações geradas pelo Programa de Monitoramento da Reserva.

2. METAS A SEREM ALCANÇADAS

2.1 - Fundamentar a sobrevivência dos extrativistas pertencentes à Reserva Extrativista Marinha do Corumbau em fontes produtivas que não destruam o equilíbrio ambiental, permitindo sua preservação para as presentes e futuras gerações. Entre as distintas atividades produtivas dos extrativistas, encontram-se: o aproveitamento dos recursos pesqueiros nas modalidades de pesca artesanal; pesca subaquática amadora, pesca esportiva; o ecoturismo; a aquicultura; o beneficiamento do pescado e sua comercialização.

3. RESPONSABILIDADES NA GESTÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA

3.1- A Gestão da Reserva Extrativista será de atribuição do Conselho Deliberativo conforme legislação pertinente em vigor.

4. RESPONSABILIDADES NA EXECUÇÃO DO PLANO

4.1 - Todos os extrativistas, na qualidade de co-autores e co-gestores na Administração da Reserva, de forma coletiva ou individual, são responsáveis pela execução do presente Plano de Manejo.- A responsabilidade de resolver os problemas decorrentes da execução deste Plano será do IBAMA e do Conselho Deliberativo da RESEX.

4.2 - Compete ao Conselho Deliberativo, ao IBAMA, à AREMACO, à Associação dos Pescadores de Cumuruxatiba, a Associação dos Pescadores Artesanais e Amigos da Costa do Descobrimento e a todos os extrativistas, coletiva ou individualmente, nos termos das normas ambientais e de pesca, eleger o maior interesse social no uso sustentado dos recursos naturais e como critério para diminuir conflitos, a bem de sua conservação.

5. MACROZONEAMENTO DA RESERVA

5.1 - Devido à extensão e às diferenças entre as comunidades, apresentadas no Diagnóstico Sócio-econômico, a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau foi dividida em dois setores: Setor Norte e Setor Sul. A latitude escolhida pelas comunidades extrativistas para esta divisão corresponde à Pedra do Tauá (16° 59' 25,40" S). Os limites e as comunidades que exploram cada setor são:

5.1.1 - Setor Norte: porção da RESEX localizada entre a Pedra do Tauá (latitude 16° 59' 25,40" S) e a Ponta do Jacumã (latitude 16° 43' 20,41" S); explorada pelas comunidades do Veleiro, Corumbau, Aldeia da Barra Velha, Caraíva e Curuípe.

5.1.2 - Setor Sul: porção da RESEX localizada entre a Pedra do Tauá (latitude 16° 59' 25,40"S) e a Barra do Rio das Ostras (latitude 17° 13' 29,00"S). É explorada pelas comunidades de Japara, Cumuruxatiba, Imbassuaba e Barra do Cahy.

5.2 - O Conselho Deliberativo da RESEX do Corumbau deverá, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da publicação deste Plano de Manejo, definir a Zona de Amortecimento da RESEX, bem como seu respectivo zoneamento, por meio de resolução específica.

6. ZONAS MARINHAS PROTEGIDAS E ZONAS DE USO RESTRITO

6.1 - Zona Marinha Protegida dos Recifes Itacolomis.

6.1.1 - Fica expressamente proibida a realização de qualquer prática extrativista ou de turismo no polígono, com área aproximada de 1.829,10 hectares, formado pelas coordenadas:

- a) 16° 55' 56,72"S; 38° 58' 44,10"W;
- b) 16° 55' 09,44"S; 39° 04' 03,05"W;
- c) 16° 54' 08,14"S; 39° 03' 53,83"W;
- d) 16° 54' 55,82"S; 38° 58' 31,28"W;

6.1.2 - Esta área é destinada exclusivamente à reprodução das espécies recifais para o repovoamento das áreas de entorno, e à realização de pesquisas científicas devidamente autorizadas pelo CNPT/IBAMA e Conselho Deliberativo.

6.2 - Zona Marinha Protegida Barra do Rio Caraíva

6.2.1 - Fica expressamente proibida a realização de qualquer prática extrativista usando rede de emalhar, arrasto de fundo e/ou meia água e pesca submarina no polígono formado pelas coordenadas:

- a) 16° 48' 28,24"S; 39° 08' 27,01"W;
- b) 16° 48' 28,24"S; 39° 08' 39,83"W;
- c) 16° 47' 46,44"S; 39° 08' 37,27"W;
- d) 16° 47' 46,44"S; 39° 08' 15,47"W.

6.2.2 - Esta área é destinada ao ecoturismo, à passagem e reprodução das espécies marinhas, e à realização de pesquisas científicas, devidamente autorizadas pelo CNPT/IBAMA e Conselho Deliberativo.

6.3 - Zona Marinha Protegida da Barra do Rio Corumbau

6.3.1 - Fica expressamente proibida a realização de qualquer prática extrativista usando rede de emalhar, arrasto de fundo e/ou meia água e pesca submarina na área formada por um semi-círculo, com 500m de raio a partir da desembocadura do rio Corumbau (Coordenada aproximada: 16° 53' 26,00"S; 39° 07' 03,50"W) em direção ao mar.

6.3.2 - Esta área é destinada ao ecoturismo, à passagem e reprodução das espécies marinhas, e à realização de pesquisas científicas, devidamente autorizadas pelo CNPT/IBAMA e Conselho Deliberativo.

6.4 - Zona Marinha Protegida do Recife Tauá

6.4.1 - Fica expressamente proibida a realização de qualquer prática extrativista no polígono, formado pelas coordenadas:

- a) $16^{\circ} 59' 17,1''\text{S}; 39^{\circ} 07' 15,5''\text{W};$
- b) $16^{\circ} 59' 13,2''\text{S}; 39^{\circ} 07' 31,3''\text{W};$
- c) $16^{\circ} 59' 37,5''\text{S}; 39^{\circ} 07' 38,0''\text{W};$
- d) $16^{\circ} 59' 41,1''\text{S}; 39^{\circ} 07' 22,5''\text{W}.$

6.4.2 - Esta área é destinada exclusivamente ao ecoturismo, à preservação das espécies recifais e à realização de pesquisas científicas, devidamente autorizadas pelo CNPT/IBAMA e Conselho Deliberativo.

6.5 - Zona Marinha Protegida da Barra do Rio Cahy

6.5.1 - Fica expressamente proibida a realização de qualquer prática extrativista usando rede de emalhar, arrasto de fundo e/ou meia água e pesca submarina na área formada por um semi-círculo, com 500 metros de raio a partir da desembocadura do rio Cahy (Coordenada: $17^{\circ} 00' 53,00''\text{S}; 39^{\circ} 10' 19,50''\text{W}$) em direção ao mar.

6.5.2 - Esta área é resguardada ao ecoturismo, à passagem e reprodução das espécies marinhas e à realização de pesquisas científicas, devidamente autorizadas pelo CNPT/IBAMA.

6.5.3 - Fica expressamente proibida a pesca com o uso do arrasto de fundo, “balão”, pelo polígono limitado a leste por uma linha distante da costa em 500 metros, ao sul por uma linha distante 500 metros, para o sul, do início da falésia localizada na margem direita do rio e ao norte por uma linha distante 500 metros, para o norte, do início da falésia localizada na margem esquerda do rio. (texto incluído por resolução do Conselho Deliberativo, em sua décima nona reunião ocorrida na Aldeia Barra Velha, Porto Seguro, Bahia, em 25 de março de 2006)

6.6 - Zona de Uso Restrito da Barra do Rio Imbassuaba

6.6.1 - Fica expressamente proibida a realização de qualquer prática extrativista usando arrasto de fundo e/ou meia água e pesca submarina na área formada por um semicírculo, com 500m de raio a partir da desembocadura do rio Imbassuaba (Coordenada: $17^{\circ} 03' 08,34''\text{S}; 39^{\circ} 10' 24,72''\text{W}$) em direção ao mar.

6.6.2 - Esta área é resguardada à pesca tradicional não motorizada, ao ecoturismo, à passagem e reprodução das espécies marinhas e à realização de pesquisas científicas, devidamente autorizadas pelo CNPT/IBAMA.

6.7 - Zona de Uso Restrito da Bacia do Japara

6.7.1 - Fica expressamente proibida a realização de qualquer prática extrativista usando arrasto de fundo e/ou meia água e pesca submarina no polígono formado pelas coordenadas:

- a) $17^{\circ} 09' 56,0''\text{S}; 39^{\circ} 12' 45,9''\text{W};$

- b) $17^{\circ} 10' 04,4''$ S; $39^{\circ} 12' 47,2''$ W;
- c) $17^{\circ} 10' 04,4''$ S; $39^{\circ} 12' 35,8''$ W;
- d) $17^{\circ} 09' 55,9''$ S; $39^{\circ} 12' 42,1''$ W.

6.7.2 - Esta área é resguardada à pesca tradicional e de subsistência com o uso de rede de emalhar e linha de mão e à realização de pesquisas científicas, devidamente autorizadas pelo CNPT/IBAMA.

6.8 - Zona de Uso Restrito Recife Tatuacú.

6.8.1 - Fica expressamente proibida a realização de qualquer prática extrativista, exceto pesca de polvo com bicheiro e pesca de lagosta com facho luminoso à combustão, no polígono, com área aproximada de 124,15 hectares, formado pelas coordenadas:

- a) $16^{\circ} 47' 04,90''$ S; $39^{\circ} 06' 57,51''$;
- b) $16^{\circ} 47' 05,67''$ S; $39^{\circ} 07' 15,21''$;
- c) $16^{\circ} 46' 46,18''$ S; $39^{\circ} 07' 42,13''$;
- d) $16^{\circ} 46' 29,77''$ S; $39^{\circ} 07' 43,67''$;
- e) $16^{\circ} 46' 29,51''$ S; $39^{\circ} 06' 56,74''$

6.8.2 - Esta área é destinada exclusivamente ao ecoturismo, à preservação das espécies recifais, à pesca tradicional de polvo e lagosta e à realização de pesquisas científicas, devidamente autorizadas pelo CNPT/IBAMA.

6.9 - Zona de Uso Restrito da Aldeia Barra Velha

6.9.1 - Fica expressamente proibida a realização de qualquer prática extrativista usando barco a motor, durante o período noturno, a uma distância de até 2 km (dois quilômetros) da costa, entre as latitudes:

- a) $16^{\circ} 52' 40,87''$ S
- b) $16^{\circ} 49' 35,23''$ S

6.9.2 - Esta área é prioritariamente destinada à pesca com redes de emalhar, realizada pela comunidade indígena de Barra Velha. Estas redes não podem ser observadas pelos pescadores de embarcações a motor durante a noite, motivo pelo qual esta norma foi estabelecida.

7. ATIVIDADES PERMITIDAS NA RESEX MARINHA DO CORUMBAU

7.1 - É permitida a pesca artesanal, profissional e esportiva para os extrativistas ou usuários cadastrados na RESEX, respeitando as normas e limitações aplicáveis à sua categoria.

7.2 - As seguintes artes de pesca, respeitando as respectivas normas e limitações, ficam permitidas na RESEX:

7.2.1 - “Pesca de Linha e Anzol”, que inclui a “pesca de linha de mão”, pesca de corrico, pesca com molinete e qualquer outro petrecho que inclua linha de nylon e um ou poucos

anzóis.

7.2.2 - “Pesca de Espinhel”, com no máximo 200 (duzentos) anzóis por embarcação.

7.2.3 - “Pesca de Rede de Emalhar” com o máximo de 20 (vinte) panos de rede, de 100 (cem) metros cada um, por embarcação. O tamanho mínimo de malha, inicialmente será o da legislação em vigor, podendo-se aumetar o tamanho mínimo desde que acordado e decidido em assembléia.

7.2.4 - “Arrasto de Portas Simples de Fundo”, respeitando o limite de:

- a) uma rede operando por embarcação;
- b) máximo de 15 (quinze) metros de tralha superior;
- c) captura de pescado por embarcação não excedendo a 300 (trezentos) quilos por dia ou 1500 (um mil e quinhentos) quilos por mês.

7.2.5 - “Tarrafa”, respeitando:

- a) local de utilização: somente nas praias ou rios;
- b) tamanho mínimo da malha conforme legislação em vigor.

7.2.6 - “Pesca de Polvo” com o uso de bicheiro, ficando proibido o uso de alavancas ou quaisquer instrumentos que possam danificar as tocas ou recifes, e respeitando o peso mínimo por indivíduo de 300 (trezentas) gramas.

7.2.7 “Pesca de Lagosta” com o uso de facho luminoso, rede de espera e covão, respeitando os tamanhos mínimos e período de defeso publicados em portaria pelo IBAMA.

7.2.8 - “Arrasto de Praia ou Arrastão”, utilizando canoas e redes com extensão máxima de 200 (duzentos) metros.

7.2.9 - “Pesca de Caranguejo”, considerando que são proibidos o uso da “redinha”, carbureto ou gás para a captura, e que o tamanho mínimo para captura é 0,5 (meio) centímetro maior que o definido em portaria federal pelo IBAMA.

7.2.10 - “Extração de Ostras” (*Crassostrea rhizophorae*) no manguezal, considerando que é proibida a extração de ostras juntamente com raízes cortadas do mangue.

7.2.11 - “Pesca de Mergulho Livre”, com armas de pressão ou elástico, considerando que:

- a) somente pescadores cadastrados como “principal” ou “secundário” poderão praticar a pesca de mergulho livre;
- b) os pescadores devem possuir credenciamento específico para esta atividade;
- c) o limite máximo diário de captura é de 50 (cinquenta) quilos e uma peça no mar. No rio Caraíva a pesca de mergulho é permitida somente para peixes maiores do que 5 (cinco) quilos, entre a boca da Barra e 100 (cem) metros para o interior do rio;
- d) é proibida a pesca de mergulho no Alto e Altinho da Barra Velha, Pedra da Pescada da Aldeia e nas Zonas Marinhas Protegidas e Zonas de Uso Restrito, definidas no artigo 5^o.

7.2.12 - “Coleta de Moluscos Bivalves e Ouriços” somente para consumo próprio dos extrativistas.

7.3 - É permitida a realização de pesquisas científicas na área da RESEX, desde que os pesquisadores ou grupos de pesquisa submetam seus projetos e sejam devidamente autorizados pelo CNPT/IBAMA e pelo Conselho Deliberativo.

7.4 - É permitida a realização de atividades de ecoturismo na RESEX, desde que estas atividades sejam realizadas em consonância com a conservação dos recursos ambientais e não comprometam a qualidade de vida, as tradições ou as atividades das comunidades extrativistas.

Parágrafo primeiro: As atividades de turismo, lazer e recreação que não envolvem exploração direta dos recursos marinhos (pesca e outras formas de extrativismo), serão regidas por portaria específica, que deverá estar em consonância com as diretrizes deste Plano de Manejo.

Parágrafo segundo: No presente plano adota-se o conceito de ecoturismo definido pela EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) como o “turismo desenvolvido em localidades de potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza e oferecendo aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando uma consciência ecológica nacional”.

Parágrafo terceiro: Ficam estabelecidas normas para o turismo náutico, na forma do ANEXO I deste Plano de manejo. (texto incluído por resolução do Conselho Deliberativo, tomada na sua décima reunião ocorrida em 06/12/2003, em Veleiro, Prado, Bahia)

8. ATIVIDADES PROIBIDAS NA RESEX MARINHA DO CORUMBAU

8.1 - É proibida a exploração de quaisquer recursos marinhos da RESEX por pessoas não cadastradas nesta Reserva.

8.2 - É proibida a sobreposição no uso do espaço marinho, para as atividades pesqueiras, entre as comunidades do Setor Norte e do Setor Sul.

8.3 - É proibida a pesca, ou qualquer tipo de exploração, das espécies consideradas “Protegidas” na RESEX do Corumbau.

Parágrafo único: O Conselho Deliberativo da RESEX deverá, por meio de resolução, definir uma lista das espécies consideradas “Protegidas”, com base em pareceres técnicos solicitados ao grupo de apoio técnico científico e nas listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção.

8.4 - Ficam proibidas quaisquer práticas para a captura de espécimes marinhos que não estejam previstas neste Plano de Utilização, especialmente:

8.4.1 - Coleta de peixes, corais, invertebrados, algas ou qualquer outro organismo marinho para aquários ou fins ornamentais;

8.4.2 - Pesca de Parelha ou qualquer modalidade praticada em conjunto por mais de uma embarcação a motor;

8.4.3 - Pesca com mais de um arrasto de portas por embarcação;

8.4.4 - Pesca com Rede Tresmalho ou Feiticeira;

8.4.5 - Pesca de rede com malha inferior a 70 (setenta) milímetros, entre nós, nos rios e estuários;

8.4.6 - Pesca com operação de “cerco” nos recifes;

8.4.7 - Pesca de mergulho com compressor;

8.4.8 - Pesca de mergulho livre para pessoas sem credenciamento específico para este fim na RESEX.

Parágrafo único - A introdução de uma nova arte ou tecnologia pesqueira na RESEX deve ser submetida e aprovada pelo Conselho Deliberativo e pelo CNPT/IBAMA.

9. CATEGORIAS DE EXTRATIVISTAS E USUÁRIOS CADASTRADOS NA RESEX

9.1 - Para fins deste plano, todos os extrativistas e demais usuários cadastrados deverão ser enquadrados na categoria em que preencha os pré-requisitos, conforme definido abaixo:

9.1.1 - Pescador Principal:

- a) Residir na área da RESEX a, pelo menos, 4 (quatro) anos;
- b) Praticar a pesca como atividade indispensável à sua sobrevivência a, pelo menos, 4 (quatro) anos na área da RESEX.

9.1.2 - Pescador Secundário:

- a) Residir na área da RESEX a, pelo menos, 4 (quatro) anos;
- b) Praticar a pesca como atividade econômica a, pelo menos, 4 (quatro) anos, na área da RESEX.

9.1.3 - Morador Local e Eventual Pescador:

- a) Residir na área da RESEX a, pelo menos, 4 (quatro) anos;

9.1.4 - Demais usuários:

- a) Possuir autorização especial expedida pelas associações locais de acordo com regras e normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, atendendo à legislação específica. Essas regras e normas deverão estar em conformidade com critérios estabelecidos em assembléia.

Parágrafo único: Os jovens, com até 18 anos de idade, que residam nas comunidades da RESEX a pelo menos 4 anos, terão o direito de se cadastrar como Pescadores Principais, desde que aprovados pela comissão definida no item 9.2 deste Plano.

9.2 - Uma comissão, eleita em assembléia, certificará a veracidade das informações prestadas por cada extrativista/usuário, anteriormente ao seu credenciamento, e será responsável pelo enquadramento em cada categoria, observando e respeitando os critérios definidos acima. O resultado final será apresentado em assembléia para aprovação pela comunidade. A lista de pescadores e usuários cadastrados na RESEX Marinha do Corumbau em suas respectivas categorias será submetida ao CNPT/IBAMA para publicação e/ou outra forma oficial de divulgação.

9.3 – Para fins deste Plano de Manejo e das demais ações e benefícios que envolvam esta Unidade de Conservação e seus beneficiários diretos, fica definida a seguinte caracterização: **“População Tradicional Extrativista da RESEX Marinha do Corumbau são os nativos com raízes na pesca e seus familiares e aqueles que vivem da pesca e moram desde 21 setembro de 1996 na RESEX (4 anos de sua criação).”** (texto incluído por resolução do Conselho Deliberativo, tomada na sua vigésima primeira reunião, ocorrida em 07/10/2006, em Cumuruxatiba,

Prado, Bahia).

10. DIREITOS E LIMITAÇÕES DOS EXTRATIVISTAS E USUÁRIOS CADASTRADOS

10.1 - Pescadores Principais:

- a) praticar todas as modalidades de pesca permitidas neste Plano de Manejo;
- b) votar nas assembleias da RESEX.

10.2 - Pescadores Secundários:

- a) praticar as modalidades de pesca permitidas neste Plano de Manejo, com exceção da pesca com arrasto de porta simples de fundo (conhecida localmente com balão). Se a modalidade de pesca usada for a “pesca de rede de espera”, o número de máximo de panos utilizados na pescaria ou presentes na embarcação, não poderá ultrapassar 5 (cinco), com até 100 (cem) metros cada um.

10.3 - Moradores Locais e Eventuais Pescadores:

- a) praticar apenas a “pesca de linha e anzol” ou “pesca de polvo” com uso do bicheiro, sendo proibido comercializar;

10.4 - Demais usuários:

- a) possuir autorização conforme item 9.1.4;
- b) praticar apenas a “pesca com linha e anzol”, sendo proibido comercializar;
- c) capturar até 20 (vinte) quilos de peixe e uma peça por dia, por autorização;

Parágrafo único: As associações de cada localidade poderão estabelecer taxas pela concessão de autorizações de captura a esses usuários, desde que obtenham anuência prévia do Conselho Deliberativo.

11. CREDENCIAMENTO DE EMBARCAÇÕES

11.1 - Embarcações Pesqueiras:

11.1.1 - Todas as embarcações a motor que praticam a pesca na RESEX devem se enquadrar aos critérios abaixo:

- a) estar regularizada como embarcação pesqueira na Marinha do Brasil;
- b) possuir motor com potência máxima de 33 (trinta e três) HP ou 4 (quatro) cilindros;
- c) ser operada por pescadores credenciados na RESEX.

11.1.2 - Todas as canoas que praticam a pesca na RESEX devem pertencer e ser operadas por pescadores credenciados na RESEX.

11.1.3 - Para o credenciamento de novas embarcações, deve-se considerar que:

- a) apenas pescadores credenciados poderão adquirir novas embarcações para operar na RESEX;
- b) alcançando-se o limite de vagas, estipulado no item 10.1.4, caso um pescador credenciado que não tenha embarcação a motor e venha a adquirir uma, deverá ser cedida uma vaga pertencente à embarcação de um empresário ou de um pescador que possua mais de uma embarcação, conforme critério estabelecido em

assembleia.

11.1.4 - O limite máximo de embarcações pesqueiras a motor na RESEX é de 100 (cem) embarcações, sendo 50 (cinquenta) no Setor Norte e 50 (cinquenta) no Setor Sul. O número máximo de embarcações pertencentes a um mesmo proprietário fica limitado a 4 (quatro).

11.2 - Embarcações de Turismo e Particulares:

11.2.1 - Todas as embarcações que utilizam a área da RESEX para o desenvolvimento de atividades de turismo, lazer ou recreação devem estar cadastradas.

Parágrafo único - As regras para o cadastramento das embarcações de turismo, lazer e recreio que operem na área da RESEX serão definidas em portaria específica, que deverá estar em consonância com as diretrizes deste Plano de Manejo.

11.3 - O credenciamento de cada embarcação é de responsabilidade do CNPT/IBAMA e terá validade de um ano, quando deverá ser renovado.

12. POTENCIALIDADES DE EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS

Parágrafo primeiro: Visando a melhoria da qualidade de vida, através da geração de emprego e renda, considera-se que os recursos da RESEX devam sofrer incrementos e/ou restrições de uso e captura, conforme estudos específicos. Os objetivos da RESEX e a forma de exploração sustentável dos seus recursos, por si só, podem conferir, ao produto explorado, um diferencial mercadológico. Este potencial associado a ações que promovam a melhoria e diferenciação dos produtos da RESEX trarão conseqüente agregação de valor econômico e ambiental ao produto.

Parágrafo segundo: Os estudos acima mencionados serão objeto de projetos específicos, deverão contemplar aspectos sócio-econômicos e ambientais e serem compatíveis com os objetivos de manejo da Reserva.

13. NECESSIDADES DE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

Parágrafo único: Tendo em vista a precariedade das condições de ensino e saúde pública das comunidades tradicionais, indica-se a necessidade de ações específicas, por parte do poder público e instituições da sociedade civil, capazes de solucionar estes problemas em cada uma das comunidades. Prioriza-se o saneamento básico como a ação mais urgente na área de saúde pública.

14 - SOBRE O NÃO CUMPRIMENTO DESTE PLANO DE MANEJO

14.1 - Os extrativistas cadastrados que infringirem as normas contidas neste Plano de Manejo serão passíveis das seguintes punições, além do enquadramento em outra legislação aplicável:

- a) na primeira infração o extrativista receberá uma advertência, por escrito, das autoridades legalmente constituídas para a finalidade de fiscalização da RESEX;
- b) na segunda infração o extrativista perderá o cadastro por 15 dias, ficando proibido o exercício de qualquer atividade extrativista;
- c) na terceira infração o extrativista perderá o cadastro por 90 dias, ficando proibido o exercício de qualquer atividade extrativista;

d) na quarta infração o extrativista estará sujeito até a perda definitiva do cadastro, a punição neste caso será definida e homologada em reunião da assembléia da RESEX.

Parágrafo único: além das punições previstas acima o extrativista que infringir a qualquer das normas contidas nesta plano e trazer prejuízos a outro extrativista, será responsável pelo ressarcimento dos prejuízos do mesmo.

ANEXO I Normas para o Turismo Náutico

As normas ora apresentadas são resultantes de diversas assembléias ocorridas nas localidades vinculadas à RESEX Corumbau, assim como em reuniões do seu Conselho Deliberativo, que as definiu. São certamente provisórias em virtude da falta de um estudo, na região, mais dirigido ao tema e que tenha como foco a inserção dos pescadores no processo.

Tais normas estarão sendo reavaliadas no decorrer da execução do “Projeto RESEX”, que possui entre suas metas, a elaboração de um Projeto Piloto de Ecoturismo, que fornecerá bases para o ordenamento desta atividade na RESEX.

Sob o aspecto ambiental, se faz necessário a elaboração de um estudo técnico, a fim de definir controle de uso das áreas visitadas, tendo por base sua capacidade de carga.

Dos Operadores de Turismo - Quaisquer atividade de turismo, de caráter comercial, utilizando embarcações ou outros equipamentos náuticos e partindo de qualquer ponto da RESEX, com o objetivo de apreciar ou utilizar seus recursos naturais ou de transportar passageiros entre as comunidades da RESEX, somente poderão ser realizadas por: a) pescadores principais ou secundários, conforme definição do Plano de Manejo; b) moradores que residam há pelo menos quatro anos nas localidades contíguas à RESEX, com comprovação de quatro anos de experiência em ecoturismo e desde que apresentem proposta de contrapartida para comunidade da RESEX, que deverá ser avaliada pelo Conselho Deliberativo.

Todos devem fazer seu credenciamento, com validade de um ano, como operadores de turismo da RESEX do Corumbau, que deverá ser referendado pelo Conselho Deliberativo. Para ter seu cadastro aceito, todos os operadores deverão elaborar projeto de operação.

Das Embarcações – Toda embarcação que operar o turismo ou o transporte de passageiros a partir de portos das RESEX deverá: a) estar regularizada junto à Marinha do Brasil; b) ter como proprietário operador cadastrado; c) Operar com um número máximo de passageiros limitado a 20*; d) fazer cadastro, de validade anual, na RESEX; e) ter a presença de guia local de ecoturismo.

Será limitado ao número de 3 (três), as embarcações pertencentes, ou operadas, a cada empresa ou família nuclear.

As embarcações particulares de turistas, não comerciais, devem ser cadastradas nas Associações locais, além de receber palestras com informações ambientais sobre a RESEX.

Embarcações provenientes de outras regiões que entrem na área da RESEX, com passageiros provenientes de outras áreas, terão livre acesso a qualquer porto da RESEX, sendo vedado, no entanto, a realização de atividades de mergulho ou pesca recreativa por tripulantes ou passageiros destas embarcações, bem como o transporte de novos passageiros provenientes de qualquer localidade contígua à área da RESEX.

* Exceção à norma (desde que compensada com a contrapartida. Acatada pelo fato de já operar há vários anos e ter boa relação com os pescadores) = Barco Rei Cigano

(Aquamar) número máximo de passageiros 34 = contrapartida construção da Associação dos Pescadores de Cumuruxatiba. A outra possível exceção estabelecida (Cia do Mar) foi posteriormente negada em virtude de atitudes de desrespeito ao Conselho da RESEX, do qual seu proprietário era membro representante da Câmara Municipal de Porto Seguro.

Das Normas para a operação de turismo – Os operadores de turismo na área da RESEX ficam proibidos de: a) lançar qualquer tipo de instrumento de ancoragem sobre os recifes; b) coletar ou permitir a coleta de quaisquer organismos marinhos, vivos ou mortos, rochas ou areia; c) permitir o uso de nadadeiras por turistas para prática de mergulho livre, d) permitir o uso de luvas e facas por parte de quaisquer turistas, mesmo aqueles comprovadamente habilitados à prática de mergulho livre e/ou autônomo; e) promover ou permitir a alimentação de peixes ou quaisquer outros organismos marinhos; f) permitir o desembarque de turistas nos recifes emergentes, exceto aqueles denominados “Mato Grosso”, “Pedra do Silva”, “Carapeba”, “Recife da Coroa” e “Tatuaçu”, onde deverão ser balizadas trilhas para as caminhadas, evitando o desembarque desordenado e garantindo a segurança da operação de ancoragem, transporte e desembarque.

Além das normas aqui descritas, as Associações poderão estabelecer formas de controle do turismo náutico, buscando evitar a concorrência desleal e buscando um equilíbrio nos ganhos.

ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO

Este plano é resultado de dois anos de discussão com a população extrativista da RESEX Marinha do Corumbau, sendo todas as normas aqui apresentadas resultantes de acordos ou do interesse expressado pela maioria dos extrativistas nas reuniões.

Equipe Técnica:

Coord.: Guilherme Fraga Dutra - Biólogo, MSC Ecologia - Projeto Abrolhos, CI Brasil
Alexandre Zananiri Cordeiro - Eng. Agrônomo - CNPT / IBAMA

Renato V. Carvalho - Oceanógrafo - consultor CI Brasil

Suely Ortega - Comunicadora Social - Projeto Abrolhos - CI Brasil

Colaboradores:

Anita Akella - Economista

Bárbara Segal Ramos - Bióloga

Benevaldo Guilherme Nunes - Agrônomo

Bruno Pastrelli Kamada - Biólogo

Clóvis Barreira e Castro - Biólogo Gabriel

Botelho Marchioro - Oceanógrafo

Gumercindo Martins de Sá Filho - Agrônomo

Emiliano Caldeiron - Biólogo

Enrico Marone - Oceanógrafo

Heloisa Oliveira - Bióloga

Henrique Horn Ilha - Oceanógrafo

Luciara Duarte Figueira - Socióloga

Maria Isabel Gil de Paiva - Bióloga

Milene Maia - gerente do PARNA do Monte Pascoal

Myriam Gomes - Economista

Neiva Pinheiro - Bióloga

Rodrigo Leão de Moura – Biólogo

Rodrigo de Oliveira Campos - Oceanógrafo

Ronaldo Bastos Francini-Filho - Biólogo

Sérgio Fantini de Oliveira – Oceanógrafo

Instituições Envolvidas:

Associação Pradense de Proteção Ambiental - APPA

Associação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau - AREMACO

Associação dos Pescadores de Cumuruxatiba

Associação dos Pescadores Tradicionais e Amigos da Costa do Descobrimento

Conservation International Brasil - CI Brasil

Instituto Baleia Jubarte

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Museu Nacional do Rio de Janeiro

Parque Nacional do Descobrimento - IBAMA

Parque Nacional Marinho dos Abrolhos - IBAMA

Parque Nacional do Monte Pascoal - IBAMA

Universidade de São Paulo - USP

Agradecimentos:

A toda a comunidade pesqueira da RESEX Marinha do Corumbau. Aos Srs.

Albino Santana Neves - Presidente da Associação dos Pescadores Tradicionais e Amigos da Costa do Descobrimento

João Francisco Neto - Presidente da Associação de Pescadores de Cumuruxatiba Milton

Deocleciano do Carmo - Presidente da AREMACO

Júlio Brandão - Juiz de Direito da Comarca de Itamaraju